

Universidade Estadual de Campinas  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

**Desirée de Lemos Azevedo**

**Os melhores anos de nossas vidas**

Narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na  
República Popular de Moçambique

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bela Feldman**

Campinas  
Abril de 2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP  
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

**Az25m**

**Azevedo, Desirée de Lemos**

**Os melhores anos de nossas vidas : narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique / Desirée de Lemos Azevedo. -  
- Campinas, SP : [s. n.], 2011**

**Orientador: Bela Feldman-Bianco  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Socialismo - Moçambique. 2. Análise de trajetória. 3. Brasil -  
Exílio - Narrativas pessoais. 4. Brasil - História - 1964-1985.**

**I. Feldman-Bianco, Bela. II. Universidade Estadual de Campinas.  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: The best years of our lives : narratives, trajectories and routes of  
Brazilian exiles, who became cooperative in People's Republic of  
Mozambique**

**Palavras chaves em inglês keywords): Socialism - Mozambique  
Analysis of trajectory  
Brazil - Exile - Personal narratives  
Brazil - History - 1964-1985**

**Área de Concentração: Antropologia Social**

**Titulação: Mestre em Antropologia Social**

**Banca examinadora: Bela Feldman-Bianco, Omar Ribeiro Thomaz, Douglas Mansur  
da Silva**

**Data da defesa: 01-04-2011**

**Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social**

**DESIRÉE DE LEMOS AZEVEDO**

**“Os melhores anos de nossas vidas. Narrativas, trajetórias e trajetos de exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique”**

Dissertação apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Bela Feldman.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 01/04/2011.

**Comissão Julgadora:**

Titulares:



Profa. Dra. Bela Feldman (DA-IFCH) (Presidente)



Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (DA-IFCH)



Prof. Dr. Douglas Mansur da Silva (UFV)

Suplentes

Prof. Dr. Igor José de Reno Machado (UFSCAR)

Profa. Dra. Heloísa André Pontes (DA-IFCH)



*Dedicado à Cecília, amor concebido em meio a doces devaneios de um mundo melhor. Com auspícios de que ela possa também ter e viver sonhos.*

## AGRADECIMENTOS

Como todo trabalho, este é fruto de esforços e envolvimento coletivos. Tive a boa sorte de ter hoje muitas pessoas a quem destinar sinceros agradecimentos.

Eu não poderia ter me dedicado exclusivamente a esta pesquisa durante dois anos sem o apoio financeiro da FAPESP e da CAPES, instituições as quais agradeço.

Faço um agradecimento especial a cada um dos entrevistados, cujas histórias de vida são o ponto de partida desta pesquisa. Serei sempre grata por terem me recebido e me dedicado generosamente seu tempo e atenção, mesmo sem me conhecer ou a meus propósitos. Este trabalho jamais poderia ter se concretizado sem suas apostas. Fica aqui o registro de minha admiração por perceberem suas trajetórias e narrativas como parte de um processo coletivo.

À Bela Feldman, agradeço por ter me recebido, aceitando orientar esta pesquisa, apoiando meu caminhar por entre as fronteiras que põe a parte a História e a Antropologia. Agradeço sua presença e dedicação constantes, seu incentivo e, finalmente, suas críticas e sugestões, que se refletem neste texto.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcelo Bittencourt que, na UFF, estimulou meu interesse por história da África. Sua contribuição foi imprescindível para a elaboração e o início desta pesquisa, me auxiliando, generosamente, a encontrar um favorável ponto de partida. Foi ele quem me apresentou às primeiras pessoas que entrevistei, bem como me forneceu uma lista com outros nomes possíveis.

Ao Daniel de Andrade Simões e à Stella Petrasi por colocar à minha disposição seu belíssimo acervo fotográfico e pela agradável relação que pudemos construir.

Sou grata também àqueles que, sem dúvida, tiveram importância no meu explorar pelos caminhos da Antropologia: Aos professores Heloisa Pontes, Omar Ribeiro Thomaz, Mauro de Almeida, Rita Morelli, Suely Kofes, Ronaldo de Almeida e Márcio Seligmann-Silva pela interlocução, convivência e aprendizado durante os cursos do mestrado. A meus colegas de turma Adressa Passetti, Bruna Bumachar, Ernenek Mejía, Fabiana de Andrade, Flavia Slompo, Jimena Pichinao, Jean Maia, José Quidel, Larissa Nadai, Mayra Vergotti, Rafael Cremonini, Ricardo freire, Rodrigo Caravita e Thiago Novaes, pela oportunidade de conhecê-los e a seus trabalhos.

Agradeço ao Omar Ribeiro Thomaz e ao Michael Hall pelas leituras atentas e sugestões valiosas feitas durante o exame de qualificação, bem como pela disposição em dele

participar quando já era praticamente natal. Ao Douglas Mansur da Silva e 2 novamente ao Omar, por aceitarem participar na banca. A este último agradeço ainda pelas “imperdíveis dicas” de programação da Praça do Coco.

Aos funcionários do IFCH por seu silencioso e fundamental trabalho cotidiano. À Maria José, em especial, pelo carinho e disposição em dissuadir aqueles problemas de papéis e carimbos, que teimam em virar urgências. Agradeço igualmente aos bolsistas do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro e aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Edgar Leuenroth e do Arquivo Nacional, em especial a Paulo Augusto Ramalho, pelo auxílio na execução da pesquisa em seus acervos.

Não poderia esquecer os amigos queridos que pude somar na Unicamp, que nos receberam e de muitas maneiras ajudaram a afastar a saudade de casa: os já mencionados Larissa, Fabiana, Rafael e Ernenek, Mauro Brigeiro, Raul Contreras e Paula, Gábor Basch, Giovana Feijão, Joanna da Hora, Ana Laura Lobato, Luís Felipe Sobral, Paulo Dalgalarondo, Liliana Sanjurjo e Laura Santonieri. À Laura agradeço também pelo auxílio em Brasília e por ter me animado a ir “salgueirar” nos momentos finais de redação. À Nashieli Loera e Bertrand Borgo pela amizade, estimulada por nossas filhas, e por termos podido dividi-las. Não há maneiras de agradecer à Taniele Rui e ao Léo, que desde o primeiro momento participaram de nossa experiência em Campinas, conseguindo-nos uma casa e uma matrícula para Cecília na escola. Sou grata à Tani não apenas pelo imenso companheirismo, expresso em toda sorte de ajuda que nos deu ao longo desses dois anos, mas pela alegria de poder desfrutar de sua amizade fraterna, que espero levar pelo tempo. Ao casal e à Lili agradeço ainda a excelente e animada companhia no carnaval em que pudemos comemorar o fim desta jornada. Aos eternos amigos de “outros carnavais” pelos esforços constantes por diminuir a distância, que a vida sempre coloca.

Agradeço a meu pai por ter feito despertar o gosto pelo conhecimento. À minha mãe pela confiança plantada desde a infância. À Louise pelo companheirismo na vida e a quem devo também a correção final deste texto.

Frente a minha notória incapacidade tecnológica, me vali de afeto. Devo a Diego Marques a transformação do meu horrendo esboço no belo mapa de deslocamentos, que se encontra nesse trabalho. Quero agradecer imensamente ao Diego pelos anos de dedicação absoluta e cotidiana, pelo companheirismo nos projetos, pela cumplicidade nos princípios e nas aspirações. Sou grata por nossa comunhão de vida.

Finalmente agradeço à Cecília pela paciência e maturidade, que demonstra do alto de seus cinco anos. As possibilidades impressas em sua infância são estímulo, sua presença felicidade. Agradeço também por seu desafio cotidiano, formulando as perguntas mais difíceis.

## RESUMO

A presente dissertação tem como tema as narrativas de exilados brasileiros, que se tornaram “cooperantes da revolução” na República Popular de Moçambique, a partir de sua independência, em 1975, até meados da década de 1980. As memórias de suas trajetórias, de seus trajetos de deslocamento e dos processos sociais, nos quais consideram ter se envolvido, foram reconstruídas em histórias orais. A partir delas, procuro iluminar as categorias e premissas presentes na leitura comum do passado, que observei entre os entrevistados. De acordo com essa abordagem, procuro descrever seus múltiplos deslocamentos internacionais, a rede de conexões e relações sociais que os possibilitaram, bem como os pressupostos sobre os quais se sustentaram. Defendo que suas percepções sobre estas questões passam pela identificação de um pertencimento pretérito a um campo social e simbólico transnacional, forjado pelo conflito político da Guerra Fria.

## ABSTRACT

This thesis investigates the narratives of Brazilian exiles, who became "cooperative of the revolution" in People's Republic of Mozambique, from its independence, in 1975, until the mid 1980s. The memories of their trajectories, their routes of dislocation and the social processes, in which they believe they have been involved, have been rebuilt in oral histories. I try to illuminate the categories and assumptions that are present in their common view of the past, that I beheld among the interviewees. In accordance with this approach, I describe its multiple international displacements, the network of connections and social relations, which allowed them, as well as the assumptions that support them. I believe that their perceptions about these issues are connected to the identification of their past belonging in a social and symbolic transnational field, built by political conflict of the Cold War.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
I.    Localidades e temporalidades do campo.....	2
II.   Temas e problemas.....	6
III.  Trajetos e trajetórias.....	10
IMAGENS.....	15
<b>Capítulo 1    Gorilas e subversivos: nação e política no Brasil em conflito</b> .....	17
I.    Notas sobre um drama à brasileira.....	17
II.   Nação, inimigo e violência no imaginário do conflito.....	21
III.  Ame-o ou deixe-o. ....	29
<b>Capítulo 2    Esquerda: rede, fluxos e transnacionalidade</b> .....	37
I.    Trajetórias militantes, narrativas de esquerda.....	38
II.   A pátria nos sapatos: cosmopolitismo, fluxos e continuidade.....	46
III.  Exilados, refugiados e estrangeiros: a ruptura do exílio.....	60
IMAGENS.....	68
<b>Capítulo 3    Internacionalismo e cooperação: Moçambique na trajetória militante</b> .....	71
I.    Um destino para militantes.....	78
II.   Militantes internacionalistas x cooperantes internacionais.....	84
IMAGENS.....	97
<b>Capítulo 4    Os melhores anos de nossas vidas</b> .....	99
I.    “Era o dia seguinte do fim do colonialismo” .....	102
II.   Contextos cosmopolitas.....	107
III.  “Tinha o Muro de Berlim, tinha a Guerra Fria, certo?”.....	114
IV.   Crítica, (auto)censura, aparato repressivo e “contexto”.....	132
IMAGENS.....	154
<b>Capítulo 5    Brasileirada em Maputo</b> .....	159
I.    “Os brasileiros iam em grupo” .....	159
II.   “Há de vir” .....	169
III.  Descobrimo o Brasil.....	174
IV.   “Abrassando” Moçambique.....	179
IMAGENS.....	187
<b>Considerações Finais</b> .....	191
<b>Referências</b> .....	195

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANC</b> : African National Congress	<b>PAIGC</b> : Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
<b>ABRASSO</b> : Associação Brasileira de Solidariedade ao povo Moçambicano	<b>PC</b> : Partido Comunista
<b>ALN</b> : Ação Libertadora Nacional	<b>PCB</b> : Partido Comunista Brasileiro
<b>A.N.:</b> Arquivo Nacional	<b>PCBR</b> : Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
<b>AP</b> : Ação popular	<b>PCdoB</b> : Partido Comunista do Brasil
<b>APESP</b> : Arquivo Público do Estado de São Paulo	<b>PCP</b> : Partido Comunista Português
<b>CEI</b> : Casa dos Estudantes do Império	<b>PCUS</b> : Partido Comunista da União Soviética
<b>CENIMAR</b> : Centro de Informação da Marinha	<b>POC</b> : Partido Operário Comunista
<b>CGT</b> : Comando Geral dos Trabalhadores	<b>PPM</b> : Polícia Popular de Moçambique
<b>CIE</b> : Centro de Informação do Exército	<b>PSB</b> : Partido Socialista Brasileiro
<b>CIEX</b> : Centro de Informação do Exterior	<b>PT</b> : Partido dos Trabalhadores
<b>CIMADE</b> : Comité Inter-Mouvements Auprès Des Evacués	<b>PTB</b> : Partido Trabalhista Brasileiro
<b>CISA</b> : Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica	<b>PUC</b> : Pontifícia Universidade Católica
<b>CONTAG</b> : Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas	<b>RENAMO</b> : Resistência Nacional Moçambicana
<b>DI-GB</b> : Dissidência da Guanabara	<b>RDA</b> : República Democrática Alemã
<b>DOPS</b> : Departamentos de Ordem Pública e Social	<b>SNASP</b> : Serviço Nacional de Segurança Popular
<b>DSI</b> : Divisão de Segurança e Informação	<b>SNI</b> : Serviço Nacional de Informação
<b>FBI</b> : Frente Brasileira de Informações	<b>UAPPL</b> : Universidade Amizade dos Povos Patrice Lumumba
<b>FLN</b> : Frente de Libertação Nacional	<b>UEM</b> - Universidade Eduardo Mondlane
<b>Frelimo</b> : Frente de Libertação de Moçambique	<b>UFRJ</b> – Universidade Federal do Rio de Janeiro
<b>LSN</b> : Lei de Segurança Nacional	<b>UNB</b> : Universidade de Brasília
<b>MR8</b> : Movimento Revolucionário 8 de outubro	<b>UNE</b> : União Nacional dos Estudantes
<b>ORM/POLOP</b> : Organização revolucionária Marxista /Política Operária	<b>URSS</b> : União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>ONU</b> : Organização das Nações unidas	<b>USP</b> - Universidade de São Paulo
<b>OUA</b> : Organização da Unidade Africana	<b>VAR-Palmares</b> : Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares
	<b>ZANU</b> : Zimbabwe African National Union

*Fiz ranger as folhas de jornal  
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.  
E logo  
de cada fronteira distante  
subiu um cheiro de pólvora  
perseguido-me até em casa.  
Nestes últimos vinte anos  
nada de novo há  
no rugir das tempestades.  
Não estamos alegres  
é certo,  
mas também porque razão haveríamos de ficar  
tristes?  
O mar da história  
é agitado.  
As ameaças  
e as guerras  
havemos de atravessá-las,  
rompê-las ao meio,  
cortando-as  
como uma quilha corta  
as ondas.*

**(Maiakóvski, 1927. Tradução Emílio Carreira Guerra)**



## INTRODUÇÃO

*Eu queria estar na festa, pá  
Com a tua gente  
E colher pessoalmente  
Uma flor do teu jardim  
Sei que há léguas a nos separar  
Tanto mar, tanto mar  
Sei também quanto é preciso, pá  
Navegar, navegar  
(Chico Buarque, Tanto mar)*

No dia 25 de abril de 1974, um evento há muito aguardado deixaria Portugal no centro das atenções mundiais. Aquele que ficou conhecido como movimento dos capitães colocaria fim a 40 anos de Estado Novo (1932-1974), cujo símbolo máximo foi Antônio Salazar. Sua queda ficou marcada pelas conhecidas imagens de entusiasmo dos estudantes, principalmente universitários, distribuindo os cravos símbolos do movimento, em meio aos militares insurgentes das Forças Armadas portuguesas. A revolução fez tomar as ruas e praças lisboetas por gentes, cravos e bandeiras em passeatas, assembléias e manifestações artísticas, conformando a primavera política portuguesa.

Muitos dos envolvidos no movimento eram militares egressos ou desertores da guerra colonial, contrários à sangrenta contenda que por mais de dez anos consumiu, em Angola, Guiné Bissau e Moçambique, jovens da metrópole e das colônias. As perdas causadas pela guerra foram o golpe final para a desestabilização do regime salazarista, cujo fim daria início a um processo de negociações para a independência das colônias. A Revolução dos Cravos trouxe consigo os ideais de libertação e igualitarismo, tornando o país, durante um primeiro período, destino para todos aqueles que então se identificavam como militantes da esquerda mundial. Portugal passou a integrar o itinerário dos trânsitos e conexões, que então formavam uma extensa rede social, capaz de atravessar as fronteiras nacionais e mesmo o cisma e o isolamento entre os “blocos”, simbolizado pelas idéias de “cortina de ferro”, ou no mais literal “muro”, que se tornaram metáforas de uma época. Atravessando-os, as conexões colocavam em relação, em laços diretos ou potenciais, os movimentos políticos europeus do ocidente e do leste, os asiáticos, os de libertação das colônias africanas e também aqueles contra as ditaduras latino-americanas.

Em setembro de 1974 foram assinados os Acordos de Lusaka dando início à transição política que tornaria Moçambique, a 25 de junho de 1975, um país independente, que se lançaria rumo a uma experiência socialista. Neste mesmo momento, os países europeus, capitalistas e socialistas, recebiam brasileiros (ex-)militantes de organizações políticas, deslocados do país em fluxos contínuos desde o Golpe de 1964 devido à

perseguições da Ditadura Militar (1964-1985). Alguns deles passariam a mobilizar junto às redes da esquerda na qual estavam inseridos, múltiplos contatos que pudessem levá-los à nova primavera moçambicana. Esta etnografia trata das narrativas, trajetórias e trajetos desses exilados brasileiros, que se tornaram cooperantes na República Popular de Moçambique.

### **I. Localidades e temporalidades do campo**

Foi durante a monografia de conclusão da minha graduação em história na Universidade Federal Fluminense, que meu então orientador, Prof. Dr. Marcelo Bittencourt, me apresentou uma lista com de cerca de 20 nomes de ex-exilados brasileiros que se tornaram “cooperantes da revolução” em Moçambique. Eu ainda não sabia, mas esta lista tinha sua própria história. Fruto dos laços ainda persistentes do que outrora havia sido o “grupo dos brasileiros” naquele país, ela fora elaborada por professores vinculados ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Estes, não por acaso, haviam pertencido ao mencionado grupo. Julgo, portanto, conveniente de partida registrar a dívida que a presente etnografia guarda para com Marcelo Bittencourt, a lista e seus executores.

Mobilizada pelas possibilidades que na época julguei ter, resolvi tomar a lista como objeto de pesquisa. Através dela, foi possível aproximar-me dos sujeitos apontados e dos contatos ainda mantidos por eles com outros participantes do mesmo processo. Longe de nomes associados em um papel, descobri estar diante de uma rede social, o que me proporcionou seguir por suas conexões. Ao longo desse processo foi possível multiplicar por quatro os nomes na lista, muito embora ela esteja ainda distante da exaustão. Para tanto, foi fundamental o uso da internet na busca de informações, nomes e contatos, e inestimável o apoio dos próprios sujeitos da pesquisa. Nesse sentido, os entrevistados relacionaram-se ativamente com este trabalho, não apenas porque suas histórias orais são seu ponto de partida, mas também por terem participado na pesquisa de campo, destacadamente na indicação de novos nomes, influenciando meus caminhos. Devo creditar a seus laços de amizade, a generosidade com que fui recebida pela grande maioria das pessoas que procurei, ainda que a tantas outras não tenham sensibilizado meus pedidos.

Ainda assim, meu principal desafio foi encontrar pessoas. Perseguir informações dispersas e pô-las em ordem de modo que pudessem me levar aos endereços, reais ou virtuais, e telefones que colocariam em movimento a pesquisa de campo. O deslocamento

no tempo e no espaço se fez sua principal característica. Trata-se, portanto, de uma etnografia *translocal*, com a licença de Appadurai (1997), com entrevistas realizadas nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Goiânia e Brasília, entre 2009 e 2010 em sua maioria, contando com algumas realizadas em 2007. Somam ao todo vinte e três as entrevistas. Quinze feitas com ex-exilados e outras quatro com entrevistados que eram crianças no momento da partida (tendo um deles nascido no exílio). Finalmente, um entrevistado de nacionalidade francesa que, casado com uma exilada brasileira, fazia parte do “grupo” em Moçambique. Foram realizadas ainda: uma entrevista com o ex-ministro moçambicano José Luís Cabaço, com uma ex-exilada na Argélia e com uma cooperante não exilada. Em relação a estes últimos, conversei também com alguns através da internet. O caso dos cooperantes não exilados será debatido de forma detalhada no capítulo 3.

Outra dificuldade enfrentada foi lidar com a diversidade. A afirmação pode soar evidente quando se trata de uma pesquisa antropológica. No entanto, devo acrescentar que o desafio não estaria tanto em como tratar diferenças entre eu e meus interlocutores, mas em como harmonizar minhas observações sobre sujeitos sociais hoje tão distintos entre si, após décadas desde sua volta ao Brasil, de modo que as afirmações sobre todos não ferissem sua flagrante heterogeneidade.

Começando pelo que os assemelha, fui recebida por pessoas, em sua maioria, entre 60 e 70 anos, de classe média e com formação universitária, uma parcela possuindo também pós-graduação. Entre as profissões exercidas, chama atenção o alto número de professores, profissão predominante, sendo a maioria de professores universitários. Entrevistei ainda economistas, piloto de avião, tradutor, engenheiro, fotógrafo, cantora, sociólogos, dona de casa, produtora cultural e antropóloga. Apesar de haver aposentados, não é o caso da maioria. Uns trabalham na área de sua formação, outros em atividades conexas, além de haverem aqueles dedicados à política. Metade optou que a entrevista tivesse lugar em suas casas, a outra em seus locais de trabalho, o que me fez visitar, além de várias residências, universidades; institutos de pesquisa; prédios comerciais; uma sede de partido e um dos anexos da Câmara dos Deputados. Passei em meio à variedade de sotaques, ritmos e paisagens e pude conhecer pessoas muito diferentes entre si.

Ainda que em minoria, houve aqueles mais reservados. Evasivos, provocavam-me a formular muitas perguntas na tentativa de trazer a tona uma resposta que eu considerasse suficientemente detalhada, certificando meu entendimento. Houve também aqueles mais extrovertidos. Alguns deles realmente incontíveis. Novo desafio: subvertiam o roteiro de

entrevistas, tornando necessário que eu aproveitasse cada pausa mínima realizada para emplacar a pergunta seguinte. Enquanto algumas narrativas me pareceram fruto de reflexões forçadas pelo tempo, reconstruídas com uma serenidade relativamente constante, surgiram também aquelas mais emotivas, de entrevistados visivelmente mobilizados pelas lembranças. Os registros desses encontros estão permeados por esta variedade de tons e volumes de vozes. Das passagens contadas a plenos pulmões àquelas feitas aos sussurros. São transpassados por risos, mas também por lágrimas. A gravidade de certos trechos foi contrabalanceada pelas fofocas e anedotas de outros. Acusações conscientemente feitas contrapostas a pedidos de discrição frente ao gravador. Os arremedos, inevitáveis socos na mesa e várias sonoplastias foram igualmente convocados para dar conta das múltiplas emotividades postas em jogo durante cada narrativa, fazendo de cada uma um universo.

Se eu parti para campo com uma lista, fração de nomes do que em Moçambique fora “o grupo dos brasileiros”- um agrupamento auto-reconhecido que interagiu socialmente, possuindo relações de amizade, convivência muitas vezes cotidiana e iniciativas conjuntas- encontrei uma composição bem diferente. Conheci homens e mulheres que, na situação mais comum, apesar de conhecer e lembrar-se da maioria dos nomes da lista, mantêm contato com apenas parte deles, seja por troca ocasional de e-mails ou telefonemas, seja por relação de amizade cultivada à distância, com mais ou menos constância e presença. Em minoria estão aqueles que possuem contatos com poucas pessoas ou não os possuem, lembrando vagamente de poucos dos nomes que eu carregava na minha lista. Há ainda aqueles conhecidos por (e conhecedores de) todos, com amplo domínio do antigo “grupo”, tendo contato periódico com vários de seus ex-membros, troca de e-mails, visitas, conversas e notícias mantidas relativamente em dia.

Durante o campo, minha observação pode ter lugar em cada encontro sobre os indícios materiais ou contextuais das relações que os entrevistados mantinham, ou deixavam de ter, com Moçambique e com o passado militante, por exemplo, mas também na observação das diferentes e persistentes formas de conexões ainda estabelecidas entre eles. Observação de suas redes estruturadas seja através da internet, dos contatos telefônicos ou das formas de ajuda mútua que ainda persistem. Foi possível observar, diretamente ou através de registros: pessoas trabalhando ou que já trabalharam juntas; a fotografia tirada por um, enfeitando o escritório do outro; o projeto político de um para o qual outros militaram ou militam; o abrigo ou ajuda que um ofereceu ao outro em um momento de necessidade, por exemplo. Também acabei envolvida nessas conexões. Através de mim notícias foram pedidas, recados enviados, telefones e e-mails atualizados,

anedotas, elogios e mesmo críticas foram trocados. Pude ouvir em lugares diferentes as mesmas histórias, em versões idênticas ou distintas, e histórias que se completavam.

O segundo deslocamento com o qual lidei foi o temporal, presente quando tratamos da produção de histórias orais. Aqui ele se traduz em boa parte dos casos em até quarenta anos de distância temporal interposta entre os narradores e os eventos que narram. Caminharemos, portanto, em direção a fatos ocorridos no passado. Para tanto, devemos levar uma questão em mente: não estudaremos os fatos do passado, e sim a memória a respeito deles expressa através da narrativa no presente. Ela é nosso dado etnográfico, e como tal, é um produto cultural complexo<sup>1</sup>. Não podendo esquecer que essa memória é produto duma relação social estabelecida entre as partes no ato testemunhal, quando ocorre uma sobreposição de temporalidades, pois os testemunhos

Incluem inter-relações cuja natureza não é fácil de compreender, entre memórias privadas, individuais e públicas, entre experiências passadas, situações presentes e representações culturais do passado e presente. Em outras palavras, os testemunhos de história oral estão profundamente influenciados por discursos e práticas do presente e pertencem a esfera da subjetividade. (SCHWARZSTEIN, 2001: 73)

Por ser referenciada no passado, essa pesquisa pôde ainda valer-se de arquivos documentais. Foram realizadas incursões nos arquivos públicos: Edgar Leuenroth da Unicamp, onde pude acessar depoimentos orais arquivados de dois exilados brasileiros que estiveram em Moçambique, além de documentos da Frelimo e fotografias tiradas em Moçambique; no Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundo DEOPS, onde está a documentação dos órgãos de segurança relacionados à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; no Arquivo Nacional, fundo SNI e CIEEX, onde estão depositados documentos produzidos por extintos órgãos de segurança e informação como o SNI, CENIMAR, CIE, CISA e a DSI do Ministério das Relações Exteriores; no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, fundo ASMOB, onde se encontram periódicos produzidos por exilados brasileiros no exterior. Por fim, pude me valer de dois arquivos privados: o acervo de imagens produzidas pelo fotógrafo Daniel de Andrade Simões e algumas cartas retiradas da correspondência pessoal de Miguel Arraes no exílio, pertencente ao acervo particular de Madalena Arraes, publicadas por uma reportagem do jornal *Diário de Pernambuco*.

Ao longo dessa pesquisa tive acesso à informações muito íntimas através das histórias orais, reveladas justamente por aqueles que poderiam solicitar sua não divulgação. Nenhum dos entrevistados solicitou que seu testemunho fosse colhido sob a condição de anonimato, apesar de alguns terem demonstrado desinteresse em que

---

<sup>1</sup> Schwarzstein, 2001.

aspectos particulares do depoimento fossem disponibilizados publicamente. Acreditando ser possível conciliar o acesso a informação e o resguardo da intimidade, usarei pseudônimos para identificá-los<sup>2</sup>.

## II. Temas e Problemas

Após a Revolução dos Cravos, o general Geisel reconheceu prontamente a queda do regime congênere português e a legitimidade do novo governo, assim como o fez em relação ao surgimento dos novos países africanos independentes. O Brasil passava então por uma remodelação em sua política de relações internacionais, não coincidentemente, contemporânea às transformações na política interna conhecidas como distensão política<sup>3</sup>. Mudanças tão lentas quanto controversas navegavam segundo os ventos da política interna brasileira e do cenário mundial que, embora em transformação, permanecia marcado pelo signo da Guerra fria. Essas mudanças já sinalizavam, no entanto, a abertura que traria os exilados políticos brasileiros de volta ao país com a Anistia de 1979 e, finalmente, o fim do regime em 1985. Conhecido nos meios diplomáticos brasileiros como grande representante dessa nova ordem das relações internacionais brasileiras, o embaixador Ítalo Zappa foi deslocado para Moçambique em 1977, ficando responsável pela embaixada e pelo desenvolvimento das relações diplomáticas e comerciais entre os dois países. Em solo moçambicano, o embaixador tomou conhecimento oficial, provavelmente sem surpresa, da anterioridade da presença e das relações de brasileiros com o governo daquele país.

Não há dados estatísticos sobre a migração de brasileiros para Moçambique nos primeiros períodos após a independência. Seu primeiro censo geral só foi realizado em 1980 e nele não constam dados sobre a presença de estrangeiros. No entanto, sabe-se que a independência foi um marco para a partida de um contingente migratório de inúmeras

---

<sup>2</sup> O processo de abertura da documentação oriunda da polícia política brasileira ainda caminha longe de chegar a uma situação ideal de acesso. Apesar da quantidade de documentação aberta no Arquivo Nacional e nos arquivos públicos estaduais, ainda há muita documentação dos antigos DOPS e outros órgãos nacionais de segurança e informação não disponíveis ao arquivamento, controle e consulta públicos e cujo paradeiro sequer é conhecido. O envio dessa documentação aos arquivos não é um processo homogêneo como também não é o tratamento e as concepções de acesso de cada arquivo que os recebe. Desse modo, encontramos diferenças consideráveis nas políticas de acesso aos mencionados fundos do APESP e do AN. Diferenças que, a meu ver, revelam possibilidades distintas de equilíbrio entre os princípios constitucionais de inviolabilidade da vida privada e de acesso a informação, que regem as políticas de acesso, e diferentes ênfases concedidas às duas finalidades presentes nesse tipo de acervo, a saber, garantir a pesquisa e legalizar situações jurídicas dos atingidos pela ditadura, que pleiteiam direitos junto ao estado.

<sup>3</sup> Gonçalves e Miyamoto (1993). O governo Geisel, conhecido como o período da abertura lenta e gradual, teria modificado também sua política internacional, procurando tornar-se mais independente da órbita americana e buscando a expansão do mercado brasileiro junto a países do então Terceiro Mundo. Nesse espírito foram feitas aproximações com países africanos, China, Vietnã, Cuba, entre outros. Essa transformação reverberava também o processo de distensão da própria Guerra Fria que se iniciava.

nacionalidades. Desde então, a presença brasileira tem aumentado no país, sem nunca ter sido numericamente expressiva, seja em relação ao número de estrangeiros residentes em Moçambique, seja em relação ao total de brasileiros emigrantes<sup>4</sup>. Considero, contudo, a relevância histórica e antropológica dessa presença, na medida em que revela uma interseção entre o que, de outro modo, poderia ser visto como dois processos históricos independentes e sem relação, a saber: o processo mais geral e numericamente significativo do exílio de brasileiros nas décadas de 60 e 70 e a formação de Moçambique como Estado Nacional independente e, nesse primeiro momento, socialista.

O que me interessa aqui é o encontro desses brasileiros com os moçambicanos que faziam a luta armada por sua independência. Uma história de fluxos e redes emaranhadas, envolvendo e movendo coisas tão diversas quanto pessoas, informações, dinheiro, armas, documentos, apoio e solidariedade. Sugiro, portanto, trazer ao centro do interesse dessa pesquisa os meios através dos quais as relações entre as partes foram construídas e também os pressupostos que as sustentaram.

Os conflitos que motivaram o início do deslocamento dos entrevistados e a maneira como marcaram suas trajetórias serão discutidas no Capítulo 1. Elas serão compreendidas como inseridas no processo histórico brasileiro, que denominaremos, com Rollemberg (1999), de *exílio*. Entendo que perseguições de caráter *político* foram realizadas pela Ditadura Militar contra seus opositores, desenvolvendo um ambiente de insegurança que, me parece, ter sido o motor do *exílio*. Podemos dizer que, da maneira como será utilizado aqui, *exílio* quer convocar a visão historiográfica dominante, que associa os fluxos de migração de brasileiros durante o período mencionado à *política*<sup>5</sup>, querendo datar historicamente um processo social.

No entanto, há um segundo sentido em que o termo se aplica, também ele associado à *política*. Com pouca importância nos primeiros anos da Ditadura Militar, o termo exílio foi se consolidando ao longo dos anos do regime como uma categoria nativa importante, passando a ser mobilizado por movimentos coletivos de denúncia da ditadura e reivindicação da anistia, que o foram forjando. A contraposição entre duas referências de

---

<sup>4</sup> Segundo dados de 2009 do Ministério das Relações Exteriores do Brasil há 2.700 brasileiros residindo oficialmente em Moçambique. São 3.040.993 brasileiros espalhados pelo mundo, dos quais 36.852 no continente africano, 30 mil só em Angola. Moçambique é o segundo país africano com mais brasileiros. <<http://www.brasileirosnomundo.mre.gov.br/pt-br>> acesso em 29/07/10. Em relação aos dados moçambicanos, o Instituto Nacional de Estatística do país apurou no censo geral de 2007 que lá havia 205.554 estrangeiros, apenas 1% de sua população, sendo a maioria proveniente dos países vizinhos. <<http://www.ine.gov.mz/>> acesso em 29/07/10.

<sup>5</sup> O trabalho historiográfico de referência sobre o exílio de brasileiros é Rollemberg, 1999. Propõe sistematizações e periodizações para a experiência brasileira.

lugares, de um lado Brasil, de outro o exterior, converteu este último em *lugar de memória*<sup>6</sup>. O termo passou a operar amplamente por meio de suas memórias como elemento capaz de transpor vivências individuais para a percepção de uma experiência vivida coletivamente. Como afirma Pollak (1992), a memória é “*elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução de si*” (POLLAK, 1992: 5).

São notáveis os pontos de intersecção entre as visões analítica e nativa. Considero estas semelhanças fruto da referência que ambas leituras fazem à história recente do Brasil e à sua disputa no presente<sup>7</sup>. Ao longo do processo social, múltiplas narrativas sobre esse passado vêm se construindo e se influenciando, levando a história e a memória a participar, ora divergindo, ora convergindo, da consolidação de símbolos e narrativas dominantes sobre nação e sociedade no Brasil. No caso das narrativas dominantes sobre a Ditadura, apesar de suas idiosincrasias<sup>8</sup> e da permanente reformulação das leituras, sua reprovação e uma valorização do regime democrático como arena privilegiada das disputas políticas vem se firmado como leitura dominante. De sorte que, se por esta razão, o termo exílio foi apropriado pela maioria das narrativas, isso não o faz, conforme veremos, um termo unânime ou de significação pacífica.

As trajetórias, percursos e motivações específicos dos entrevistados puderam ser reconhecidos como uma só experiência individual e coletiva por meio da categoria “exílio”. Todavia, deve-se ter atenção para como o processo social pôde, simultaneamente, atribuir à memória sobre eles sentidos plurais. Sendo assim, no capítulo 2 pretendo associar as trajetórias e deslocamentos dos entrevistados às suas conexões no campo da esquerda para enfatizar as múltiplas categorias, para além de “exílio”, mobilizadas para narrá-los.

Decorre destas idéias a centralidade que a *política* adquire como elemento mobilizado por estas narrativas sociais. Pela multiplicidade de suas aplicações, creio ser

---

<sup>6</sup> Nora, 1997. Livros como *Memórias do exílio* (Cavalcanti e Ramos, 1978) e *Memórias das mulheres no exílio*, (Costa, 1980), coletâneas de testemunhos feitas ainda durante o exílio, mostram um pouco dessa formação da experiência e memórias coletivas sobre o período associadas ao uso do termo exilado e da construção do exterior como lugar de memória.

<sup>7</sup> Parece-me notável que a eleição presidencial do ano de 2010 traga a tona entre seus debates a questão do passado recente dos candidatos e sua conduta política no período da ditadura. Os dois candidatos com maiores intenções de voto nas pesquisas, antigos oponentes do regime, se vêem acusados e trocam acusações a respeito de seus envolvimento, José Serra como ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e ex-exilado, Dilma Rousseff como ex-guerrilheira e ex-presença política.

<sup>8</sup> Algumas leituras sobre a relação entre memória, história e sociedade brasileira estão em Reis, Ridenti e Motta, 2004. Apesar da reprovação dominante em relação à ditadura, a tentativa em 2010 de revisão da interpretação vigente da lei da anistia que concede perdão simultaneamente a torturadores e torturados foi negada pelo Supremo Tribunal Federal.

necessário definir os distintos usos que atribuo ao termo. Como conceito analítico, compreendo *política* de forma ampla como ações e representações sociais relativas ao poder, compreendendo o poder como um aspecto presente em todas as relações sociais. Contudo, procurando me aproximar do processo social em presença, terei um olhar mais específico, mas que não exclui a primeira acepção, segundo o qual *política* se refere aos processos sociais que envolvem a disputa pelo poder, isto é, conflitos estabelecidos entre *paradigmas* em uma unidade social em suas diversas esferas.

A partir desse entendimento, lançarei um olhar com Victor Turner (2008) para os *campos e arenas* nos quais as disputas presentes na trajetória de deslocamentos dos exilados brasileiros até Moçambique se desenvolvem e se desenrolam. Segundo o autor, “*campos são domínios culturais abstratos nos quais os paradigmas são formulados, estabelecidos e entram em conflito*” (TURNER, 2008, 15). As “*arenas são os palcos concretos onde os paradigmas transformam-se em metáforas e símbolos com referência ao poder político que é mobilizado e no qual e no qual há uma prova de fogo entre influentes paladinos de paradigmas*” (TURNER, 2008, 15). Nesse sentido, pretendo observar como os sujeitos sociais interagem com seus *paradigmas políticos*, firmando ao mesmo tempo as arenas de conflitos e campos sociais e políticos de fidelidade e associação.

Uma segunda aplicação se refere à mobilização do termo por parte dos entrevistados. Pretendemos mostrar como ela se revela noção constituinte e indissociável de suas narrativas com múltiplos significados. A “política” situa uma posição frente ao conflito no cenário brasileiro e suas fidelidades associativas internacionais, dá uma coerência à leitura e análise que fazem de suas trajetórias e ações, encerra as fronteiras de seus pertencimentos coletivos e baliza a própria organização de suas narrativas e de suas memórias. “Política”, assim como “exílio”, é elemento constitutivo do sentimento de identidade, da formação de campos de relações sociais e de reconstrução narrativa de si. Julgo pertinente considerar “política”, “esquerda”, “militância” e “internacionalismo”, entre outras categorias pertencentes ao repertório mobilizado em suas narrativas, como símbolos constituintes do paradigma que, como tal, instigavam a ação social<sup>9</sup>. Seguindo ainda o percurso teórico de Turner (2008), estes símbolos são tomados como “*a origem e o sustentáculo de processos que envolvem mudanças temporais nas relações sociais, e não como entidades atemporais*” (TURNER, Op. Cit.: 49).

---

<sup>9</sup> Procurarei usar no corpo da dissertação, com o objetivo de diferenciar a aplicação dos termos, as categorias *analíticas* em itálico e as “*êmicas*” entre aspas. Esclareço ainda que procurando valorizar as histórias orais como fruto das relações e interlocuções estabelecidas durante as entrevistas, suas transcrições visam reproduzir a maneira como as palavras foram ditas, desejando assim revelar sua oralidade e coloquialidade.

O capítulo 3 discute as conexões e redes sociais, que permitem sua ida a Moçambique, bem como as categorias mobilizadas em suas narrativas para refletir sobre sua inserção na sociedade e na política moçambicana. No capítulo 4 o foco cairá sobre as relações e embates estabelecidos com a Frelimo, suas visões sobre o socialismo moçambicano e sua participação no processo de sua consolidação. Por fim, o capítulo 5 pretende abordar a constituição do “grupo dos brasileiros” em Moçambique, dando ênfase à relevância mantida pelas categorias relativas à nação no cenário internacionalizado da Guerra Fria. Procuo compreender ao longo dessa dissertação, sem a pretensão de fazê-lo exaustivamente, as relações estabelecidas entre ação política e processo simbólico, observando como “(inter)nacionalismo”, “exílio”, “política” e “ação”, entre outros símbolos são mobilizados, interagem e se articulam nas narrativas dos entrevistados, quando reconstroem suas trajetórias em *leituras comuns do passado*. Creio que fazê-lo implica tomar os trajetos e trajetórias, que compuseram o quadro do deslocamento de brasileiros para Moçambique na década de 1970.

### III. Trajetos e trajetórias

Refletirei aqui sobre trajetórias em trânsito. Foram fluxos de deslocamentos que deram arranjo ao “grupo dos brasileiros” a partir de 1975 em Moçambique, assim como o foram dissipando durante a década de 1980. Minha reflexão sobre este processo pretende acompanhar a perspectiva dos entrevistados sobre suas trajetórias, qual seja: considerar que suas ações sociais estiveram envolvidas pela dinâmica do conflito estabelecido no campo político brasileiro e mundial, cindido pelos *paradigmas* socialista e capitalista. Pretendo mostrar que as redes sociais e as relações entre brasileiros e moçambicanos se desenvolveram sobre o reconhecimento de um pertencimento comum a um *campo transnacional* e sobre a leitura de suas trajetórias a partir de símbolos encerrados no interior do mesmo *paradigma*. Para tanto, e a guisa de uma apresentação dos entrevistados, farei um breve desenho das trajetórias e trajetos de sua partida do Brasil. Os contornos de seu deslocamento irão receber definição ao longo dos capítulos. Por ora, esse esboço permitirá situá-los em relação aos processos históricos, dos quais se consideram participantes.

Jacques foi uma das primeiras pessoas que entrevistei. Também um dos primeiros de quem ouvi falar. De nacionalidade francesa, tornou-se “companheiro” de uma exilada brasileira, a quem conheceu na França e acompanhou todo o exílio. Contou-me como sua trajetória o trouxe de Paris ao Brasil, país com o qual se identifica e hoje vive. Estudante

na Sorbonne em 1964, ele conheceu, dias após o Golpe no Brasil, três estudantes brasileiros, que distribuíam panfletos denunciando o ocorrido. Eram militantes ligados à organização política brasileira AP, a quem se juntou “*por curiosidade intelectual*”. Juntos participaram de um grupo de estudos, que contou com ilustres intelectuais “de esquerda”:

*“Quando estava na Sorbonne ainda estudando com **esta tropa de brasileiros**, tínhamos formado um grupo, **que juntava gente do México até a Argentina**, passando por todos os países. E tinha um **grupo de estudo do marxismo**, que se reunia sob a inspiração do **Althusser** e do qual a secretária era **Martha Harnecker** (...). Então estávamos com este perfil (...) Todos na Universidade, Sorbonne, estudantes em Paris. (...) Isso era nos idos de 65... 66, essa história do grupo de Althusser. Eu me lembro também neste grupo de ter feito uma reunião no apartamento dos **companheiros chilenos em Paris** com o famoso **Régis Debray**. Antes dele... ele estava compactando a história **da revolução na revolução**, e antes dele se mandar ele já estava... é claro que ele não deu... mas ele já estava com a idéia de se juntar com **o grupo de Che Guevara na Bolívia**. Ele não confidenciou nesta época esta história, mas ficamos lá uma noite, **uma noitada, discutindo disso...** do que seria isso: **a montagem de guerrilha e tal.**”<sup>10</sup>*

Contudo, eram tempos em que “ação” e “prática” balizavam o comportamento da “esquerda”. Seu interesse acabou, portanto, por trazê-lo para a “luta” no Brasil, onde passou a trabalhar e colaborar com organizações políticas. Em 1971, quando se apertava o cerco da repressão, prisões entre militantes conhecidos levaram-no a retornar à França. Lá manteve sua relação com militantes da esquerda parisiense e exilados brasileiros, circuito onde conheceu sua “companheira”, que, não coincidentemente vinha daquela mesma organização. Permaneceu seguindo nas rotas do exílio, voltando ao Brasil com a Anistia.

Na medida em que parece central nas narrativas dos entrevistados, influenciando a leitura aqui desenvolvida, considero relevante destacar o alto grau de envolvimento dos brasileiros que se tornaram cooperantes em Moçambique nos conflitos políticos ocorridos no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Esta característica está presente entre os entrevistados, que em sua totalidade integrou movimentos sociais, estudantil ou sindical, e a luta armada, por vezes passando por mais de um deles. Estiveram também organizados diretamente, caso da maioria, ou envolvidos, com uma ou mais das organizações e partidos políticos reconhecidos como “de esquerda”. No caso mais comum, foi o movimento estudantil a abrir as portas para o que se referem como sua “militância política”.

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, os entrevistados participaram das “agitações”, iniciadas no período pré-golpe, que cresceram em intensidade até atingir seu ápice em 1968, ano marco, com o qual se identifica toda uma geração. Ano marcado também como início do período mais devastador da repressão.

---

<sup>10</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

Os entrevistados eram então estudantes, universitários ou secundaristas, participantes de grêmios, centros acadêmicos e associações estudantis mais amplas, como a UNE e outras entidades regionais e locais, então em mobilização pela “defesa da educação”. Nestes espaços, tiveram seus primeiros contatos com organizações políticas, inicialmente o PCB, a Juventude Católica (da qual posteriormente se organiza a AP) e a POLOP. Essas organizações iniciariam um intenso processo de divisão a partir de 1967, dando surgimento a novos grupos, parte deles adeptas da luta armada como forma mais efetiva de derrubar a Ditadura e fazer a “revolução”, projetos que mobilizavam centralmente os pensamentos e ações da “esquerda”. Sobre as antigas pesava a acusação de um imobilismo, que a urgência, a vontade e, principalmente, a crença na possibilidade imediata das transformações não podiam tolerar.

A maioria dos entrevistados seguiu esta trajetória a partir do movimento estudantil. No Rio de Janeiro, iniciaram sua militância: Nelson, que se aproximou do POC na UFRJ; Marcos iniciou no movimento secundarista e na juventude católica, participando de entidades estudantis; Jairo esteve relacionado ao PCB. Entre aqueles que partiram do movimento estudantil na UFRJ para as organizações de luta armada estão: Bruno, que tomou parte no PCBR; Wagner, que esteve em colaboração com várias dessas organizações; Diogo e Sérgio, irmãos, militaram juntos na DI-GB.

Em São Paulo, Raquel e Sakamoto estiveram no movimento estudantil da USP. Este último, quando estudante secundarista, fora militante do PCB no interior do estado. Na luta armada estiveram Felipe e Selma. Eles tiveram alguma inserção anterior no movimento estudantil, o primeiro na PUC, a segunda na UNB, mas participaram mais fortemente da política através da ALN em São Paulo.

No interior do Rio Grande do Sul, Carla ingressou na juventude católica, militando no movimento secundarista e depois universitário. Participou da construção da AP, organização não armada em que militou em São Paulo. Em Belo Horizonte, sem ter jamais participado do movimento estudantil, Rodrigo ingressou na POLOP, passando posteriormente pra luta armada na VAR-Palmares. Através da organização foi para o Rio de Janeiro. Finalmente, Ricardo participou na Bahia do movimento secundarista e de experiências de luta armada.

Apesar de alguns deles terem tido passagens periféricas pelo movimento sindical, antes ou depois da universidade, o único entrevistado cuja experiência de “militância” se deu de forma consistente nessa esfera foi Igor. Hoje piloto aposentado, é original do Rio Grande do Sul e foi transferido para o Rio de Janeiro pela Varig, empresa em que

trabalhava e onde ingressou no PCB. Era vice-presidente do sindicato dos aeronautas do Rio de Janeiro, quando houve o golpe e a intervenção no sindicato.

Com o fechamento do regime, materializado no infausto AI-5 de finais de 1968, estes militantes passaram a sofrer perseguições mais duras. O ápice da repressão se deu entre os anos de 1970 e 1974, refletindo-se entre os entrevistados. Entre eles dez partiram para o exílio entre 1970 e 1971, outros três entre 1973 e 1974. Embora se exilando, apenas quatro deles o fizeram antes de ter sido preso. A prisão foi o que permitiu a partida de quatro entrevistados entre os “trocados”: Diogo pelo embaixador alemão, Sérgio, Wagner e Rodrigo pelo suíço, em sequestrados realizados por organizações de luta armada em 1970 e 1971. Os demais saíram clandestinamente com documentos falsos ou possuíram formas de sair com seus próprios documentos.

Em todos os casos, além de mecanismos individuais ou familiares, que eventualmente poderiam ser ativados para agenciar essa partida, foram mobilizados “esquemas” através das organizações, partidos ou entidades políticas aos quais eles estavam associados como seus “militantes”. Através destas estavam integrados a campos sociais que transpunham fronteiras, tomando um aspecto *transnacional*, pois o pertencimento reconhecido às organizações de esquerda significava inserção em uma rede de conexões, que vinculavam direta ou potencialmente indivíduos a outros indivíduos. Vários deslocamentos realizados pelos entrevistados foram fruto desta inserção, tendo suas conexões como base, o que parece explicar a existência de determinados trajetos comuns realizados pelos entrevistados na partida, ainda que a maior parte deles não se conhecesse ou tivesse relação direta no Brasil.

Os trajetos percorridos pelos entrevistados estão representados na Figura 1. Suas partidas se deram em direção ao Chile, à França, à Bulgária, à URSS e, após 1977, a Moçambique. Em direção aos países do leste europeu, partiram Jairo e Renata, ambos via relações entre o PCB e o PCUS. A última, ainda adolescente, partiu acompanhando a família. Dirigiu-se também para a região, Marcos, com apoio da embaixada da Bulgária, com quem tinha relações em função das conexões existentes entre entidades sindicais de esquerda e embaixadas dos países comunistas. A partida para a Europa, em geral para a França, foi feita por Sakamoto, Felipe e Carla. No caso dos dois últimos, ela contou com uma escala na Argentina, para onde a saída via fronteira era considerada menos arriscada que o aeroporto, uma estratégia repetida por vários entrevistados. O restante escolheu o destino mais comum da esquerda brasileira da época: o Chile da Unidade Popular de Allende. Diogo desembarcou na Argélia com “o grupo dos 40” trocados pelo embaixador

alemão, partindo para Cuba antes de seguir para o Chile. Rodrigo, chegando inicialmente neste país, partiu para um périplo clandestino pela Europa, antes de para lá retornar. Os demais se encaminharam para o Chile, passando por países vizinhos como Argentina ou Bolívia, conseguindo obter naquele país uma breve fixação.

Em meio às frustradas tentativas de volta e entusiasmadas participações na experiência chilena, os brasileiros foram se avolumando no país, que era visto com esperança pela esquerda latino-americana. Muitos se permitiram envolver no processo, entrando nos partidos, participando das manifestações e pegando em armas para defender o socialismo chileno, quando pareceu preciso. Contudo, o golpe de Pinochet em 1973 foi impactante. Gerou um êxodo muito maior que o brasileiro, inclusive pela presença de inúmeros estrangeiros, que, junto aos chilenos, passaram a buscar forçosamente as embaixadas, deixando aos bandos o país. A “colônia brasileira” se fez então em pedaços, assim como ficariam desarticuladas as conexões entre os militantes da esquerda de forma geral, cujo movimento comum mais consistente foi espalhar-se por embaixadas e abrigos improvisados no que logo se mostrou uma difícil procura por asilo.

Diogo e Sérgio saíram pela embaixada do Panamá, país onde seriam convidados a seguir viagem, chegando por fim à Europa. Bruno e Selma estiveram na embaixada da Argentina, indo para o país, de onde tiveram que se deslocar para a França e Alemanha ocidental, respectivamente. Rodrigo inicialmente na embaixada da Venezuela, só conseguiu asilo na Alemanha. Para o México, via embaixada, seguiram Wagner e Raquel, conseguindo de lá se deslocar, o primeiro para a Suécia, a segunda para Bélgica. Nelson, após muita exigência, como gosta de contar, conseguiu seguir de seu abrigo no Seminário Padre Hurtado para a Itália. Mesmo abrigo de onde a família de Manuela conseguiu asilo no Canadá, onde se fixaram, sendo os únicos entrevistados estabelecidos no continente americano. Como se pode constatar, havia uma hesitação dos países americanos em conceder asilo político aos refugiados do processo chileno, principalmente para os estrangeiros. Quando os recebiam, exigiam logo em seguida sua saída para outra parte, daí que os atingidos pelo golpe chileno tenham se dispersado amplamente.

A partir de 1975, seus contatos passariam a ser mobilizados para encontrar os caminhos para Moçambique. Somente após 1977 se tornaria possível ir diretamente do Brasil, momento em que Igor se desloca para lá, por via aberta pelo PCB.

\*\*\*\*\*

## IMAGENS



Figura 1: A juventude e os cravos.  
Foto: Daniel de Andrade Simões



Figura 2: Revolução dos Cravos. Nas ruas, passeatas e bandeiras. Foto: Daniel de Andrade Simões



Figura 3: Revolução dos Cravos. Arte e comunismo.  
Foto: Daniel de Andrade Simões

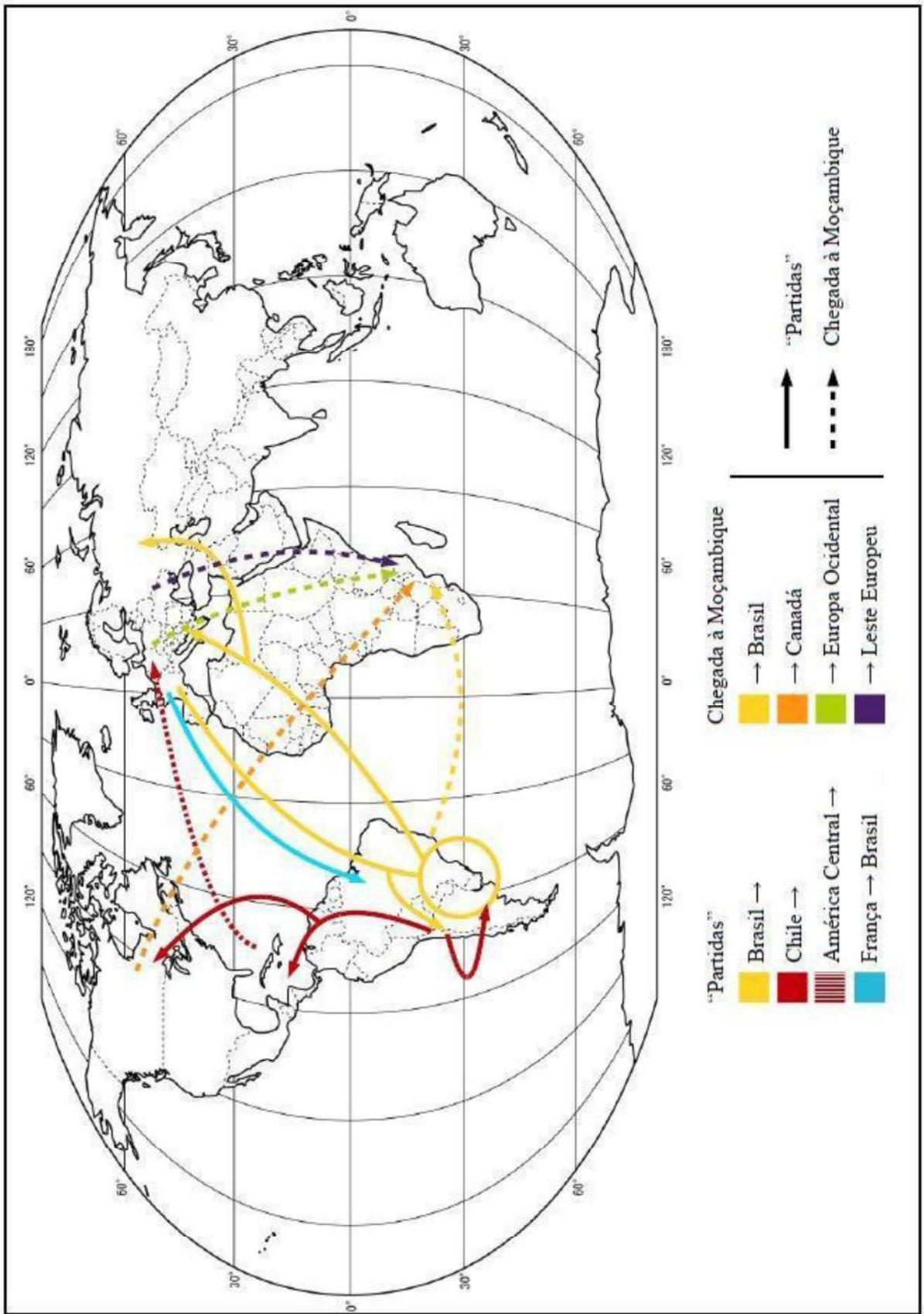


Figura 4: Mapa do deslocamento dos entrevistados. Partidas do Brasil e chegadas a Moçambique.

## Capítulo 1

### Gorilas e Subversivos: nação e política no Brasil em conflito

*“Nós não tivemos exilados no Brasil, nós tivemos fugitivos, pode ser dura a minha palavra, mas eu não acho que tivemos exilados no Brasil, não houve um decreto de exilar ninguém. Depois que fizeram algumas coisas, quiseram ir embora, então nós criamos os banidos, eles é que quiseram ir embora pra aqui, pra lá, pra acolá, pegaram um avião e saíram por aí, não é?”<sup>11</sup>*

*“Porque juridicamente a ditadura nos bania. Ora, e sendo banidos, nós estávamos fora do sistema jurídico brasileiro! Coerentemente com isso, se a gente voltasse ia ter que ser expulso do Brasil. Evidentemente que isso estava fora de lógica, então eles nos disseram claramente, eu me lembro que o avião fez um... o comandante do avião fez uma volta no Rio de Janeiro, e os torturadores diziam: “olha pela última vez, porque se vocês voltarem vocês vão morrer, se vocês forem presos vocês vão morrer!”<sup>12</sup>*

A primeira frase transcrita em epígrafe foi dita por um general, ex-comandante do I Exército durante os anos 70, em entrevista recente à televisão, quando se manifestou a respeito dos opositores da ditadura e outros assuntos relativos ao regime. Em toda a entrevista chamou-me atenção a centralidade que o general empregou em seu discurso à oposição “nós” x “eles”, que pode ser percebida no trecho citado. Neste “nós” ora quer se referir à ditadura, “*nós criamos os banidos*”, ora à sociedade brasileira de conjunto excluindo os exilados, “*nós não tivemos exilados no Brasil, nós tivemos fugitivos*”, em oposição a “eles”, que “*quiseram ir embora*”. A mesma oposição pode ser vista no segundo excerto, este pronunciado por Diogo em frases como “*nós estávamos fora do sistema jurídico*”, “*a ditadura nos bania*”. A semelhança, apesar da clara diferença entre as duas interpretações sobre o tema do exílio, se expressa na disputa em torno às categorias mobilizadas e está no reconhecimento por parte dos dois narradores da existência de um conflito que os separa. Um conflito que remete ao passado, embora ainda lateje no presente, aos anos anteriores ao golpe militar de 1964, quando se instalou na *arena política* uma oposição radical que só se dissolveria pela exclusão de uma das posições antagônicas. A exclusão da versão do outro ou a exclusão física do outro, de todas as formas a solução desse conflito deveria ser a ruptura.

#### I. Notas sobre um drama à brasileira

Dou início chamando a atenção para o conflito porque entendo que ele seja um dos elementos mais característicos do período marcado pela Guerra Fria, como também do

---

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 2010, disponível em: <<http://globonews.globo.com>> acesso em 28/07/10.

<sup>12</sup> Entrevista com D.A.R.F. concedida a Denise Rollemberg. Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1996.

momento histórico vivido pelo Brasil nos anos 60 e 70. Conflito que aqui não se iniciou, tampouco terminou, com o golpe civil–militar de 1964. Definitivamente deflagrado pela posse de João Goulart em 1961, ele permaneceu central durante todo o regime ditatorial até o início do processo conciliatório no final da década de 70. Parto da apreciação de que esse embate foi “*o mais complexo e violento, e de maiores dimensões sociais, que até então conheceu a república brasileira*” (REIS, 2004: 31).

Esse processo conflituoso alcançou grandes dimensões sociais não porque tenha levado a agir diretamente quantidades expressivas da sociedade brasileira, mas porque a transpassou, cindindo posições. Manifestou-se em variados setores, grupo e classes da sociedade brasileira, levando-os, e aos indivíduos, a tomarem parte nessa ruptura. Eventos sempre lembrados como o comício da Central, a defesa das “reformas de base” e as Marchas da Família com Deus e pela Liberdade dão a dimensão da inserção do conflito naquela sociedade. Julgo ser possível dizer que no contexto imediatamente anterior ao golpe a *política* passou a ter centralidade na vida social brasileira e o confronto tornou-se estratégia privilegiada de seu exercício, vocabulário e imaginário. Ele ganhou força como um embate entre duas posições políticas mais gerais e antagônicas na *arena*, capazes de relativizar todas as outras diferenças.

Para dimensionar a agitação política no período, devemos lembrar que, durante o governo Jango (1961-1964), foi se formando uma aliança em torno à defesa das “reformas de base”. Elas adquiriram importância naquele contexto, pois seus defensores desejavam que elas democratizassem as instituições políticas do país e modificassem suas bases econômicas, distribuindo melhor os frutos do desenvolvimento industrialista dos últimos anos. Apesar de haver então variações de propostas e visões políticas entre os grupos que as defendiam e diferenças na interpretação do seu caráter, isto é, se seriam mais ou menos transformadoras, se seriam implementadas por negociação ou por pressão. Associando-se à idéia principal de “transformação” do Brasil, vislumbrando, em linhas gerais, justiça social e distribuição de renda, organizações se formaram e, ao lado das já existentes, projetaram suas ações para a concretização.

Durante o período do governo João Goulart, os movimentos sociais passaram a ganhar projeção. Por exemplo, podem ser citados: a criação do CGT e da CONTAG; a grande expressão tomada pelos enfrentamentos no campo, destacando-se a atuação das Ligas Camponesas e a criação de sindicatos rurais; a UNE deu seguimento a movimentos culturais e reivindicava a defesa da educação pública, com iniciativas como os Centros Populares de Cultura (CPC) e as campanhas de alfabetização. Nesse sentido também

atuava a Ação Católica, movimento interno à igreja, e seus organismos de juventude, que tinham grande expressão na UNE. Os postos mais baixos das forças armadas articularam a reivindicação de seus direitos políticos e até mesmo setores da oficialidade seduziram-se por bandeiras reformistas. O mesmo ocorreu com os intelectuais<sup>13</sup> e artistas, entre os quais pode ser observada a influência destas ideias<sup>14</sup>. O PCB, partido que defendia uma revolução socialista no Brasil, já considerava que as reformas eram o caminho para o socialismo brasileiro e partiam em sua defesa. O ambiente político ainda ensejava o surgimento de novas organizações como a ORM-POLOP; a AP, com membros provenientes da Ação Católica; o PCdoB, um “racha” do PCB; além das tendências nacionalistas que se agruparam em torno ao então governador Leonel Brizola e às ligas camponesas. Todas estas organizações assumiam uma postura de defesa das reformas e a necessidade da radicalização de ações e enftretamentos para sua conquista, que deveria sair “na lei ou na marra”.<sup>15</sup> Estes movimentos sociais e organizações políticas eram considerados e se consideravam “de esquerda”.

Como o que se esboçava era um quadro de conflito, é possível dizer que havia outro lado. Opondo-se às reformas e ao governo Jango, posicionava-se a “direita”, categoria também em geral denominada por terceiros e assumida pelos próprios. Ela se articulava entre partidos de tendência mais conservadora; intelectuais civis e militares; ativistas; a cúpula da igreja católica; a maior parte do oficialato das Forças Armadas; os empresários; e ainda setores amplos da “classe média”, representados, por exemplo, nas Marchas da Família<sup>16</sup>. Vale destacar, foi nesse estrato social que a cisão mais se expressou, pois, apesar de em maioria apoiar e sustentar a ditadura, de suas fileiras saíram muitos opositores, principalmente entre os intelectuais, os artistas, os estudantes integrados ao movimento estudantil. Consideravam-se “de classe média” também a maior parte dos membros das organizações de luta armada, surgidas após o golpe. Apesar de plural em termos de propósitos e idéias políticas, estes setores da “direita” se uniam no temor às reformas e às transformações que acreditavam ver no horizonte e a postura ofensiva de seus setores mais radicais não era uma novidade na história recente do país<sup>17</sup>.

Era um cenário em que a associação coletiva ganhava força como meio socialmente reconhecido para garantir direitos, conformando-se na construção de grupos de opinião, de pressão ou de ação. Sejam partidos, movimentos sociais ou frentes políticas, com a

---

<sup>13</sup> Ferreira, 2004.

<sup>14</sup> Ridenti, 1993, 2000.

<sup>15</sup> Ridenti e Reis, 2002.

<sup>16</sup> Reis, 2004.

<sup>17</sup> Ferreira, 2004.

intenção de manter, reformar ou revolucionar a ordem constituída. Elas perpetraram nos anos 60 processos de disputa pelo poder, que entravam com força na ordem no dia, um processo que se manteve vigoroso até a radicalização da repressão por parte da ditadura a partir do final de 1968. Devo assinalar que não insinuo a inexistência de diferenças no interior do que estou chamando de opostos nessa contenda ou, que existindo, elas não sejam importantes. Ao adotar as categorias “direita” e “esquerda”, mantenho em mente que cada uma delas congregava uma variedade interna de opiniões e práticas políticas de sujeitos e grupos, que se representavam a partir delas. Porém, com elas quero chamar a atenção para o fato de que dois *paradigmas*<sup>18</sup> políticos eram definidos e fortalecidos como tais pelo conflito, erigidos em oposição primordial, polarizados primeiro na disputa pelas reformas no governo Jango e depois no apoio/oposição à ditadura. Isso também não significa dizer que não havia posições intermediárias na sociedade, elas existiam, mas foi o conflito entre os *paradigmas* que passou a dar o tom à prática e aos símbolos na *arena*.

A relação de confronto aberto e irremediável veio a conhecer finalmente um rompimento público e evidente pela ação golpista da direita. Entendendo o processo segundo a perspectiva do conflito, convocarei aqui o conceito de *drama social* (TURNER, 2008) com o intuito de caracterizar o processo de *ruptura*, que com o golpe de 1964 se inicia, e dimensionar a importância alcançada por ele como marcador das memórias e das trajetórias em questão. O golpe marca a transformação do conflito em *drama social*, alterando as instituições políticas e redimensionando as relações, pois marca o domínio exclusivo destas instituições por um dos lados do conflito. Também iniciou uma *crise* pública no país, desencadeando um processo de *ruptura* simbólica entre as partes, que levou a ditadura, de posse do poder político e com apoio de setores da sociedade, a tentar conter o rompimento através de medidas que visavam excluir a esquerda da *arena política*.

Essa exclusão pode ser entendida como uma *ação corretiva*, uma medida de ajuste destes setores à nova ordem. O processo teve entre seus principais mecanismos, formais e informais, medidas de exclusão como a perseguição, a prisão, a cassação de mandato, a tortura, o desaparecimento, o assassinato, o exílio e o banimento. Medidas que marcaram para os dissidentes o início de um processo de transição entre diferentes estados estruturais, quando deixaram de ocupar qualquer “*condição estável ou recorrente culturalmente conhecida*” (TURNER, 2005, 137). Segregados, tornavam-se “*estruturalmente, ou mesmo fisicamente, invisíveis*” para o conjunto da sociedade (TURNER, Op.Cit., 139).

---

<sup>18</sup> Com paradigmas quero dizer o conjunto de símbolos e regras gerais que inspiram determinadas ações sociais e excluem outras do universo do ator, não me refiro a regimes ou a organizações políticas e suas práticas.

A violência passará a dominar o imaginário do conflito, surgindo de ambos os lados, em disputa pelos mesmos espaços territoriais e políticos e os mesmos símbolos nacionais, conseqüência da inflexibilidade de suas posições. Com o golpe e o desencadeamento de ações armadas de oposição à ditadura, o conflito toma graves proporções.

## II. Nação, inimigo e violência no imaginário do conflito

A luta pelas reformas constituía uma disputa envolvendo o controle das instituições e espaços de poder político e econômico do Estado brasileiro. Mas, para além das instituições, julgo que estavam igualmente em jogo representações e símbolos mobilizados por narrativas a respeito da “nação” e do “povo brasileiro”. Parto da definição de *nação* como uma comunidade política imaginada, proposta por Anderson (2008), para entender como os *paradigmas* políticos em conflito disputaram a formação desse imaginário de nação nos anos 60.

Segundo Balibar (1988), produzir uma nação é antes de tudo produzir um povo, que é a comunidade que imagina em conjunto um Estado como seu em relação a outros Estados, inscrevendo seus propósitos políticos em horizontes nacionais. “*Por exemplo, formulando suas aspirações de reforma e revolução social como projetos de transformação de “seu Estado” nacional*” (BALIBAR, Op.Cit.: 145). Esse povo não é uma entidade dada e homogênea, senão produzida em processos históricos permanentes e cheios de clivagens, em que diversos atores concorrem conflituosamente para “*produzir o efeito de unidade mediante o qual o povo aparecerá aos olhos de todos como “um povo”, quer dizer, como a base e a origem do poder político*” (BALIBAR, Op.Cit.: 146).

Segundo o autor, este “nós” nacional se institui encerrando diferenças internas, sendo capaz de subordinar e relativizar, fazendo primar como diferença simbólica irredutível a oposição *nós x estrangeiros*. No caso do *drama social* brasileiro, o fato dos dois lados em conflito reconhecerem o Brasil como o “seu estado”, onde estavam contidas e para onde eram direcionadas suas aspirações políticas, não trazia como conseqüência a submissão de suas diferenças de paradigmas políticos à noção de comunidade nacional. De sorte que a *nação* tornou-se não apenas o palco, mas o objeto da disputa em um processo em que a oposição *direita x esquerda* deixou de ocupar um patamar simbólico inferior e submisso à oposição *nós x estrangeiros*.

Parece notável nesse aspecto que os antagonistas tenham igualmente passado a associar em seu discurso a oposição *nós x estrangeiros* à oposição *direita x esquerda*. Daí que

nas narrativas sobre o conflito, enquanto cada um dos lados estivesse sempre a favor dos interesses nacionais, o antagonista estivesse constantemente associado a interesses exógenos. Deu-se um processo em que as compreensões da soberania e dos limites simbólicos do que se entendia como *nação* eram resignificados por clivagens políticas, travando uma batalha pelo imaginário. Daí que a esquerda se considerasse inserida em uma luta que fazia não em nome de si, mas do “povo brasileiro”.

Com isso, é possível dizer que os que se representavam como “de esquerda”, independente de suas dissonâncias internas, alimentavam leituras e narrativas que reconheciam como semelhantes a respeito do Brasil. No geral, elas estavam relacionadas a determinados valores políticos que a esquerda acreditava compartilhar como a transformação da ordem política e econômica e a igualdade social. Eram ainda influenciadas na maneira de pensá-las por correntes variadas do marxismo e pela dinâmica de diferentes confrontos violentos (as guerrilhas, revoluções e independências), que passara a ocorrer a partir do final da década de 50 no âmbito do que então se considerava o Terceiro Mundo. Eram narrativas que relacionavam símbolos como “nação” a outros, afinados com o que se passava no restante do mundo.

As posições compartilhadas pela esquerda não eram definidas, portanto, apenas pelos conflitos cotidianos de suas questões setoriais ou mesmo das lutas mais gerais pelas reformas nas arenas políticas. Transcendendo tudo isso, *“aparecia aí um território de fronteiras indefinidas entre a razão e a loucura, sonhos, arrogâncias, siluetas imprecisas, generosidade sem limites, aquilo que se convencionou chamar de utopias no sentido de tudo aquilo que transcende o imediato, o familiar, o visível a olho nu.”* (REIS e MORAES, 1998, 9). Esse território que, no dizer de Turner (Op.Cit.), é o dos *paradigmas radicais*, pressupunha a transformação da ordem, geralmente traduzida pela categoria “revolução”, ainda que essa categoria também tivesse múltiplos significados. Esse paradigma da esquerda marcava ainda um compromisso com a “ação” ou a “prática”, pela *“coerência entre o que se dizia e o que se fazia”* (REIS E MORAES, Op. Cit., 47), nutrindo uma ética da luta<sup>19</sup>.

Os depoimentos de Igor e Diogo em seqüência revelam essa leitura comum, que reunia os propósitos da ação política local com idéias e embates mais gerais a respeito da nação, criando, no marco do conflito e da utopia, um campo comum e amplo de propósitos através dos quais a esquerda se reconhecia, apesar de suas diferenças:

*“Mas havia na época... não só na aviação, em todo lugar, em todo lugar de trabalho, em toda nação... eu acho que você não é desse período, mas havia uma... os ânimos eram muito acirrados,*

---

<sup>19</sup> Reis e Moraes, 1998.

o **choque** era muito **evidente**, havia... a política a florava muito, o país ia pra um lado ou pra outro. Foi pro lado errado, mas se fosse **pro lado certo o país era outra coisa** hoje. (...) Mas havia uma tendência... uma tendência de se fazer uma reforma agrária que não se fez até hoje, mesmo agora. E então esse... esse... esse período tinha uma certa... **os patrões tinham uma certa raiva da gente, né?**(...) Bom, militamos no sindicato e a nossa **militância no sindicato foi muito ativa, muito ativa**, militamos com outras **direções de sindicatos de outros...** outros ramos de trabalho como os ferroviários aqui no Rio.”<sup>20</sup>

“A partir de 65 começou a **discussão do projeto**, porque nós fazíamos política estudantil, nós... é... o nosso papel, a nossa cabeça era o seguinte: nós éramos candidatos a **militantes revolucionários**, fazíamos política estudantil porque éramos militantes e estávamos ali. Mas a **nossa ambição** era muito... ia **muito além das fronteiras do movimento estudantil**.”<sup>21</sup>

Carla e Nelson chamaram atenção para o fato de que nutrir o *paradigma de esquerda* também significava compartilhar uma forma de concatenar uma leitura de sua própria vivência pessoal. Uma leitura que dava primazia às experiências políticas e trazia para a vida pessoal não apenas a perspectiva da ação e da transformação do país, mas dos antigos valores, trazendo a “revolução” para a própria vida. Uma noção que será fundamental, conforme veremos, em suas narrativas sobre Moçambique:

“Então, isso foi **o clima em que eu vivi a universidade**. Teve uma época em que eu era presidente do diretório, que eu tinha **3 assembleias por semana** pelo menos e um programa no rádio. Eu ia pro meio rural em caminhão com os seminaristas e a gente **fazia teatro popular, CPC da UNE**, aquelas coisas todas pros agricultores. Tinha **uma reunião de sindicato operário**, tinha uma assembleia na faculdade e um programa de rádio e **naquela época a gente pensava que ia fazer a revolução, então era a maior mandação de brasa**. Aí em 64, quando eu me formei, **eu fui convidada pra ser coordenadora nacional de JUC** e o meu pai... eu fui criada, enfim, pra ser mãe de família... enfim, não pra sair de casa aos 22 anos pra ir pro Rio de Janeiro sozinha, não era a perspectiva da minha família. **O meu pai já não sabia mais o que fazer comigo**, quando eu disse pra ele: “Ó, fui convidada pra ir pro Rio de Janeiro pra coordenação de JUC”, ele disse: “pode ir minha filha”. ”<sup>22</sup>

“**Meu pai no Paraná foi vereador pela UDN** e a família tanto da minha mãe quanto do meu pai eram **fazendeiros de café** e tavam ligados à **política**. Eu descobri agora a pouco.... Você vê, vai escavar! Que meu avô, meu avô materno, era o **chefe do integralismo** lá na minha região, que eu não sabia. Sabia que **eram conservadores, reacionários, racistas**, mas nunca soube o quanto. (...) Aí você tem um pouco da história que você, quando **jovem, se rebelou contra a tradição familiar**. Então a minha rebeldia com opção... sem opção um pouco, parte de um contexto que você vai contra. E eu fui contra, o mais imediato era a ditadura, **tinha a ditadura a gente se rebelava enquanto estudante**, mas junto tinha **o problema da família**. A minha família apoiava aquilo, **a minha família foi daquelas que apoiou a ditadura em 64, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade... me levaram!** E eu fui, porque ainda tava dentro disso, né?”<sup>23</sup>

Comentando a expressão dessa utopia nas manifestações artísticas da época, Ridenti (2000) lança palavras que a meu ver valem para as posições da esquerda de maneira mais geral:

---

<sup>20</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho e 2009.

<sup>21</sup> Entrevista de D.A.R.F com Denise Rollemberg, 9 de novembro de 1996.

<sup>22</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>23</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

Nos anos 60, a utopia que ganhava corações e mentes era a revolução (e não a democracia ou a cidadania, como seria anos depois), tanto que o próprio movimento de 64 designou-se como revolução. As propostas de revolução política, e também econômica, cultural, pessoal, enfim, em todos os sentidos e com os significados mais variados, marcaram profundamente o debate político (...) enquanto uns inspiravam-se na revolução cubana ou na chinesa, outros mantinham-se fiéis ao modelo soviético, enquanto terceiros faziam a antropofagia do maio francês, do movimento hippie, da contracultura, propondo uma transformação que passaria pela revolução dos costumes. Rebeldia contra a ordem e revolução social por uma nova ordem mantinham diálogo tenso e criativo, interpenetrando-se em diferentes medidas na prática dos movimentos sociais. (RIDENTI, Op.Cit., 44)

Chamemos de utopias ou paradigmas radicais, eles encontravam inspiração também nos processos sociais que transcendiam as fronteiras nacionais, compartilhando símbolos com atores sociais em outros espaços e outras *arenas*, uma vez que a dinâmica social da Guerra Fria tornou a *política* um *campo* de domínios transnacionais, e a oposição *esquerda x direita*, antagonismo entre *paradigmas* de um conflito que assumiu escala mundial. Os processos simbólicos da *política* no Brasil estavam certamente relacionados a esse domínio, mas por outro lado, eram travados e desenvolvidos em *arenas* onde o que estava em disputa eram o estado e a nação brasileira.

Compreendo de forma processual também a consolidação desses *paradigmas* transnacionais, pois creio que as experiências e símbolos da esquerda pelo mundo o foram constituindo. Se as *arenas* onde os conflitos se estabeleciam e eram simbolizados, em geral, eram os estados nacionais e o imaginário de nação era um dos símbolos mais disputados, os *paradigmas* eram formulados no contexto do *campo* transnacional forjado pela Guerra Fria. O reconhecimento dessas duas dimensões simbólicas envolvidas nos embates pela nação se fazia presente no drama, integrando as narrativas mobilizadas por ambos os lados em forma das acusações mútuas que eram lançadas. Parece relevante que a idéia de ameaça externa à nação, com a qual o antagonista compactuava e das quais ela deveria ser defendida, povoasse o imaginário do conflito, construindo a figura do “inimigo” como uma das mais fortes categorias do embate.

A “direita”, focada no aspecto da soberania, acusava os envolvidos com a esquerda de ameaçá-la, se aliando a interesses e forças exógenas aos “interesses nacionais”, constituindo uma ameaça à “segurança nacional”<sup>24</sup>. Chamando-os de “subversivos”, “terroristas”, “inimigos da pátria”, os excluía retoricamente e na prática do conjunto do “povo brasileiro”. A esquerda, por sua vez, considerava “povo” somente aqueles setores da

---

<sup>24</sup> Interessante nesse sentido que a Lei de Segurança Nacional (LSN – decreto-lei nº 314 de 13 de março de 1967) ao tipificar os crimes contra a segurança nacional cite a palavra estrangeiro em quase todos os seus artigos. O parágrafo 3 do Art.3º diz: “a guerra revolucionária é um conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder, pelo controle progressivo da nação”.

sociedade que via como beneficiários de suas propostas de transformação, os trabalhadores, os camponeses, os estudantes, etc., excluindo a quem considerava, tomando as eloqüentes palavras de Brizola, “*uma minoria de brasileiros vendilhões de sua pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional*” (Apud. FERREIRA, 2004, 198). Estes eram o “anti-povo”, os “gorilas”, que também estariam relacionados diretamente aos interesses “imperialistas” dos Estados Unidos.

A disseminação da figura do “inimigo” galgou lugar principalmente após o golpe, quando se passou a considerar a existência de uma “guerra” em curso. Após o golpe, entre os indivíduos e organizações de esquerda já existentes ou recém-surgidas, a perspectiva de um enfretamento mais violento com o regime ganhará força na defesa da idéia de “guerra revolucionária”. A ditadura, por sua vez, assumindo com todo o aparato estatal seu lugar na batalha, levou à consolidação de um sistema nacional de segurança e informação, que tinha também na “guerra revolucionária” ou “guerra interna” e no “crime de subversão”, tipificado pela Lei de Segurança Nacional, a base jurídica e simbólica para identificar e combater o “inimigo interno”<sup>25</sup>.

Ainda que nem toda esquerda tenha optado pela luta armada, a combinação de dois processos mais importantes, que influenciaram um ao outro; levou a violência a ser o principal meio de atuação da esquerda, a saber: o caráter de urgência que a estratégia revolucionária assume após o golpe<sup>26</sup>, e o progressivo esmorecimento de outras formas de luta e manifestação<sup>27</sup>. Estas transformações na relação de forças vão alterar a compreensão do conflito, bem como o das formas apropriadas à ação política. Nesse novo contexto, alguns militantes, vindos de movimentos sociais anteriores, passaram à luta armada, outros já iniciavam sua atuação política diretamente nelas, que seguiam militando sob a repressão:

*“a idéia da luta armada começava, claro, amadurecer. A esquerda pré-64 responsabilizada pelo fracasso dos grandes movimentos sociais anteriores ao golpe, todo seu projeto moderado de transição pacífica através das reformas era varrido e em seu lugar aparecia a perspectiva*

---

<sup>25</sup> Fico, 2001.

<sup>26</sup> Como nos fala Reis (1990), o golpe não é o marco inicial das ações ou intenções violentas, mas fortalece essa opção para boa parte dos militantes organizados. Apesar do abismo entre essa vontade e a dos movimentos sociais, retraídos pela perseguição da ditadura, estas organizações possuíam grande expectativa em seu papel mobilizador e na própria utopia revolucionária.

<sup>27</sup> O golpe militar abre uma primeira vaga de repressão que atinge principalmente, mas não só, o movimento sindical e os partidos a ele vinculados e se estende até 1966. Nos anos imediatamente seguintes há certa tolerância principalmente em relação à atuação da classe média, notadamente no movimento estudantil, esse quadro muda completamente após uma vaga de mobilizações de movimentos sociais, principalmente o estudantil, e também do início da luta armada em 1968. A partir daí, o regime se fecha completamente, o AI-5 é um marco, e, como já foi dito alhures, democratiza a repressão e a tortura como métodos, levando ao esmorecimento das manifestações e movimentos sociais que só ressurgiriam nos anos finais do regime.

*da luta armada e era isso que nos empolgava: como fazer a luta armada? Foco guerrilheiro? Guerrilha urbana?”*<sup>28</sup>

*“Quando eu entro [no PCB], já onde eu entro, que é o **comitê universitário de São Paulo**, aqui da cidade de São Paulo, então... já tava praticamente a parte... quer dizer, tava ligado [ao PCB], mas todo mundo que entrava **já defendia um outro tipo de resistência ao golpe militar**”*<sup>29</sup>

*“E aí, já 66, eu comecei realmente a me aproximar de uma forma mais efetiva da POLOP, só que aí a POLOP... começou todo um processo de divisão da esquerda brasileira, a POLOP foi uma delas que dividiu também. Ficamos como um núcleo em Minas Gerais, um núcleo forte de movimento de esquerda, tinha muita influência no movimento estudantil e quando eu entrei pra faculdade **eu já militava na organização, militava no aparelho da organização mesmo, tanto que eu nunca fiz movimento estudantil, nunca participei de uma passeata, nunca participei de nada disso.**”*<sup>30</sup>

Vale salientar que o posicionamento desigual nas estruturas de poder colocava a violência da ditadura em patamares absolutamente superiores ao da luta armada. A violência tornou-se uma política de estado, institucionalizando o terror como meio de dissuasão dos conflitos. Em sua composição, a estrutura repressiva contava com dois sistemas, o de informação, formado por uma rede de órgãos civis e militares de espionagem, responsável por identificar, produzir informações e; sobretudo, um discurso sobre o “inimigo”, em geral “*superestimando sua capacidade ofensiva*” (FICO, 2001, 137). O produto desse trabalho servia principalmente à atuação do sistema de segurança, rede policial e militar de repressão, responsável por aplicar as medidas de *ação corretiva*<sup>31</sup>. Sua atuação era independente, mas relacionada.

Uma profusão de leis regulamentava o funcionamento do sistema de informação, tipificando os crimes político e o processo penal nos tribunais militares, mas não excluía o caráter de exceção no qual operava o sistema de segurança. A duplicidade da ação torna difícil ainda hoje traduzir em número os atingidos pelo estado de terror, pois, dada a dinâmica da repressão, o número de atingidos pelo arbítrio dos interrogatórios policiais foi bastante além do número de pessoas processadas e punidas legalmente pelo regime<sup>32</sup>.

Parece possível dizer com Taussig (1993), que a tortura e os métodos arbitrários a ela relacionados visavam “*a necessidade de controlar populações numerosas, classes sociais inteiras e até mesmo nações, através da elaboração cultural do medo*” (TAUSSIG, Op. Cit.: 30). Por parte da esquerda, o terror se disseminava tanto em função do sofrimento direto de medidas como a prisão, a tortura e o banimento, quanto como conseqüência do impacto

---

<sup>28</sup> Entrevista de D.A.R.F com Denise Rollemberg, 9 de novembro de 1996.

<sup>29</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>30</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>31</sup> Fico, 2001.

<sup>32</sup> Conforme aponta o projeto Brasil Nunca Mais que trabalhou exclusivamente com os processos que transitaram pela justiça militar. Arquidiocese de São Paulo, 1985.

(calculado) que o conhecimento delas tinha sobre o conjunto de militantes. A tortura, quiçá a morte ou a obscura figura do desaparecimento, produtos extremos do arbítrio e da incerteza, constituíam o universo das possibilidades<sup>33</sup> inscrita em seus horizontes. Firmando-se como certezas incertas, impunham aos dissidentes novas dinâmicas que os permitissem continuar atuando politicamente e que garantissem sua sobrevivência, como a clandestinidade e mesmo o exílio, de sorte que um apartamento social era a conseqüência de estar na condição de inimigo. Ele podia vir ora como exílio, ora como clandestinidade, experiências que constituíam, sob este aspecto, duas formas de *liminaridade*. Muitos depoimentos referem-se à instabilidade dessa condição, como no relato de Selma abaixo. Apesar das ações clandestinas na ALN, ela vivia legalmente em São Paulo, sem ter sido descoberta pela repressão, quando foi presa:

*“Presa porque? Porque tava com uma dirigente (...) no carro (...) Ela era dirigente, mas eu era... eu tava junto. Bom, daí fomos pra OBAN, todo aquele processo OBAN, DOPS, presídio Tiradentes, etc. **Fui medianamente torturada, né?** Não das mais torturadas, mas bastante torturada (...). Bom, como eu neguei tudo o tempo inteiro, eu sei que eu saio, acho que em agosto de 70, **em liberdade condicional**, mas daí eu voltei... vim morar com meus pais de novo. Toda segunda-feira eu ia lá assinar o negócio... **a presença na auditoria militar** e já **voltei a militar**. Daí, a gente tava preparando uma missão, uma coisa assim, e o pessoal foi preso depois desse troço feito. E uma das pessoas, que foi presa, pelas fotos me denunciou. (...) então eu fui **denunciada por este companheiro**, que **ele tava na tortura na OBAN e eu tava solta e ia na auditoria na segunda-feira**. Sorte que **alguém do presídio tava lá na OBAN, ouviu isso, conseguiu avisar o advogado, que conseguiu me avisar**. E eu na segunda-feira não fui assinar, chispei. **Entre pra clandestinidade imediatamente aquele dia..”** <sup>34</sup>*

Nas palavras de Elizabeth Ferreira (1996) “*As alterações que surgem na participação destes militantes na vida legal da sociedade e em seu próprio comportamento resultam do caráter peculiar de sua própria experiência, conseqüência de seu desaparecimento temporário do mapa social no qual estavam temporariamente inseridos*” (FERREIRA, Op.Cit., p.3). Estas experiências coletivas marcariam suas trajetórias e o processo de reconstrução de suas memórias. O engajamento político e as incertezas do terror, ora juntos, ora separados, são os principais motivos atribuídos também ao exílio. É o caso, por exemplo, de Marcos, que já tinha passado por uma experiência de prisão pelo exército e, mesmo após deixar a militância, continuava sendo perseguido pelo DOPS, sem interesse em ingressar na luta armada e sem condições de viver sem apoio na clandestinidade, decide sair do país:

*“No Rio eu andava **meio semi-clandestino**, porque **a situação já tava tensa, mudava muito de casa...** Quer dizer, o único lugar fixo era realmente o trabalho. Mas eles deram [durante sua prisão] mais atenção **a minha militância** no Rio mesmo, na AMES e na FUEC, **no movimento estudantil** do Rio (...) isso foi naquela altura do AI-5. Então muito bem, o que acontece é que quando eu fui solto, ainda não existia a articulação dos órgãos de repressão, o DOI-*

<sup>33</sup> Portelli, 1996.

<sup>34</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

*CODI ainda não... com certeza o que me procurava no Rio era DOPS do Rio e o que aconteceu foi o seguinte, o exército me soltou, não me entregou pra DOPS. Porque depois do DOI-CODI você saía de um, eles te entregavam pra outro, não foi o que aconteceu comigo, o que aconteceu foi que quando... eu fui solto, voltei a trabalhar. Como o movimento estudantil naquela situação pós AI-5... quer dizer uma parte dos meus amigos foram para luta armada, outros, pra usar o termo da época, desbundaram... então quando eu fui solto, eu voltei só pra CONTAG. Um dia eu chego em casa e o porteiro que me avisou, **DOPS teve aí atrás de você**, por acaso foi um dia que eu não fui dormir em casa (...). **E nessa altura, como eu tava prevendo mais ou menos o que ia acontecer, eu tirei o passaporte...**"<sup>35</sup>*

Nessa dinâmica de ação e repressão, uma constante produção e circulação de boatos, histórias e denúncias sobre o arbítrio, fiéis aos fatos ou hiperbólicas, povoavam o imaginário da esquerda, levando o terror à categoria presente na realização de toda atividade política, com grande impacto sobre os movimentos sociais. A certeza incerta da prisão foi a razão pela qual Raquel e Nelson decidiram deixar o país:

*"o clima também era muito... tem uma coisa que até hoje eu acho que é meio negligenciado, o pessoal fala sempre que foi preso e que foi torturado, ou a organização... **mas havia também um clima de medo tão grande que você... tinha medo! Você tinha medo de quase tudo!** Então nesse clima de medo, alguns de nós tomou essa iniciativa. Eu ainda com o passaporte na mão. Pude optar ainda com passaporte, depois perdemos, né? **Antes que eu caía. Eu não agüento! Era uma coisa de não agüentar aquele clima, o clima era... não é só de terror, de iminência de prisão, o clima era de medo, você tinha medo de quase tudo, com o clima de medo que se criou, você pensava e não via perspectivas, deixa eu saltar fora antes que me peguem ou antes que eu fique louco**"<sup>36</sup>*

*"Eu era da AP, JUC esses movimentos de base e depois, quando já estava na universidade... depois eu fiz vestibular na USP, entrei na psicologia e **daí eu estava muito próxima de umas pessoas da ALN, embora não fosse uma militante da ALN eu era próxima deles, fiquei dois anos na USP, aí alguns amigos meus começaram a ser presos. Eu resolvi ir para o Chile.**"<sup>37</sup>*

Por outro lado, a profusão desse discurso na sociedade trazia também para os defensores da ditadura esse universo do medo, que justificava a ação repressiva e a omissão de quem a tolerava ou defendia. Nesse sentido, o medo dos "terroristas" e "subversivos" era mais que uma peça de propaganda, a supervalorização de suas capacidades de atuação refletia um temor real, ainda que pudesse ser exacerbado no discurso no jogo da disputa política. Temor que era reelaborado e realimentado em diferentes arenas da prática social onde se davam enfrentamentos e produção de narrativas. Os entrevistados revelam como estes discursos se embatiam até mesmo no interior de suas famílias, onde o medo do comunismo se tornava "ambigüidade" quando o comunista era o próprio filho:

---

<sup>35</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

<sup>36</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>37</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

*“Meu pai era um empresário. Um homem muito bom, mas envolvido pela elite local e ele foi inclusive vereador da ARENA e na época os militares chamavam os empresários para envolvê-los e comprometê-los, diziam que o comunismo vinha que... tal. Meu pai foi chamado também pra estas coisas, mas a minha casa em Ijuí era o local onde se hospedava todo mundo do movimento estudantil, então, meu pai vivia uma ambiguidade, né? De por um lado dar proteção aos filhos e amigos dos filhos que faziam trabalho político e por outro lado ser empresário, ser envolvido e o exército chamar, essas coisas, que era muito típico da época, né? Tinha uma garagem na minha casa que o pessoal da UGES, União Gaucha dos Estudantes Secundaristas (...) faziam reunião (...) e dormiam, inclusive. (...) Eles colocaram um cartaz sub-sede da UGES (...) e a vizinhança dizia pro meu pai: “Tu tá abrigando comunista!”<sup>38</sup>*

*“Eles sabiam que eu tinha ligação política na universidade, não sabiam o quanto, mas sabiam que tinha problema, né? Meus pais não acreditavam que havia tortura. Eu dizia pra eles... era o clima da época, eu falava pra eles: “olha, mais um que foi preso e torturado!” Eles achavam que era invenção dos comunistas, era propaganda contra o governo que eles defendiam, né? A ditadura militar. Era propaganda contra”.<sup>39</sup>*

As narrativas encontravam lugar em um espaço aberto entre o universo dos acontecimentos, das possibilidades e de suas representações. Criando “*uma realidade incerta, a partir da ficção, dando contornos e voz à forma informe da realidade, na qual uma atuação recíproca da verdade e da ilusão torna-se uma força social fantasmagórica*” (TAUSSIG, 1993: 126). Desejava-se por meio de um talho *político* retirar “o inimigo” do seio da comunidade nacional. No dizer de Pierre Clatres (2004) à violência seria conferido o caráter de meio, igualmente *político*, na busca um objetivo final, que parece ter sido não apenas essa marginalização, mas a própria consolidação da nação brasileira frente ao cenário então transnacional e bipolar da política. O simbolismo do inimigo constituiu peça fundamental da consolidação das nações em um processo que, considerando a apreciação semelhante em Thomaz (2004) sobre Moçambique, não é exclusividade brasileira. Durante a Guerra Fria, essas representações se referiam não somente às diferenças étnicas e nacionais, mas às políticas. Esta *ruptura* simbólica, contudo, não constituía um rompimento efetivo das relações entre as partes, se aceitarmos que “*a existência do outro é desde o início posta no ato que o exclui*” (CLATRES, Op.Cit.: 251). O exílio e o banimento talvez sejam os exemplos mais extremos do paradoxo contido nessas medidas.

### III. Ame-o ou deixe-o

Entendo a Ditadura Militar como regime de exceção, seguindo a perspectiva teórica de Agamben (2004). Um estado em que a *lei* se encontrava separada de outras medidas com *força de lei*, que se sobrepunham àquela como regra. Um estado em que “*de um lado a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem força) e em que, de outro lado, atos que*

---

<sup>38</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>39</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

não tem valor de lei adquirem sua força.” (AGAMBEN, Op. Cit., 61). É exceção ainda, por ter sido um estado em que “o direito se refere à vida e a inclui em si por meio de sua própria suspensão” (AGAMBEN, Op. Cit. 12). Um regime que diferenciava um tipo de *vida nua*, aquela desprovida de valor político.

Refletindo sobre essas medidas de exceção, o autor as coloca nos seguintes termos: “o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que está excluído não está, por causa disso, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela em forma de suspensão.” (AGAMBEN, 2007: 25). A importância dessa reflexão para o entendimento do exílio está na explicação que o binômio *estar fora/pertencer* pode lhe conferir. O exílio se fundaria no mesmo tipo de relação paradoxal que qualquer *exceção* e que o próprio *poder soberano*, uma relação de *exclusão inclusiva*. Relacionar termos como *exceção*, *poder soberano* e *exílio* ganha um sentido especial no caso brasileiro se pensarmos que o regime de exceção e o exílio tiveram aqui um início simultâneo, justamente na figura do presidente que deixou, em 1964, concomitantemente, o poder e o país. O *exílio* configura metáfora da *exceção*, se confunde historicamente com ela, evidenciando que o lugar da *soberania* é o poder, não o direito, que pode ser suspenso e reformulado. O *poder soberano*, como o *exílio*, está nesse sentido dentro e fora do ordenamento legal.<sup>40</sup>

Interessante, entretanto, é notar que mesmo o exílio surgindo de forma coeva ao estado de exceção, isto é, sem necessitar um “*decreto pra exilar ninguém*”, que o general alhures reivindicava, no ano de 1969 o “*bacharelismo legiferante*” (FICO, 2001: 82) brasileiro entrou em cena, trazendo para o ordenamento a figura jurídica do banimento. Ironicamente, ele inclui para excluir, excluindo legalmente. Com excepcionalidade que lhe era própria, a ditadura impôs, segundo o ordenamento lhe permitia fazer, o Ato Institucional nº 13 por ocasião da troca dos primeiros 15 presos políticos pelo embaixador dos Estados Unidos seqüestrado no Brasil. A partir daí, decretos seguintes (outra forma excepcional de legislar) baniriam um a um os presos que ao longo de quatro ações de mesmo tipo foram trocados por embaixadores.

O banimento pretendia explicitar que qualquer vínculo<sup>41</sup> entre o Estado brasileiro e aqueles que haviam saído de seu território através de um expediente tão agressivo à moral do regime, estava excluído. Queria principalmente afirmar o não valor político

---

<sup>40</sup> Agamben, 2007, 2004.

<sup>41</sup> Os países signatários da convenção de genebra não reconheciam a categoria apátrida e mantinham o reconhecimento das nacionalidades dos banidos, mas através desse expediente o governo se recusava a conceder documentação brasileira a estes indivíduos e mesmo a seus filhos. (ROLLEMBERG, 1999, 76) No geral, os não banidos recebiam tratamento semelhante, a vantagem é que, como sua condição de exilados não era explícita, podiam tentar contornar sua situação frente às embaixadas e consulados.

destas vidas, excluindo-lhes dos direitos associados à cidadania nacional entre os quais se encontram, segundo a ordem nacional do mundo, os relativos à proteção da vida e dos direitos individuais. Contudo, da mesma maneira que outras medidas de que viemos falando, o exílio e o banimento eram relações através das quais a ditadura se consolidava como Estado-nação, fundando-se na relação de exceção com a *vida nua*.

O exílio revela a importância adquirida pelas populações como elemento constituinte do Estado-nação naquele contexto de Guerra Fria. A expulsão territorial do inimigo operada pelo banimento sugere que o território é o espaço (geográfico) de proteção soberana do estado, entretantes, revela que ele não é sua fronteira absoluta, pois a nação se afirma para além dele, permanecendo relacionada aos sujeitos no exílio, na medida em que os define como vida politicamente desqualificada. Os inimigos no espaço geográfico não-nacional, expulsos com ou sem lei, guardam consigo a nação na relação de expulsão, revelando ser a relação social entre estado e população o território (político) de afirmação da soberania e, principalmente, de seus limites. Encarado por este ângulo, o território não deixa de ser um elemento fundamental do estado nacional, mas não parece tão intrinsecamente associado a ele como o contentor de sua soberania e o demarcador de seus limites. Tanto do ponto de vista das instituições, quanto do ponto de vista da *nação* como construção que se imagina, o estado nacional brasileiro tinha na relação com sua população, mesmo a que se pretendia excluir, seu poder e a afirmação de seu domínio<sup>42</sup>.

Da reflexão de Agamben (2007) sobre o Estado-nação surge a ideia de que no concerto moderno das nações, a vida humana tenha se convertido em fundamento das legitimidades e soberanias<sup>43</sup>, seja pela definição do estado nacional como o protetor dessas vidas e dos direitos humanos (de seus cidadãos nacionais), seja como objeto de arbítrio do estado de exceção. Considero essa compreensão especialmente válida para os anos de Guerra Fria, em que estiveram em curso inúmeras circulações migratórias, movidas tanto por fidelidades nacionais, quanto a paradigmas transnacionais. Frente ao quadro de (inter)nacionalismos imbricados, a ditadura marcava, ou pretendia marcar, pela *exclusão*

---

<sup>42</sup> Esta perspectiva está presente na LSN. O Art. 3º diz: “a segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas a prevenção da segurança **interna e externa**, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa, da guerra revolucionária ou subversiva.” O decreto-lei nº 898, de 20 de setembro de 1969, que lhe deu nova redação, especificava no Art. 4º: “este artigo se aplica sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional **aos crimes cometidos, no todo ou em parte, em território nacional ou que nele, embora parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado**”. No Art. 5º: “ficam sujeitos ao presente decreto-lei, **embora cometidos no estrangeiro os crimes que, mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional.**”

<sup>43</sup> Idéia que perpassa sua obra, por exemplo: Agamben, 2007, 2004, 1996.

*inclusiva* de seus “inimigos” os limites da *nação* brasileira frente a não simplesmente outras nações, mas ao contexto transnacional da *política* e dos paradigmas que afirmamos existir.

Diante deste contexto, julgo que a noção de *translocalidade* proposta por Appadurai (1997) possa ser esclarecedora se a pensarmos, como o autor propõe, em relação aos espaços geográficos onde os deslocamentos de pessoas, idéias e objeto estabeleciam campos sociais de relacionamento entre vários estados nacionais e localidades. Mas também podemos considerá-la como um fenômeno que os Estados-nações promoviam, quando suas instituições e leis não eram contidas por suas fronteiras territoriais. Concordo com o autor quando diz: “*o espaço nacional pode ser valorizado de forma diferenciada pelo estado e seus cidadãos (...) enquanto a idéia de terra é uma questão de discurso de pertencimento espacial e relativo à origem, o território associa-se a integridade, vigilância, policiamento e subsistência*” (APPADURAI, Op.Cit., 37). Mas, e se para garantir essa integridade territorial, o estado tivesse que estabelecer translocalidades, extravasando suas fronteiras através de sua atuação policial, de suas leis e instituições de informação?

Julgo ser precisamente este o caso do sistema de repressão da ditadura brasileira. Seus sistemas de segurança e informação não continham suas ações ao território nacional, pois determinante para a segurança nacional era controlar pessoas. Daí que o decreto-lei nº 898 defina que os crimes e penas previstas por ele se apliquem aos atos cometidos “*no estrangeiro*” que “*mesmo parcialmente, produziram ou deviam produzir seu resultado no território nacional*”, isto é mesmo fora do país, mesmo sem produzir os efeitos que se desejava<sup>44</sup>. Dessa perspectiva podemos entender a situação de Raquel, que saiu do Brasil sem ser perseguida, a princípio sem cometer qualquer crime, e que veio a infringir as leis do país no exterior em virtude de seu envolvimento com atividades de oposição à ditadura no Chile. Exilada primeiro pelo terror, passa a subversiva fora do território. Certa do conhecimento policial de suas atividades, temia a volta. Seu envolvimento em atividades políticas no Brasil, mesmo dentro de um espaço extremamente vigiado como a USP<sup>45</sup>, não lhe pareceu tão evidente quanto sua atuação no âmbito da chamada “colônia brasileira” no Chile que, pequena, poderia ser facilmente controlada, como ela conta:

*“Eu tinha documentação, tinha passaporte, então eu pude sair normalmente como uma turista que ia passear na Argentina, então eu não tive problemas pra sair. Ai depois... depois eu*

---

<sup>44</sup> Nesse caso, em dissonância com a idéia proposta por Appadurai (1997) de que a translocalidade pressionaria necessariamente o estado-nação, em razão da profunda associação que teria com o território, percebido como seu limitador e de sua soberania. Minha visão se aproximaria mais de Basch, Glick Schiller e Szanton Blanc (1995), que não apresentam a idéia de uma oposição entre as nações, os nacionalismos e os fenômenos migratórios que relativizam seus limites.

<sup>45</sup> Pude constatá-lo durante a pesquisa no fundo DEOPS. Havia boletins periódicos dos agentes de informação sobre atividades políticas de toda ordem que lá tivessem lugar até meados dos anos 80.

*comecei a ter problemas pra voltar, por causa de todos os envolvimento que eram muito visíveis no exterior, o Chile era um lugar muito visado, então eu, quando sai, eu pretendia ficar assim... tipo 6 meses fora, ver com as coisas... os meus amigos voltassem ao normal, quem tava preso deixasse de tá preso pra poder voltar, ver como a coisa acontecia. Mas depois no Chile eu comecei a me envolver demais e aí ficava difícil de eu voltar, difícil... Eu ainda tinha, eu continuava a ter minha documentação, mas eu tinha muito medo, porque muita gente que voltava era preso e aí eu já sabia coisa de mais, aí eu tinha medo de voltar. (...) Todo mundo sabia que estava sendo vigiado(...) entre as pessoas tinha certamente polícia. Porque depois quando teve o golpe do Chile, as pessoas que foram presas mesmo... que ficaram presas, se sabia tudo delas, onde ela ficava, com quem ela andava, tudo se sabia! Era muita polícia, né? Não era uma coisa... quando teve o golpe do Chile a polícia brasileira foi lá pra prender as pessoas, foi lá pra torturar as pessoas (...) Todo mundo já sabia, porque todos que tentaram voltar também foram presos, né? Então essas histórias corriam mesmo, não era tranquilo, o Chile era um lugar vigiado”<sup>46</sup>.*

A percepção da entrevistada não era apenas fruto da paranóia criada pelo ambiente incerto do arbítrio, que relativiza toda sensação de segurança. De fato, a colaboração entre as polícias políticas no Cone Sul (especialmente, mas não apenas nele, e nesse caso até se integrar no Plano Condor) foi construída gradativamente, envolvendo formas de colaboração entre as ditaduras da região no combate a seus inimigos internos. Os governos, através de seus órgãos de segurança, informação e mesmo de suas embaixadas, não apenas trocavam experiências e treinamentos, como faziam incursões em territórios vizinhos, constituindo uma zona de repressão sem fronteiras<sup>47</sup>, isto é, uma *translocalidade* promovida pela circulação de pessoas, mas também pela ação repressiva dos estados.

Inúmeros relatos sobre prisões/sequestros, frutos dessas ações policiais são conhecidos e, não por acaso, estão em harmonia com a própria circulação de militantes no contexto das articulações e fidelidades políticas que se desenvolviam no âmbito da rede transnacional da esquerda. Por vezes, é difícil diferenciar precisamente o exílio, o banimento e a militância clandestina, pois a passagem de uma situação a outra podia ser muito tênue e estava sempre também muito associada à ação repressiva do(s) estado(s), como ocorreu com Wagner:

*“Eu fui preso anos depois no Uruguai, deportado pro Brasil e sai no... Fui trocado no sequestro que o Lamarca, o capitão Carlos Lamarca fez em 1970... fins de 70 e eu sai em janeiro, 14 de janeiro de 1971. Fui banido para o Chile, naquele grupo dos 70 que foram banidos para o Chile. No Chile eu fiquei asilado lá até o golpe que derrubou o Allende e um mês depois me asilei na embaixada do México e fui para o México. Mas no México, o governo mexicano não deixou a gente ficar lá, porque ele só queria que só ficassem chilenos e ele expulsou os brasileiros, uruguaios, bolivianos, etc... então mais uma vez pus o pé na estrada e fui parar na Suécia.”<sup>48</sup>*

<sup>46</sup> Entrevista com Raquel em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

<sup>47</sup> Quadrat, 2004. A autora pesquisou no Arquivo Nacional, fundo DSI do Ministério da Justiça. Os fundos SNI e CIEX, que analisei, apresentam dados muito semelhantes em relação à espionagem dos brasileiros no exterior aos que ela apresenta e analisa no seu trabalho.

<sup>48</sup> Entrevista com Wagner. realizada em 04 de outubro de 2007.

Na trajetória deste militante, muito próxima a de vários outros que entrevistei<sup>49</sup>, há uma primeira clandestinidade no Uruguai, onde muitos exilados viviam, fazendo contatos com militantes no Brasil. Por ser uma região de repressão *translocal*, a atividade acaba por levá-lo à prisão de volta no Brasil, depois ao banimento. Novamente, a clandestinidade no Chile, onde começa uma preparação para voltar ao Brasil com planos de realizar treinamentos de guerrilha na Guiné. Mais uma vez o exílio, quando o golpe no Chile o envia para uma embaixada. De sorte que, analisando estas trajetórias parece claro que as fronteiras territoriais não constituíam limites para a atuação política da esquerda ou da repressão do governo. O melhor contato entre dois militantes no Brasil podia estar no Chile ou em Cuba. Da mesma maneira, a melhor informação sobre uma investigação das atividades políticas de um grupo ou indivíduo no Brasil podia vir do Uruguai.

Os arquivos consultados durante a pesquisa no AN e APESP, onde pude ver inúmeros dossiês, deram possivelmente apenas uma pequena dimensão do monitoramento sobre os exilados. Acredito, contudo, poder afirmar que era realizado um acompanhamento constante de suas atividades fora do país, seja de militantes que cruzavam as fronteiras em atividade, seja de banidos e exilados ou ainda de brasileiros em relação aos quais acreditavam ter motivos para desconfianças. A variedade de informações neles contidas sugere a existência de muitos métodos para obtê-las, inclusive a colaboração de governos e embaixadas. Sabe-se ainda pouco sobre o grau de comprometimento da diplomacia brasileira com a produção e envio de informações, mas há dossiês que indicam as embaixadas como sua origem<sup>50</sup>. Ricardo teve uma experiência nesse sentido: preso por entrar clandestinamente na Dinamarca recebeu a visita do adido militar brasileiro, que foi pressionar por sua extradição para o Brasil. O entrevistado acredita que o governo quisesse apurar sua identidade, pois ele havia partido durante sua liberdade condicional, com documentos “frios”, que usou durante todo o exílio.

A partir de 1978, quando a Anistia já estava no horizonte, muitos exilados anteciparam sua volta ao Brasil. Houve uma tentativa de controle desse processo por parte do sistema de informações, como pude constatar, por exemplo, em um relatório do CISA de 1978. A preocupava-se com o perigo que este processo representaria para a “segurança nacional”. O órgão vinha relatando desde o ano anterior a reorganização da esquerda no Brasil e sua articulação com exilados e seus movimentos no exterior. Referindo-se ao artigo de um exilado sobre o retorno, o relatório defende que:

---

<sup>49</sup> Também em Rollemberg, 1999; Costa, 1980, Cavalcanti, 1978.

<sup>50</sup> APESP/DEOPS: 50Z014319 / A.N./ SNI 307804/83, 35043/76, 32373/83, 18678/81.

Tendo em vista a afirmação de que “vários companheiros” já regressaram ao Brasil e que “lá dentro” dão sua contribuição para “nossa luta”, relacionamos os brasileiros que se encontravam fora do país como exilados, refugiados, foragidos ou banidos, e que, a partir de 1974, vêm regressando ao Brasil, estando - alguns deles - ostensivamente engajados na crescente campanha de contestação visando a derrubada do regime.<sup>51</sup>

Pude observar que nos retornos anteriores à anistia, os relatórios que as informavam orientavam para que o retornado fosse incluído em uma dada instrução do SNI<sup>52</sup>. Apesar de não ter conseguido apurar precisamente o significado dessa instrução, sugiro que ela possa estar relacionada com a retenção desses exilados nos aeroportos para averiguação sobre os lugares em que se estiveram e as atividades realizadas durante o exílio. O objetivo era também conhecer dados sobre sua fixação ou estadia no Brasil, como informa o termo de declarações prestado à polícia por um destes retornados a que tive acesso<sup>53</sup>. Foi muito marcante nesse sentido, o depoimento de Manuela, que tinha 9 anos, quando acompanhou sua mãe e irmãos em uma vinda ao Brasil. Como pude verificar em um dossiê informava sua volta<sup>54</sup>, recomendando a inclusão na instrução mencionada.

*“Quando o avião aterrissou no Galeão a polícia prendeu a gente... E foi estranho... que a polícia prendeu a gente e a gente ficou três dias presos... Foi muito esquisito e a minha mãe assim... foi muito forte, porque ela inventou assim... que a gente tava assim... hospedado. Ela fez de conta que a gente... Ela tava muito nervosa, mas tentando não demonstrar. Aí ela inventou uma história que a gente tava hospedado lá pelo governo brasileiro, mas não... era um lugar estranho assim... não tinha cama, tinham uns fios no chão, a nossa bagagem. E aí o que aconteceu foi que eles fizeram um terrorismo mesmo, mas a OAB e a CNBB tavam acompanhando então... e começaram a divulgar que tinha sumido uma mulher e três crianças. Aí eu me dei conta... (...) Aí eles liberaram a gente e a gente foi pra Brasília, onde moravam os meus avós. E quando o avião aterrissou em Brasília, eu achei: **‘pronto, vão prender a gente de novo!’** Aí eu desmaiei no avião e prenderam a gente de novo. Só que dessa vez a gente passou só um dia. Aí, eu lembro da minha mãe, minha mãe parou de dizer que a gente era hóspede, ela falou: “olha a gente tá sendo preso mesmo e vocês tem que fazer escândalo. Escândalo! Se levarem a gente vocês tem que fazer escândalo!” Aí, como eu desmaiei, eles esperaram sair todo mundo do avião e botaram a gente no carro... a gente desceu, tinha um carro da polícia na pista, aí levaram a gente pra uma delegacia. E a minha mãe tava muito puta, já tava assim, transbordando de raiva dessa história. Aí os caras... eu lembro dos caras dizendo pra ela: “a senhora tem que **se apresentar todos os dias na delegacia** que a senhora estiver no Brasil, todos os dias, onde é que a senhora vai ficar hospedada?” (...) “Olha se a senhora não facilitar, vai ficar complicado pra senhora, a senhora tem três crianças pequenas”. Aí pegava uma arma e rodava. Não, foi horrível! (...) Aí liberaram e era isso, todo dia ela ia na delegacia. (...) A gente ficou **uns três meses** no Brasil **desse jeito**, aí a gente voltou pra Moçambique.”<sup>55</sup>*

\*\*\*\*\*

<sup>51</sup> APESP/DEOPS : 50D266540. Neste relatório, nº11 de 1978, segue uma lista que apura 74 nomes de pessoas que teriam retornado entre 1974 e 1977. A partir de 1977 vão relatando as voltas mês a mês, apontando inclusive o dia. A lista vai sendo acrescentada posteriormente de modo que chega a setembro de 1979 com 366 nomes. Há um segundo relatório em 1980 (50D266987) que continua a lista acrescentando mais 277 nomes até janeiro de 1980, perfazendo um total de 643 nomes. Ao final acrescenta uma lista de 7 nomes de pessoas que estariam no Brasil, mas que teriam retornado clandestinas, não se sabendo quando.

<sup>52</sup> Instrução 001/01/78/ CH/SNI.

<sup>53</sup> APESP/DEOPS : 21Z142950.

<sup>54</sup> A. N./ SNI: 3270/79

<sup>55</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.



## Capítulo 2

### Esquerda: redes, fluxos e transnacionalidade

*“Portanto, é fonte de grande virtude para a mente exercitada aprender, pouco a pouco, primeiro a mudar em relação às coisas invisíveis e transitórias, de tal modo que depois ela possa deixá-las para traz completamente. O homem que acha doce seu torrão natal ainda é um iniciante fraco; aquele pra quem todo solo é sua terra natal já é forte; mas perfeito é aquele para quem o mundo inteiro é uma terra estrangeira. A alma frágil fixou seu amor em um ponto do mundo; o homem forte estendeu seu amor para todos os lugares; o homem perfeito extinguiu isso” (Hugo de Saint Victor Apud SAID, 2003)*

Procurando esboçar uma definição ampla da categoria *exílio*, poderíamos dizer que ela se refere às relações entre um indivíduo e o país do qual migrou por perseguição. Diante desta definição, seria razoável pensar que o exílio transmita a idéia de *“uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal”* (SAID, 2003, 46), conforme pontua Said. As idéias de dor, sofrimento e trauma emergem, quase incontrolavelmente, à mente quando imaginamos pessoas forçadas a deixar um lugar, pois supomos que elas estejam rompendo com *“o universo de referências que lhes dera identidade”* (ROLLEMBERG, 1999, 48). Uma perspectiva que se desenvolve, justamente porque, em geral, *“damos como certas a pátria e a língua, elas se tornam natureza, e seus pressupostos subjacentes retrocedem para o dogma e a ortodoxia”* (SAID, Op. Cit., 58). Uma vez posto, o *exílio* se choca com toda esta naturalidade, colocando por terra a associação entre indivíduo, sociedade e lugar, que nos faz conceber a cultura como algo *“profundamente territorializado”* (MALKKI, 1995: 15).

Entretanto, mais frequente que a estranheza causada faz parecer, o *exílio* acompanhou a história da humanidade. Embora se transformando no tempo e no espaço, sempre se apresentou como fruto e motor de fluxos populacionais e de (re)configurações políticas em Estados nacionais. Talvez seja essa a razão pela qual ele constitua um elemento tão presente, conforme Said (Op.Cit.) aponta, na *moderna cultura ocidental*, seja na literatura ou em seus mitos, seja pela influência de literatos e pensadores sociais exilados. Na sombra das idéias que essa presença apregooou, tanto o sofrimento, quanto o heroísmo seriam facetas complementares e mais frequentemente atribuídas para compor o exilado como personagem de narrativas e do imaginário social ocidental sobre o exílio. Metáforas (como raízes, terra, vida entre parênteses, morte da mãe) pululam para defini-lo no que parece ser seu traço mais fundamental, a ausência forçada do país de origem, ao qual o sujeito social estaria culturalmente associado.

Com preocupação similar a apresentada por Liisa Malkki (1995) em sua etnografia sobre os refugiados Hutus na Tanzânia, entendo que, no decurso destas representações, os

exilados são em certa medida idealizados e generalizados como “*típo de pessoas*” (MALKKI, Op. Cit.: 9) em razão de uma perspectiva que, partindo do reconhecimento de uma “*ordem nacional das coisas*”, pressupõe o cruzamento de fronteiras como um rompimento cultural e identitário (tanto mais se ocorrerem pela força) e procura, diante destes processos e de uma perspectiva humanista, universalizar a representação dos sujeitos que o vivem e dos sentimentos por eles experimentados. A princípio, parece correto supor que os sujeitos sociais naturalizem e territorializem em alguma medida o que consideram ser sua cultura nacional e que, portanto, o exílio seria entendido por elas como uma ruptura na trajetória individual e coletiva, representando um sofrimento diante do que seria considerado um rompimento com referenciais culturais. Contudo, ponho-me em acordo com o entendimento de Malkki (Op.Cit.): uma ênfase excessiva nessa compreensão desloca os sujeitos sociais da perspectiva política e histórica na qual se inscrevem, dificultando uma justa reflexão sobre as experiências de deslocamento e os significados atribuídos a elas pelas pessoas específicas que a viveram.

O ponto de partida que tomarei para enfrentar as memórias desses homens e mulheres sobre os processos migratórios que os levaram do Brasil a Moçambique tenta encontrar o equilíbrio entre três diferentes perspectivas. Uma ideia universal de *exílio*, que não deixa de refletir a questão, embora o faça em parte, apontando para sua tipificação; a percepção do exílio como fato social “*irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico*” (SAID, Op.Cit., 47), portanto, uma experiência coletiva e contingencial; e uma contundente percepção, durante os processos de entrevistas em que estive envolvida, de que cada sujeito viveu essa experiência a sua própria maneira. Devo esclarecer que as propostas de entendimento formuladas a diante referem-se aos entrevistados por esta pesquisa, exilados que se tornaram cooperantes em Moçambique, não se pretendendo válidas para todos os brasileiros que estiveram exilados no período.

## **I. Trajetórias militantes, narrativas de esquerda**

*“O ano de 1968 inquietou o mundo e formou uma geração. Será possível encontrar referências comuns para lutas tão desencontradas, embora simultâneas?” (REIS e MORAES, 1998)*

Quando iniciei essa pesquisa, trabalhava com a hipótese de que “exilado” era a categoria primordial a partir da qual todos os entrevistados se definiam e compunham a narrativa de suas trajetórias. Essa hipótese provinha não apenas do uso corrente do termo

na sociedade brasileira, que de maneira geral<sup>56</sup> define as migrações de dissidentes políticos da Ditadura como “exílio”, mas também porque o termo constitui o vocabulário autobiográfico dos sujeitos sociais que viveram a mencionada experiência e vêm definindo-se como “exilados” em discursos públicos direcionados à sociedade brasileira<sup>57</sup>. Partindo dessa suposição inicial procurei cada entrevistado, mencionando meu interesse com relação ao exílio vivido por eles em Moçambique. A este pedido não obtive qualquer objeção ou ratificação que indicassem, em um primeiro momento, a existência de perspectiva alternativa. Contudo, no decorrer da pesquisa, ouvindo o conjunto das narrativas, e a cada uma delas, pude perceber que à identificação geral do período passado no exterior como “exílio” somam-se diversas outras percepções mais específicas, que diferenciam períodos entre os anos vividos no exterior<sup>58</sup>.

No processo de análise das histórias orais, parti da perspectiva teórica de Bourdieu (2006) segundo a qual não podemos compreender uma trajetória sem considerar os “*deslocamentos no espaço social*” (BOURDIEU, Op.Cit.: 190) realizados pelo sujeito. Entendo que, fazendo essa ressalva, o autor procure evitar que se imponha a perspectiva, propalada pelo narrador autobiográfico, da trajetória como séries de acontecimentos encadeados exclusivamente pelo vínculo que possuem com o próprio sujeito que as viveu, fenômeno denominado pelo autor de *ilusão biográfica*. Julgo sua reflexão fundamental, contudo, acredito também que devemos estar atentos para o fato de que, a memória é mais que um arquivo de eventos. Quando narram, os sujeitos convocam, além dos acontecimentos, o universo de relações sociais no qual os acontecimentos e personagens da narrativa se inserem (é para o que quero chamar atenção aqui), bem como as categorias, as premissas e as interpretações construídas e socialmente compartilhadas no campo social, que dão sentido aos eventos e ações narrados. Sendo assim, considero, conforme Pollak (1992), que as histórias orais estão em diálogo com as dimensões individuais e coletivas das memórias

---

<sup>56</sup> O termo aparece na lei da Anistia de 1979, que liberou os acusados de crimes políticos pelo regime. Nela as migrações como decorrência da perseguição política são tão provocadora de direito à anistia e à indenização quanto a prisão, a cassação e outras medidas que atingiram brasileiros por razões políticas. O uso do termo pode ser observado nos anos posteriores à Anistia em diversos outros espaços sociais, com destaque para o cinema, a literatura, os jornais, a televisão, onde o exilado político surge como personagem da história recente. A maior parte dos que retornaram incorporaram-se também nos novos movimentos sociais e partidos, ajudando a tornar “exilado” uma categoria corrente e legítima na sociedade brasileira.

<sup>57</sup> Para citar alguns exemplos, ter sido exilado é parte da autobiografia de vários políticos, entre eles um ex-presidente da república e vários candidatos, inclusive a presidente, no pleito eleitoral de 2010. Após a Anistia e o retorno ao país, vários brasileiros compuseram suas memórias a partir de uma definição como exilado, por exemplo: Cavalcanti, 1978; Costa, 1980; Gouvêa, 2007; Rabelo, 2009, entre muitos outros.

<sup>58</sup> Essa percepção é semelhante a que Rollemberg (1999) teve em relação às entrevistas que realizou, com base na qual construiu uma proposta de periodização do exílio brasileiro, tratado enquanto fenômeno histórico. Reforço que esta flexibilidade com o termo não invalida seu uso pelos entrevistados para designar o conjunto do período vivido no exterior.

sociais, fazendo parte de processos mais amplos de reconstrução de si, constituinte do sentimento de identidade, continuidade e coerência, relacionado, portanto, às relações sociais do momento em que se narra. Em contrapartida a estes diversos elementos da narrativa que, conseqüentemente, podem se modificar, elas possuem também dimensões de “*elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças*” (POLLAK, Op. Cit.: 2). Se memória e identidade não constituem essência, mas negociações frente às relações sociais, nós devemos considerar que essas (re)construções são reinterpretações permanentes do passado, porém imprevisíveis e simultaneamente referenciadas nos momentos em que se narra e sobre o qual se narra. Por conseguinte, não há uma separação bruta entre os dois momentos, a forma como a memória se refere e combina essas referências no processo de reconfiguração é fruto não apenas do presente, mas do conjunto do processo social diacrônico em que aqueles que lembram e narram estão inseridos.

Voltando às memórias e narrativas dos entrevistados dessa pesquisa, diria que elas parecem guardar em comum mais que acontecimentos abertos à livre interpretação. Mais do que temas e categorias comuns, coletivamente relevantes ao ato de confrontar o passado, acredito que em seus processos de reconstrução da memória estejam presentes o que chamarei de *premissas* comuns, princípios que as narrativas de conjunto mobilizam para elaborar as trajetórias e estabelecer sua coerência e valor. Considerando que *nação*, *política* e *exílio* parecem ser as temáticas mais frequentemente abordadas, diria que é na interseção entre elas que as narrativas (re)elaboram essas premissas, sedimentando uma forma de conhecer e ver o próprio passado comum ao conjunto dos entrevistados. Julgo que as principais *premissas* das quais os entrevistados partem para elaborar suas narrativas são: 1) os sujeitos sociais da narrativa se constituíam na ação política (militância); 2) sua ação social era instruída e motivada pelo conflito entre esquerda e direita, em observação a ele e à distinção que estabelecia entre dois inimigos, opostos categoricamente; 3) a esquerda é um conjunto de referências simbólicas internacionais; 4) a esquerda é um campo de relações sociais transnacionais. O compartilhamento dessas premissas, mesmo pelos sujeitos que não se consideram mais “de esquerda”, permite que todos os entrevistados cultivem um corpo de *leituras comuns do passado*<sup>59</sup>, que chamarei aqui de *narrativas de esquerda*.

---

<sup>59</sup> A formulação *leitura comum do passado* foi inspirada na formulação da categoria *mythico-history*, por Malkki (1995), empregada em relação aos Hutus refugiados na Tanzânia. No entanto, trata-se de uma inspiração que guarda diferenças em relação aquela formulação. A autora a define como uma ordenação do mundo, imbuída de uma perspectiva moral, que prescreve ações para o presente dos sujeitos sociais em questão.

No processo de reconstrução de suas histórias orais, os entrevistados procuraram inserir suas trajetórias individuais na dinâmica mais geral dos processos sociais no Brasil e no mundo nos anos 1960 e 1970, em que a *política* era interpretada como conflito entre *paradigmas*. Suas narrativas fazem referência, portanto, a uma compreensão comum de que suas trajetórias individuais estão marcadas pela participação política coletiva em um *campo* cindido pelo conflito de *paradigmas*. Tendo este marco como referência, situam-se como atores sociais deste processo histórico, que entendem sob essa mesma leitura, elaborando *trajetórias militantes*, nas quais se configuram como sujeitos, que imaginam em seu passado uma existência coletiva categórica como “militantes”.

Suas histórias orais se estruturam sobre o entendimento comum de que compartilhavam no passado determinados modelos orientadores de suas ações sociais, que venho chamando aqui de *paradigmas-radicais*, cujo reconhecimento social fundava o sentimento de pertencimento à esquerda, comum a todos os entrevistados. Julgo ainda que eles considerem que o paradigma de esquerda não se referisse somente às relações sociais desenvolvidas, mas também “*aos objetivos, significados, idéias, perspectivas, correntes de pensamento, padrões de crenças culturais, etc., que perpassam estas relações, que as interpretam e as inclinam para a aliança ou a desavença*” (TURNER, 2008: 58). Nessa medida, a narrativa de esquerda concebe também um “*regime de verdade*” (MALKKI, 1995: 104), que é evocado para interpretar e ordenar- dando-lhes sentido e coerência- os eventos, os processos, as ações e as relações sociais abordados. Todo o processo de construção narrativa se faz com base no entendimento de que o paradigma de esquerda era não apenas um sistema de diretrizes para a ação, mas algo que vai “*além do domínio cognitivo, e até mesmo do domínio moral para o existencial*” (TURNER, 2008: 59). Refere-se aos parâmetros que os fundamentavam como sujeitos sociais e como pessoas, pois mergulhariam “*(...) nas instâncias vitais irredutíveis dos indivíduos, passando ao largo da apreensão consciente até se aterem em confiança no que eles crêem ser valores axiomáticos (...)*” (TURNER, Op.Cit.: 59).

Ainda que possam ter transformado suas compreensões e leituras atuais sobre a política (do presente e mesmo do passado, fazendo a chamada “autocrítica”), e parte deles o fez, suas memórias sustentam premissas comuns, que não apontam propriamente para identidades no presente, mas para *leituras comuns do passado*. Minha intenção, portanto, é perceber como essas leituras são mobilizadas e através de quais categorias, e em contrapartida quais categorias são rejeitadas, para conformar a *narrativa de esquerda* como uma *leitura comum do passado*, que provoca e estimula a construção de suas trajetórias militantes. No depoimento a seguir, é possível perceber a presença de algumas premissas

que conformam a *narrativa de esquerda*. Através dela o entrevistado situa suas ações pretéritas em relação ao paradigma compartilhado no passado, situando a si mesmo como ator social em relação a um campo. Ex-militante do movimento estudantil e do PCBR, organização da luta armada, Bruno apresenta da seguinte maneira sua “militância”:

*“Eu sou dessa geração que tinha vinte anos em 68, portanto estava na universidade aqui no Rio de Janeiro e participava do movimento estudantil, que nessa altura, em 68, já era bastante forte. Inclusive eram movimentos, sobretudo o movimento estudantil, né? Era um movimento de contestação à ditadura muito forte nesse período. É o ano que vem o AI-5, então a juventude, pelo menos uma boa parte da juventude, consciente né? Ela se organiza, ela vai às ruas, entra nos partidos políticos, quer nos existentes, quer criando outros. No início da década de 60 havia aí a revolução cultural acontecendo na China, havia Cuba, né? Che Guevara tinha acabado de morrer na Bolívia, mas tinha deixado a sua bandeira, então Cuba tava ali do lado dos Estados Unidos, já um país socialista. Havia todo um movimento progressista no período da Guerra Fria e, digamos, o lado socialista dessa Guerra Fria era o lado que estava em ascensão”*<sup>60</sup>

O trecho parece bastante emblemático das premissas comuns à reflexão dos entrevistados sobre o passado, que quero aqui enfatizar. A escolha da categoria “geração” possibilita, em primeiro lugar, uma definição de si que passa pela coletividade na qual considera estar inserido. O entrevistado não está só em sua decisão de ingressar no movimento estudantil, segundo ele “boa parte da juventude consciente” se organiza, vai às ruas e aos partidos políticos. Uma coletividade que se estende dos atores sociais em “contestação à ditadura”, entre os quais ingressou por meio do movimento estudantil, até abarcar um movimento político de amplitude internacional, definido como “progressista”, e ainda, “o lado socialista dessa Guerra Fria”. Lançando mão do conflito político, que opunha dois “lados” e seus paradigmas, o entrevistado ilumina as demais premissas que convoca para sua interpretação do passado e de suas ações. Enfatiza, portanto, a percepção de estar inserido em um *campo social* de dimensões *transnacionais*, conformado por um corpo de referenciais simbólicos compartilhados mundialmente (China, Revolução Cultural, Cuba, Socialismo, Che Guevara, etc.), que instigava suas ações sociais e era significado através delas. Da mesma maneira, estes símbolos referenciam padrões de comportamento e moralidade, conformando o paradigma que, em sua visão, norteava sua ação, definindo-o como indivíduo e como pessoa, um “militante”. Daí que sua opção pela ação política de “esquerda” seja a opção da “juventude consciente”, termo que me parece ter sido aplicado com o sentido de retidão, trazendo consigo a idéia de que opor-se à ditadura era uma atitude imperativa e moralmente correta naquela conjuntura. Podemos observar reflexões semelhantes no depoimento abaixo:

---

<sup>60</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

*"Então eu acho que a gente vive um momento de grande perplexidade histórica, porque nós não temos mais grandes sínteses e grandes utopias, como a **minha geração teve**. Mas eu não descreio de **uma atuação, me considero militante até hoje**. Acho que há hoje algumas coisas muito interessantes, como, por exemplo, uma maior consciência de direitos, um maior nível de informação da população como um todo, micro processos mesmo de revolta, de violência urbana, de organização popular, de organização urbana, que emergem ninguém sabe direito da onde, mas que significa **um momento histórico novo**. (...) As coisas se dão mais nas relações do cotidiano do que nas macro relações. Isso eu acho que **foi uma perda em relação à minha geração**, eu acho que **a minha geração...** tem uma amiga que diz, e eu concordo plenamente, que **foi um privilégio ter tido 20 anos nos anos 60**, que nós tivemos a oportunidade **de viver uma utopia revolucionária e uma reflexão macro**, que hoje não existe mais. **E que é uma pena. É uma pena!**"<sup>61</sup>*

A entrevistada refere-se a um grupo social, também definido como "geração", que considera constituído pelo que poderíamos chamar de uma visão de mundo, isso é uma forma específica de perceber e refletir sobre a realidade, forjada pela elaboração coletiva de uma "utopia" e pela valorização da "ação revolucionária", como forma de alcançá-la. Nesse sentido, podemos dizer que Carla nutre uma forma semelhante a de Bruno de (re)conhecer o passado, ambas marcadas pelo compartilhamento de reflexões - "macro", "utopia revolucionária" - e práticas - "ação militante" - através da qual definem a si e ao grupo a que pertencem. Algo que teria se perdido com a extinção da Guerra Fria e, conseqüentemente, da política como *paradigma-radical*, mas que consideram próprio ao grupo social que integraram, por ter representado para eles no passado modelos de ação simbólica. Interessante, nesse sentido, é o fato dos entrevistados considerarem-se parte da mesma "geração", apesar de ocuparem na época distintas posições ou "estados de maturidade" (TURNER, 2005: 137) socialmente reconhecidos, pois Carla, em 1968, ao contrário de Bruno, já era formada, trabalhava e havia deixado o movimento estudantil.

A "esquerda" é, portanto, concebida pelos entrevistados como um conjunto de símbolos, valores e orientações para a ação social que compartilhavam e que seria capaz de produzir sentimentos de pertencimento social por meio das categorias coletivamente reconhecidas. Segundo essa compreensão, os sujeitos sociais revelam que, por ser transnacional, isso é sobrepor-se ao mapa das nacionalidades, informando ações e significando símbolos nas diversas arenas do conflito político, o paradigma forjava um campo social, onde possibilidades de alianças e disputas não estavam dadas, mas abertas, dando lugar a clivagens e conexões:

*"Aqui [no Brasil] eu tava ligado ao POC. (...) O pessoal que era ligado à **IV Internacional. O pessoal trotskista**. (...) E lá [Chile] eu fui procurar essa gente, né? E tinha lá. A coisa era tribal mesmo. Os que aqui eram da **organização x**, se lá não havia a **organização montada, funcionando, iam procurar os chilenos que correspondiam**, que no caso era a IV*

---

<sup>61</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

*trotskista. (...) Eu perguntei “quem aqui é trotskista?” (...) Era o pessoal do MIR, movimento de esquerda revolucionário. E tinha a ala trotskista, dentro do MIR tinha um grupo trotskista. Tudo isso era muito... depois eu fui ver chegava ao nível religioso, é igual ordem religiosa, você é franciscano, dominicano, você é chinês, trotskista, o que fosse.”*<sup>62</sup>

*“Cada um continua com seus partidos no Chile. Há uma série de organizações multipartidárias ou apartidárias, por exemplo, eu era de uma organização conhecida como a caixinha, né? Em que ali participava todo mundo, todas as organizações, todo mundo exilado que estava em dificuldade ia lá. Então, quem tinha dinheiro dava dinheiro, quem precisava recebia, que é um movimento bastante saudável que acontece geralmente quando grupos (...) estão em dificuldade (...). Depois tiveram outras organizações e núcleos políticos, organizações que se juntavam para fazer trabalho comum no exílio. Mas ao mesmo tempo continuava a discussão política, o debate político, as divergências continuavam, né? E no Chile havia uma simpatia... cada organização se vinculava no Chile às organizações irmãs, então os comunistas se vinculavam aos comunistas, a AP com o MAPO do Chile, havia toda uma simpatia aí de quem tinha afinidade política.”*<sup>63</sup>

As diferenças e afinidades mencionadas são tratadas como internas ao paradigma em questão, refletindo a identificação de premissas comuns compartilhadas, que marcam o que está em debate, ensejando possibilidades de alianças e disputas, não apenas múltiplas, como móveis, definidas e marcadas pela conjuntura vivida. Elas se referem, portanto, às relações sociais estabelecidas no interior de um *campo social transnacional*, que ensejava a união de todos para “fazer trabalho comum no exílio” ou para ajudar quem estivesse em dificuldade, mas também disputas e alianças restritivas, que delineavam posições e ações políticas em cada arena. Nestes processos – e nas narrativas sobre ele – são trazidos a tona modos de pertencimento ora nacionais, ora transnacionais, que são harmonicamente mobilizados para conformar as trajetórias militantes.

No processo de reconstrução de suas trajetórias de vida, os entrevistados abordaram os trânsitos migratórios vividos, no decorrer dos quais, por meio de suas “atividades cotidianas e relações sociais, políticas e econômicas, criaram campos sociais que cruzam fronteiras nacionais” (GLICK-SCHILLER, BASCH e BLANC-SZANTON, 1995: 22). Estes *campos transnacionais* colocavam em conexão os brasileiros, mas também sujeitos de distintas outras nacionalidades, geograficamente dispersos pelo mundo, construindo entre eles, e com base no pertencimento ao paradigma de esquerda, redes sociais capazes de mover idéias, pessoas e objetos. Há que se considerar, entretanto, conforme propõe Nina Glick-Schiller (2007), uma distinção entre a inserção de sujeitos sociais no campo transnacional e sentimentos de pertencimento a essa campo. Pois, “o fato de modos de existência se realizar em campos sociais transnacionais não nos diz nada sobre se estas atividades irão ser representadas,

---

<sup>62</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>63</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

*entendidas e traduzidas em identidades políticas, isto é em um modo transnacional de pertencimento*” (GLICK-SCHILLER, Op. Cit.: 458).

Considero importante esta ressalva, pois não acredito que o cultivo do paradigma de esquerda ou a inserção no campo transnacional da esquerda signifique uma sobreposição de modos transnacionais ou cosmopolitas de pertencimento àqueles que dependem de uma perspectiva nacional. Como sugere Balibar (2004), trato aqui de sujeitos sociais que não escapam da perspectiva de pertencimento a uma comunidade política nacional, que *“penetram nossas categorias de pensamento e ação”* (BALIBAR, Op. Cit.: 12). Esse pertencimento à comunidade nacional se realiza nas narrativas tanto em relação a aspectos culturais e sociais da comunidade nacional, quanto políticos. Desse modo, o próprio *paradigma*, ao ter seus símbolos significados no decurso dos conflitos e processos sociais desenvolvidos nas arenas políticas, que são muitas vezes arenas nacionais, é imbuído tanto de perspectivas transnacionais como nacionais, gerando categorias e sentimentos de pertencimento político relativo a ambas as dimensões. Essa múltipla referência faz-me acreditar que devemos entendê-las como processos, não como termos fixos.

A coexistência desses dois tipos de categorias parece, como mencionado, servir à construção de suas trajetórias militantes, pois permite que seus fluxos migratórios sejam traduzidos em termos considerados coerentes com ela através da mobilização de ambos os modos de pertencimento. As migrações do exílio são anunciadas não apenas como continuidades, conforme a regra da *ilusão biográfica* de Bourdieu (2006), tampouco só como rupturas, como sugere *o tipo ideal* do refugiado, a que Malkki (1995) se refere. Há duas formas simultâneas e não contraditórias de leitura de suas trajetórias: por um lado, os entrevistados enunciam suas migrações como rupturas em suas trajetórias quando as relacionam, principalmente, a duas questões: a transformação no caráter de sua militância imposta pelo exílio, entendido, não precisamente como saída (territorial) do Brasil, mas como “derrota” (política) no Brasil; a identificação de um pertencimento, social e cultural, à comunidade nacional brasileira. Por outro lado, suas migrações são enunciadas como continuidade quando relacionadas a dois outros pontos: um sentimento cosmopolita de pertencimento ao campo social e simbólico da esquerda; a percepção de viver um processo de instabilidade estrutural, tal como é característico da *liminaridade*. Estas diferentes percepções são combinadas ao longo das narrativas, dando forma às trajetórias, mas também às categorias utilizadas para definição de si e do grupo. Categorias significadas positiva ou negativamente e, conseqüentemente, assumidas ou rejeitadas, segundo a forma como estas rupturas e continuidades são valoradas em cada conjuntura descrita.

## II. A pátria nos sapatos: cosmopolitismo, fluxos e continuidade

*“Muitos anos depois, ouvi a frase de um escritor argentino, Jorge Cédron... esse cara deve ter sido exilado! Ele falou assim: “a minha pátria são os meus sapatos”. E eu, sem ter essa frase na cabeça, eu vivia já assim... comecei a viver assim no exílio, né?”*<sup>64</sup>

A grande maioria dos entrevistados saiu do Brasil entre os anos de 1970 e 1971, anos em que o sistema de segurança atingiria o ápice de suas atividades, sedimentando o aparato que, nos anos seguintes, acabaria com boa parte das organizações de oposição à Ditadura. Sua força se manteria até pelo menos 1975, quando ocorre uma onda repressiva contra o PCB, duramente atingido nos primeiros anos após o golpe, mas que vinha sendo menos combatido desde então devido à maior atenção lançada, a partir de 1969 principalmente, às organizações armadas. Os últimos anos no Brasil foram para a maioria dos entrevistados de atividades políticas em alguma medida clandestinas.

A clandestinidade consistia em adotar mecanismos que tornassem possível ao mesmo tempo atuar e manter-se fora do alcance da “repressão”. Tarefa de difícil concretização, demandava cálculos, diariamente refeitos, entre expor e por a salvo os militantes, de acordo com a dinâmica dos eventos produzidos pela relação de negação e oposição entre organizações políticas e repressão. Era uma situação vivida de várias formas, com maior ou menor grau de afastamento da vida social, que oscilava em períodos. Ela podia significar, por exemplo, o confinamento ao “aparelho”, no caso de “dirigentes”, que precisavam ser preservados pela organização, ou de militantes mais “queimados”, que em virtude de uma ação, por exemplo, passavam a ser mais procurados em determinado período. Nesse caso, o militante ficava completamente apartado, convivendo apenas com os “companheiros”. Havia também uma clandestinidade menos “fechada”, em que o militante constituía uma “fachada legal”, inserindo-se socialmente mediante o rompimento com sua trajetória biográfica. Dessa maneira, passava a fazer uso de documentos e nomes “frios”, com ele obtendo emprego ou mudando de bairro ou de cidade, por exemplo. O inverso também era possível, cursando a universidade ou exercendo sua profissão com seus documentos verdadeiros, o sujeito escondia sua “militância” desse universo social. Em todos os casos, nomes e outras informações biográficas e pessoais eram evitadas nos meios da “militância” por “motivo de segurança”.

Os sujeitos viviam sobre intenso risco de serem descobertos pelos sistemas de segurança e informação, sendo a própria dinâmica entre ação política e repressão que ditava a passagem de uma situação, um grau, de clandestinidade à outra. Era, portanto,

---

<sup>64</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro

uma condição eminentemente instável e invisível socialmente, uma vez que, mesmo aquele sujeito social que tivesse uma “militância” mais periférica, isso é de auxílio às organizações, sem se envolver em ações de maior confronto, eventualmente sequer utilizando seus métodos de clandestinidade, ainda assim não poderia “abrir” o que fazia fora dos limites da própria organização.

Como a narrativa oficial procurava afirmar uma comunidade nacional pela exclusão dos inimigos, estigmatizados como *outsiders*<sup>65</sup>, os militantes eram empurrados da estrutura de posições sociais estáveis e culturalmente reconhecidas para um processo de *liminaridade*, a partir do qual se iniciava uma transição entre estes *estados estruturais*. Durante todo o período de migrações, esses brasileiros permaneciam figurando como inimigos em relação à sociedade brasileira, tornando-se em relação às sociedades de asilo, “exilados”, “refugiados” ou “estrangeiros”, categorias que, a meu ver, simbolizam igualmente uma situação de *liminaridade*. Segundo Turner (2005), o que o caracteriza essas simbolizações da liminaridade é que as *personas liminares* de um lado “*não estão nem vivos nem mortos e de outro estão vivos e mortos. Sua condição é de ambigüidade e paradoxo, uma confusão de todas as categorias costumeiras*” (TURNER, Op. Cit., 141).

Considerando a *liminaridade* à maneira proposta pelo autor, é possível refletir sobre ela segundo duas perspectivas: como negação das posições estruturais positivas, e como fonte de todas elas. Sendo assim, configura um “*reino da pura possibilidade do qual novas configurações de idéias e relações podem surgir*” (TURNER, Op. Cit.: 141). Aserções feitas por Said (2003) e Agamben (1996) a respeito do exílio são bastante similares, pois enfatizam principalmente a abertura por ele criada. Said (Op.Cit.) lhe atribui uma dupla dimensão, contraposta e simultânea, como drama e possibilidade; Agamben (Op.Cit.), vê na ambigüidade, que posiciona o exílio ao mesmo tempo dentro e fora do ordenamento jurídico, a origem de uma condição que o leva a “*frequentar tanto o âmbito luminoso dos direitos como o repertório sombrio das penas e oscilar entre um e outro*” (AGAMBEN, Op. Cit., 47). Estas perspectivas teóricas, na medida em que apontam para o que há de imponderável na situação criada pelo exílio, têm potencialidade para abrigar algo que me pareceu notável nas histórias orais: a diversidade de visões que cada entrevistado é capaz de apresentar sobre o processo de exílio, sugerindo que o compreendem como um fenômeno polissêmico. Como na passagem a seguir:

*“Exílio... o exílio... ele gerou nas pessoas.... reações muito diferenciadas, sabe Desirée? Quanto a mim particularmente, eu sempre me senti muito bem no exílio, eu nunca me... a*

---

<sup>65</sup> Elias, 2000.

*brasileirada de modo geral... você encontra muita gente que ficava triste, né? É claro que **tinha uma tristeza básica do projeto revolucionário ter fracassado**, mas ao mesmo tempo **tantas coisas novas, tantos horizontes...** Eu gostava muito de estudar! Sempre gostei muito de estudar! Sempre fui muito estudioso! Então aquilo era um momento que me parecia muito interessante de **você ter um tempo imenso e recuperar uma liberdade sem tensões** de ser preso a qualquer momento, isso também **era um alívio**. De sorte que eu diria a você que me adaptei com muita rapidez.... lá em Paris e **extraí de lá, penso, tudo que tinha de bom pra me dar**".<sup>66</sup>*

Os entrevistados em geral, a exemplo do depoimento acima, ressaltam um duplo aspecto contido na experiência. Por um lado é uma ruptura em relação a seus modos de pertencimento nacional e uma transformação em suas atividades políticas, por outro lado, possibilidades. Com frequência relacionam também suas migrações à rede social da esquerda e a modos *cosmopolitas* de pertencimento, o “internacionalismo”, que relativizava os sentimentos de ruptura. Parece ser este o sentido empregado também pelo trecho a seguir:

*“É uma **situação bastante penosa**, porque é isso, **você se afasta de tudo**, do seu lugar, da sua história, do seu meio de vida, tal. Claro, o que que ajuda? **Você tá organizado, ter uma militância e ter uma perspectiva histórica**. Porque senão... olha, pra quem foi assim sem muita perspectiva... deve ser muito difícil! Muito penoso assim! Então assim, **tando organizado, tendo uma militância, tendo uma perspectiva assim de futuro, ampla, histórica, otimista, vamos transformar o Brasil em socialismo tal**, então tudo isso ajudou bastante”.*

<sup>67</sup>

Ação, organização e uma elaboração sobre o futuro. Contrapondo essas e outras premissas e símbolos do paradigma de esquerda ao afastamento social do exílio, o entrevistado lhe oferece perspectivas adicionais de entendimento, pois a militância e o conjunto de referenciais que a estimulam e incitam transformam o que poderia ser vivido apenas como algo “*penoso*”. O que não significa que não tenha provocado sofrimento. Tomarei a seguir algumas das trajetórias de saída do Brasil para o exílio apresentadas pelos exilados em suas histórias orais, com o intuito de analisar as diferentes possibilidades de itinerários de migração e as diferentes compreensões dos processos vividos. Pretendo demonstrar que uma das tendências manifestas pelas narrativas é privilegiar a elaboração da composição de uma *trajetória militante*, isto é, uma linha de coerência e continuidade baseadas em ações, eventos e idéias, que consideram políticas.

A primeira trajetória é de Marcos, que encontrou necessidade de sair do país, após sua soltura de uma primeira prisão, uma vez que, mesmo afastado da militância organizada, continuava sendo procurado<sup>68</sup>. O que poderia ser o exílio ganhou novas

---

<sup>66</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>67</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>68</sup> O pertencimento a uma organização poderia ajudar a esquivar-se da repressão, pois significava usufruir de seus métodos de clandestinidade, por mais débeis que fossem. Abria-se a possibilidade de ocupar aparelhos, evitar lugares da rotina já conhecidos pela repressão, conseguir documentação “fria”, até para sair do país, e, principalmente, sustentar-se por meio das verbas coletivas, evitando locais de trabalho.

perspectivas quando combinado à oportunidade surgida, conquistada em virtude dos contatos políticos estabelecidos em seu emprego em uma central sindical. Os sindicatos, em geral, integravam o campo transnacional de “esquerda” que envolvia e ligava organizações políticas, partidos, países socialistas, entidades de classe, estudantis ou outros movimentos sociais, e seus militantes. Parece-me razoável supor que a central sindical tivesse igualmente contatos com entidades de diversos países para além da “esquerda”, mas foi com os países socialistas que o entrevistado conseguiu apoio, mesmo não sendo um militante ligado ao PCB, partido que então possuía as ligações formais e privilegiadas com os Partidos Comunistas, a frente dos estados socialistas. Ele conta:

*“Acontece que muitas embaixadas, não só, mas principalmente dos países socialistas assediavam muito (...), provavelmente assediavam outras entidades sindicais, até por situações de intercâmbio, troca de delegações, congressos internacionais e... mas o fato é que quando houve o... já antes do AI-5, o presidente [do sindicato] (...) percebeu que essa relação... que as pessoas das embaixadas estarem indo (...) com frequência não era uma coisa boa. (...) nós vamos evitar que as embaixadas venham ao sindicato... os secretários, os embaixadores, pra não chamar muita atenção. E eu fiquei designado como o cara para fazer esse meio de campo com as embaixadas dos países socialistas. (...) Então, eu criei uma certa relação com esse pessoal diplomata dos países socialistas. E quando a situação tava ficando mais complicada, eu falei com o embaixador, acho que com dois ou três deles, acho que da Hungria, da Bulgária... eu lembro que o da Bulgária falou que “se houver necessidade a gente te consegue uma bolsa” e foi basicamente o que aconteceu.”<sup>69</sup>*

Forçado a migrar pela perseguição, o entrevistado avalia sua saída do Brasil não apenas em função desse fator. Procura valorizá-la como uma oportunidade conquistada, pois considera que conhecer um país socialista fazia parte de seu “projeto”. Sob este aspecto, a migração acomoda-se à sua trajetória militante, apesar da violência que o motivou a sair e da ruptura que a situação de estrangeiro passou a representar, não apenas do ponto de vista afetivo, mas também de sua inserção social:

*“Eu vi muito positivamente, porque ir para um país socialista pra mim era uma aspiração. Uma vez que eu tinha eu sair do Brasil, as circunstâncias determinaram que sim, então a escolha por um país socialista... até aí foi uma escolha, porque eu até tive a oportunidade de ir pro Japão na mesma época, (...) e conhecer a experiência socialista pra mim era... fazia parte do meu projeto. Eu tinha interesse, eu tinha digamos ilusões, expectativas, esperanças que estavam dentro desse quadro, desse cenário. (...) Do ponto de vista pessoal sim, ele é melancólico, porque você tá num país que não é o seu. Aquela questão que você colocou bem no começo, você vai ser sempre estrangeiro, por mais que te deixem a vontade, alguém vai sempre lembrar que você não é dali. Os búlgaros tinham até uma expressão que era muito frequente. Quando você começava a se sentir muito a vontade, queria emitir juízo de valor, eles diziam: (...) “nós aqui temos lei”, como se no seu país não tivesse lei. Ou então, “essa opinião é muito boa, mas use lá no seu país”. Sempre tem alguém pra dar um toque pra você que você... nós tamos fazendo um favor, né? Não era a política do estado búlgaro, digamos assim, que a política do estado búlgaro é a da chamada solidariedade internacional, internacionalismo proletário,*

---

<sup>69</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

*a confissão de fé do estado búlgaro era essa e a política do governo também apontava nessa direção, mas no cotidiano você se deparava com estas situações.”*<sup>70</sup>

Foi também o “*internacionalismo proletário*”, atribuído pelo entrevistado ao estado socialista que o acolheu, o responsável por abrir caminho para a migração de outros três entrevistados. Dois para Moscou e um diretamente para Moçambique. Através dos Partidos Comunistas e das redes sociais formalmente estabelecidas entre eles, por meio do pertencimento à chamada III Internacional Comunista, deslocamentos legais e clandestinos foram postos em movimento. Em 1970, Jairo, filho de um membro do Comitê Central (CC) do PCB, foi através destas redes para Moscou cursar universidade. Sua viagem foi realizada um mês após sua família ter sido toda levada à prisão, desde o próprio entrevistado, filho caçula, à sua avó. Achei, então, razoável indagar-lhe se a prisão tinha sido a razão de sua viagem. Como resposta, escutei que:

*“Não já tava tudo marcado. Inclusive, aqui no Rio de Janeiro quem juntava, organizava, pegava os jovens que iam estudar pra... coisa, era o meu pai, até. Ele que organizava tudo, fazia e tal. Então já tava tudo mais ou menos esquematizado. Tanto é que um mês depois que a gente foi libertado, mais ou menos um mês, chegou a passagem e tal e aí eu fui.”*<sup>71</sup>

Contou-me ainda que enviar um filho para estudar na União Soviética era o sonho de seu pai, um dirigente comunista à frente do Instituto Brasil-URSS, vinculado ao PCB, que agenciava viagens de estudantes brasileiros para aquele país. A maioria deles ia estudar na UAPPL, criada justamente para receber estrangeiros, segundo a premissa do “*internacionalismo*” que os partidos e estados comunistas preconizavam. A percepção do entrevistado é de que:

*“Eu nunca fui um exilado. Eu não tive o meu **passaporte** durante algum período. Eu **não tinha condição de voltar** durante um bom período, mas **nunca me senti** um exilado não.”*<sup>72</sup>

Embora nunca perseguido diretamente antes de sair do país, o entrevistado inicialmente passou a temer a volta, tanto em virtude dos anos de permanência na URSS, quanto ante ao fato de seu pai ter se tornado, durante os anos em que esteve fora, um desaparecido político. Podemos afirmar que seu receio tinha fundamento, haja vista o controle exercido pelo sistema de informação brasileiro em relação também aos estudantes da UAPPL, considerados igualmente “perigosos” e sua volta tão “nociva” quanto de qualquer outro “inimigo” do Regime. Após a Anistia, o entrevistado voltou, mas sem conseguir que seu diploma fosse validado no país pelo Ministério da Educação<sup>73</sup>,

---

<sup>70</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

<sup>71</sup> Entrevista com Jairo realizada em 02 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>72</sup> Entrevista com Jairo realizada em 02 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>73</sup> O Ministério da Educação se negou a validar muitos diplomas obtidos em países socialistas durante a Ditadura, alegando que essa validação não era de “interesse nacional”.

acabou optando por ficar mais alguns anos fora. Diante da trajetória narrada, no entanto, longe de considerar sua experiência uma ruptura em sua vida, ele a tem como parte de uma trajetória política, profissional e familiar, dimensões que, em seu caso, parecem quase indissociáveis. O que não significa, quero deixar claro mais uma vez, que ele não identifique nesta trajetória dissonâncias ou sofrimentos pelo afastamento do Brasil.

Caso semelhante é o de Igor, que foi preso em 1975. Desde 1964, vinha sendo demitido de inúmeros empregos por pressões da Ditadura. Passou também a ter dificuldades para renovar sua habilitação de vôo, descobrindo posteriormente que se devia à Portaria N° S-285-GM5 de setembro de 1966, que, por ser reservada, era desconhecida pelos afetados, mas que suspendia a revalidação do mencionado documento para aviadores que tivessem sido atingidos por Atos Institucionais ou Atos Complementares da Ditadura, como era o seu caso. Cerceado em seu direito de exercer a profissão, optou pela ida para Moçambique. A oportunidade, conseguida após passar por diversos empregos em diferentes empresas aéreas brasileiras, surgira por meio de um ex-colega do PCB, um “*homem de esquerda*”, como o define, que vinha arrematando no Brasil candidatos para trabalhar naquele país. Sob a premissa da “solidariedade internacionalista”, considerava que ajudaria e seria ajudado pelo jovem país, como conta:

*“E, foi aí que eu fui pra Moçambique (...) através de um amigo que já faleceu a muitos anos (...) Nelson Alves, bem mais velho do que eu e que foi um lutador na guerra civil espanhola (...) Ele não era do PCB, mas era um homem de esquerda e tinha sido do PCB e tal, e era muito ligado a Frelimo (...) e ele é que tava cooptando gente pra levar pra Moçambique tanto... em várias áreas, né? Pra ajudar Moçambique e Moçambique tava precisando, né?”<sup>74</sup>*

Lancei-lhe a mesma pergunta a respeito do exílio, a resposta foi novamente, para mim, surpreendente:

*“Não, não, não! De modo nenhum! Nunca! Em momento nenhum! Parece que eu era moçambicano! De modo nenhum! Eu vivia aquilo lá intensamente, sempre pelo lado político. Nesse ponto eu sou radical, sempre pelo lado político, né? Sempre o lado político. Se politicamente eu era contra, eu era contra. Se eu era a favor, então eu abraçava aquilo que eu era a favor. Nisso eu sempre fui muito radical. Mas, nunca me senti exilado lá, porque mesmo eu saí daqui não como exilado, mas sim como alguém que não tava conseguindo trabalhar aqui na sua profissão e eu queria trabalhar na minha profissão.”<sup>75</sup>*

Acredito que o fato de ter conquistado uma integração profissional, em um país em que era valorizado por exercê-la, aliado à integração política, por considerar-se lá um “militante internacionalista”, restabelecem, em sua própria visão, a coerência e continuidade de sua trajetória, rompida, na verdade, pela *liminaridade* a que foi submetido

---

<sup>74</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>75</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

como profissional e como militante pelo golpe<sup>76</sup>. Interessante é o fato de que o entrevistado traduz seu sentimento de integração social em uma categoria referenciada na perspectiva nacional: ele não era um exilado, tampouco se sentia estrangeiro, “*parecia que era moçambicano*”, mas, como veremos, esta é uma visão minoritária.

Entendimentos semelhantes são manifestados por entrevistados com trajetórias ligadas à luta armada. Três deles, que deixaram o país “trocados” por embaixadores, narraram uma trajetória de militância em que o momento de partida também não é visto como exílio. Vejamos:

*“A militância evoluiu rapidamente naquele quadro de luta contra a Ditadura. Nós fizemos a opção pela luta armada. As ações armadas começaram em 1968... as nossas ações, né? Elas já tinham se iniciado por parte de outras organizações antes. E isso acabou me levando à prisão em início de 1970. Eu saí do Brasil trocado pelo embaixador alemão em 1970, fui pra Argélia, de lá pra Cuba me envolver naquela perspectiva do treinamento guerrilheiro em Cuba, tentando voltar ao Brasil através do Chile, que era o Chile do Salvador Allende, e fomos surpreendidos pelo desmantelamento da nossa organização.”*<sup>77</sup>

A circulação internacional foi descrita mais pormenorizadamente pelo entrevistado como tendo seguido o itinerário Rio – Argel – Cuba – Moscou – Praga – Argel – Santiago<sup>78</sup>, um roteiro bastante elucidativo do *campo social transnacional* de esquerda. Diogo não compreendia como “exílio” todo este deslocamento, mas somente aqueles realizados após o golpe chileno. Toda esta rota, realizada entre a troca pelo embaixador e o golpe no Chile, portanto, entre 1970 e 1973, foi resumida no trecho acima em que o entrevistado procurava traçar sua trajetória, atribuindo evidente centralidade à militância e à luta armada como opção entre possibilidades de exercê-la. Sua identificação como militante “de esquerda” e “socialista” é fundamental para a atribuição de sentido ao percurso, planejado e realizado em função das afinidades políticas que o exercício de sua “militância” criava e segundo as redes que perpassam o campo no qual ela o inseria.

No itinerário, a Argélia foi o país escolhido para receber o grupo de 40 presos libertados em 1970. País governado por um “movimento de esquerda” cuja expectativa era de proteção, aporte político e possibilidades de contatos, que reorganizassem suas voltas para o Brasil. Segundo essa lógica, o exterior era uma via a criar o fluxo entre a prisão, que tirava da “luta”, e a liberdade, que o reinseria nela. Nunca um refúgio. Em Cuba, próxima parada, o “treinamento guerrilheiro”. Fonte de esperanças de aprimorar métodos

---

<sup>76</sup> Os militantes do PCB rejeitaram a opção de luta armada. Em virtude da derrocada dos movimentos sociais, dos sindicatos, principalmente, onde tinha força e influência antes do golpe, seus militantes acabam, de certa forma, restritos à realização de atividades do próprio partido e de suas relações internacionais.

<sup>77</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>78</sup> Entrevista com D.A.R.F. concedida a Denise Rollemberg, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1996.

e táticas militares com quem já tinha feito a revolução que mais povoava o imaginário dos militantes latino-americanos, possibilitando<sup>79</sup>. Moscou, Praga e Argélia novamente completavam o percurso, permitindo uma circulação “clandestina” por “países de esquerda”, que no Chile de Allende se converteria em uma entrada no Brasil, que se esperava livre de monitoramento. Assim, finalmente honrariam os esforços dos “companheiros”, que os tiraram da prisão justamente para que pudessem voltar e novamente reforçar “a luta”.

Em uma trajetória assim elaborada não há espaço para ruptura causada pelo deslocamento, não há “exílio”. É certo que esta continuidade é reforçada pela forma narrativa, que conecta harmonicamente o percurso em função do projeto alimentado em relação a ele, e que a vivência dela, ao contrário, certamente foi prenhe de dissonâncias, descompassos e conflitos. Contudo, me parece que os entrevistados lêem suas trajetórias buscando ressaltar a coerência entre suas ações, relacionando-as às premissas e ao *campo transnacional* no qual se inseriam que, acreditam, então as estimulavam. Outros exemplos são os depoimentos de Rodrigo e Wagner Trocados pelo embaixador suíço e enviado ao Chile em 1971:

*“Tínhamos **um grupo da VAR-Palmares no Chile**, mas aí a VAR-Palmares praticamente acabou no Brasil com umas quedas que ocorreram em março de 71. (...) Aí declaramos o fim da VAR-Palmares e eu fiquei independente. (...) Foi constituída **uma frente de organizações de luta armada no Chile... no Brasil com repercussão no Chile** entre o MR-8, VPR, a ALN, o PCBR, umas 5 organizações. Essas 5 organizações, através do PCBR, **abriram uma frente de treinamento militar em Moçambique... na Tanzânia**. (...) Através do Apolônio de Carvalho se abriu uma frente pra essa frente, aí foram selecionados vários militantes da esquerda, foram 7 ou 8 **militantes da esquerda** que iam ocupar estas vagas. Eu, apesar de estar independente, não estar ligado a nenhuma organização fui selecionado pra ocupar uma dessas vagas ir fazer o treinamento. Me propuseram. A frente me propôs. Eu topei, claro! **Tava louco pra voltar pro Brasil e me enfiar na guerra de novo!** Naquela época era terrível! Aí fui pra Europa. Fui pra Europa, pra França, pra esperar, **era da França pra Itália, da Itália pra Tanzânia e da Tanzânia para os campos de treinamento da Frelimo**. Só que não deu certo”<sup>80</sup>*

*“Quando estava no Chile, eu cheguei a fazer umas negociações para ir para a Guiné Bissau. Houve muita gente... muita gente é exagero! Mas **uma meia dúzia de pessoa da ALN que foram combater na Guiné Bissau** e eu tava com estes contatos. Mas nunca saiu a passagem. **Nunca saiu a passagem, eu fiquei esperando e a passagem minha acabou não vindo**. Era mais fácil o pessoal que estava em Cuba, **de Cuba ia pra Itália e da Itália ia para Guiné Bissau e... mas eu tinha a intenção de ir para a guerrilha na África portuguesa**.”<sup>81</sup>*

A “esquerda” surge nestas narrativas também como um *campo transnacional* no interior do qual é possível estabelecer contatos e desenvolver relações que permitissem, por meio de fluxos migratórios, manter a atuação política e retornar ao Brasil na condição de “militante”. Nesse processo, as “frentes”, os apoios e solidariedades firmados no

<sup>79</sup> Rollemberg (1999) trata as experiências do treinamento em Cuba e também com o Chile de Allende.

<sup>80</sup> Entrevista com Rodrigo em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>81</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

reconhecimento de objetivos e pressupostos comuns, extravasam as fronteiras e relativizam os limites impostos por Estados Nacionais, constituindo redes que se estendem em respeito a uma cartografia sobreposta à tradicional, conformada pela política e com aspecto transnacional. As múltiplas e móveis redes de contato entre militantes<sup>82</sup>, ligando entre si sujeitos em diferentes cidades do Brasil, com aqueles situados em, por exemplo, Santiago, Buenos Aires, Montevidéu, Argel ou Paris, permitia que um fluxo de bens materiais e imateriais se estabelecesse, apesar das dificuldades encontradas para fazê-lo e de sua dispersão pelo mundo. Como conta o entrevistado:

*“É interessante observar o seguinte, naquela época, naquele momento, as várias colônias de exilados brasileiros espalhados pelo mundo, espalhados pela América Latina, a partir do Chile, tinham contato entre si: cartas, emissários, telefonemas... Nós sabíamos exatamente como é que os meninos estavam lá em Buenos Aires”*<sup>83</sup>

Estes quadros de redes e fluxos migratórios, ainda que se mantendo durante os anos, foram transformando-se. Com o passar do tempo, a América Latina, por exemplo, se tornou, cada vez mais desfavorável em virtude da repressão, refletida na seqüência de golpes e ditaduras ao longo da década de 1970. Na região se concentraram muitas “colônias” brasileiras nos primeiros anos após o golpe no Brasil, mas também de militantes e organizações políticas dos demais países latino-americanos que foram, entretanto, se dispersando para outras regiões do mundo, ficando mais difícil a comunicação e, principalmente, a manutenção de fluxos com os militantes no interior destes países. O maior marco da transferência destas redes, para a Europa principalmente, foi o golpe do Chile, em 1973.

As circulações sempre criavam condições para que novos contatos fossem feitos, abrindo possibilidades de redes e fluxos. A ida do “grupo dos 40” para Argélia, por exemplo, permitiria às suas organizações estabelecerem relações com movimentos de esquerda de colônias e países africanos, que também recebiam suporte do país. Nesse contexto, Apolônio de Carvalho<sup>84</sup>, então militante do PCBR, pode sedimentar relações com a Frelimo, organização a quem a “frente das organizações de luta armada do Brasil” pediria, como forma de apoio, uma oportunidade de treinamento em seus campos na

---

<sup>82</sup> Os contatos políticos eram realizados no interior de uma organização ou entre organizações, nesse caso de mesma nacionalidade ou nacionalidades distintas. O trânsito entre organizações políticas da esquerda para firmar acordos ou travar disputas não reconhecia limites de nacionalidade.

<sup>83</sup> Entrevista com D.A.R.F. concedida a Denise Rollemberg, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1996.

<sup>84</sup> Começou a militar na Aliança Nacional Libertadora nos anos 1930. Ingressou no PCB e, através dele, combateu como internacionalista na Guerra Civil espanhola. Integrou também a Resistência Francesa. Rompeu com o PCB após o golpe militar, sendo um dos fundadores e dirigentes do PCBR. Foi preso, trocado pelo embaixador alemão. No processo de abertura política do Brasil, envolveu-se na formação do PT, onde permaneceu por muitos anos. Faleceu em 2005.

Tanzânia. A Frelimo era um movimento de libertação atuando também do exílio na Tanzânia, de onde fazia incursões no território que viria a ser Moçambique.

A presença de Miguel Arraes<sup>85</sup>, desde 1965 exilado na Argélia, também foi fundamental para o estabelecimento desse diálogo, em virtude da posição de prestígio que o político brasileiro alcançara junto a seus anfitriões<sup>86</sup>. Sabemos, por exemplo, que Arraes procurou mediar a mencionada ida de membros da ALN para treinamento militar na Guiné Bissau, enviando, em 1970, uma carta para a Amílcar Cabral, dirigente do PAIGC, organização que lutava pela independência daquele país, pedindo a aceitação de militantes da ALN entre seus grupos combatentes para um treinamento de guerrilha<sup>87</sup> (Figura 5).

Retomemos duas últimas trajetórias. Felipe esteve preso por 4 anos no Brasil, após ser capturado em uma emboscada, quando ficou gravemente ferido. Sua saída se deu durante o cumprimento da liberdade condicional, em 1974, quando passou a correr riscos de uma nova prisão. Seu plano era realizar um tratamento das seqüelas do ferimento fora do país, voltando em condições físicas mais apropriadas para a “luta”. Entretanto, a conjuntura no Brasil era distinta daquela de quando fora preso, as organizações da luta armada estavam praticamente dizimadas e seus militantes desapareciam sem deixar rastros. Ele explica porque saiu:

*“Por essa questão, que era uma questão que tava mal resolvida, tal... Foi mal feito tudo. Você imagina as condições! Eu quase perdi o pé com gangrena e tal... Engessaram daqui até... do pescoço até o pé. Fiquei 6 meses assim. Então, sabia mais ou menos que ia sair, a gente ia vendo e tal, e **que ia pro exterior** por causa disso, ia ter que passar um tempo **vendo essa questão da perna**. (...) Bom, saí [da prisão] nessa época. Daí, faço tudo direitinho. Volto pra PUC... eu fui preso faltava 6 meses pra terminar o curso, o 4º ano de economia. Daí **volto pra PUC**, arruma um **emprego com carteira assinada**. (...) Quem eu tava **em contato na ALN foi preso**,*

---

<sup>85</sup> Desenvolveu carreira política desde o início dos anos 1960. Era governador de Pernambuco, quando o Golpe Militar o depôs e prendeu, solto por Habeas Corpus, conseguiu asilo na Argélia, onde viveu até 1979. Possuía ligações com movimentos sociais e com partidos como PSD, PST e, após a ditadura, PSB, todos participantes da disputa política institucional. Faleceu em 2005.

<sup>86</sup> Arraes foi responsável pela ida de vários brasileiros para Moçambique. Receber os 40 brasileiros chegados em 1970 em Argel, estabelecendo-se como canal de diálogo entre eles e o governo do país. Seus esforços por facilitar estes contatos foram relatados por diversos entrevistados. Essa atuação chama atenção pelo fato de ter estado sempre distante da luta armada, reforçando a idéia de que o paradigma político inspirava uma ação política comum e solidária dentro do campo amplo, que chamo de “esquerda”. Entre sua correspondência pode-se ver isso: há cartas trocadas com Prestes, Brizola, Márcio Moreira Alves, com quem tinha relação de amizade, Chico Oliveira e membros da esquerda armada. Além de Samora Machel, da Frelimo, Amílcar Cabral do PAIGC e Yasser Arafat.

<sup>87</sup> Diogo relatou que em sua passagem clandestina pela Argélia, houve problemas com a sua documentação, providenciada pelos cubanos, o que o colocou em uma situação delicada frente aos agentes policiais do aeroporto. A solução encontrada envolveu os contatos entre sua organização e Miguel Arraes, como conta: “Tentei dialogar com ele, não consegui. Aí eu dei a senha: “Então o Sr. telefona para esse telefone aí em Argel e diga que está uma pessoa aqui”. Aí eu dei um código que a gente tinha, que o Arraes... (...) A gente tinha um código que o Arraes sabia, caso houvesse alguma emergência, Doutor Sérgio era o MR-8”. Aí, naturalmente, o R. me disse que o segurança preveniu o Arraes, o Arraes chamou ele, ele foi lá. Ele já sabia que eu estava pra chegar”. Entrevista com D.A.R.F. concedida a Denise Rollemberg, 9 de novembro de 1996.

*foi morto... naquela época desaparecia. As três pessoas presas, desapareceram, com foto minha e tudo (...)*<sup>88</sup>

Diante da situação, a saída é apressada. O entrevistado viaja para o sul do país em um feriado, pretendendo sair de ônibus pela fronteira com a Argentina, contando com não ser identificado lá pelos agentes de segurança:

*“Saí com minha documentação legal, por isso que peguei o feriado. Sei lá, eles não tinham informática. E qualquer coisa eu fui passear em Buenos Aires. Tá certo que não podia, né? Mas eu não sabia, porque assim... quando eu saí tinha que ir lá **toda semana assinar na auditoria militar.** (...) **Bom, aí fui pra Buenos Aires procurar lá uns contatos** (...) Daí, tinha que achar o pessoal da ALN que tava lá. Aí demorou pra caramba! 1 mês e meio(...) Daí, vou fazer uma trajetória enorme e tal vendo essa questão médica. Aí fui a **Portugal, Alemanha, França, enfim ninguém tinha nenhuma solução. Porque assim, tinha um problema no osso e tal. Foi totalmente engessado errado, então a perna tava assim. Tá cheio... tá até hoje, cheio de chumbo, né? Bom, o que que faz?** (...) Fiquei 3 meses fazendo fisioterapia (...) e aí encerrou o assunto, porque nada mais podia ser feito e tal. Enfim, encerrou esse assunto. (...) A maior parte da viagem **foi totalmente com outra documentação.** Aí quando eu converso com o pessoal... bom: “vai ter que ficar aí”. Porque... bom, **eu queria voltar! Aí: “não, não volta porque a situação...” Tava feia, né? As pessoas tavam sendo presas, morrendo. Pouquíssima gente tava aqui e as que tavam, tavam sendo seguidas. O pessoal: “não vem pra cá de jeito nenhum! Fica aí, se assenta aí!” Aí me legalizei em Paris como refugiado pela ONU.**”<sup>89</sup>*

A saída visava garantir sua liberdade, que não seria útil sem um tratamento adequado do problema médico, pois não permitiria continuar em atividade. Sua viagem será feita com apoio de sua organização, primeiro em Buenos Aires, depois pela Europa, com todos os cuidados da clandestinidade, necessária para a volta. Ele considera a impossibilidade de fazê-lo como razão pela qual se transforma em um “refugiado pela ONU”. Ela ocorre pelas mesmas razões apresentadas por todos os outros militantes, a derrocada dos movimentos contra a Ditadura.

A última trajetória é de Selma Também militante da ALN em São Paulo, migrou para o Rio de Janeiro e para clandestinidade devido à iminência de sua prisão naquela cidade. Sua saída do Brasil, longe de significar um exílio, visava a realização do “treinamento” em mais uma das “turmas” que a ALN enviou à Cuba, como conta:

*“Entro pra clandestinidade e daí a ALN me transfere para o Rio de Janeiro, então eu fico no Rio de Janeiro... acho que é final de 70... até 73, militando clandestina no Rio de Janeiro. Em setenta e... fevereiro de 73, a ALN decide mandar **vários companheiros pra fazer um curso em Cuba** e eu tava no meio dessas pessoas. (...) eu vou **pro Chile de forma clandestina**, a gente fica em Santiago. Era um grupo de 15 pessoas que ficam lá, que eram os que iam fazer o curso em Cuba. E a gente ficou **clandestino fechado numa casa** e tal, não sei o que. E passa tempo, passa tempo e a gente continua, continua... até que a gente é informado, os 13 ou 15, que **o nosso comandante** que era... que tinha **ido na frente. Que era um caminho via Praga, via Tchecoslováquia, enfim era um longo caminho** (...). Enfim, **ele tinha desertado, tava em Paris e nós ficamos abandonados lá.** Nós botamos a cara pra fora, ficamos numa situação bem difícil. Aqui a **resistência armada** em meados de 73 já **tava bastante abalada**, nós já távamos*

<sup>88</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>89</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

numa fase muito difícil **quase que de sobrevivência**. (...) Eu sei que nós fomos ficando por lá e como **todos nós tínhamos experiência armada** e como aquela situação do Allende tava ficando difícil, **então a ALN fez um... três grupos de ação que era para o caso de necessidade apoiar o governo...** ajudar o governo Allende. E eu era a responsável por um desses... por um desses grupos. E a gente vivia por lá, aí vem o diabo do golpe, né? (...) E aí a gente tava com tudo combinado pra coisa funcionar, porque a gente **não tinha arma**, mas tinha um **encontro marcado pra receber as armas...** nem arma, nem chilenos, nem não sei que. Foi aquele processo que... nós ficamos um bom tempo, o meu grupo na... na... numa casa lá, não interessa de quem, de alguém diplomata e tal... Enfim, ficamos 40 dias lá tentando... esse meu grupo, tentado contato. Não conseguimos, **fomos pra embaixada da argentina. E daí começa o calvário**<sup>90</sup>.

Sem poder seguir, visto que o contato com Cuba tinha sido interrompido, e com dificuldade para voltar, em função da situação da ALN no Brasil, o golpe do Chile acabou por enviá-los para uma embaixada, onde começa seu “calvário”, mas não sem antes, procurar, por sua condição de militante, atuar naquele processo.

As trajetórias de saída do país narradas por militantes são diversas em relação a seus percursos, mas unânimes em descartar que considerassem, no momento de saída do Brasil, estarem partindo para um “exílio”. Este fenômeno parece estar ligado à inserção dos sujeitos sociais no *campo social transnacional*, em relação ao qual podiam realizar fluxos estruturados sobre os contatos entre movimentos políticos de diversas partes do mundo, entre si colaboradores e mutuamente considerados “de esquerda”, traduzida pela categoria “internacionalismo”. Idéia que influenciou não apenas os caminhos e as escolhas no passado narrado, mas que continua influenciando sua leitura posterior.

Situando suas trajetórias em relação a este *campo*, suas dinâmicas e conflitos, os sujeitos sociais acabam lançando mão de outros critérios, além do cruzamento de fronteiras, para definir não apenas o momento em que começa sua experiência de exílio, mas também o que ela seja propriamente. Julgo, portanto, ser possível dizer que estes deslocamentos promovessem *translocalidades*, tanto porque as conexões estabelecidas entre cidades e localidades se sobrepunham às cartografias tradicionais dos Estados-nações, quanto porque estes militantes acabavam por estabelecer em relação a estes diferentes horizontes espaciais “*distintos registros de afiliação*” (APPADURAI, 1997: 38). Suas narrativas sobre o exílio são, portanto, também narrativas sobre seu pertencimento a grupos e redes cosmopolitas. Referindo-se ao período vivido em Paris, por exemplo, Bruno coloca:

*“Era uma cidade cosmopolita, evidentemente... sobretudo do ponto de vista político(...)Você encontrava lá os refugiados, os representantes do mundo inteiro, da América Latina, do Mundo árabe... o Mundo Árabe nessa época já estava pegando fogo, as colônias também. América Latina vários focos... e lá você achava toda essa... muita discussão política, muita informação. Sobre o Brasil, você achava mais documentação sobre o Brasil, sobre o que acontecia aqui, do que quem tava aqui, porque quem tava*

---

<sup>90</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

aqui recebia a informação só legal de um ponto, lá chegava que vinha **de Recife**, que vinha de **Salvador**, do **Rio de Janeiro**, de **São Paulo**. Então a gente acompanhava muito as informações. Além das organizações, **havia fóruns de debates**. Na França os brasileiros também criaram fóruns de debates bastantes interessantes **entre todos**.”<sup>91</sup>

Esses espaços cosmopolitas erigidos naquelas circunstâncias viam nascerem fluxos migratórios que geravam novos fluxos, conformando redes de contato, que se estendiam pelo globo. Alguns destes locais perderam este aspecto em virtude da alteração da conjuntura social em cada país, como é o caso de Santiago, Montevideu e Buenos Aires, outros, como Argel ou Paris, mantiveram esta característica durante todo o período em que houve brasileiros exilados, outros, como Maputo e Bissau, surgiram ao longo do processo. Portanto, se por um lado, “*a necessidade de um Estado-nação de produzir pessoas (...) pode significar para seus vizinhos agitação social*” (APPADURAI, Op.Cit., 35) e ondas de migrações, por outro lado, a produção de *pessoas cosmopolitas* (militantes) pelo paradigma de esquerda também incitava outros tantos movimentos humanos realizados naquele contexto, que se combinavam àquelas migrações:

*“Viajava também por questões políticas. Tinha reuniões em Paris me chamavam. Vem pra cá! E tal... e eu ia (...) um trânsito muito forte, muito forte. (...) A gente acompanhava Desirée, a gente acompanhava os movimentos revolucionários, né? Quer dizer, quando houve a Revolução dos Cravos em Portugal em 74, muita gente que tava na Europa... na Alemanha, na Suécia, na França se mudou pra Portugal (...). Mas, a gente tinha contato, tinha muito contato com o pessoal de Cabo Verde, com exilados cabo-verdianos que estavam na Alemanha, a gente trabalhou com o pessoal de Moçambique em Paris em 72, 73, né?”*<sup>92</sup>

As fidelidades políticas que os relacionavam a Cuba, China, Chile ou Moçambique, ou a movimentos políticos vinculados a estes países, por exemplo, não eram, no entanto, incompatíveis com *modos de pertencimento* nacionais. Ao contrário, era na interseção entre estas fidelidades que a esquerda se estabelecia. Como sugerem os depoimentos a seguir:

*“Eu atuava assim nesse grupo de apoio, grupo de apoio ao MIR (...) no centro de Roma tinha lá um escritório chamado Chile democrático, que albergava toda a esquerda. Você tinha uma saleta. Representação, sabe? Então era uma coisa que funcionava publicamente, fazíamos desde papel, imprimir coisas, publicar. Até eu, que não tinha vocação pra falar em público, ia pras cidades do interior convidado pra falar em nome dos chilenos (...) a gente fazia denúncia. A denúncia era simultânea, denunciava o Pinochet, a ditadura do Pinochet e do Brasil, que continuava.”*<sup>93</sup>

*“Nós conseguimos uma vez que o Partido Búlgaro... Comunista Búlgaro patrocinasse a produção daqueles postais, cartões postais... foi até um pedido do comitê de solidariedade da Suécia à luta do povo brasileiro contra a ditadura. Mas o pessoal não tinha dinheiro. Nós conseguimos que o Partido Comunista Búlgaro pagasse. Pesava uma tonelada, eu tive que ir arrastando aquela porcaria pelos trens até chegar à Suécia!”*<sup>94</sup>

<sup>91</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

<sup>92</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>93</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>94</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

*“Eu era responsável pelo arquivo de jornais, então... **jornais da Europa e as coisas que a gente tinha também do Brasil sobre questões da repressão.** Era a função que eu tinha. E também vivia... **tinha uma organização...** vivia entrando gente, que passava, que voltava. As pessoas **circulavam muito, né?** As pessoas que estavam na França, na Alemanha, na Holanda, na Suécia. **Grandes grupos de refugiados se encontravam, se organizavam, tavam sempre em contato, né?** Nessa época era **a vida muito de militante,** muito ligada a militância. **Ao apoio às pessoas que estavam no Brasil,** que tavam presas, fazendo campanhas, tinha essas coisas todas, né? Usar o fato de a gente tá na Europa pra mobilizar os **comitês de apoio,** pra não deixar as pessoas que tavam presas morrerem, fazer **campanhas de libertação,** isso aí era o tempo inteiro. (...) Mas sempre tinha que **contar com a esquerda européia** porque a gente sozinho não dava conta de nada, né? A gente precisava do apoio deles pra poder fazer as denúncias, poder fazer as campanhas, essas coisa eram complicadas, até chegar à **Anistia Internacional** e mobilizar pra **tirar alguém do Brasil,** era um troço complicado e isso tinha que ser feito junto com as outras organizações, né?”<sup>95</sup>*

Havia relação entre uma gama diversa de agentes sociais. Os brasileiros em cada país de asilo formavam “colônias” que, por sua vez, se relacionavam entre si e com militantes que permaneciam no Brasil. Envolviam-se ainda com militantes ou “colônias” de outras nacionalidades: sejam outros grupos de deslocados, seja a esquerda dos países de asilo. As possibilidades de conexões eram várias e geravam situações, a princípio, curiosas, conforme relatou, por exemplo, Carla. Mostrando-me uma fotografia (Figura 6), a entrevistada fez um comentário interessante, relatando como essas conexões possibilitaram que ela conhecesse em Paris, por meio da esquerda francesa, militantes brasileiros a quem admirava e respeitava, mas que jamais havia conhecido no Brasil:

*“Sabe quem é esse? **José de Arruda Câmara, fundador do PCdoB.** O Arrudão, que era **quadro internacional** na época (...) o apartamento dele **era aparelho,** ninguém freqüentava, porque ele era quadro internacional. Ele **ia à China, ele ia à Albânia,** ele fazia **articulação internacional do PCdoB.** Mas ele tinha muito respeito pelo D., porque o D. teve preso, foi muito torturado e não falou sob tortura e o velho era **um stalinista rígido,** então o fato de ter estado preso e não falar sob tortura era altamente respeitável por ele. (...) Aqui eu tô grávida de quase 8 meses e o Arrudão tá me abraçando, ele era muito simpático (...) E isso foi outra coisa interessante, **a gente conheceu em Paris pessoas como o Arruda,** aquele outro velho do PCBR, como é o nome dele?(...) o **Apolônio de Carvalho,** a gente conheceu. Porque quando tinha assim reuniões mais importante, às vezes no CIMADE, às vezes no... a gente ia, (...) a gente acabou **conhecendo essas lideranças da esquerda brasileira lá** e foi uma coisa muito interessante, **através inclusive dos franceses...** o S.M. foi muito **uma ponte nossa com a esquerda francesa** (...) nos botou em contato com essa gente. Então nós tínhamos amizade com franceses e com lideranças da esquerda brasileira e latino-americana em eventos mais especiais assim.”<sup>96</sup>*

Ou como no caso de Sakamoto, que retomou na França contatos políticos que o reinsreriram no campo da esquerda, do qual havia se distanciado antes de ter deixado o Brasil, reacendendo seu interesse pela “militância”:

*“Quando eu saí a minha idéia era de **continuar na perspectiva acadêmica** mesmo. (...) O que mudou lá é que **eu perdi o interesse acadêmico,** não é? Fui... fiz o trabalho que tinha que fazer lá. **Fiz muitos contatos lá.** Tinha contatos com os exilados políticos. Fiz muita*

<sup>95</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

<sup>96</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

*atividades, mas não... aí eu achava que queria fazer outra coisa, uma coisa que desse mais satisfação mesmo. E aí... também tinha contato com o pessoal do movimento de libertação lá de Moçambique, Angola... enfim [Paris] é muito cosmopolita. Lá, principalmente o pessoal do PCB tava envolvido na época (...) na construção da Universidade de Constantine, que era o Oscar Niemeyer, o Luís Hildebrando, o Darcy Ribeiro... o Darcy Ribeiro não era do PCB, mas enfim, era bastante próximo lá, tal. E esse pessoal tinha contato com o pessoal da Frente de Libertação de Moçambique e tal, por causa da Argélia. A Argélia que foi o principal ponto de apoio militar pra Frente de Libertação de Moçambique (...)e eu tive contato através deles lá. E quando falaram “quer ir pra Moçambique?” e tal, eu achei uma coisa muito interessante. Não tinha nada a ver com a vida acadêmica, mas do ponto de vista... da perspectiva política era mais atraente pra mim do que continuar em Paris ou... não tinha perspectiva de voltar pro Brasil também, então eu fui considerar essa possibilidade.”<sup>97</sup>*

Diante do que foi mencionado, parece-me possível concluir que as representações acerca da “militância”, tema primordial das narrativas dos entrevistados, mobilizam tanto os modos de pertencimento nacional, quanto o “internacionalismo” e outros símbolos de identificação *cosmopolitas*. Os processos sociais em que se envolviam, estabelecendo relações sociais entre diferentes Estados-nações e com militantes de distintas nacionalidades, conformava, a seus olhos, a esquerda como um campo de identificação e solidariedade transnacional. Nesse sentido ele é uma premissa fundamental da leitura que fazem de suas migrações e seu exílio, como resume Wagner:

*“O que eu vou dizer pra você é uma verdade lapidar. No exílio... se você é uma militante de esquerda e vai pro exílio, você só vai ser apoiada por pessoas de esquerda. Ou por pessoas de organizações religiosas caritativas... são as pessoas que vão lhe apoiar, que não são de esquerda. Isso no Chile, no México, na Suécia ou em qualquer outro lugar. Você não recebe nenhum apoio de nenhuma pessoa que é dita liberal ou qualquer coisa do tipo, eles querem ver você no cemitério. É conversa fiada solidariedade ou qualquer coisa fora da esquerda! Não existe!”<sup>98</sup>*

### III. Exilados, refugiados e estrangeiros: a ruptura do exílio

Devo esclarecer, porém, que nem só de continuidades são compostas as narrativas. Retomemos como exemplo o depoimento de Selma. Após relatar todo seu itinerário, que a faz chegar à Alemanha como “refugiada” em 1974, ela teceu considerações a respeito do entendimento que acredita ter tido de sua trajetória naquele momento, apontando que se sentiu pela primeira vez uma “exilada”:

*“Só na Europa, só na Europa quando a gente ainda tentou voltar. Eu fiz uma maluquice! Eu tava na Alemanha. Eu consegui lá pelas organizações dinheiro, documento falso. Voltei até a Argentina pra tentar voltar pra cá. Não tinha mais ninguém aqui, então eu voltei pra lá de novo. Então eu acho que foi nesse momento, nessa minha volta, quando eu vim clandestina (...) da Alemanha com documento falso e que aqui, quando chega... aqui não, em Buenos Aires, fico sabendo que “Ó, acabou. Acabou. Não tem. Volta!” Acho que foi nesse momento que caiu a ficha. Mas nunca... eu acho que a própria... depois a ida pra Moçambique o tempo inteiro foi muito uma... eu não tive uma interiorização de exílio, eu achei que tava me preparando pra volta (...)*

<sup>97</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>98</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

*como uma preparação, como um processo, como uma militante ainda, porque eu nunca me arrependi de absolutamente nada do que eu fiz, não é?”<sup>99</sup>*

A entrevistada, declarando não ter “*interiorizado o exílio*” por se comportar como “*uma militante ainda*”, contrasta como termos opostos, as categorias “exílio” e “militância”. Esta oposição, que parece estar presente na maioria dos depoimentos, sinaliza para a associação do termo “exílio” a um corte ou uma transformação na trajetória militante. A entrevistada, frente à conjuntura que se inicia após o golpe no Chile, com sua ida para a Europa, passa a considerar ter entrado em uma nova fase, que exigia uma transformação em relação à ação apolítica, marcada pelo distanciamento da perspectiva imediata, alentada até então, de “fazer a revolução”. É justamente nestes termos que ela explica sua opção por Moçambique:

*“nós queremos fazer a revolução e não era nos bares de Paris. Não era a nossa praia aquilo ali. Vem em 75 a Revolução dos Cravos, né? Aquele processo fantástico e que pega as colônias, não sei que. Ai entre o pessoal começa a surgir aquela notícia de que era possível. Porque primeiro, a gente já tinha visto que a volta pra cá não era uma coisa tão simples, que a resistência aqui daqueles moldes não tinha... que a gente não tinha condição ser reabsorvidos aqui na clandestinidade. Éramos procurados. Então, não tinha jeito, a volta não era um caminho possível àquela altura. Mas também a gente não queria ficar em Paris, então Moçambique surge como uma alternativa, vamos dizer assim, como... bom, então nós continuamos acreditando no socialismo, na revolução, em um monte de coisas”<sup>100</sup>*

“Exílio”, nessa e em outras narrativas, parece ser mobilizado com a intenção de indicar ou se referir a situações em que os entrevistados experimentaram sensações de exterioridade e estranhamento em relação a estruturas sociais e/ou ainda rupturas na coerência que sua compreensão de “militância” imprimia a suas trajetórias. Referindo-se, portanto, tanto a períodos temporais, quanto a espaços sociais, “exílio” quer significar ora uma estrutura ou conjuntura social onde não é possível a militância revolucionária (“*não era nos bares de Paris*”), ora um tempo de revisões e adaptações do que se entendia por militância (“*não me arrependi de absolutamente nada do que eu fiz*”). A compreensão de que há uma ruptura em um dado momento de suas trajetórias não está necessariamente identificada com a partida do território brasileiro. Ouso dizer que isso ocorre porque a mobilização da categoria “exílio” pelas narrativas dos entrevistados não aponta exclusivamente para a identificação precisa de um período com início e fim, um processo contínuo, definido somente em relação à ausência e volta ao território brasileiro. Ao contrário, me parece que “exílio” é usado para designar tempos e lugares em que, no curso da trajetória de militante inserido no campo social transnacional de esquerda, o entrevistado experimentou um sentimento de exterioridade ou estranhamento social.

---

<sup>99</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>100</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

Os elementos mais relevantes na construção deste estranhamento estão relacionados à ação política e à nação e, portanto, a modos de pertencimento (trans)nacionais, combinados pelo entrevistado na narrativa para delimitar o período que considera ter se sentido exilado. Fundamental nesse aspecto é a importância que os Estados nacionais alcançavam como arenas políticas do conflito transnacional, pois nos permite entender porque as decepções em relação à volta ao Brasil constroem a “derrota” como um dos entendimentos mais comuns atribuídos ao período identificado como “exílio”.

Em ritmos distintos para cada entrevistado e segundo cada trajetória, o tempo no exterior foi se tornando mais longo do que suporiam seus planos iniciais: estudo, solução provisória, o caminho para volta, treinamento, tratamento, etc., que pressupunham sempre a volta. Essa situação não seria a princípio um problema, já que a inserção no campo da esquerda permitia que tivessem ações políticas fora do país, tanto voltadas ao processo brasileiro, quanto a processos de outros países com os quais se envolvessem. No entanto, a situação foi se tornando problemática à medida que os levava cada vez mais a se fixarem em países europeus, onde consideravam não haver oportunidade de militância nos moldes da que realizam até então. Daí que perceber-se no “exílio” passava para uns por perceber que a modificação na conjuntura vivida demandava uma adaptação da ação política e da própria conduta:

*“Era exílio forçado, não era voluntário. Então, o que a gente dizia muito era (...) momentaneamente afastado da frente principal de combate, que era no Brasil. Mas continuava o combate, as denúncias, etc. Então... tanto que só quando... eu só me considerei realmente exilado mesmo... foi só quando a gente voltou do Chile para a Europa depois do golpe do Chile e do... vamos dizer assim, da diminuição do movimento na América Latina. Então vamos tratar de nos adaptar, porque esse processo vai ser longo. (...) Eu passei a falar: não, vou cuidar de outras coisas que não fossem pura e simplesmente política. (...) Estudar... inclusive porque o PCBR, onde eu militava nessa altura, ainda queria que eu fosse pra Itália, porque queria montar uma base na Itália, eu falei: “eu não vou pra Itália, não tenho nada que fazer na Itália, tô muito bem aqui na Alemanha”. Foi a primeira vez que eu me... me... como é que fala? Não obedeci uma ordem ou uma decisão política da organização.(...) vou ficar na Alemanha, onde tenho meus documentos em ordem, onde eu posso estudar. Vou cuidar disso agora.”<sup>101</sup>*

A modificação passava, em primeiro lugar, pela consolidação da impossibilidade de atuar politicamente na “frente principal de combate”, arena privilegiada da disputa política. Depois por uma mudança mesmo da situação social, causada pela fixação em países europeus, que demandava a legalização como “refugiado”<sup>102</sup>, através da qual passavam a se

---

<sup>101</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>102</sup> Aos olhos da ONU e do ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e dos países que participam dos acordos internacionais da Convenção de Genebra e do Protocolo sobre o estatuto dos

relacionar como estrangeiros com outro Estado-nacional. É uma situação distinta daquela em que se circulava por entre Estados nacionais de forma clandestina, por vezes até com o conhecimento e apoio dos mesmos, mas provisoriamente, sem fixar-se neles (ao menos o discurso não era de fixação). Pedir asilo através da solicitação da condição de refugiado passava por assumir que a perspectiva imediata de volta perdia-se de vista. Em contrapartida, a consequência da fixação era a necessidade de modificação do tipo de militância como condição de permanência no país.

Vale salientar que pairava uma desconfiança em relação às atividades políticas dos exilados latino-americanos e, por extensão sobre os próprios, em virtude do estigma gerado pela luta armada. Uma situação que influenciava na relação com os países aos quais pediam asilo, levando a situações constrangedoras. Por outro lado, podia gerar desconfianças também na própria esquerda europeia, levando as diferentes concepções sobre métodos de ação política a serem discutidas em termos de nacionalidade e vice-versa:

*“Por exemplo, eu cansei de ouvir na Suécia coisas assim, uns chilenos foram lá roubar um banco. Então pessoas que eu tinha alto respeito, suecos, militantes políticos, disseram pra mim: **“você agora deram pra roubar banco aqui?”** Eu pergunto: “você quem?” “Ah, aqueles chilenos que roubaram um banco”. Eu digo: **“eu não sou chileno! Eu só vim do Chile e não creio que todos os chilenos roubaram banco. (...) Quando eu cheguei na Suécia, você: “não faça política aqui.”** Eu digo: “lá bem, não faço”. **Militante político dizendo pra mim: não vai se meter em política aqui!** (...) Depois o cara: “você não quer ir ficar com a canetinha, distribuindo panfleto lá não sei a onde?” Eu digo: “isso não é se meter em política?” Eu perguntava pro cara. (...) O cara: “vai lá não sei a onde distribuir panfleto contra o Franco?” “Você sabe que eu vou, mas eu sou contra”. “Porque?” “Porque quando eu cheguei aqui, você disse que eu não me metesse em política”. **“Mas isso é internacional!” Mas isso pode? Eu posso ferrar o Brasil, mas eu não posso ferrar a Suécia? “Que política é essa a sua?”**”<sup>103</sup>*

A situação mais extrema entre os entrevistados se deu com Ricardo, que não conseguiu asilo na França, onde chegara com documentos falsos pouco antes do golpe do Chile. Auxiliado pela CIMADE, centro protestante humanitário que apoiava refugiados políticos e imigrantes, cruzou clandestinamente as fronteiras da Holanda e Alemanha até chegar à Dinamarca, para tentar o asilo, junto com refugiados das guerras coloniais portuguesas. Como vimos anteriormente, a tentativa fracassou, o entrevistado foi preso e deportado para a Alemanha, conseguindo ser recebido de volta na França após uma campanha realizada pela esquerda brasileira, francesa e pela CIMADE<sup>104</sup>. Conseguido o

---

refugiados, aquele que solicita asilo em país estrangeiro é um refugiado. Define-se um refugiado como alguém que se deslocou territorialmente por temer uma perseguição. Rollemberg, 1999.

<sup>103</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

<sup>104</sup> Situações de instabilidade derivavam também do não enquadramento em qualquer das categorias de estrangeiro residente existentes. Era o caso daqueles que conseguiam bolsas de estudo e, quando ela findava, não conseguiam mais o estatuto de refugiado, justamente por terem dela gozado. Com isso, passavam a viver clandestinamente na Europa pelo medo de voltar ao Brasil.

asilo nos países europeus ocidentais, os refugiados podiam entrar na universidade, por exemplo, e ter acesso a benesses do estado do bem-estar social, como creches, hospitais e aluguéis populares, no entanto, precisavam trabalhar, o que geralmente, com poucas exceções, só era conseguido através de “bicos” ou trabalhos socialmente reconhecidos como desqualificados:

*“Eu trabalhei lá como **bagrinho do cais do porto, carregador substituto, trabalhei como lavador de matadouro, trabalhei como faxineiro de escolas, hospitais, auxiliar de enfermagem, que foi um cursinho que eu fiz pra ser auxiliar de enfermagem e cheguei ao topo da minha carreira profissional na Suécia como professor de escola primária, foi o máximo que eu cheguei.**”<sup>105</sup>*

No caso dos países socialistas, os entrevistados não eram recebidos como refugiados e sim como estudantes estrangeiros, vivendo, portanto, na qualidade de migrantes. Tinham acesso a todos os serviços do estado como estadia, proporcionada pelas universidades que cursavam, mas não era permitido que se inserissem no mercado de trabalho do país. Ao mesmo tempo, a militância passava a ter que se adequar aos moldes determinados pelo Partido Comunista e pelas organizações sociais por ele controladas. Nesse sentido, havia uma liberdade mais restrita que a dos países ocidentais de realizar atividades políticas voltadas ao Brasil<sup>106</sup>, ou qualquer atividade política fora dos marcos admitidos pelo PC, embora, aqueles que se vinculassem aos núcleos do PCB no país, tivessem acesso a militantes e organizações, comunistas ou de esquerda, de diversos países, que passavam frequentemente por estes países.

*“Então você chega, você **tem a residência estudantil**. A moradia que era garantida pelo estado, pelo Ministério da Educação, você tem... tinha **uma bolsa que te garantia o mínimo necessário pra alimentação, transporte**. A Bulgária tinha uma coisa muito boa na época, por exemplo, você tava no Instituto de língua e mesmo na universidade, muitas das **atividades culturais eram patrocinadas pela própria instituição**, então eles faziam aquela distribuição gratuita de ingressos, né? (...) Agora, evidentemente que tinha situações particulares. Atividade política, por exemplo, **eles faziam questão de dizer isso: vocês vieram pra estudar**. Então estava **fora de hipótese você entrar na rotina do búlgaro enquanto vida social, política, econômica, etc., etc.** (...) E eu lembro que... que eles não aceitavam, por exemplo, na rádio que se falasse da ditadura militar no Brasil, era uma convenção, não podia se falar disso e por razão muito simples, **eram interesses de estado que estavam em jogo, entende? E você ali não... entende?**”<sup>107</sup>*

Neste contexto, tanto “refugiado” quanto “estrangeiro” são categorias classificatórias atribuídas a estes fluxos migratórios pelos países em que se fixaram os

---

<sup>105</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo. As atividades exercidas mais comuns relatadas por homens e mulheres foram faxineiro, babá e distribuir panfletos, embora a maioria tivesse completado a graduação e até o mestrado durante o período vivido na Europa. Gerava situações constrangedoras como moças de origem na classe média como faxineiras e engraçadas como um “perigoso terrorista trocado por embaixador” trabalhando como babá.

<sup>106</sup> Não era o mesmo caso de militantes do PCB, que fossem recebidos na condição de militantes da internacional, cuja ida para o país se desse em outras condições e com outras finalidades.

<sup>107</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

entrevistados. Categorias que os distinguiam dos nacionais, marcando suas situações sociais de exterioridade frente às estruturas de posições sociais das sociedades em que se estabeleceram, situações de *liminaridade*. Como bem coloca Rollemberg (1999), “*definindo o refugiado a partir do critério do medo, o ACNUR o define como vítima*” (ROLLEMBERG, Op. Cit.: 39), estabelecendo uma situação de proteção, mas que não se diferencia muito da situação e da condição atribuída a outras formas de migração. “*O instala na provisoriedade enquanto estrangeiro (...) e que assim nega-lhe a presença reconhecida como permanente, ou seja, que exista de outra forma que não na modalidade do provisório contínuo e de outra forma que não na modalidade de uma presença apenas tolerada*” (SAYAD, 1998: 46).

Ambas as categorias (refugiado ou estrangeiro) frente às narrativas dos entrevistados sejam “*talvez melhor descrita como um rótulo, um rótulo geralmente constrangedor e estigmatizante*” (MALKKI, 1995: 158). São mobilizadas pelas nas narrativas para designar essa condição de provisoriedade, instabilidade e exterioridade, querendo deixar claro, por um lado, a situação de *liminaridade* e, por outro, uma situação de incoerência com sua auto-definição como “*militantes*”:

*“Nós tínhamos o estatuto de refugiados políticos, o que nos constrangia muito também, né? Porque nós víamos o exílio como uma transição da luta revolucionária para a luta revolucionária. Nós tínhamos sido presos. A idéia era ir para o exílio, ter treinamento e voltar para a luta revolucionária. Quando do golpe do Chile e depois da desintegração da organização, nós nos surpreendemos como refugiados políticos. Era uma condição que não nos agradava.”*<sup>108</sup>

São, portanto, categorias a partir das quais são classificados, mas que rejeitam, expressando, por meio delas, como o pertencimento nacional compõe um quadro de ambigüidade, provocada pela dissociação entre indivíduo e Estado-nação, em um mundo marcado não apenas pela bipolaridade política, mas igualmente pela ordem nacional. Essa dissociação se torna problemática do ponto de vista do resguardo dos direitos individuais, pois, como assinala Hannah Arendt (1989):

Toda a questão dos direitos humanos foi associada à questão da emancipação nacional; somente a soberania emancipada do povo parecia capaz de assegurá-los — a soberania do povo a que o indivíduo pertencia. Como a humanidade, desde a Revolução Francesa, era concebida à margem de uma família de nações, tornou-se gradualmente evidente que o povo, e não o indivíduo, representava a imagem do homem (ARENDDT, Op. Cit.: 325)

Daí que a figura do exilado/refugiado evidencie, segundo Agamben (1996), o fato de que, na ordem mundial de Estados-nações, os direitos do homem, tidos como sagrados e inalienáveis, estejam, na verdade, desprovidos de qualquer efetividade caso não seja

---

<sup>108</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

possível identificá-los como direitos de um cidadão de um estado nacional. “*Isso está implícito na ambiguidade que entranha o título da declaração de 1789: Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde não fica claro se os termos nomeiam duas realidades autônomas ou formam, ao contrário, um sistema unitário em que o primeiro está sempre contido e oculto no segundo*” (AGAMBEN, Op.Cit.: 42). Sendo assim, apesar dos direitos assegurados aos que desfrutavam a condição de refugiados, os entrevistados sentiam não participar plenamente da cidadania conferida aos nacionais, principalmente por não conseguirem empregos a altura de suas formações e por terem experimentado, alguns pela primeira vez em suas vidas, situações de racismo e outras formas de preconceito:

*“eu me lembro quando eu tava procurando uma maternidade para... para... ter o filho, né? Fazer pré-natal, essas coisas todas... que eu tive contato com umas francesas que me indicaram um hospital de periferia e tal: “Ah, não é grande coisa, mas é de graça e tal”. Mas eu quero um hospital bom, eu não quero qualquer coisa! Então a gente era tratada como marginal e quando nasceu... aquele sentimento de ser tratada como miserável é um negócio que eu não tinha experiência disso. Eu passei a entender depois as pessoas que vivem na miséria no Brasil como são olhadas, da forma como eu fui olhada lá quando cheguei. Você é olhada como **uma coitada que tem que ser ajudada**. (...) Por ser exilada sobretudo, mas também por ser latino-americana, mas fundamentalmente por ser exilada. **Exilado é um coitado que não tem nada e que tem que ser ajudado**, entende? Então não importa se você tá na universidade, você tem que ser ajudado, te oferecem trabalho de faxina, **ninguém te oferece trabalho qualificado** (...) passam a te indicar **soluções para pobre, miserável**. E eu não era isso.”<sup>109</sup>*

*“Não gostava da Bélgica de jeito nenhum, detestava aquele lugar, porque **eles pensavam que eu era marroquina** e eles me maltratavam muito! **Muito racistas!** Extremamente racistas! (...) é **muito difícil conviver com o racismo** como eu convivi. Então, tinha vezes que eu tinha crises muito grandes de ficar trancada dentro de casa (...) Eu morava em Bruxelas e ia pra Louvain, onde era a minha universidade, aí tinha que ir de trem (...) tinha uns vagões assim onde a gente sentava oito pessoas, tipo umas cabines. **Quando eu entrava antes ninguém entrava na cabine e quando tinha gente e eu entrava, eles levantavam e saíam**. Saíam xingando, né? **“Sua suja! Porco! O que que vem fazer aqui na nossa terra?”**”<sup>110</sup>*

Acrescentava-se a sensação de “derrota”, que precisava ser contornada, mas que gerava confusão e crise, produzindo justamente o contrário do que o paradigma fornecia ao militante: incertezas. Carla comenta que na Europa se sentia incomodada:

*“Fundamentalmente pela **questão política**, o fato de **não ver uma saída política** era a questão mais grave, era pior. Mas também a **questão da perda dos laços, a perda da situação, a perda dos amigos, a perda da família**, a perda da... essas perdas também doíam muito. Mas o **sentimento do exilado assim mais violento, mais duro é de não ter futuro**. Eu não queria me radicar na Europa, eu sabia que **não tinha futuro me radicar na Europa, profissional nem nada**. Não podia ser **eternamente estudante** e eu sabia que **no Brasil também não tinha perspectiva**. Eu sabia que aqui tinha sido tudo desestruturada e eu não via perspectiva política. Então o mais pesado era não ter perspectiva política, não ver claro a perspectiva política, **a gente buscava, a gente estudava, a gente fazia contatos políticos**, mas a gente não tinha uma perspectiva política. Isso é que era o pior de tudo.”<sup>111</sup>*

<sup>109</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>110</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

<sup>111</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

Sentir-se no “exílio” era ter que se acostumar com outra forma de vida e militância política. À medida que essa necessidade ia se impondo tinham que se chocar com o fato de que “*havia um desprezo pelo exílio como tempo e lugar de luta*” (ROLLEMBEG, 1999: 189):

*“Mas era muito claro que... tinham alguns grupos ali... gente que se recusavam a admitir a derrota, mas pra mim era muito claro que a gente tinha sofrido uma derrota catastrófica. Era preciso rever tudo, reconsiderar, estudar. Havia... havia... havia no passado revolucionário exemplos disso, quando a Revolução de 1848 foi derrotada, o Marx foi lá pra Londres e se meteu no British Museum pra estudar, o Lênin também a certo momento da Revolução Russa foi pro exílio e estudava muito, então tinha precedentes ilustres, né?, que legitimavam o nosso estudo, a nossa situação lá.”*<sup>112</sup>

A idéia de que era necessária uma reformulação das práticas políticas já apareceu em outros depoimentos, bem como a idéia de que o “exílio” podia ser também um período para se dedicar à formação universitária interrompida e recuperar situações deixadas para traz. No depoimento acima, o entrevistado pretende valorizar este momento de readaptação através da comparação com histórias simbólicas para a esquerda, procurando atribuir ao exílio um significado que não se opusesse ao entendimento que tinham da “militância” como vinculada à idéia de “transformação revolucionária”, mas, como o próprio entrevistado coloca, esta percepção não foi a mais comum entre os exilados.

O que ocorreu em geral foi a modificação da prática de militância. “*Se a princípio as campanhas no exterior tentavam, em meios às sucessivas vitórias da repressão, passar a imagem de que havia forças revolucionárias no país capazes de vencê-la, aos poucos as iniciativas promovidas em diversos países começaram a abandonar essa avaliação*” (ROLLEMBERG, 1999: 229). Uma modificação gradual, com a incorporação de novas perspectivas sobre a “luta política”, concretizadas na realização de campanhas por presos políticos, pelos direitos humanos, nas denúncias da Ditadura e, posteriormente, na luta pela Anistia:

*“Porque depois do golpe do Chile, né?, se difundiu um pouco a idéia, né? A consciência de que não dependia muito de nós voltar para o Brasil. Dependia de acontecimentos que ocorressem aqui no Brasil e que tavam fora... a gente não tinha mais influência, né? No fim da ditadura, então havia um pouco essa consciência e com isso as reuniões de exilados e os movimentos de exilados eles se tornaram muito frágeis, mais tarde eles iriam crescer de novo na luta pela anistia, mas isso algum tempo depois, né?”*<sup>113</sup>

*“Então eu acho que o nosso processo de luta revolucionário foi superado pelo próprio processo político, então nós tínhamos que mudar nossa postura em relação a isso. Então acabei me afastando do PCBR e ficando novamente independente ligado a grupos de estudo e de integração lá na Europa, na Alemanha, em Paris, tínhamos um grupo em Colônia, tínhamos um grupo forte em Paris em que a gente discutia a realidade brasileira e tentar interferir de alguma forma, divulgar”*<sup>114</sup>

<sup>112</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>113</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>114</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

Considerando ou não ter havido uma “derrota”, mais ou menos convencidos e estimulados pelas novas perspectivas de militância desenvolvidas na Europa, com inserção maior ou menor nelas, todos os entrevistados procuraram, entretanto, colocar-se criticamente em relação a estas transformações, principalmente ao explicarem as razões pelas quais decidem deslocar-se para Moçambique. Em suas narrativas mobilizaram razões muito semelhantes para que tivessem optado por deixar a Europa e a condição de refugiado: a recuperação de uma situação de inserção social e/ou política compatível com suas *trajetórias militantes*.

Assim, a incoerência entre a situação de refugiado/estrangeiro e “militante” poderia ser superada pela transferência para Moçambique, onde, teriam acreditado, iriam recuperar a prática revolucionária:

*“Aí também a ida para Moçambique teve esse caráter de recuperação, **não propriamente de uma militância revolucionária como era no Brasil**, mas de uma profissionalização a serviço de um projeto revolucionário que seria, a partir daí, a construção do socialismo em Moçambique.”*<sup>115</sup>

*“A França é uma sociedade capitalista. O que que eu poderia fazer lá? Pouca coisa na minha opinião, **a não ser ajudar o Brasil**. Na época, organizar toda a frente aí que tinha contra a ditadura, obter recursos pro pessoal que tava aqui, assim por diante. Esse é um tipo de militância que pode ser feito. Poderia ter estudado lá. Tem gente lá, outro dia eu vi lá, teve preso comigo, tá lá até hoje, se integrou. Virou cidadão francês, trabalha, fez carreira universitária. (...) Mas nada disso pra mim me atraía, eu **queria trabalhar, me formar politicamente**, ter um outro tipo de formação, então é diferente. Então, uma é uma sociedade formada, acabada e tudo que eu poderia fazer tinha as **suas limitações**. A outra não, era **construir uma nova sociedade**. E aí **tudo era possível!** É muito diferente. **É ilimitado!** Não é?”*<sup>116</sup>

*“Porque eu já tinha assim uma **visão assim internacionalista**, né? Eu queria **participar de alguma revolução**. E na Europa era uma situação já... social e política já **consolidada**, né? Não havia assim no horizonte **nenhuma revolução** a vista nestes países.(...) Então eu queria ir pra África ou algum país aqui da América Latina, América do Sul, pra **participar** de algum **movimento de transformação**, movimento político, né? E essa oportunidade surgiu quando houve a independência lá de Moçambique, né? Angola, Guiné Bissau, que aí muitos brasileiros que estavam na Europa foram para lá, para estes três países (...). **Havia os movimentos de exilados**, mas muito, muito... **não me atraíam muito não**, né? Eu tinha alguma participação, mas não me atraía muito não.”*<sup>117</sup>

No país viriam a ser cúmplices e testemunhas do projeto da Frelimo, vivendo sua experiência mais íntima e participativa com a desejada e “*ilimitada*” revolução socialista.

\*\*\*\*\*

---

<sup>115</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>116</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>117</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

## IMAGENS

Reservada

Alger, 20. 2. 1970.

Prezado companheiro Amílcar Cabral,

Valendo-me ainda da ida do companheiro Tuppin, desejo colocar uma questão para a qual solicito todo o seu interesse e a urgência possível numa decisão.

Estão aqui e na Europa alguns militantes que vinham participando da luta no Brasil e que resolveram sair para tentar fóra uma melhor preparação. Alguns chegaram a realizar ações urbanas mal sabendo manejar um revolver.

Além de um conhecimento básico do manejo de armas, precisariam estudar de perto uma experiência de luta como a dos companheiros da Guiné. Não obstante as diferenças que possam existir entre o tipo de luta que travam os companheiros e a nossa, há coisas comuns que precisam ser aprendidas. O simples fato de constatarem as dificuldades que vocês precisaram vencer para iniciar o combate armado pode ajudá-los a melhor constatar que as nossas, por grandes que sejam, podem ser também vencidas.

As diferentes organizações revolucionárias chegaram atualmente a um impasse em nossa terra. A contestação das posições do Partido Comunista Brasileiro, dito pró-soviético, pois existem nada menos que quatro partidos comunistas no Brasil, embora ainda não tenha cessado, já não basta para que a nossa luta avance. É a constatação que diversas delas já fazem agora. Uma revisão de posições se acentua agora, notadamente depois da morte de Marighela que conseguira dar certa vitalidade às forças de esquerda. Busca-se uma estratégia político-militar válida e ela só poderá ser construída através de experiências e de um debate que aproveite a nossa própria prática e a

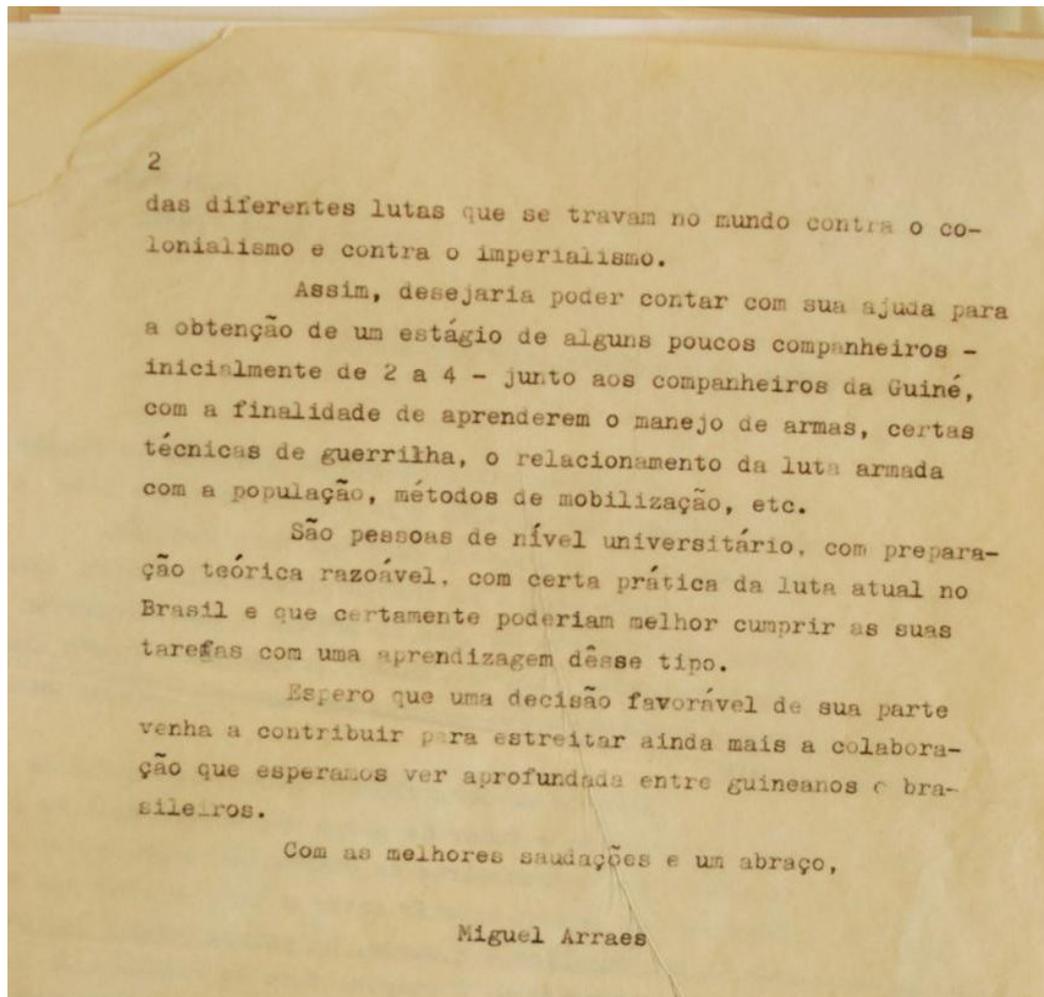


Figura 5: Carta de Miguel Arraes para Amílcar Cabral. Fonte: Diário de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/politica/arquivos/cartas.pdf>> Acesso em 24/02/10.

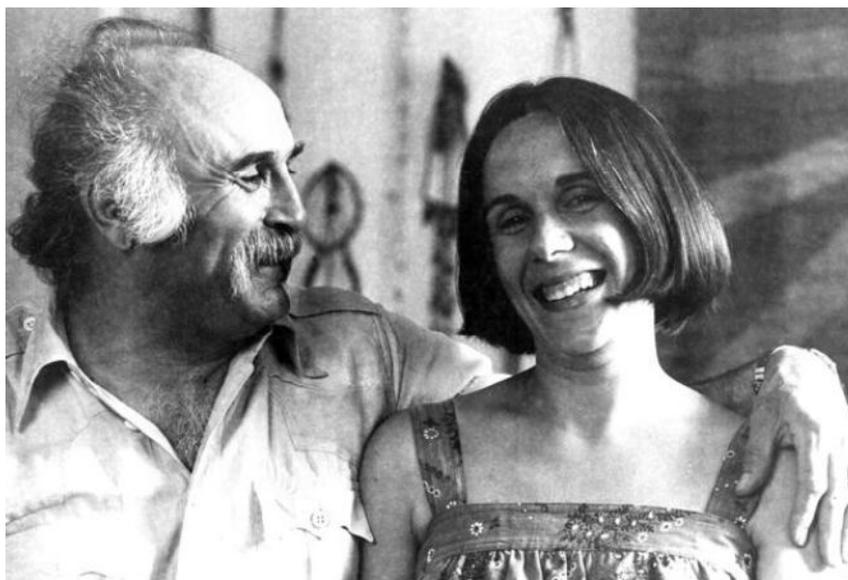


Figura 6: Fotografia com Diógenes Arruda Câmara citada no depoimento de Carla Foto: Daniel de Andrade Simões.

### Capítulo 3

#### Internacionalismo e cooperação: Moçambique na trajetória militante

*“Como é óbvio, não pode existir epílogo nem ponto final para uma estória que começa por portanto” (Pepetela. A Geração da utopia.)*

As sobreposições de dimensões imaginadas ora como nacionais, ora transnacionais típicas da Guerra Fria, parecem especialmente importantes quando refletimos sobre a história da Frelimo. A organização teve uma formação *cosmopolita* marcada pela *desterritorialização* e pela inserção *no campo social transnacional* de esquerda, que o conflito de paradigmas conformava. A organização foi fundada em 1962, fora do território colonial de Moçambique, no Tanganyka<sup>118</sup>, colônia inglesa e vizinha ao norte. Promovendo a junção de movimentos distintos iniciados em África e na Europa, teve essa formação *transnacional*, embora tenha sido o principal movimento político a sustentar, através de um discurso de independência, as idéias de nação e nacionalidade moçambicanas.

Para refletir sobre esta formação *transnacional*, deve-se, primeiramente, ter em conta que as circulações entre fronteiras, tanto coloniais quanto, posteriormente, dos países independentes (que em sua maioria mantiveram aquelas) eram - e são - uma realidade do continente africano. Migrações provocadas por deslocamentos forçados de populações no contexto colonial, por trabalho e, principalmente, pelo fato de que estas fronteiras cortavam regiões de transumância ou de ocupação fixa de populações anteriores ao processo de colonização, atravessando laços sociais de parentesco, econômicos, religiosos, etc.. Segundo Cabaço (2007), teria sido justamente entre estas populações cujas relações perpassavam as fronteiras coloniais, e ainda entre migrantes e trabalhadores, que as cruzavam rumo às colônias vizinhas, que teriam se formado, em contato com seus grupos políticos, os três movimentos que, segundo a historiografia do partido<sup>119</sup>, se uniriam para formar a Frelimo, em 25 de junho de 1962.

Apesar de o foco oficial estar sobre esta unificação, a Frelimo reuniu sujeitos de diversas outras origens e trajetórias, espalhados territorialmente, dentro e fora da colônia. Entre seus membros estavam certamente os associados aos mencionados movimentos, cuja vivência rural implicava em uma resistência ao colonialismo mais relacionada ao pertencimento a grupos lingüístico e/ou étnicos. Entretanto, havia também aqueles provenientes de experiências de associação política urbana e *cosmopolita*, sendo exemplar o

---

<sup>118</sup> O Tanganyka estava em processo de emancipação e tornar-se-ia independente neste mesmo ano (1962). Em 1964, Zanzibar, um arquipélago formado por duas ilhas localizadas ao largo de sua costa, também uma ex-colônia inglesa, tornada independente em 1963, uniu-se ao Tanganyka. Juntos tornaram-se a Tanzânia.

<sup>119</sup> Por exemplo: Machel, 1976.

caso de Eduardo Mondlane, o primeiro presidente da Frelimo, um antropólogo, professor na universidade de Syracuse, funcionário da ONU e participante das articulações transnacionais em defesa das descolonizações.

Com bem apontou Thomaz (2001), no interior dos espaços coloniais surgiram *contextos cosmopolitas*, onde a maior difusão da língua portuguesa e de uma relação mais intensa (com isso mais tensa) com a metrópole e seus representantes impulsionavam um distanciamento relativo dos sujeitos e grupos sociais de suas alianças locais, inserindo-os na dinâmica colonial, marcada por uma razoável circulação internacional<sup>120</sup>. Os setores da sociedade colonial moçambicana envolvidos por estes contextos, que conectavam, principalmente, as sociedades coloniais entre si e às européias, foram os maiores responsáveis por elaborar os “*termos no interior dos quais se passa a discutir a questão nacional*”, veiculando “*uma idéia nova e exógena para a maioria esmagadora da população da então colônia: Moçambique*” (THOMAZ, Op. Cit.: 141), uma unidade social e cultural politicamente independente de Portugal.

Entre estes *contextos cosmopolitas*, eu destacaria a importância, principalmente em Lourenço Marques<sup>121</sup>, das atividades literárias e jornalísticas realizadas nas associações culturais<sup>122</sup>, onde, desde o final do século XIX, inúmeras insatisfações com o colonialismo e suas limitações à integração e à igualdade dos colonos foram sendo articuladas e formuladas politicamente. Aos poucos e cada vez mais fortemente, diferentes grupos sociais foram se contrapondo ao regime, levando à construção do que se tornaria, a partir de meados do século XX, uma postura anti-colonial e nacionalista. Ao mesmo tempo, eram estabelecidas conexões com os debates de mesmo tipo desenvolvidos pelos movimentos anti-coloniais, articulados internacionalmente a partir da década de 1950,

---

<sup>120</sup> A mobilização da língua portuguesa era um dos requisitos necessários à conquista do estatuto de “assimilado” à sociedade colonial, pelo “indígena” que pudessem demonstrar domínio da cultura e do comportamento da “civilização” portuguesa. Um processo que, apesar de muito limitado, foi responsável pela formação de uma “elite nativa”, que participaria do funcionamento do sistema colonial. No entanto, foi justamente entre eles que mais fortemente se difundiram os debates sobre a formação nacional de Moçambique. Thomaz (2001) destaca a importância das missões religiosas e da administração colonial tanto para o processo de *assimilação*, quanto de elaboração do debate sobre a questão nacional.

<sup>121</sup> Capital da colônia, situada no extremo sul do país, próximo à vizinha África do Sul. Com a independência, a cidade permaneceu na condição de capital, sendo alterado apenas seu nome para Maputo, mesmo nome da província (Estado) em que está localizada.

<sup>122</sup> Existiam, inicialmente, separadamente para “brancos”, “negros” e “mulatos”. Elas expunham em publicações próprias os descontentamentos em relação a Portugal, bem como debatiam as “relações raciais” na colônia. Até a década de 1950 estas iniciativas são chamadas protonacionalistas, pois não possuíam caráter nacionalista ou pregavam a independência (ANDRADE, 1997). Na segunda metade do século XX esta crescente elaboração de sentimentos de oposição ao regime, passa a identificar a existência de uma cultura e sociedade moçambicana, convertendo-se em um discurso nacionalista e independentista. Alguns freqüentadores dessas associações vieram a ingressar nos anos 60 e 70 na Frelimo, caso exemplar de Craveirinha e Noêmia de Souza, dois dos maiores expoentes da literatura moçambicana, que publicavam seus poemas no jornal *O Brado Africano* da Associação Africana, da qual participavam. (CHABAL, 1994).

compostos por grupos e indivíduos de diferentes nacionalidades, de colônias e ex-colônias, bem como por movimentos de esquerda europeus. Muitos estudantes moçambicanos que migravam para Europa no intuito de seguir no estudo superior, reforçavam e criavam novos canais de contato entre estes ambientes de discussão política e intelectual. Os estudantes das colônias portuguesas em Lisboa e Coimbra viveram essa experiência na CEI, instituição criada pelo governo para abrigá-los e controlar suas atividades, mas que, na prática, constituiu-se em um espaço social de aglutinação e introdução coletiva de seus membros naquele universo<sup>123</sup>. Por ela passaram proeminentes líderes dos principais movimentos que lutaram nas colônias africanas contra a presença portuguesa.

Diversos militantes da Frelimo participaram destes contextos, embora eles abrangessem grupos muito mais amplos, alguns com propostas bastante dissonantes das posteriormente elaboradas por esta organização. Por outro lado, um arco tão amplo de origens trazia para o interior da organização inúmeras diferenças, que, como não poderia deixar de ser, refletiam em disputas internas. As desavenças, presentes durante boa parte de sua história, foram resolvidas pela coesão de um núcleo dirigente e concentrador de poder, característica desde cedo presente, que produziu expurgos ou assistiu a rompimentos de suas minorias, em processos por vezes violentos. O perfil de esquerda e socialista, que esteve presente desde seu início, consolidou-se formalmente, não sem essas graves disputas, no III Congresso, realizado após a independência, em 1977, quando a Frente é transformada em um partido marxista-leninista. Poderíamos dizer que são várias as origens desta inspiração, uma vez que a Frelimo, por intermédio de seus militantes, se inseriu em distintas redes sociais, que compunham o campo transnacional da esquerda.

Os movimentos políticos que lutavam contra regimes coloniais estabeleciam conexões entre si, imprimindo ao chamado “movimento anti-colonial” um caráter transnacional<sup>124</sup>. No marco deste movimento eram realizadas tanto atividades de denúncia, visando apoios e pressões internacionais sobre os regimes coloniais, quanto articulações que trouxessem apoios materiais às “lutas de libertação”. Em ambos os sentidos, a OUA foi uma das iniciativas mais importantes e simbólicas. O relacionamento com a esquerda internacional se estabeleceu nestes processos na medida em que estas iniciativas eram apoiadas por organizações da esquerda, que se aglutinavam para

---

<sup>123</sup> Rocha, 1997.

<sup>124</sup> O anti-colonialismo surge no cenário mundial após a Segunda Guerra. Foram marcos importantes para sua construção como movimento transnacional: a Conferência de Bandung, em 1955, onde fora instituída a noção de “terceiro mundismo” e de “não-alinhamento às superpotências”, através da qual se conformava a oposição entre países imperialistas e colonizados; as conferências dos países africanos, em 1958 e 1960, onde se estabeleceu a idéia de “panafricanismo” e, finalmente, a fundação da OUA, em 1963.

promovê-las, associando-as a outras “lutas” como oposições aos Regimes de Franco, Salazar ou às ditaduras latino-americanas. Por outro lado, partidos/organizações de esquerda, que desenvolviam a luta armada – ou já o haviam feito anteriormente– e países socialistas, estabeleciam entre si (além de disputas) relações de apoio material aos enfrentamentos políticos, armados ou não, e à consolidação de estados socialistas<sup>125</sup>.

Uma vez que seus militantes estavam inseridos em todos estes processos, a Frelimo abrigou, desde seu início, aqueles que compartilhavam o paradigma de esquerda por formação e trajetória anteriores a luta armada por ela desencadeada. Por outro lado, a perspectiva foi estimulada e reforçada, crescendo internamente durante esse processo devido a importância adquirida pelos apoios militares, em maioria vindo dos países socialistas<sup>126</sup>. Mesmo entre os apoios oferecidos por países africanos, destacavam-se a contribuição de Argélia e Tanzânia (fornecendo armas, bases, campos de treinamento, recursos e contatos políticos), países que estavam inseridos no campo da esquerda e por onde circulavam representantes de países socialistas, como China, Cuba, URSS e Vietnam, e de organizações/partidos políticos de esquerda, como o brasileiro PCB.

Como pondera Cabaço (2007), “*esta dinâmica criou um ciclo vicioso: a especialização da ajuda aproximou o movimento de libertação da esfera política socialista e esse fato acentuou a desconfiança e a distanciação dos países ocidentais*” (CABAÇO, Op.Cit.: 419). Para ficar com dois exemplos simbólicos da influência exercida por esta aproximação, podemos tomar a declaração feita por Samora Machel (segundo presidente da Frelimo e o primeiro de Moçambique independente) de que teria lido seu primeiro texto de Marx em Argel<sup>127</sup>, onde já realizava treinamento militar, após ter se juntado à Frelimo na Tanzânia, motivado inicialmente por sentimentos independentistas. Sabemos ainda que Che Guevara passou por este país em 1965, quando esteve reunido com a Frelimo (Figura 7).

A luta armada contra o colonialismo foi iniciada em 1964. A partir dos campos de treinamento e concentração de militantes na Tanzânia, faziam-se incursões militares ao

---

<sup>125</sup> O conflito sino-soviético foi um marco das disputas estabelecidas no interior do campo socialista. Apesar da pressão que esses países faziam por um alinhamento como condição para seu apoio, Moçambique conseguiu receber ajuda de ambas as partes, mantendo, conforme destacam autores como Serra (1991) e Cabaço (2007) uma postura equidistante, durante a guerra colonial e após a independência.

<sup>126</sup> Os apoios militares consistiam basicamente em armas e treinamento. Os países ocidentais ofereciam apenas apoio humanitário, a exceção da Itália, pois possuía então regiões administrativas cujo poder estava com o PC Italiano (CABAÇO, 2007). Em virtude disso, a Itália era também um ponto importante de entrada e saída e de contatos com a Europa ocidental para as organizações de independência africanas. Vimos alguns exemplos da importância dessa posição para as circulações no campo da esquerda: o PCB intencionava formar uma base para seus militantes no país, bem como os grupos da ALN e da frente de organizações de luta armada brasileira, que pretendiam treinar na Guiné e na Tanzânia, partiriam para lá da Itália. O próprio ex-ministro dos Transportes Cabaço ingressou na Frelimo por contatos que estabeleceu na Itália (Entrevista com José Luís Cabaço, realizada em 03 de outubro de 2007 em São Paulo)

<sup>127</sup> Cabaço, 2007.

norte de Moçambique. As ações começam a dar os primeiros resultados já no ano seguinte, quando foram estabelecidas, nessa região, as chamadas “zonas libertadas”. As experiências dos “campos” na Tanzânia e dessas “zonas libertadas” foram fundamentais para a consolidação dos ideais socialistas e nacionalistas entre os guerrilheiros e militantes através do modelo ideal de “homem novo”, a ser forjado pelo processo de independência. Posteriormente, seriam uma espécie de mito fundador da organização e do estado moçambicano, inspirando os pressupostos fundamentais à sedimentação do país independente, conforme ele era imaginado pela Frelimo.

Acreditava-se que a sociedade moçambicana independente deveria passar por uma completa transformação de suas estruturas, sejam aquelas que consideravam terem sido implantadas pelo colonialismo, sejam as alcunhadas como “tradicionais” ou “tribais” e atribuídas às populações nativas há tempos imemoriais. Em relação à primeira, a Frelimo opunha como projeto uma sociedade que colocasse a termo a exploração capitalista do homem pelo homem e as distinções sociais inspiradas em critérios “raciais”. Opunha à segunda uma sociedade concebida como nacional (em oposição à étnica) e livre do poder das “sociedades tradicionais”, tidas como portadoras de uma “velha mentalidade”, estruturada em “superstições” e “crenças” no “sobrenatural”. As projeções feitas pela Frelimo para o estado moçambicano evocavam suas experiências tanto nos “campos” e “zonas libertadas”, quanto na “guerra revolucionária contra o colonialismo”. Após a independência, seu discurso, focado nesses símbolos deveria disseminar estes ideais para o conjunto da sociedade moçambicana, a qual, sabidamente, era alheia. Neste percurso, encontraria inúmeros obstáculos, pois, como bem coloca Borges (1997):

Se supormos que foi realmente edificada nos micros-espacos das zonas libertadas uma nova sociedade - sociedade revolucionária - e, que “a luta continua” para sua extensão a todo o país (do Rovuma ao Maputo), então, ao desfilar país abaixo, a comitiva da vitória e do poder político da Frelimo, encontrou um rosário de idéias erradas, idéias tradicionais, idéias reacionárias. (BORGES, Op.Cit.: 64) <sup>128</sup>

O governo do novo país independente foi constituído inteiramente pelos dirigentes da Frelimo. No primeiro discurso oficial de Samora Machel ao povo moçambicano,

---

<sup>128</sup> O autor se refere aqui a viagem feita por Samora Machel, às vésperas da declaração de independência, desde o norte do país, no rio Rovuma, até o sul, no rio Maputo. Nela realizou grandes comícios para a população, em que falou sobre a independência e a política da Frelimo. Chegaria à capital dois dias antes da independência de 25 de junho de 1975. Vale relembrar que o processo ocorreu em acordo com Portugal, possível após a derrubada do regime salazarista pela Revolução dos Cravos de 1974. Durante um ano, houve um governo de Transição do qual Machel não participou. Como conta Borges (1997) ele teria se concentrado durante esse período em “reforçar os laços com os países que tinham vindo a fornecer um apoio vital para a Frelimo” (p.65). Esteve na RDA, Bulgária, Romênia, China, Coreia do Norte, Tanzânia e Zâmbia. Interessante notar que os trajetos feitos por ele abrangeram duas dimensões: o campo da esquerda e a nação.

veiculado pelas rádios no dia da posse do governo de transição, 20 de setembro de 1974, ele colocava da seguinte maneira a questão:

Hoje pela primeira vez na história de Moçambique são camaradas que são nomeados para os postos de governação. Dizermos camaradas é pronunciarmos uma palavra regada pelos sacrifícios e pelo sangue. São camaradas os que combateram na clandestinidade, os que sofreram torturas e mortes nas prisões [...] os que edificaram a liberdade, os que construíram o que somos, os que devotaram sua vida a serviço do nosso povo, sabendo materializar suas aspirações [...]. Os camaradas que hoje recebem essa difícil tarefa de conduzir o aparelho de estado até a proclamação da independência são precisamente representantes do povo na direção do Estado. (MACHEL, 1983: 10)

No discurso político da Frelimo predominava uma narrativa sobre o passado colonial que opunha o “povo moçambicano”, tomado como toda a população sob o território do país então independente, ao poder português, considerado exógeno àquele universo e, sobretudo, opressor do conjunto da população, que conformaria, com a independência, a comunidade nacional. Ao mesmo tempo, o protagonismo na guerra os erigia libertadores daquela comunidade e, conseqüentemente, seus representantes legítimos. Devemos, entretanto, estar atentos para o fato de que as relações e as representações sociais em circulação na sociedade colonial moçambicana, profundamente marcadas por distinções socialmente reconhecidas de “raça” e de hierarquia social, compunham imaginários múltiplos, nem todos semelhantes ou ajustáveis à narrativa da Frelimo<sup>129</sup>. Principalmente aos olhos dos que viviam até então na situação de colonos e seus descendentes, a perspectiva de um governo independente dirigido pela Frelimo poderia não ser aceitável. Isso era válido mesmo para aqueles que desejavam, mas em outras circunstâncias, a independência. A resistência se devia tanto ao perfil político “de esquerda” que a Frelimo demonstrava se filiar, quanto aos embates que as representações sociais (de si, de pertencimento e de alteridade) em circulação fomentavam, construindo categoriais de distinção social associando critérios de “raça” aos de nacionalidade.

A conseqüência destes embates foi a migração de um alto número de “portugueses” e seus descendentes a Portugal, abandonando o país. Apesar de ter havido aqueles que lá permaneceram, optando pela nacionalidade moçambicana, quando chegou o momento em que se tornou necessário escolher. Este movimento em direção a Portugal estaria, na realidade, em curso desde o início da década de 1970<sup>130</sup>, entretanto, o quadro de instabilidade política e social criado pelo início do Governo de Transição “*constituiu um sinal de alarme para muitos colonos levando-os a intensificarem a saída de Moçambique [...]*”.

---

<sup>129</sup> Thomaz (2001) alude para este fato, que toma como pressuposto para investigações sobre as demais narrativas sobre Moçambique cujo desenvolvimento esteve em curso naquela sociedade colonial.

<sup>130</sup> Serra, 1991 e Cabaço, 2007.

*Calcula-se que entre aquela época e abril do ano seguinte tenham abandonado o país cerca de 50 mil colonos, cerca de 20% do total” (SERRA, 1991: 430).*

Contudo, é importante ressaltar que o discurso oficial da Frelimo se desfazia da categoria “raça” como critério de nacionalidade, defendendo que o novo país deveria ser sedimentado sobre a identificação com a comunidade e o estado nacional, independente de “raça”, grupos étnico, social ou regional. Entretanto, seu forte discurso anti-colonial, bem como o sentimento de tipo semelhante, que partia da população, causava constrangimentos entre a parcela população vinda da metrópole ou descendente, condição que na lógica das classificações coloniais estava indicada pela “cor da pele”. Neste complicado jogo das hierarquias e categorias foi forjada, conforme salientou Thomaz (2006), uma conexão profunda entre noções referentes à raça, nação, status e poder, que implicaria em uma constante sobreposição entre estas categorias, presente até hoje. Sendo assim, ainda no período do Governo de transição, parte da população se mobilizou com urgência para deixar Moçambique<sup>131</sup>.

O êxodo deixaria marcas na sociedade independente, atingindo importantes setores da economia e de serviços do país, uma vez que emigraram os principais proprietários das empresas de produção e comércio, bem como os técnicos e profissionais qualificados dos setores produtivo, comercial e administrativo. Um clima de revanche também se estabeleceu, ocorrendo inúmeros casos de destruição de propriedades, sabotagem e transferências não autorizadas de recursos, bens e capitais para o exterior. Conforme me contou o ex-ministro dos transportes José Luís Cabaço, em um trecho que fica claro a mencionada sobreposição de categorias de “raça” e nacionalidade:

*“É bom não esquecer na altura da independência, nossa universidade **tinha quase 2 mil alunos dos quais 49 eram moçambicanos negros**, quando a população não... a população branca em Moçambique representava menos de 1% da população, quer dizer...a disparidade... aí está o indicador, é o indicador da... Para lhe dar uma idéia, eu era Ministro dos Transportes, nós tínhamos 389 condutores de locomotivas no sistema ferroviário do país, desses 300 e tal condutores de locomotivas 1 era negro, nem sequer era... era uma situação obreira, um operário especializado, 1 era negro, trabalhava numa maria fumaça lá pro interior e tal. Pra você ver o grau de **desequilíbrio**, de **injustiça** de... que a gente herdou e **falta de quadros**. Nós Ministros, quer dizer, como aquela situação era muito, muito complicada, como a economia estava praticamente estatizada, as escolas... **as pessoas que saiam das escolas entravam para o Ministério do Trabalho**. O Ministério do Trabalho enviava uma lista ao Ministério do Plano para uma **distribuição**, declarava suas preferências, mas era feita uma distribuição segundo as necessidades da economia. **E a gente ia lá brigar por pessoas com 6 anos de escolaridade**, iam lá os **ministros brigar e brigar sério**, quer dizer, a falta de quadros era nesse ponto”<sup>132</sup>*

---

<sup>131</sup> Serra, 1991:444. Vale salientar que a expressão do embate em termos de “raça” era feita por ambas as partes, que se consideram opostas no conflito. Entretanto, se “branca” era uma categoria auto-representativa, não podemos afirmar o mesmo de “portuguesa”, pois havia “brancos” que se consideravam “moçambicanos”.

<sup>132</sup> Entrevista com José Luís Cabaço realizada em 03 de outubro de 2007 em São Paulo.

As dificuldades que essa situação poderia suscitar não impediam, entretanto, que a Frelimo alimentasse desde o primeiro momento a perspectiva de dirigir, a frente do estado, uma reformulação da política econômica, que se caracterizaria pela modernização e industrialização socialista, a qual creditava a capacidade de libertar o país da dependência econômica e tecnológica em que consideravam se encontrar. O processo deveria começar pelo setor agrícola, impulsionado pela nacionalização e estatização dos meios de produção, gerando uma centralidade do papel do Estado na produção, circulação, planejamento e gestão das unidades de produção<sup>133</sup>. Sendo assim, o crescimento do setor estatal decorreu tanto do mencionado êxodo, que levou o estado a gerenciar as unidades produtivas e comerciais abandonadas, quanto da política socialista que tinha na estatização um ideal.

Em função de ambas as razões, a política de socialização foi iniciada já no governo de transição, quando foram nacionalizados vários segmentos, entre os quais o mais importante foi certamente a propriedade privada da terra, criando condições para a planejada socialização do campo. Elas foram se estendendo ao longo dos anos e abrangeram o sistema de saúde, hospitais e clínicas, com a proibição da medicina privada; o sistema educacional, com o fim das atividades particulares; o sistema habitacional das cidades, acabando com fontes de especulação; o sistema funerário; o sistema de justiça, abolindo a advocacia particular; o sistema financeiro, além de grande parte das empresas agrícolas, industriais e comerciais, o comércio exterior, o atacadista e boa parte do setor de varejo; toda a administração passou às mãos do Estado, que também determinava os preços. Diante da situação estabelecida e dos desafios colocados, Moçambique precisou do apoio estrangeiro, originando o que chamariam de “cooperação internacional”.

### **I. Um destino para militantes**

Era o ano de 1973 e Sakamoto envolvia-se na recepção dos exilados de todas as nacionalidades, que desembarcavam em grande número na França, provenientes do violento golpe militar que depôs e matou Salvador Allende no Chile. Sua violência e o volume de exilados que gerou levou a comunidade internacional a envolver-se, buscando apoiar os que fugiam. Não somente os governos, por meio de seus corpos diplomáticos, se envolveram no processo, mas especialmente a esquerda (a européia e as das múltiplas nacionalidades exiladas na Europa), que se organizou para receber ou pressionar os governos por sua recepção. Os brasileiros tomaram sua parte no processo.

---

<sup>133</sup> Frelimo, 1977a.

Exilado no país desde 1970, Sakamoto retomaria lá a antiga “militância” no PCB que havia sido interrompida durante sua graduação no Brasil, a partir de seu envolvimento com a grande comunidade de exilados brasileiros em Paris. Organizados no exterior, os militantes do PCB estabeleciam contatos com os demais PCs e partidos da esquerda, entre os quais a Frelimo. A proposta de auxiliá-la, transferindo-se para o campo de treinamento de Bagamoyo, na Tanzânia, chegou aos militantes do PCB quando ainda se dava a luta pela independência. Sendo assim, quando Sakamoto, animado pela possibilidade de participar de uma “luta de libertação nacional”, deixou Paris para se juntar à Frelimo, era outubro de 1973 e haviam chegado apenas os primeiros dos muitos exilados do Chile.

A perspectiva que lhe fora apresentada era ainda restrita durante o período de guerra colonial, mas se ampliou entre os brasileiros a partir da Revolução dos Cravos em Portugal e, com mais concretude, após a independência de Moçambique, em meados de 1975. As oportunidades foram construídas pelas redes da esquerda, tanto através dos contatos que os brasileiros estabeleciam entre si, quanto daqueles entre as organizações de esquerda de várias nacionalidades, redes conectadas em inúmeros pontos. Esta questão implica em algo que deve ser desde já apontado: os brasileiros que se dirigiam entre 1975 e 1979 para Moçambique não o faziam na condição de exilados, tampouco recebiam asilo. O deslocamento se dava mediante contratos de trabalho com o Estado, firmados, segundo suas narrativas, por razões políticas. Sakamoto, primeiro brasileiro a chegar ao país e testemunha deste fluxo migratório desde seu início, explica:

*“[os brasileiros] foram chegando bastante rapidamente, mas foram chegando aos poucos. Até porque não havia **muita condição estrutural** assim pra **receber gente assim**, mas logo depois da independência já tinha brasileiro. E o que chegava era muito por essas **indicações políticas**, quem tava lá e podia dizer: **“não pode mandar que...”**. (...) Mas de brasileiros os que foram chegando era **por indicação de partidos, de organizações que indicavam e... ou pediam até pra receber gente** que tava como exilado. (...) Nessa época por causa das particularidades do... do... do... exílio brasileiro, muita gente já tinha reaproximado com o PCB, em 75, 76, 77 e tal. Principalmente na Europa, havia uma reaproximação de muita gente com o PCB. Mas o próprio PCB não tinha muita... no exterior, na Europa, por exemplo, não tinha... **não levava uma linha muito mais sectária**, assim... **de dizer que tem que ser ligado ao Partido** e tal. Quer dizer, **quem procurava... tinha uma abertura** no sentido de dizer: **“dá pra ir trabalhar. Pode ir trabalhar lá. A gente pode indicar você.”**”<sup>134</sup>*

Dizer que os brasileiros eram recebidos por “*indicações políticas*” significa que era necessária a confirmação de que o candidato se tratava de um “militante”, ou seja, alguém inserido e com relações estabelecidas no interior do *campo transnacional da esquerda*. Sua trajetória política e posicionamento “de esquerda” deveriam ser conhecidos entre sujeitos,

---

<sup>134</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

grupos e/ou redes sociais “de esquerda”, de modo que este reconhecimento pudesse ser manifestado e garantido para Frelimo.

Por conseguinte, muitos meios de acesso ao país podiam ser abertos se levarmos em conta todos os possíveis avalistas políticos, por assim dizer, existentes no campo de relações da Frelimo. Contudo, acredito ser possível afirmar que algumas redes e vias de acesso foram mobilizadas com maior frequência pelos brasileiros que se dirigiram ao país<sup>135</sup>. Procurarei traçar a seguir as principais redes de acesso dos entrevistados a Moçambique, as quais eu creio representativas do deslocamento mais geral de brasileiros para o país durante o mencionado período. Vale salientar ainda, que dessa maneira está sendo exposta apenas uma porção delimitada de uma rede muito mais extensa da esquerda, que então possibilitava deslocamentos transnacionais. A tabela a seguir foi realizada com base apenas em minhas entrevistas<sup>136</sup>:

Redes sociais que moveram as famílias dos entrevistados para Moçambique

<b>Redes</b>	<b>Miguel e Violeta Arraes</b>	<b>PCB</b>	<b>Esquerda transnacional</b>	<b>Brasileiros em Moçambique</b>
<b>Famílias movidas</b>	4	4	4	3

Começo pelo PCB, que enviou ao país o único brasileiro a presenciar a substituição da bandeira portuguesa pela moçambicana no dia 25 de junho de 1975, e que moveu para lá um grande número de brasileiros, exilados ou não, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Das quatro famílias apontadas na tabela partiram: uma de Moscou, uma do Brasil e duas da Europa, o que nos dá pistas da extensão de sua rede. Devo dizer que a ida pioneira de Sakamoto para a Tanzânia durante a luta armada foi um movimento realizado por poucos “militantes” (tenho conhecimento de apenas mais dois, ambos médicos, que estiveram neste período na Tanzânia e em Angola). Naquele momento, a relação que existia entre a Frelimo e o PCB era ainda tênue, travada entre seus militantes de passagem ou estabelecidos na Argélia. Entre eles destacaria, pelo PCB, Oscar Niemeyer,

<sup>135</sup> Segundo os documentos a que tive acesso: entrevistas que realizei, as consultadas no AEL, nos livros de memórias citados na bibliografia e no conjunto de documentações acessadas no AN e no APESP.

<sup>136</sup> Optei por utilizar famílias, e não indivíduos, como dado da tabela, pois alguns dos sujeitos por mim entrevistados constituem - ou constituíam na época - famílias, tendo se deslocado juntos para o país. Contudo, alguns desses dados se referem a pessoas solteiras. Devo informar ainda que na entrevista que fiz com o ex-ministro moçambicano, José Luís Cabaço, foi mencionada a importância de Brizola no envio de brasileiros para o país. Sabemos que o político teve relações com a Frelimo e que pessoas ligadas a ele, além do próprio, estiveram em Moçambique, entretanto, durante a pesquisa não foi possível encontrar informações mais precisas a respeito dessa rede, tampouco quem alegasse ter ido para Moçambique através dela, ficando esse ponto aberto a investigação.

envolvido no projeto da Universidade de Constantine e Maurício Seidl, piloto exilado, que trabalhou na Air Algerie e se também transferiu posteriormente para Moçambique.

Com a independência, esta relação se tornou mais estreita e oficial, tendo sido articulado um acordo em 1977 com o dirigente Luís Carlos Prestes, que levaria o PCB a “recrutar” brasileiros de forma mais sistemática, inclusive ampliando o leque de seus próprios militantes para as redes nas quais estavam inseridos. Através das conexões entre grupos do PCB dispersos pelo mundo, pôde chegar a diversos países a informação de que seria possível migrar para Moçambique com o aval do partido. Assim, brasileiros foram mobilizados desde Moscou, onde se encontrava o próprio Prestes, ao circuito estabelecido entre os brasileiros espalhados pelas cidades ocidentais européias, onde o PCB abriu suas redes para os “militantes” brasileiros inseridos na esquerda. Segundo Raquel, que se deslocou através de Sakamoto da Bélgica para Moçambique, o militante teria ido à Europa, após a independência do país, onde disseminou estes contatos. Por fim, a mesma via se abriria para o Brasil, onde Nelson Alves assumiu inicialmente a tarefa de estimular e possibilitar essa migração, posteriormente articulada pela estrutura do PCB no país.

Também foi mencionada anteriormente a importância de Miguel Arraes na mediação de relações entre brasileiros e as organizações políticas africanas, especialmente das ex-colônias portuguesas, a partir da Argélia. Suas relações políticas com brasileiros iam de Brizola aos grupos de luta armada, passando pelo PCB, apesar das diferenças existentes entre todos estes grupos. Iracema ex-militante da VPR, que viveu na Argélia junto à Arraes declara neste sentido que:

*“Miguel Arraes sempre recebeu todos de uma maneira maravilhosa, podia ser do Partido Comunista... o Prestes mandou muita gente lá pra Argel (...) mas ele recebia todo mundo, dava comida, vestia, dava lugar pra dormir, ele não fazia diferença. (...) e eu ficava às vezes entre ele e as organizações armadas, então esse embate existia sim. Ele acreditava profundamente na luta democrática, ele achava que nenhum movimento armado levaria a nada, então radicalmente oposto a luta armada. (...) Eu acho que ele nunca confundiu a pessoa, o ser humano com aquilo que ela poderia estar conjunturalmente representando, então passou pela casa dele **desde de pessoas do PCzão do Prestes**, com quem ele tinha boas relações, até os **movimentos mais extremados do Brasil**. (...) da mesma forma como passou por lá gente da **ALN, do MR-8, enfim todos**. Da mesma forma que ele recebia todo aquele pessoa que tinha uma ação armada eficaz, **a Frelimo, o MPLA de Angola**, quando a Guiné-Bissau conseguiu a sua independência, foi declarado um país independente de Portugal, **o governo argelino ofereceu um curso de formação para os quadros do movimento de libertação da Guiné-Bissau** que iriam ocupar funções dentro da administração e eles nos pediram para dar aulas”<sup>137</sup>*

Em Argel, um agrupamento plural em torno a Arraes articulava iniciativas e atividades políticas com base na solidariedade “de esquerda”. Destaca-se uma publicação nomeada FBI, que tinha como objetivo promover denúncias contra a Ditadura, divulgar

---

<sup>137</sup> Entrevista com Iracema realizada em 01 de junho de 2010 em Brasília.

ações políticas no Brasil e no exílio, apoiar presos políticos, etc.. O FBI circulava por diversos países europeus, em alguns eles possuía sessões, além de no Chile, em torno das quais se articulavam “militantes” de todos os matizes da esquerda. O Boletim também era enviado para organizações pertencentes ao campo da esquerda em outras regiões.

*“Tinha um arquivo impressionante e fez um trabalho memorável. Esse boletim **serviu de ligação**, serviu de... enfim, era uma coisa **muito amadora, mas muito importante** (...) a gente trabalhava lá religiosamente (...). Olha, eu e E. fazíamos os pacotes, **cobríamos praticamente todos os países da Europa ocidental e da Europa oriental, cobríamos vários países asiáticos** (...) **todos os movimentos da Ásia tinha relação com Argel** e nós mandávamos os boletins, que saíam em língua francesa (...) As pessoas **recebiam em outros lugares, traduziam e redistribuíam**, era **uma rede realmente muito grande**, muito grande... faziam adaptações. Os boletins da Frente Brasileira de Informações **no Chile eram totalmente reformulados**, mas saía também no Chile só que com notícias locais”*<sup>138</sup>

Assim como o próprio boletim circularia pelo campo da esquerda, pessoas, informações e discussões políticas também transitariam, passando tanto por Argel, cuja referência era sem dúvida Arraes, quanto por Paris, Santiago e demais comunidades de brasileiros dispersas, fazendo com que as iniciativas políticas perpassassem os circuitos que a esquerda brasileira moldava<sup>139</sup>, sendo discutidas em âmbito transnacional. Os grupos de brasileiros que na Europa, principalmente em Paris (onde os entrevistados destacaram o papel de Violeta Arraes), estavam ligados ao FBI e outras iniciativas que envolviam Arraes e os militantes na Argélia, fizeram circular as notícias de que os países independentes africanos tinham interesse em receber “militantes”, insistindo na necessidade de apoiá-los. Em uma carta recebida por Arraes, datada de 24 de maio de 1974, um exilado radicado na Suécia, respondia de Berlim à carta anteriormente recebida de Arraes:

*“Recebi somente hoje sua carta por causa do atraso na triangulação. Deixei a Suécia por um mês para rever velhos amigos na Alemanha. Estou muito satisfeito com a evolução dos acontecimentos em Portugal e principalmente por causa de suas repercussões na África e, para não deixar de lado nossa paixão, no Brasil (...). O assunto ao qual você se refere é muito interessante. Estaria disposto a discutir minha contribuição pessoal e a de outros companheiros. Será extraordinariamente rico para nós conhecer o processo de construção de um país, com todos os problemas que terão de enfrentar. Aliás, esta disposição já existia antes e muitos companheiros chegaram, em outras épocas, inclusive a discutir o assunto com os próprios companheiros africanos.”*<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> Entrevista com Iracema realizada em 01 de junho de 2010 em Brasília.

<sup>139</sup> Destacamos a iniciativa do tribunal Bertrand Russel II, organizado pelo italiano Lelio Basso, professor e senador do Partido Socialista Independente, formado em 1973, cujo objetivo era julgar crimes das ditaduras latino-americanas, principalmente suas infrações aos direitos humanos. Arraes, segundo Rollemberg (1999) fez, na primeira sessão do tribunal, o ato de acusação ao governo brasileiro. Contudo, através de suas cartas podemos ver que ele era inicialmente contrário a realização do evento, mas que se sentia pressionado pela animação dos brasileiros no Chile, mostrando que as discussões sobre o apoio e a participação dos brasileiros não só era coletiva, como circulava pelo Chile, Europa e Argélia.

<sup>140</sup> Correspondência de Miguel Arraes. Carta enviada a Miguel Arraes de Berlim, 26 de maio de 1974. Fonte: Diário de Pernambuco.

Por outro lado, muitos brasileiros que acompanhavam a situação de Portugal e suas colônias começaram, após a Revolução dos Cravos, a procurar informações sobre a possibilidade de se deslocarem para estes países. Com essa disposição muitos foram à procura de Arraes por conhecerem seus contatos privilegiados com os movimentos de libertação. Como conseqüência, principalmente entre os primeiros grupos de “militantes brasileiros” que chegaram a Moçambique, uma grande parte veio via contatos estabelecidos pela Argélia, com o aval político de Miguel Arraes. Entre nossos entrevistados foram 4 famílias. Carla fez questão de mencionar em seu depoimento que se deslocou para o país no avião que levava uma comitiva de “quadros políticos”<sup>141</sup> para o III Congresso da Frelimo, entre os quais estava Arraes.

A terceira via de acesso, a qual nomeei de esquerda transnacional, concentra os demais, e variados, contatos que os entrevistados possuíam seja diretamente com a Frelimo, seja com outras organizações que os ligavam a ela. A Revolução dos Cravos e o subsequente deslocamento de brasileiros para Portugal abriu contatos com os movimentos políticos que passaram a governar Angola, Guiné e Moçambique<sup>142</sup>, seja através do PCP, seja através de membros das forças armadas ligados à revolução ou outras organizações da esquerda portuguesa. Os contatos com a esquerda internacional também permitiram que organizações e militantes políticos de outras nacionalidades articulassem e possibilitassem a ida de brasileiros. Outros ainda conheciam diretamente membros da Frelimo seja por passagens anteriores pela Argélia, seja por encontros na Europa, embora tenha sido em menor número aqueles que puderam migrar para o país a partir destes contatos. O depoimento a seguir demonstra como esse conjunto múltiplo de ligações conformava a esquerda como uma ampla rede social no interior da qual um militante podia estabelecer diversos pontos de contato e traçar outras tantas possibilidades de trajetos. Wagner, cuja última organização fora a ALN, contou como seu amigo, ex-militante da VAR-Palmares, através de contatos com portugueses desertores da guerra colonial exilados na Suécia. Decidiu se deslocar para Portugal, onde conheceu

---

<sup>141</sup> Termo que designa um sujeito destacado e capacitado nas qualidades políticas consideradas próprias de um militante, geralmente ocupando uma posição de direção no interior de uma organização. A Frelimo se refere a eles como “estruturas”.

<sup>142</sup> A maioria dos entrevistados “se candidatou” para ir a mais de um dos três países. Perguntados do porque de terem ido para Moçambique, a maioria alegou que foi o país que os aceitou primeiro. Vale salientar que Angola após a independência passou a viver uma guerra civil entre os três movimentos que pleiteavam a direção do país, o que dificultava o acesso de estrangeiros e cooperantes e do próprio desenvolvimento econômico. Em Moçambique, ao contrário, a guerra só tomou vulto a partir de 1980, o que possibilitou, durante os primeiros 5 anos, uma reestruturação econômica no país e a demanda por cooperantes.

militantes da Frelimo. O entrevistado, por sua vez, conseguiu junto a um militante do PCBR a recomendação necessária para seu deslocamento a Moçambique:

*“Ele simplesmente foi embora para Portugal e lá, com o pessoal do movimento das forças armadas, ele entrou em contato com o pessoal moçambicano. E foi embora para Moçambique. Então ele ficou puxando a gente de lá. Ele disse assim: “Olha, você tem que mandar alguma carta de algum dirigente de organização brasileira que conheça vocês pra provar que vocês são companheiros e mandar um currículo, que aí você vai ser distribuído de acordo com sua experiência profissional. (...). Aí nós, obviamente, pegamos no pé do Apolônio de Carvalho, que era o pai de nós todos (...). Aí ele deu estas cartas de apresentação pra gente, e a gente foi pra Moçambique trabalhar lá. Só que aquelas cartas valiam muito, a gente nem sabia que valia tanto assim, chegando lá a gente virou estrutura, dirigente. A Frelimo precisava de quadros, né? Aí enfiou um num Ministério, outro no outro. Aí, foi chegando muitos brasileiros lá.”*<sup>143</sup>

Os próprios brasileiros que se encontravam no país, como cita o depoimento, passavam também a ser uma via de entrada para outros brasileiros com quem tinham relações políticas ou de amizade e permaneciam em comunicação. Eles convidavam outros exilados, falavam da experiência no país, encaminhavam seus currículos e serviam como seus avalistas políticos junto a Frelimo. Este importante papel de avalista político também era desempenhado tanto por “militantes” conhecidos e respeitados na rede transnacional, quanto por membros do “grupo dos brasileiros em Moçambique” com maior prestígio junto a Frelimo. Marluza Araújo, uma das primeiras militantes a chegar, considerada próxima de Arraes e responsável pela ida de alguns outros, esteve entre os principais nomes que garantiam a qualidade de “militante” e a confiabilidade dos candidatos.

Por fim, houve deslocamentos por intermédio de grupos de ajuda humanitária e voluntariado, religiosos ou não, que se associavam a esquerda na medida em que prestavam apoio e solidariedade, a exemplo das atividades da mencionada CIMADE com os exilados na Europa. Moçambique recebeu muita ajuda por intermédio destes grupos, inclusive através do envio de técnicos, em meios aos quais foram alguns brasileiros. Entre nossos entrevistados, uma família do Canadá.

## II. Militantes internacionalistas x cooperantes internacionais

*“Na década de 80, esse nome cooperante ficou um pouquinho pejorativo. Porque achavam que o cooperante era... tinham regalias, estava ocupando espaço de moçambicanos, mas nesta fase inicial, eu diria que em 1970, o cooperante não... [eles] entram para contribuir para somar na revolução e na independência”*<sup>144</sup>

“Cooperante internacional” ou, simplesmente, “cooperante” era o termo oficialmente utilizado pela República Popular de Moçambique para se referir aos

---

<sup>143</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>144</sup> Entrevista com Jairo realizada em 02 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

estrangeiros recebidos para ocupar os postos, serviços e quadros funcionais deixados vagos pelos “portugueses”. Uma vez a frente do país, a Frelimo procurou realizar acordos bilaterais com outros países com o objetivo de suprir as carências de recursos, bens e quadros técnicos, herdados do tempo colonial.

Nesse esforço, assinou acordos de cooperação técnica tanto com países socialistas, entre os quais poderíamos destacar Cuba, URSS, Bulgária, Romênia, China, Coréia do Norte e RDA, quanto com empresas privadas, organizações humanitárias e de voluntariado internacionais e de países capitalistas, bem como diretamente com alguns países capitalistas. Os acordos de cooperação revertiam de modo geral em investimentos, aquisição de bens e equipamentos e incorporação de tecnologia dos países ou empresas envolvidos, além do envio de pessoal qualificado, geralmente vinculado aos projetos que seriam desenvolvidos pelos acordos, com a função de administrá-los e a seus recursos. Dado o grau de carência de quadros no país, o Estado passou também a contratar individualmente técnicos estrangeiros para diversas funções e atividades, principalmente para os setores de agricultura, saúde e educação. Os contratados em geral eram exilados latino-americanos, bem como militantes de partido e organizações políticas de esquerda com as quais a Frelimo possuísse relações. Todos eram recebidos em virtude das relações políticas desenvolvidas pela “militância” no âmbito da esquerda transnacional.

O ex-ministro dos transportes, José Luís Cabaço, explicou as diferentes formas de deslocamento dos estrangeiros que se tornariam “cooperantes” em Moçambique:

*“Eles selecionavam e mandavam estes **cooperantes** muitas vezes **acompanhando um projeto**. Às vezes vinham livres, mas muitas vezes vinham acompanhando um projeto de interesse do próprio governo. Então **essa era a cooperação das agências, a cooperação estatal** (...). Depois havia o **voluntariado**, sei lá... nós temos acordos com **organizações de solidariedade**, com **grupos religiosos, associações** de vários tipos, **sindicatos**, não sei que. A gente pedia e eles arranjavam um processo de mandar gente. Essa era uma outra forma de cooperação, que a gente chamava voluntariado (...). Alguns até diretamente conosco, eu conhecia... eu conheci gente na Itália, que era das minhas relações que vinha ter comigo: “Ah, eu quero trabalhar em Moçambique”. OK, passava o currículo pra Moçambique, mandava vir e vinha. Nós que mandávamos vir e tinha diretamente o contrato conosco, mas isso era a minoria (...). Estes dos refugiados, **era uma espécie de cooperação partidária**, quer dizer, acordo **do partido Frelimo, por meio do governo, com as organizações políticas** em que enquadravam os exilados e **essas organizações mobilizavam os canais para virem**”<sup>145</sup>*

Apesar dos diferentes tipos de relações que levavam estrangeiros ao país (comerciais, políticas ou humanitárias) e estabelecidas com o Estado moçambicano (uns contratados individualmente como funcionários do estado – caso dos brasileiros, outros vinculados profissionalmente aos projetos e instituições dos países e agências de

---

<sup>145</sup> Entrevista com José Luís Cabaço realizada em 03 de outubro de 2007 em São Paulo.

cooperação que o fomentavam) a designação “cooperante” era lançada a todos<sup>146</sup>. No entanto, se a categoria é amplamente declarada pelos entrevistados como sendo aquela pela qual eram classificados pelo Estado e pela sociedade moçambicana, ela se mostra por vezes controversa, quando o que está em jogo é a auto-representação dos entrevistados. No curso de suas narrativas foi comum os entrevistados procurarem mencionar distinções e limites (inclusive numéricos) que, em sua visão, os diferenciava como um setor específico entre os “cooperantes”:

*“nós chamávamos **cooperantes individuais**, que iam como nós fomos para lá. Individualmente, mas **sempre através de uma indicação**. Não era... você não postulava pra ir: “olha só, aqui o meu currículo!” E o cara: “Ah, é bom! Pode vir!” **Tinha que ter uma indicação política**. A Frelimo levava lá com um referendo político desta pessoa. E esse foi... **os brasileiros que foram para lá**, foram com essa... com essa... **com esse perfil**. Nós chegamos a listar lá uma vez no início em 79, mais ou menos, **mais de 150 famílias brasileiras, né?**”<sup>147</sup>*

*“Eu me lembro que eu cheguei a contar **de elementos revolucionários, não parentes ou o pessoal que eram realmente cooperantes**, porque tem essa categoria cooperante. **As pessoas que eram revolucionárias e foram para lá por serem revolucionárias**, eu cheguei a contar 108 pessoas, que era um grupo grande, né?”<sup>148</sup>*

Podemos observar que a categoria “cooperante” chega a ser negada em uma postura mais radical, ou relativizada mediante sua adjetivação e especificação. As duas posturas surgiram entre as narrativas dos entrevistados, a procura de uma diferenciação frente à comunidade internacional dos “cooperantes”, conforme coloca o primeiro testemunho, mas também do conjunto do “grupo dos brasileiros”, como parece apontar o segundo. Como mencionei anteriormente, essa migração de brasileiros iniciada em 1975 com os exilados, levou à construção de redes sociais de acesso ao país, que continuariam sendo mobilizadas a conduzir pessoas até o final da década de 1980, portanto, após a Anistia, quando elas passam a mover não mais exilados, mas brasileiros interessados em trabalhar no país. Apesar da mudança, muitas vezes eram as mesmas redes, que passavam a servir ao novo deslocamento de brasileiros, fossem eles considerados “militantes” ou não. Destacaria nesse caso as redes: do PCB, dos organismos internacionais e a estabelecida entre os brasileiros, que, com o início do movimento de volta dos exilados ao Brasil, passa a proporcionar a ida de pessoas no Brasil, chamando atenção nesse caso o papel da ABRASSO, de que falaremos adiante. A tabela a seguir auxiliará o entendimento desse processo migratório, ela ilustra os anos de entrada e saída dos entrevistados em Moçambique:

Entrada e saída das famílias entrevistadas em Moçambique

---

<sup>146</sup> Beluce, 2007; Nunes, 2000; Abrahamsson e Nilsson, 1994.

<sup>147</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

<sup>148</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

Ano	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1986	1987
Entrada	2	2	9	2	-	-	-	-	-	-
Saída	-	-	-	-	4	4	3	1	2	1

Acredito que podemos supor novamente, e pelas mesmas razões, que os dados sejam representativos de um deslocamento mais geral realizado pelos exilados/cooperantes brasileiros. É possível observar que o ano de 1979, não coincidentemente o da Anistia no Brasil, é o marco para uma mudança no processo de imigração para emigração dos entrevistados. O período entre 1975 e 1977 foi o de maior entrada de brasileiros exilados, vindos principalmente da Europa. Em 1979, após a Anistia, esse deslocamento se altera em direção ao Brasil<sup>149</sup>, em um movimento que se distendeu ao longo da primeira metade da década de 1980.

É justamente a partir de 1978/79 que começam a chegar os novos “cooperantes brasileiros”, vindos em maioria do Brasil, mas também da Europa. Eles não eram considerados, nem se consideravam “exilados”, mas nesse primeiro fluxo, até meados dos anos 1980, a maioria se considerava e era considerada “de esquerda”. Este perfil irá, entretanto, se alterando ao longo da década, até se perder nos anos 1990, quando “cooperantes brasileiros” continuam a ir para Moçambique, não mais um país socialista, através de redes reconfiguradas, então mobilizadas por empresas multinacionais e ONGs.

Baseando-me nas narrativas dos entrevistados e nas categorias mobilizadas para se definirem e expressarem seus sentidos de pertencimento, julgo possível dizer que eles identificam a existência de dois fluxos migratórios distintos, coexistentes e partilhando algumas redes, mas aos quais procuram diferenciar conceitualmente. No processo dessa diferenciação é que a categoria “cooperante” é por vezes deixada de lado. Devo esclarecer que em suas narrativas essa diferenciação não é mencionada como algo que se exprimisse no cotidiano das relações sociais entre brasileiros, como manifestação de desavenças internas ao “grupo” durante o período que os fluxos conviveram socialmente. Longe disso, eles construíram em conjunto iniciativas e participaram, até pelo menos o início dos anos 1980, do “grupo dos brasileiros”. Estavam unidos por laços de amizade e até, por exemplo,

---

<sup>149</sup> Quando da saída, apenas três do total das quinze famílias não voltaram imediatamente ao Brasil, fazendo-o posteriormente. Por outro lado, cinco delas voltaram a Moçambique para uma segunda estadia, quatro ainda durante os anos de vigência da ditadura no Brasil. Apesar de ter entrevistado apenas pessoas que voltaram a residir no Brasil, tenho conhecimento de que alguns permanecem até hoje no país, embora em número pouco expressivo.

como é o caso de Nelson, laço matrimonial com os “cooperantes”, será a gradual mudança de perfil que afastará os recém-chegados dos veteranos cooperantes/exilados<sup>150</sup>.

Interessante notar que uma distinção semelhante foi observada por Soares (2006) nas narrativas de cooperantes suecos. Segundo a autora, os suecos pareciam identificar duas categorias de cooperantes: os “velhos combatentes” e os “técnicos estrangeiros”, que seriam diferentes no que se refere às significações e sentidos atribuídos à idéia de “cooperação”. O “velho combatente”, cujo termo é emprestado à Frelimo, que assim se referia a seus militantes que participaram da guerra colonial, procura deixar claro que tem na ação *política* um valor. Ele, em geral, considera ter cooperado “*principalmente movido por sua ideologia política. Ainda que alguns não se declarassem oficialmente comunistas, foram quase sempre guiados pela esperança revolucionária da construção de um mundo mais justo e igualitário.*” (SOARES, 2006: 160). Compartilhando símbolos da esquerda, nutririam motivações ausentes no discurso dos novos cooperantes, onde o aspecto profissional se sobrepõe, distanciando a idéia de “ajuda” do antigo ideal do “internacionalismo”.

Acredito que, no caso dos brasileiros, questões semelhantes os façam não aceitar sem ressalvas a categoria “cooperante”. O fato de considerarem diacronicamente os leva a interpretar como problemáticos os significados atribuídos à categoria no contexto moçambicano, que, com o passar do tempo, se afastaram de sentidos exclusivamente políticos, escapando ao sistema de oposições categóricas criado pelo conflito de *paradigmas*, justamente em relação aos quais os entrevistados compreendem suas *trajetórias militantes*. Podemos observar como Wagner, no trecho abaixo, ao falar de sua ida para Moçambique, irá opor as categorias “política” e “cooperação”, apontando a primeira como aquela através da qual se aproxima e identifica com a Frelimo, torna-se igual a seus militantes, enquanto a segunda diria respeito a uma relação de interesse entre desiguais, com a qual não se identifica.

*“A SIDA, a agência sueca de desenvolvimento internacional, ela mandava as pessoas, **mas nós não queríamos ir pelo esquema da SIDA.** (...) Ela inclusive treinava quadros e tal, eles mandavam mais suecos. E estrangeiros que fossem exilados na Suécia poderiam ir também, mas nós não queríamos ir em um esquema internacional. Nós queríamos ir num esquema político ligado à Frelimo e não a um governo estrangeiros que nos emprestasse à Frelimo. É claro que a Frelimo nos colocou na folha de pagamento dos suecos, depois nós descobrimos isso. O salário que nós recebíamos eram pagos pelo sueco, era como se nós fossemos suecos, outros que iam*

---

<sup>150</sup> Deve ficar claro que os primeiros fluxos de cooperantes não exilados compartilhavam muitos dos valores tidos pelos exilados como sendo de “militantes” e consideravam “política” a motivação de sua presença no país. Estas compreensões me foram reveladas em conversas informais, que pude estabelecer, por intermédio dos entrevistados, com alguns deles, com quem mantém relações de amizade. Parece-me exemplar disso, o caso do Coojournal de Porto Alegre. Alguns de seus jornalistas, após serem presos nos anos 1980 pela Ditadura Militar, conseqüência das reportagens “de esquerda” do jornal, tornaram-se cooperantes em Moçambique, por intermédio de Ricardo, ex-exilado/cooperante, que então trabalhava no Coojournal.

*da França, eles procuravam cobrar da agência francesa qualquer, não é? Ou seja, **de fato nós ficamos naquela odiosa categoria dos cooperantes, que a gente não queria pertencer, porque o cooperante é o elemento da metrópole com a colônia. É um programa de cooperação que uma metrópole assina com uma colônia. Nós não queríamos isso, mas de fato nós ficamos nisso.***"<sup>151</sup>

Declaração muito semelhante se apresentou na narrativa de Jacques, quando me explicava as razões que o levaram, após sua formatura na França, a declinar da possibilidade de se inserir no sistema de cooperação internacional de seu país. Em suas palavras, não o interessava:

*"de jeito nenhum, partir para as ex-colônias francesas, passear lá com **um carimbo na cabeça de colonizador.**"*<sup>152</sup>

As objeções derivadas do entendimento opositivo entre política e cooperação também foram manifestadas por Sakamoto, que trocou aquela classificação pela de "comissário político", categoria que em sua opinião refletiria melhor a posição que possuía junto à Frelimo desde sua ida para a Tanzânia, onde se tornou professor de português de uma escola para os militantes. Após a independência, o brasileiro foi transferido para Namaacha, no interior da província de Maputo, onde continuou com sua "tarefa" de defender e sustentar as posições políticas da Frelimo no processo de formação de seus militantes, assumindo, nesse sentido, um trabalho de "formação política":

*"Então, pra mim a figura que eu acho que pode **entrar era mais como um comissário político mesmo, menos do que como um cooperante, né? Eu tava lá pra tentar sustentar a linha política da Frelimo** mais do que propriamente era um cooperante que tava colaborando assim e tal. Pelo menos nesse período. (...) Ainda era o mesmo tipo de escola de antes, chamava escola da Frelimo, justamente porque não era escola formal do governo e ainda era então um partido que trazia os alunos lá das zonas libertadas."*<sup>153</sup>

Nessa escola, que funcionava em regime de internato, o entrevistado não recebia salário, considerando-se também um interno, o que contribuiu para o afastamento da idéia de cooperação. A Frelimo procurava empregar em seus discursos oficiais um caráter político à cooperação, associando-a a símbolos da "esquerda" como o "internacionalismo proletário", tratando-a como uma instituição que fosse ao encontro "*da aliança natural entre os países socialistas, o movimento de libertação nacional e social dos povos e a classe operária e forças democráticas dos países capitalistas*" (MACHEL, 1983:152). Entretanto, ao longo dos anos, operando como categoria e símbolo circulante na sociedade moçambicana, "cooperante" passou a expressar uma posição na estrutura social construída durante o governo da Frelimo, tendo, por isso, nem sempre um significado positivo. Acredito que a

---

<sup>151</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>152</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>153</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

essa questão se deva principalmente as críticas e resistências de muitos entrevistados a identificar-se com o título, embora outros não tenham lhe apresentado restrição.

A passagem dos anos certamente imputou diferenças ao sistema de cooperação, tornando-o cada vez mais formado por “profissionais” em oposição a “militantes”. Entretanto, desde seu início as diferentes redes de cooperação existentes apresentavam distintas situações contratuais e financeiras, gerando novas desconfianças de uns em relação a outros. Interessante notar que não apenas meus interlocutores, mas também os cooperantes suecos entrevistados por Soares (2006) fizeram apontamentos nesse sentido: declarando haver diferenças entre os salários dos cooperantes enviados por distintas agências suecas de cooperação. Como a autora mencionou, a queixa ocorria mesmo quando o entrevistado levava em conta que a carência de bens no país não permitia contrastes entre as condições de vida dos cooperantes.

Nas entrevistas que realizei, da mesma maneira este tipo de declaração surgiu como uma reprovação de possíveis formas existentes de acumulação financeira de cooperantes à custa de Moçambique. Foi mencionado nesse sentido o fato de “militantes”- de países socialistas e capitalistas- ganharem salários em dólar ou ainda receber um salário em Moçambique e outro “limpo” que seria acumulado em seu país de origem. Houve ainda os que elogiaram os cubanos por não representarem gastos a Moçambique, pois sua presença teria sido totalmente custeada por seu país. Seria muito difícil no âmbito desta pesquisa confirmar ou descartar a veracidade destas informações, mas considero sua importância na constituição de rumores que correram - e correm - entre os brasileiros, constituindo as bases de uma visão crítica da “cooperação” expressa por alguns entrevistados, que assim negaram a atribuição do rótulo para si e/ou para seu grupo de pertencimento:

*“O cooperante ganhava em dólar e o dólar era muito forte. Eles vivam como Nababos e nós... alguns se negaram a ter essa vida de Nababo, ganhar em dólar. Foram poucos (...) a maioria dos cooperantes viviam melhor do que a maioria da população. Era um privilégio, mas era um princípio da Frelimo isso. O cooperante não impunha”.*<sup>154</sup>

*“Nós fomos pra Moçambique como servidores do governo moçambicano, não como cooperantes. Tanto que nós ganhávamos o que ganhava os funcionários moçambicanos, ou seja, muito pouco. Não tivemos a vida de privilégios que depois os cooperantes tiveram. A diferença é radical porque os cooperantes internacionais eram pagos com dinheiro da ONU ou com um dinheiro especial do governo e muito bem pagos (...) tinha supermercado especial pra abastecimento de cooperante, então cooperante não passava dificuldades de alimentação, ganham muito bem e em dólar, moram nas melhores casas e são técnicos internacionais considerados cooperantes. Nós não fomos nessa condição. Nós fomos como empregados do governo moçambicano e como tal, nós ganhávamos o que ganhava um moçambicano na mesma função que nós. Então eram salários baixos e não tinham nenhum privilégio. Nós comíamos o que os moçambicanos comiam ou deixavam de comer o que eles deixavam de comer (...) nem tinha*

---

<sup>154</sup> Entrevista com Ricardo realizada em 02 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

*cooperação internacional ainda na época que nós fomos pra lá, que depois os cooperantes passaram a ter. Mas, o pessoal que chegou no ano que nós chegamos: E., o N., esse pessoal todo, ninguém era cooperante, todo mundo tinha a mesma condição que nós. Ou seja... o próprio B., era uma condição... o próprio P. e a mulher dele (...) era todo mundo empregado do governo moçambicano, não cooperante, cooperante era um ou dois anos depois”.<sup>155</sup>*

Conforme os depoimentos apontam, o incômodo mais grave estava nas distinções sociais que a condição de cooperante podia estabelecer entre estes sujeitos e a sociedade moçambicana de modo geral, constituindo uma condição de “*privilégio*”. A maioria dos brasileiros que chegou ao país em meados da década de 1970 foi contratada pelo Estado para funções, em geral, compatíveis com sua escolaridade e formação profissional, porém em cargos de importância e responsabilidade provavelmente acima da que obteriam no Brasil na mesma época se considerarmos a pouca idade e experiência profissional possuída pela maioria. A média de idade desses brasileiros era então de 30 anos, possuíam formação universitária concluída há poucos anos e nenhuma ou baixíssima experiência profissional na área de sua formação. No entanto, puderam galgar, devido à carência de quadros, cargos importantes em ministérios, institutos e empresas estatais, assim como na Universidade. Viviam, portanto, uma situação política, social e econômica muito distinta da que possuíam nos países europeus, onde, mesmo depois de formados, exerciam atividades consideradas fora e aquém de sua qualificação profissional. Alguns também puderam, já nessa época, ir como funcionários contratados por organismos internacionais e organizações humanitárias, embora em minoria.

Com base no conjunto das entrevistas poderíamos dizer que as condições contratuais dos brasileiros que estiveram no país entre 1975 e o início da década de 1980 eram semelhantes<sup>156</sup>. Foi-me dito diversas vezes que aqueles cuja ida estava vinculada ao PCB possuíam condições salariais distintas dos demais brasileiros em virtude da existência de relações formais entre este e a Frelimo. Entretanto, novamente é difícil dizer se isto realmente acontecia ou se os comentários são reflexos das disputas e diferenças políticas entre os brasileiros. Posso assegurar apenas que as condições relatadas pela maioria dos entrevistados se assemelham às presentes no contrato de trabalho assinado por um militante do PCB que me permitiu acesso a este documento (Figura 9).

Assinado em 1982, por ocasião da segunda temporada do entrevistado em Moçambique, o contrato previa um salário em meticais<sup>157</sup>, sobre os quais incidiriam exclusivamente os impostos; mais um “quantitativo” de 1.500 dólares; um subsídio para o

---

<sup>155</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>156</sup> A não ser no caso daqueles que estavam vinculados aos programas internacionais, sobre os quais não tenho informações precisas

<sup>157</sup> Moeda corrente no país.

aluguel de residência; pagamento das viagens de ida ao país, e de volta ao final do contrato; passagens de férias uma vez ao ano. Podemos verificar que o contrato tem uma apresentação padrão como “contrato geral para estrangeiros”, com todas as cláusulas fixas, firmado nos termos do decreto-lei 17/75, ficando como exceção apenas o valor do salário, que assim como os dados pessoais do contratado são os únicos elementos variáveis, preenchidos à máquina. É possível observar ainda a ausência de um campo específico para a designação do valor em dólar, inserido literalmente na entrelinha das alíneas do contrato.

Devo dizer, portanto, que estes termos são compatíveis com os descritos pelo conjunto dos entrevistados, a exceção do valor em dólares, que, segundo os mesmos e de acordo com o que podemos inferir do padrão do contrato, não existia nos primeiros anos. Segundo contaram-me os entrevistados, o polêmico benefício teria surgido inicialmente como uma autorização aos cooperantes para trocarem parte de seu salário naquela moeda, tomando posteriormente a forma desse adicional fixo. Esse processo teria ocorrido a contragosto de alguns brasileiros, entretanto, acabou precedendo uma aceitação coletiva por parte daqueles que permaneceram no país. Segundo conta Rodrigo:

*“Cooperante significa que tava cooperando com o país. **É claro que recebia!** Foi engraçado esse processo, porque, nos primeiros anos que nós tavamos lá, tinha todo um problema com relação às divisas e eles nos pagavam em meticais. A gente só recebia em meticais, depois tinha gente que queria sair, viajar e não sei que e precisava de dólar pra viajar. Era um transtorno pra conseguir aquilo, era complicadíssimo. Começou a haver protesto, não só dos brasileiros... não dos brasileiros, mas da comunidade. Porque havia gente de toda a parte do mundo, que eram considerados cooperantes, que iam pra lá com contratos de trabalho com o governo moçambicano, suecos, noruegueses... gente toda parte, portugueses. **Era tudo gente de esquerda, no mínimo humanista** que tava lá nessa área. Ai o governo resolveu que pra evitar esse problema ia pagar uma **parte do salário já em dólar**. Isso foi em 79. Uma parte do salário em dólar e outra em meticais, a moeda local. E nós éramos cooperantes brasileiros muito radicais, **a gente não aceitou receber em dólar!** (...) porque ia falar o país aqueles poucos dólares! **Depois a gente teve que aceitar**, não tinha jeito, até porque **a crise começou a ficar muito grande**, a crise no país, é... sem comida, sem nada, faltando tudo. E o país abriu uma loja inter franca, que é a **loja dos cooperantes, que só vendia em dólar**, então só os cooperantes... porque você tinha que minimamente... **claro que a população passava mal. Nós não, nós tínhamos uma vida bem folgada**”<sup>158</sup>*

Na passagem da década de 1970 para a seguinte, quando se inicia o retorno dos exilados/cooperantes, é também o momento de agravamento da situação econômica de Moçambique. É neste período que surgem os condenados dólares, bem como as “lojas francas”, onde se podiam comprar produtos inexistentes no mercado comum. O problema do acesso à moeda se colocava na medida em que ela passava a permitir uma condição de vida “bem folgada” e, conseqüentemente, apartada da situação da população moçambicana

---

<sup>158</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

(que não tinha dólares e era proibida de entrar nas lojas francas). Permitia, portanto, ao cooperante uma condição material superior à da maioria da sociedade, condição que incluía os diplomatas e os chamados “estruturas” da Frelimo.

Acredito que as relutâncias ou relativizações apresentadas à mobilização da categoria “cooperante” como forma de auto-representação nasçam principalmente da compreensão delas como contraditória aos laços “políticos” e o papel “militante” que consideram parte de suas trajetórias, sobretudo porque se tratam de *narrativas de esquerda*. Privilégio econômico ou o ganho pessoal são, para estas narrativas, como “*coisa que não está no seu lugar*” (DOUGLAS, 1991: 50), configurando uma subversão do ordenamento simbólico moldado no *paradigma de esquerda*. Sendo assim, na medida em que a cooperação se torna incompatível com a “revolução”, com a “igualdade social”, com o “internacionalismo”, etc., é gerado seu desconforto em relação a toda aquela instituição.

“Foi durante essa experiência que nos demos conta de quanto a cooperação de técnicos estrangeiros era falaciosa e onerosa. Na província de Nampula, no parque de máquinas, que agrupava as oficinas de tratores e caminhões de uma empresa com cooperação soviética, encontramos completa desorganização. Perguntamos ao engenheiro chefe soviético a razão daquela situação, pois nem o ponto dos funcionários era controlado, e sua resposta foi que ele tinha um contrato de consultor, e não de executante, e esperava as normas que deveriam vir da secretaria de trabalho.” (NUNES, 2000: 274)

O “internacionalismo” é a premissa a partir da qual os entrevistados apreendem suas ações em Moçambique, aceitando a categoria cooperante na medida em que ela se conforma a esta premissa. A categoria é, entretanto, rejeitada se a cooperação passa a ser concebida socialmente como fonte de “privilégios” quando deveria ser “solidariedade política” a serviço da “construção do poder popular”; se se torna trabalho “burocrático” ou “profissional”, quando deveria ser “ímpeto revolucionário” e “disposição militante”. A postura do engenheiro soviético pode ser tomada como um caso exemplar do tipo de cooperação que se quer negar. Nesse sentido, as narrativas foram unânimes ao enfatizar a “motivação política” empregada na cooperação. Por repetidas vezes, ao perguntar pelas condições salariais e de vida, obtive como resposta que “*nós não fomos para lá por causa disso*”. Da mesma maneira foi extremamente enfatizada a idéia de que o trabalho realizado em Moçambique era - e deveria ser- encarado como “militância”. A leitura comum é a de que estariam colocando lá seus conhecimentos a serviço da “revolução”, por isso trabalhando “*10, 12 horas por dia*”, dedicados a uma “causa”, mobilizados “politicamente”.

A “motivação política” é compreendida como aquilo que deveria mover suas ações para o “engajamento”, tornando-se um parâmetro não apenas político, mas moral de conduta, válido no julgamento dessas ações, segundo o *regime de verdade* assumido pela

esquerda. Ao longo das entrevistas que realizei pareceu-me sempre que a “motivação política” estava sendo entendida como algo que confere não apenas sentido, mas *pureza* às suas ações, opondo-as àquelas movidas por interesses considerados individuais e, por isso, compreendidos como *impuras*<sup>159</sup>. A condição de vida de um cooperante e de um funcionário do estado, seja ele moçambicano ou estrangeiro, era inegavelmente melhor que a da maioria da população moçambicana, empobrecida tanto no meio rural como nos “caniços”<sup>160</sup> nas margens urbanas. Uma situação apenas agravada com o passar dos anos e que me pareceu ser tomada por muitos entrevistados como capaz de *poluir* os propósitos de sua presença no país. As narrativas que não se esquivaram em abordar o tema procuravam contrastar essa situação com o engajamento e empenho, próprio e da Frelimo, em acabar com as diferenças e com a necessidade de observação de certo tipo de conduta:

*“porque nós não éramos exatamente cooperantes, **que cooperante não devia ganhar nada**. Eu até discutia isso com um **amigo cubano** meu (...) e ele mesmo me dizia: “não, você é cooperante, só que você veio de um país capitalista, quando você voltar pra lá... você deve até tentar amealhar algum dinheiro pra quando você voltar pra lá, porque quando você voltar não vai ganhar nada, pelo contrário talvez até lhe dê uma prisão!” (...) Então eu recebia metade em meticais e metade em dólar, mas o dólar a gente gastava lá mesmo, porque lá tinham aquelas lojas, uma espécie de freeshop, que tinha na própria cidade, que era para os cooperantes que ganhavam... que tinha dólar. **Isso o povo não tinha acesso, né?** Mas não era nada... eles tinham que dar uma possibilidade aos cooperantes, porque **tinha cooperante que não era bem cooperantes, tavam lá pra trabalhar** e que talvez se não tivessem esses benefícios não ficariam lá. **Eu ficaria!** Eu não queria... **não precisava nada disso, eu... e não só eu, todos os que estavam lá e eram de esquerda!** E tavam lá pra auxiliar... mas nem todos. (...) Era um salário equivalente ao de um ministro, mais ou menos equivalente ao de um ministro que eu me lembre assim, eu gastei tudo lá, não trouxe nada.”<sup>161</sup>*

*“[a situação dos cooperantes] era bem melhor, com certeza (...) Tô dizendo assim privilégios... então você ter escola pra você, você ter um lugar pra comprar pra você, que em outros lugares tinha, você ter motorista, ter não sei que... **Eu não tinha nada disso**. Meu filho ia na creche que todo mundo ia (...) agora **a diferença era o padrão e vida**, morava num apartamento bom de três dormitórios, num bairro que era chamada a cidade de cimento, que era onde os portugueses moravam. Então isso **tudo é privilégio em relação ao padrão da maioria, que era zero**. (...) Não tava ficando rico, não era nada do outro mundo (...) ainda assim se quisesse, tinha gente que fazia isso, **mas eu não fiz isso, a gente podia ter uma parte do salário em dólar**.”<sup>162</sup>*

Por outro lado, as narrativas também procuravam trazer à tona essas *impurezas* por meio de rumores, constituídos em casos emblemáticos e devidamente reprovados. Muito comuns, os rumores geralmente apontam que “*tinham brasileiros que*”, sentença seguida por uma sorte de possibilidades: “*usavam o mercado negro*”, “*faziam negócios ilegais com os indianos*”, “*viviam como nababos*”, explicitando a existência de um padrão moral de

---

<sup>159</sup> Douglas, 1991.

<sup>160</sup> Equivalente às favelas. As entrevistas sempre fazem referência a divisão existente na capital do país entre a cidade de cimento, parte urbanizada, e os caniços, à margem e sem infra-estrutura urbanística.

<sup>161</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>162</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

conduta que estava sendo assim infligido. Esboçaram-se também muitas declarações de nunca ter freqüentado- ou ainda de não ter concordado com- as lojas francas, a “candonga”<sup>163</sup> ou mesmo a troca de salário em dólar, embora alguns tenham acusado a própria participação em uma ou mais destas atividades que, legais ou ilegais, encontram igualmente espaço para a reprovação moral entre as narrativas.

*“não, nunca trocamos em dólar, nunca entramos numa loja, sei lá como chamava. (...) E a gente sobrevivia como o resto da população lá, entendeu? Fazendo a comida de lá e tal. A gente acabou tendo um carro lá, que a gente conseguiu comprar, que era importante, a gente tinha uma empregada, que acabava tomando conta das crianças (...). E tinha uma vida normal lá, tiramos férias uma vez... enfim, uma vida normal, caseira. Ia pra praia, como tinha um pouco de recurso, quando tinha camarão, a gente conseguia comprar camarão, porque tinha dinheiro, mas fora isso a gente levava uma vida exatamente como os moçambicanos. Tendo muito privilégio, é claro, morava naquele baita apartamento de frente pro mar, aquelas coisas... (...) Não incomodava, eu nunca senti nenhuma culpa, mas também a gente nunca foi consumista, nunca teve vontades disso ou daquilo então não fazia diferença, não era por causa disso que a gente tava lá, entendeu?”<sup>164</sup>*

Em contrapartida, as narrativas procuram evocar a “motivação política” e “internacionalista” da presença dos brasileiros e da relação estabelecida com a Frelimo e demais “povos em luta” na região. O engajamento militante não apenas com a “revolução moçambicana”, mas com a luta anti-Apartheid fazem parte da visão que apresentam sobre sua cooperação. Entre as “causas” mais importantes, sem dúvida estava a oposição ao regime racista da Rodésia<sup>165</sup>. Moçambique, além de aplicar sanções econômicas ao país, serviu de base para os guerrilheiros opositores da ZANU, assim como a Tanzânia havia feito anteriormente em relação à Frelimo. Uma solidariedade que fazia parte da relação entre países e movimentos políticos vizinhos da África Austral, aproximados pelo paradigma político e pelos embates com os regimes racistas da região. O apoio à ZANU foi evocado como parte da “militância internacionalista” por vários entrevistados:

*“Eu participei de várias... várias ações ajudando a guerrilha da Rodésia, transportando guerrilheiros, mas foi tudo voluntário. Fui convocado pela Frelimo se eu quisesse fazer ou não, porque eu tava correndo risco, né? (...) Eu transportei armamento... tudo pra fronteira com a Rodésia. Naquela época que era aquele ditador branco, o Ian Smith e transportei muitos... muitos guerrilheiros (...) Tinha um vôo que a gente... ficava próximo dali, ia para um outro país que era a Tanzânia, era Dar-es-salaam, era a capital da Tanzânia, e a gente... lá era tudo muito rápido e muito organizado. A gente chegava lá com os aviões, com os Boeings, e os guerrilheiros já tavam prontos, entravam e a gente levava. (...) E a única distinção que eu fazia era “não põe o detonador junto com os foguetes”. (...) Ai decolava de Dar-es-salaam direto pra Tete. Isso tudo 1 hora da manhã, de madrugada, né? (...) Eu falei, nós vamos fazer o seguinte, nós*

<sup>163</sup> Comércio clandestino, realizado fora das instâncias comerciais oficiais admitidas pela Frelimo.

<sup>164</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>165</sup> A Rodésia declarou independência unilateral da Inglaterra, em 1965, constituindo um regime segregacionista dirigido por Ian Smith. O processo não foi reconhecido pela ONU, que recomendou sanções econômicas ao país, seguidas por Moçambique. A organização opositora ZANU travou luta contra o regime, que só terminou em 1980, após uma trégua que permitiu a eleição do primeiro primeiro-ministro negro do país e o reconhecimento de sua independência, ocasião em que passou a chamar-se Zimbábue.

*vamos bater uma colher num copo no microfone, né? Então você já sabe que aquela batida, aquela batida no copo é nós chegando... e a gente combinava uma batida e outra e ia se comunicando. E o que estava em terra... o operador que estava em terra batia. Se tivesse a pista interdita por alguma razão, ele avisava. Tudo batido, a gente não falava porque estava ali a fronteira com a Rodésia e eles tavam sempre... (...) O que que aconteceu? Derrubaram o Ian Smith! Eu ajudei a derrubar o Ian Smith!”<sup>166</sup>*

*“Se você fosse estabelecendo relações políticas... era mais no plano pessoal, com um, outro... você era convidado pra fazer tarefas. Então, por exemplo, uma tarefa que eu fiz lá: de educador. Dei alguns cursos no partido Frelimo. Era chamado por dirigentes, o cara viu lá, você pode dar essa matéria, fui lá e dei alguns cursos. Eu fui instrutor da ZANU, que era a organização lá do Zimbábue, porque eu me dava com dirigentes da ZANU, eles viam que eu falava algum inglês e eles tinham lá um... umas estruturas lá, onde eles treinavam o pessoal deles, aí eles me convidaram e eu trabalhei alguns anos lá dando cursos.”<sup>167</sup>*

O ambiente político na região foi se tornando cada vez mais tenso, com reflexos muito profundos para Moçambique. Em contrapartida às ações da ZANU, foi criado o MNR (Mozambique National Resistance), sob os auspícios da Rodésia, composto por rodesianos e ex-colonos “portugueses” refugiados naquele país. O movimento passou a realizar ações de desestabilização contra Moçambique em 1977. A manutenção da política internacional de enfrentamento ao Apartheid após o advento do Zimbábue em 1980 fez com que a África do Sul recebesse o MNR em seu território. Rebatizado Renamo, passaria a receber apoio logístico e treinamento do país, mas encontraria na zona rural moçambicana espaço social para expandir suas ações, aumentando seu exército. Em 1986 a guerra estaria espalhada por todo o território rural moçambicano<sup>168</sup>.

A recusa em receber salários em dólar se conformava assim como postura “comprometida” com as lutas políticas assumidas no quente contexto da África Austral. As demonstrações desse compromisso tiveram ocasiões não apenas nas mencionadas atividades de apoio, mas em situações ritualizadas e simbólicas como na cerimônia em que o “grupo dos brasileiros” entregou rendimentos recolhidos em uma “vaquinha” para contribuir com o exército moçambicano. O reconhecimento mútuo obtido nos marcos dessa identidade e da solidariedade “de esquerda” tornou-se importante para os brasileiros exilados, que se consideravam reconhecidos pelo governo como verdadeiros representantes de seu país. Esta compreensão selava a relação de cumplicidade e ajuda-mútua, que os entrevistados consideram ter com a Frelimo. Talvez seja esta perspectiva que faça suas críticas à cooperação se dirigirem mais constantemente aos cooperantes (aos indivíduos, países e agências) que à própria Frelimo.

\*\*\*\*\*

---

<sup>166</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>167</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo

<sup>168</sup> Geffray, 1991.

## IMAGENS

Figura 7: Che Guevara e Eduardo Mondlane na Tanzânia. Sem referência de autor.

Disponível em:  
<<http://delagoabayword.wordpress.com>>

Acesso:14/01/11.



Figura 8: Moçambique. N° 3706. Rev. 5. United Nations Cartographic Service.



*Yarvil*

REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DOS CORREIOS, TELECOMUNICAÇÕES E AVIAÇÃO CIVIL

### CONTRATO GERAL PARA ESTRANGEIROS

(EFECTUADO NOS TERMOS DO DECRETO-LEI 17/75, DE 9 DE OUTUBRO)

Entre a República Popular de Moçambique, representada pelo Ministro dos Correios, Telecomunicações e Aviação Civil designado pelo Decreto-Lei 17/75, de 9 de Outubro de 1975, como o "contratante" e o (a) Senhor(a) **I. S. W.** -

nascido (a) em **RIO GRANDE DO SUL - BRAZIL** -  
aos **19/07/1931** de nacionalidade **BRAZILEIRA** - de profissão **PILOTO COMERCIAL DE AEROPLANOS** - designado (a) neste contrato como o "contratado", é celebrado um contrato de prestação de serviços como **PILOTO COMERCIAL DE AEROPLANOS** - em regime de ocupação exclusiva, por um período de 3 anos contados a partir da data de início das funções **01 DE AGOSTO DE 1982** -

Artigo 1.º - Este contrato é renovável automaticamente por períodos de 1 ano, sem limite, desde que, até 3 meses antes do período de expiração, uma das partes não tenha avisado a outra por carta registada com aviso de recepção de que não deseja renovar o contrato.

Artigo 2.º - Sem invocação de qualquer motivo, este contrato pode ser rescindido por qualquer das partes antes da expiração ou antes da expiração de cada um dos períodos de renovação, por carta registada com aviso de recepção, enviada com pelo menos 4 meses de antecedência.

Artigo 3.º - O contrato pode ser rescindido pelo "contratante" com motivo em incompetência profissional manifesta ou infracção às alíneas e) e f) do artigo 7.º, ao artigo 10.º ou quando o "contratado" tenha sofrido uma condenação judicial por crime desonroso.

Artigo 4.º - Para determinação dos períodos de notificação previstos nos artigos anteriores será levado em conta a data do registo de expedição da carta.

Artigo 5.º - O "contratado" terá direito a:

- a) Salário mensal de **40.000,00 MT** <sup>Não transferíveis e sobre os quais incidirão todas as atribuições aplicáveis + o quantitativo mensal de US\$ 1.500,00 em conta externa à ordem do Banco de Moçambique.</sup>
- b) Uma gratificação mensal adicional de ..... % ao salário mensal, por cada dois anos de trabalho realizado em Moçambique no quadro deste contrato e até ao limite de 6 anos;
- c) Um subsídio de renda de casa de 2.500,00 MT;

1º OFÍCIO DE TERESOPOLIS - RJ.  
Pc Baltazar da Silveira 92/94 III Varzea  
AUTENTICAÇÃO  
Certifico e dou fe que a presente copia é a

CARTÓRIO 1º OFÍCIO de Teresópolis  
CORREGEDORIA GERAL  
MOÇAMBIQUÊ  
FERNANDO DE FIDELIZAÇÃO  
Alexandre Luiz

Figura 9: Primeira página do contrato de Trabalho de Igor. Acervo pessoal do entrevistado.

## Capítulo 4

### Os melhores anos de nossas vidas

*“Quando penso em Moçambique, eu penso que foi a melhor época da nossa vida.”*<sup>169</sup>

*“Todo mundo concorda que foram entre os melhores anos de nossas vidas. Anos felizes!”*<sup>170</sup>

*“Eu digo que foram os melhores anos da minha vida”*<sup>171</sup>

*“Olha, Moçambique pra mim foi... eu digo sempre, já disse antes, foi o melhor período da minha vida!”*<sup>172</sup>

Há uma considerável heterogeneidade entre as opiniões manifestadas pelos exilados/cooperantes entrevistados em relação à experiência do socialismo moçambicano. Se tentássemos agrupá-las pela similaridade, talvez fosse possível encontrar dois ou mesmo três conjuntos de opiniões. Contudo, no que diz respeito ao que eu chamaria de um balanço dos anos vividos no país, surge entre os entrevistados uma surpreendente unanimidade, a única questão sobre a qual não identifiquei qualquer desacordo. Os anos passados em Moçambique são mencionados como os melhores do exílio, para alguns, os melhores de suas vidas, à luz da espantosa semelhança entre as declarações em epígrafe, pinçadas de 4 narrativas. Esta idéia talvez possa ajudar a compreender porque apenas dois entrevistados declararam terem se sentido “exilados” no país.

Desde o primeiro contato, pareceu-me que a experiência moçambicana possuía um caráter afetivo. Antes mesmo de iniciar as entrevistas, li a tese de doutorado da ex-exilada/cooperante Célia Nunes (2000), cujo esforço principal é desvendar o fracasso do projeto socialista moçambicano, processo que, apesar de vivido, permanecia-lhe incompreensível. Durante a leitura, vai se revelando aos poucos, o que parece ser um dos principais objetivos da autora: (re)pensar sua trajetória e daquela que também denominou “sua geração”. Em uma melancólica passagem, a partir da qual justifica a motivação de sua reflexão, afirma: *“o fracasso deste projeto me colocou numa escuridão jamais vivida. Queria compreender, então mais do que nunca, e retirei-me, derrotada mais uma vez, sem o escape ilusório de uma outra revolução a caminho.”* (NUNES, 2000: 18).

A impressão inicial em relação a essa afetividade no olhar dos cooperantes brasileiros para Moçambique foi se confirmando ao longo da pesquisa, não apenas pelo que fui escutando de meus entrevistados, mas também pelo que pude ver. Saltou aos

---

<sup>169</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia..

<sup>170</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>171</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília

<sup>172</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

olhos, com poucas exceções, nas salas de estar ou gabinetes de trabalho, em espaços como paredes, estantes e móveis, simbolicamente ocupados por fotografias ou esculturas de madeiras, sempre depositadas de modo a anunciar ao visitante, mesmo que desavisado, o lugar ocupado pelo país nas memórias cultivadas sobre suas trajetórias.

Se as fotografias e ornamentos dispostos nos locais onde fui recebida pelos entrevistados (espaços entre o público e o privado), têm a função de falar de si e de recordar, pude então observar o lugar destinado ao “período moçambicano”. Da fotografia do “grupo” no desfile do “1º de Maio” moçambicano pendurada na parede da sala de uma casa no subúrbio do Rio de Janeiro, ao retrato de um casal em meio a um destacamento do exército da Frelimo, no porta-retrato sobre um móvel de seu apartamento, em um bairro central de Porto Alegre. Em um escritório na Uruguaiana, centro do Rio de Janeiro, mal havia sentado à mesa indicada pelo entrevistado, quando pude ver, entre outras molduras na parede, um belíssimo retrato, disposto ao lado da conhecida fotografia “dos 70”, feita em frente ao avião que os levara (e meu entrevistado junto a eles) para a liberdade no Chile, em 1971. A imagem que me chamou atenção trazia quatro belas mulheres moçambicanas, cujas poses capturadas no instante da foto sugerem que poderiam estar dançando. Lembrei-me imediatamente que já a havia visto antes, a quilômetros de distância dali, no acervo do fotógrafo que a fez. Em Goiânia, pude observar longamente, durante toda a entrevista no gabinete de minha entrevistada, uma enorme capulana<sup>173</sup> emoldurada e pendurada na parede por detrás dela.

As estatuetas de madeira, de todos os tamanhos, também decoram e enfeitam os ambientes em que se deram as entrevistas. Na casa de um entrevistado em São Paulo, não tardei a descobrir que estava diante de um verdadeiro colecionador. Na sala onde realizamos a entrevista havia estátuas de pessoas e animais, feitas de sândalo e pau-preto. Tradicionais estatuetas maconde, compradas em viagens feitas ao norte do país. Animado com meu interesse, me mostrou sua biblioteca, onde outras peças compunham a coleção. Disse-me que em Moçambique não gastava seu dinheiro com “bobagens”, se referindo aos produtos da loja franca, mas com um artista local de quem comprava mensalmente.

Foi bastante comum que, quando próximos às suas bibliotecas, os entrevistados sacassem toda sorte de material disponível para auxiliar seu relato: mapas de Moçambique ou de Maputo, livros de memórias de amigos, brasileiros ou não (cheguei a receber um destes livros de presente) e mesmo algum material fruto de seu trabalho no país, como o

---

<sup>173</sup> Peça de pano muito utilizada em Moçambique pelas mulheres para vestuário, para carregar os filhos junto ao corpo e incontáveis outras finalidades.

livro de canções infantis, produzido em 1981 para as creches moçambicanas e ilustrado por Malangatana, prestigiado pintor moçambicano. Também me foi orgulhosamente exibida por um entrevistado uma placa de homenagem recebida dos funcionários moçambicanos por ocasião de seu retorno ao Brasil, que trazia os dizeres: “Recordação dos trabalhadores da DETA ao militante internacionalista.”<sup>174</sup>. Os entrevistados mais organizados já haviam remexido seus materiais e disposto livros sobre a mesa, enquanto aguardavam minha chegada, outros saíam a sua caça em meio a narrativa, à medida que a memória indicava sua localização ou exigia sua presença.

Por outro lado, o atual envolvimento com Moçambique, assim como o espaço, material ou intelectual, ocupado pelo país no cotidiano de cada entrevistado é bastante heterogêneo. Assim como são múltiplas as razões pelas quais (todos) afirmam permanecer, em alguma medida, marcados por aquela experiência: seja porque atribuam ao país uma capacidade atual de trabalhar coletivamente ou enfrentar com mais facilidade as dificuldades cotidianas de seu trabalho, seja por considerarem que o país despertou-lhes uma “vocação” profissional até então negligenciada, ou ainda por que lá teriam tornado-se politicamente menos radical ou mais convicto. Para outros, a manutenção do interesse pelo país levou a estender sobre ele seu olhar e interesse profissionais, sendo assim, Moçambique, ou a África de forma mais ampla, se tornaram temas de pesquisas, teses e livros, acadêmicos ou de memórias, exposições já realizadas ou em planejamento, audiovisuais, etc.<sup>175</sup>. Samora Machel se tornou, até mesmo, nome de um pré-vestibular comunitário organizado há anos na UFRJ.

Há também por parte de alguns deles a manutenção de laços de amizade no país e acompanhamento das notícias sobre suas transformações sociais. Outros, ao contrário, nunca mais visitaram Moçambique ou procuraram ter contato mais efetivo com aquelas terras. Atitude justificada como uma tentativa de evitar a decepção, que eventualmente poderia produzir o contraste entre a memória (os anos felizes) e a realidade atual do país, causando uma possível relação de estranhamento. Este estranhamento estaria também relacionado à conexão intrínseca entre Moçambique e o socialismo, feita por muitos, principalmente pelos que de lá saíram mais cedo. Como resume as palavras de Diogo:

---

<sup>174</sup> DETA, sigla de Divisão de Exploração dos transportes aéreos, uma empresa estatal.

<sup>175</sup> Entre os brasileiros que produziram material áudio-visual sobre Moçambique durante os primeiros anos da independência estão o diretor de teatro Zé Celso Martinez Correia, com o filme “25”, o cineasta Murilo Salles, com o filme “Essas são as armas”, dirigido junto com o também escritor moçambicano, Luis Bernardo Howana. O cineasta Guel Arraes e o ex-cooperante Licínio Azevedo montaram o documentário “A televisão nos bairros” sobre as primeiras exibições de televisão no país.

*“Eu não fui pra África, eu fui para uma revolução na África, se fosse na Ásia, na América eu teria ido. Pintou um revolução na África eu fui.”<sup>176</sup>*

Daí que o entrevistado declare ter receio de voltar ao país para encontrar algo totalmente modificado, pois não se sente ligado a Moçambique, mas a Moçambique do “tempo Samora”, opinião enfaticamente corroborada por Felipe:

*“Tudo que eu ouvi [sobre Moçambique] eu não gostei (...) também não tenho vontade [de voltar]. Que ficou uma coisa tão... é outro país, quer dizer, fica **parecendo que você teve um sonho!** Foi em um lugar construir, ajudar... hoje é... (...) Não tenho nenhuma vontade de ir, porque não tenho o que ver! Até é decepcionante desse ponto de vista. **Deixa aquele sonho!**”<sup>177</sup>*

Com base em minhas experiências de campo, no que vi e ouvi, acredito que as memórias e recordações dos entrevistados sobre o Moçambique que viveram são extremamente positivas. Elas me impressionaram, seja pela diferença que parecem estabelecer entre a temporada no país, a “*aventura moçambicana*” para alguns, e o senso comum a respeito dos tipos de sentimentos que seriam despertados pelo exílio; seja pelas semelhanças e diferenças que apresentam em relação às leituras acadêmicas mais recentes sobre o período socialista. Neste capítulo, procurarei expor Moçambique e a “*revolução moçambicana*” tal como foram descritos pelos entrevistados, procurando compreender os sustentáculos dessas visões e suas relações com a maneira como os cooperantes brasileiros se inseriam na dinâmica da sociedade moçambicana pós-independência.

## I. “Era o dia seguinte do fim do colonialismo”

*“No aeroporto de Maputo uma faixa gigantesca com o anúncio “República popular de Moçambique: zona libertada da humanidade” dava o tom de entusiasmo que me fez crer na vitória da política de independência nacional, de combate ao subdesenvolvimento e do fim da exploração do homem pelo homem. Nessa época o partido Frelimo estava se organizando em todo território nacional, tinha definido políticas centralizadas para todos os setores econômicos e sociais e controlava o exército e a polícia” (NUNES, 2000: 45)*

Entre as razões que levavam os entrevistados a apostarem na experiência moçambicana podemos citar a confiança na Frelimo como organização “de esquerda” estruturada hegemonicamente no país. Esta condição, exposta no excerto acima, foi por diversas vezes valorizada também pelos entrevistados, apesar de uma parcela deles ter, no âmbito das divergências internas à esquerda, realizado um processo de críticas à experiência soviética, marcada justamente pelas proporções tomadas pelo PCUS. Uma segunda razão seria a expectativa (talvez de inspiração inconscientemente luso-tropical)

---

<sup>176</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>177</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

de que, como brasileiros, se identificariam culturalmente com os moçambicanos em razão da colonização portuguesa comum. Ademais, vindos de desagradáveis experiências com o frio europeu (uma sensação tanto térmica quanto social) e com suas línguas, para a maioria desconhecidas até o momento do exílio, encontrariam um país quente e falante do português, ao menos à primeira vista, apesar de menos parecido com o Brasil do que puderam a princípio imaginar. Ainda assim, alguns descreveram sua chegada como uma sensação de ascender ao paraíso:

*“Eu cheguei lá às 11 horas da manhã. Do aeroporto a gente foi pra beira da praia comer caranguejo e tomar chope. Não tinha nada melhor! Ah, eu tô no paraíso! Vindo da Europa... caranguejo, uma panela de caranguejo de todo tamanho e chope gelado na beira da praia... foi a melhor impressão do mundo! Aí me cativou!”*<sup>178</sup>

O sol, as frutas variadas, o espaço ocupado pela música e pela dança que, aos olhos dos brasileiros, fazia os moçambicanos um “povo mais alegre” que os europeus, o afastamento do sentimento de inferioridade, que muitas vezes se fez presente na Europa são alguns dos elementos convocados para explicar uma primeira sensação de satisfação pela chegada a Moçambique. O paraíso também se expressava pelo aspecto político na mobilização, que a maioria considera ter observado pelas ruas de Maputo, no “clima” que Nelson definiu como de “*dia seguinte do fim do colonialismo*”. Suas narrativas retratam os primeiros anos após a independência como momentos de euforia coletiva, em que a população apostava e se integrava junto à Frelimo na luta pela “revolução moçambicana”. Em geral, as narrativas iniciaram dando ênfase aos comportamentos sociais observados considerados harmônicos com o *paradigma de esquerda*, descritos por termos como um “ambiente, um “clima”, um “espírito” ou um “tom”, que denotam um caráter difuso.

À exceção de dois entrevistados, que viveram, por cerca de um ano, em Quelimane, na província da Zambézia e Namaacha, todos se estabeleceram na cidade de Maputo. Encontrariam uma bela, porém desestruturada “cidade de cimento”, onde existiam graves deficiências tanto na oferta de serviços, quanto no abastecimento de produtos. Eram precários o transporte público, o acesso a remédios e à comida, por exemplo. A descrição dos entrevistados de sua alimentação diária naquele contexto comumente foi: “carapau<sup>179</sup> e batata”, “carapau e arroz” ou “carapau e repolho”, sem, no entanto, disso queixarem-se. Ao contrário, parecem julgar o estilo de vida não “consumista” e a tolerância frente à escassez, à precariedade, às inevitáveis filas formadas por toda a cidade, como uma forma de engajamento e concordância com o processo.

---

<sup>178</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>179</sup> Peixe então encontrado em abundância no comércio.

Além disso, tratam estas dificuldades como conseqüências iniciais e naturais da igualdade de acesso e condições, que se pretendia implantar. A queixa e o desagrado, pelo contrário, constituíam demonstração de um individualismo incompatível com a construção da nova sociedade e do “homem novo”, que devia apostar e sacrificar-se em vista do coletivo. De fato, “sacrifício” e “superação” constituíam dois símbolos muito presentes na narrativa da própria Frelimo sobre o processo em curso. Talvez julgando o comportamento da população sob o mesmo critério aplicado aos “revolucionários”, muitos entrevistados consideram ter visto um povo moçambicano engajado. Entre as situações que me foram descritas para exemplificar esse acordo da população com o governo, a imagem da ordem e do respeito às filas me pareceram as mais emblemáticas:

*“Então, por exemplo, fazer fila. Moçambicano faz fila. Quem sempre fez fila em Moçambique? O colonizado, a população nativa. Então, eles fazem fila assim: eles chegam na fila com essa sacolinha dobrada assim e marcam o lugar dele. E diz: “Ei camarada, estou atrás de ti!” E vai embora. E todos marcam assim. E quando ele volta, ele volta exatamente na sacolinha dele, **ele não pula três lugar pra frente**”*<sup>180</sup>

*“Era **a fila da pedra**. Eram cenas belíssimas! Desde de madrugada eles abriam a fila, mas aí as pessoas saíam, porque era muito tempo de fila. E colocavam uma pedra no lugar. Então depois, ficavam só as pedras. E as pessoas sabiam qual era a sua pedra. Era impressionante! Você olhava aquilo tudo de pedra, depois a pessoa chegava e tal. **Havia o respeito pela pedra do outro**”*<sup>181</sup>

Segundo sua leitura, muito próxima à veiculada pela Frelimo, os entrevistados valorizam as transformações sociais alcançadas após a transição de independência, elencando-as como razões para que a população fosse receptiva e colaborativa com a “revolução”. Os progressos na educação, por exemplo, tanto em número de escolas, como no acesso, somadas ao interesse da população parecera a Igor um símbolo dessa comunhão:

*“O povo.... **o povo vibrava muito!** E queria muito! Vibrava muito e **uma tendência muito grande a se educar**. Em Maputo era muito comum, durante a noite, você ver a noite os grupos todos vindos de aulas noturnas. Todos se educando, né?”*<sup>182</sup>

Acredito que não seria equivocado imaginar que o sentido empregado neste “*se educar*” seja também o de fazê-lo segundo os pressupostos do “homem novo”. Por conseguinte, a participação política foi outro elemento trazido à tona. Sérgio a percebe como indo ao encontro do desejo de democracia e independência então latentes. Segundo ele, as primeiras eleições para a assembleia moçambicana, em 1977, teriam ocorrido em meio a uma celebração, que pôde acompanhar no interior da província da Zambézia. Entre

---

<sup>180</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>181</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

<sup>182</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro

eleitores analfabetos, realizou-se a eleição no “clima” de improvisação e motivação reinante neste primeiro momento: uma palhota foi convertida em cabine de votação; latas para cada candidato faziam às vezes de urnas e castanhas de caju eram seus desejados primeiros votos. A partir daí:

*“Os candidatos se apresentavam. Ai a população questionava se podia ou não ser candidato, vinha um e denunciava: “esse cara não pode ser candidato, porque fez isso, isso e isso”, então a população assim... numa assembleia, selecionava os candidatos e depois tinha essa votação lá (...). Mas isso tudo em um ambiente de muita festa, porque aquilo ali era a primeira eleição que eles tinham, né? Então nesta eleição ao mesmo tempo em que se comia, se bebia, tinha festa, tinha dança, tinha música, então era uma coisa assim muito forte, né? Que significava a independência para eles”*<sup>183</sup>

As formas de associação e participação construídas durante o governo da Frelimo, como as assembleias populares, os grupos dinamizadores (“GDs”) nas fábricas e bairros, a justiça popular incorporavam os pressupostos do chamado “poder popular”. O termo democracia era pouco mobilizado entre a esquerda naquele contexto e a importância do voto relativizada, fundamental era a extensão da ação e participação política para a população, representada no caso descrito acima pelo controle das candidaturas. O “organismo de poder popular” tomava lugar similar no *paradigma de esquerda* àquele ocupado pelo voto direto universal para a simbologia política da “democracia”.

A participação política trazia ainda a idéia da liberdade, proporcionada pelo fim da situação colonial de segregação. Ela foi lembrada por Wagner, que a soma ao quadro opositivo entre situação colonial e o novo Moçambique independente, que as narrativas em geral construíram:

*“Porque o povo tava apostando numa reconstrução nacional. E em Moçambique tinha isso. Eles estavam apostando na reconstrução de Moçambique (...). Eles tinham consciência política clara: nós temos que apoiar a Frelimo, não é fácil e deixa estes caras... Eu cansei de perguntar pra moçambicanos pobres, povão: era melhor na época do colonialismo ou é melhor agora? Eles diziam: “naquela época nós comíamos, mas agora nós temos liberdade. Agora é melhor camarada, agora é melhor!” Quer dizer, pro futuro vai ser melhor, mas pra comer... pra estas coisas, era melhor naquela época. Quer dizer o cara tinha consciência que materialmente ele piorou.”*<sup>184</sup>

Nessa oposição, sempre evocada, o fim da submissão da população ao regime colonial por meio das diferenciações de status e condição legal entre “brancos” e “negros” e da exploração baseada neste critério constitui o maior e mais incontestável valor do regime da Frelimo. Algo que estaria fixado aos olhos da população na idéia consciente de ostentar sua própria liberdade, conforme sugerido acima. A extrema proximidade do fim do colonialismo e a inegável presença de suas heranças constituíam, portanto, um padrão

---

<sup>183</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>184</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

de comparação, que favorecia as intenções proclamadas pela Frelimo (desenvolvimento social, libertação política e estruturação econômica do país). A independência é unanimemente vista como fonte de ganhos políticos, sociais e humanitários frente ao padrão colonial. É neste sentido que os entrevistados valorizam o processo vivido e seu comprometimento com ele:

*“A saúde **avançou, avançou** o abastecimento, **avançou** a organização político-social... **a gente via!** Digamos assim... aquelas manifestações com o Samora a frente, o Samora era um grande líder, né? Então a sensação é que **a gente viu nascer um país**. Isso foi muito bonito! Foi muito difícil, mas muito bonito! Que a gente viu nascer e que **a gente cooperou pro país pra nascer**, porque a gente trabalhava. E muito!”<sup>185</sup>*

Neste ponto, julgo necessário advertir que as conformidades entre a narrativa da Frelimo e dos entrevistados, que venho sugerindo existir, não resvalam, com poucas exceções, em uma coincidência entre elas, mas antes demonstram pontos de contato. Isto se deve em parte ao fato de que os entrevistados não percebiam a existência de tal coisa como um único discurso da Frelimo<sup>186</sup>, dado não somente as modificações produzidas pelo tempo, mas também em razão de algo que foi ponderado por Raquel: não havia uma, mas várias Frelimos, já que as disputas internas entre seus grupos políticos criavam caminhos outros em relação aos proclamados por seu (ainda que forte) discurso oficial.

Posto isso, devo alertar também que entre os entrevistados há pluralidade de opiniões. Há diferenças, por exemplo, entre as razões elencadas por cada entrevistado para ter apoiado o processo: da consonância absoluta com o socialismo moçambicano, sem críticas a seus predicados; à motivação pela necessidade de superação de “heranças coloniais”; passando por um apoio crítico, estimulado pelas “quentes” pressões pela definição política frente ao acirrado embate da África Austral. Há ainda uma segunda forma de multiplicidade existente, para qual o trecho abaixo chama atenção: a diversidade interna a cada narrativa, que deve ser igualmente levada em conta. Ela se expressa, por exemplo, com Carla, que após tecer inúmeras críticas ao processo e à Frelimo, conclui:

*“Eu **valorizei** muito o fato de estar lá e participar do processo. Eu **nunca tive** um sentimento assim: **“bah, mas a revolução é isso?”** Não! **A revolução é o que pode ser! E tinha coisas extraordinárias!** O fato de quando eu chegar lá não ter saúde e quando eu sair ter saúde em todos os bairros, a cooperação internacional com os países do leste mandando gente, com médicos, todos... essa solidariedade internacional, ao mesmo tempo que o boicote... havia um boicote violento, mas havia uma solidariedade internacional. Ao contrário, **reforçava as minhas convicções**. Eu me sentia **muito***

---

<sup>185</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>186</sup> A não ser que consideremos apenas os discursos oficiais, tomando por discurso oficial o que foi produzido em publicações do partido, dito em discurso por Samora Machel e outros quadros mais proeminentes da Frelimo, mas se tomarmos a dinâmica política cotidiana, da qual os entrevistados falam e apontam sua participação, então a Frelimo se transforma em arena multifacetada de viva disputa.

*comprometida com aquele processo, muito respeitosa em relação ao processo, ainda que frustrada com algumas coisas que eu achava explicáveis no contexto”*<sup>187</sup>

Os entrevistados diferenciam suas críticas de um abandono (presente ou pretérito) do apoio à Frelimo. Declarando-as produto de reflexões atuais ou formuladas à época, para a maioria, elas não abalaram – muitas vezes ainda não abalam hoje – sua convicção no processo ou em que foi correto apoiá-lo naquele momento. Nesse sentido, devem ser lembradas as premissas que estão em jogo em suas *narrativas de esquerda*. A meu ver, elas permitem aplicar aos brasileiros as palavras que Soares (2006) dirigiu aos cooperantes suecos: “*seu intenso engajamento político me faz acreditar que a condescendência quase ilimitada dos cooperantes suecos com a situação que encontravam em Moçambique não era expressão de sua ingenuidade, mas sim de sua ideologia política*”. (SOARES, Op. Cit.: 169)

## II. Contextos cosmopolitas

Nesse ponto me parece importante lançar alguns elementos que ajudem a compreender a posição dos brasileiros na sociedade moçambicana. Para tanto partirei de suas impressões:

*“Moçambique é um país composto de várias nações, cada um com sua língua, sua história, sua cultura, que é outra novidade. Então o português era falado, sei lá, por 10% daquela população. (...) Em Maputo, eles falavam português como estrangeiro, eram... então era uma língua de branco. E foi a saída... pelo menos o que explicaram na época (...) não dava pra escolher nenhuma delas como língua oficial, porque daria problemas terríveis com as outras nações, então escolheram o português como língua oficial. Então isso aí era um fator [de estranhamento]. A própria cultura deles... o papel da mulher. A mulher é a última coisa na sociedade daquela época, o papel é zero elevado a milésima potência. Então a mulher era comercializada pela família, pelos pais, em troca de... sei lá... animais... de qualquer coisa. Era uma sociedade poligâmica. Enfim, um outro mundo pra quem chega. Enfim, eu tinha a idéia de que ia ser alguma coisa parecida com o Brasil... português. Mas não, não tem absolutamente nada a ver.”*<sup>188</sup>

Demonstrando a decepção que rapidamente se instaurou a partir da expectativa dessa similitude, o trecho acima, ecoando igual manifestação de outros entrevistados, me convida a não desprezar os estranhamentos experimentados na chegada a Moçambique. Surpreendendo algumas pressuposições iniciais de semelhança identitária, os brasileiros encontraram um país sobre o qual, em geral, até então, nada sabiam e em relação ao qual puderam sentir inúmeras formas de distanciamento. Entre os exemplos citados no trecho acima estão algumas das estranhezas mais comentadas pelos brasileiros: o espanto inicial frente às numerosas e inapreensíveis “línguas nacionais” e o que lhes pareceram polêmicas práticas culturais como a poligamia e o lobolo, traduzido no entendimento dos brasileiros como a “venda da mulher”. Sérgio considera que estes e outros desencontros estariam

<sup>187</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>188</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

submersos sob uma identidade que a língua portuguesa poderia ilusoriamente a princípio sugerir:

*“Então o fato da língua ser o mesmo português, isso encobre uma diferença cultural muito grande, né? Um país como Moçambique, né? Que tem essa influência mulçumana, que tem uma influência indiana... tinha muito cinema... filme indiano no cinema, coisa que não era do nosso universo cultural. (...) Apesar da língua ser a mesma, a **identidade cultural** nossa (...) a gente tem muito mais **proximidade** com a **intelectualidade da Alemanha e da França** do que com Moçambique. Em termos culturais, né? Porque a gente gosta das mesmas músicas, dos mesmos cantores, (...) dos mesmos autores em termos de literatura, né? dos mesmos filmes (...). E em Moçambique eles não participavam disso, era uma grupo muito reduzido de intelectuais moçambicanos que tinham acesso **à cultura universal**. Então, ainda que... agora, o fato de estar em um processo revolucionário dava uma proximidade muito grande que a gente não tinha na Alemanha e na França. Então isso era um ponto de aproximação: que a gente estava em um **esforço comum** e a gente entendia esse esforço comum, tanto nós, como os moçambicanos... **não o povo moçambicano, mas os revolucionários**, os dirigentes moçambicanos, **entendiam como uma luta internacional**”.*<sup>189</sup>

A presença mulçumana e indiana surge como exemplo da diversidade, que insere os moçambicanos em circuitos internacionais, mas os distancia da visão de *cosmopolitismo*, que o entrevistado empregava a si mesmo e à esquerda brasileira.

As questões para as quais chamaram atenção ambos os depoimentos, notadamente, a diversidade cultural existente em Moçambique, a penetração da língua portuguesa e a idéia de “*cultura universal*”, que tomarei aqui sob a categoria *cosmopolitismo*, são parte do quadro social de Maputo. Ao apontar a variedade lingüística existente, Felipe nos revela a importância que o português assumia como um veículo de – e uma língua veiculada em relações sociais urbanas<sup>190</sup>. Ainda assim, a língua que possibilitava a comunicação, tornava-se também um fator de restrição das relações sociais entre brasileiros e moçambicanos. Não foram poucos os entrevistados que revelaram ter necessitado de intérpretes em momentos cotidianos da execução de seu trabalho, principalmente ao se comunicar com funcionários sob sua supervisão, mesmo nas áreas urbanas.

Olhando para o interior do campo conformado pela fronteira lingüística, Sérgio ainda percebe a persistência de diferenças entre brasileiros e moçambicanos, mesmo levando em conta uma perspectiva *cosmopolita* de sua própria “*identidade cultural*”. Se o entrevistado deixa claro que sua idéia de “*cultura universal*” está marcada pelo *paradigma de esquerda* e pelos símbolos políticos a ele associados, também fica claro que predominam

---

<sup>189</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>190</sup> A independência tornou o português a língua oficial. Segundo dados do recenseamento populacional de 1997 (cerca de 20 anos após a chegada dos brasileiros), as línguas de maior expressão entre a população total do país eram: emakuwa (língua materna de 26,3%) e xichangana (materna de 11,4%). O português era língua materna de 6,5% e falada por 8,8% do total. Os dados expressam também a disparidade entre a população rural (71,5% do total) e a urbana (28,5%). Entre a primeira o português é falado por 1,4% e língua materna de 2,0%. Entre a segunda, é falado por 26,1% e materno de 17%. O país hoje continua multilíngüe e observa a expansão crescente do português, embora mais expressivamente no meio urbano (Caccia-Bava e Thomaz, 2001).

referenciais culturais europeus e, talvez, norte-americanos<sup>191</sup>. Se a “*luta internacional*” não é um elemento de aproximação com muitos moçambicanos, apenas os “*revolucionários*”, seus referenciais *cosmopolitas* não lhe parecem ter feito mais pela questão, conservando restritas as possibilidades de identificação cultural, conforme igualmente observa Carla:

*“Havia uma certa idealização da revolução moçambicana. Que nós íamos chegar lá como revolucionários e íamos ser revolucionários entre revolucionários. E não era bem assim, não era... havia todo um redescobrir-se lá, que era diferente da Europa. Que no fundo a gente era mais europeu do que africano de cultura e a cultura africana era mais estranha a nós”*<sup>192</sup>

No que diz respeito aos moçambicanos, entretanto, parece-me que a situação se passa de outra forma. Importante mencionar aqui, conforme observação feita a mim por Omar Ribeiro Thomaz, a incidência do que poderíamos denominar um desencontro entre *cosmopolitismos*. Conforme foi abordado pelo autor alhures (2001), nos *contextos cosmopolitas* da sociedade colonial moçambicana, principalmente no que diz respeito aos grupos elaboradores do discurso nacionalista, “*o Brasil ocupou lugar privilegiado no imaginário dos protagonistas dos diferentes projetos*” (THOMAZ, Op. Cit.: 140). Em função de sua condição de ex-colônia portuguesa, o Brasil foi erigido a exemplo de autonomia política, bem como exerceu influência cultural nos planos artístico e intelectual, conquistando relevância através da música e da literatura<sup>193</sup>. O luso-tropicalismo, propalado pelos colonizadores em todo espaço colonial português, também alçou lugar no pensamento social e político, reelaborado por setores empenhados na autonomia. Estas referências culturais participavam da conformação da visão dos grupos *cosmopolitas* moçambicanos do que seria sua inserção em uma “*cultura universal*”.

Considero apropriado dar seguimento a proposta de Thomaz (2001), estendendo estes olhares sobre os *contextos cosmopolitas* até o período socialista, quando sua importância no interior da sociedade moçambicana permanece. Notadamente na cidade de

---

<sup>191</sup> Outros entrevistados comentaram sentir constrangimento frente a seu desconhecimento sobre a história e a cultura (costumes, música, literatura, etc.) de países latino-americanos e socialistas pelos quais passaram. Como contraponto, outros se referiram a um deslumbramento frente às descobertas dos mesmos no exílio.

<sup>192</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>193</sup> Vários autores considerados precursores e/ou expoentes da literatura moçambicana fizeram em entrevista a Chabal (1994) menção à importância da literatura brasileira para sua formação intelectual e afirmação de seu estilo literário. Pode ser destacada ainda a importância de revistas e jornais brasileiros, veiculando notícias sobre o Brasil, seus processos sociais, figuras públicas, músicas, moda, etc. O que pude conferir durante a pesquisa no Apesp/Deops, onde chamou minha atenção uma matéria do jornal *Voz de Moçambique* de maio de 1975 (50E29125) arquivada pela polícia brasileira por se basear em entrevistas feitas em 1973 com presos políticos no presídio Lemos Brito, em Salvador, a respeito do tratamento dado pela ditadura brasileira a seus inimigos. Outro exemplo do interesse pelo Brasil, que tive a oportunidade de verificar está em uma edição de 1973 da revista *Tempo* de Moçambique, que trazia Pelé na capa. Vale destacar que é a mesma a autora das duas matérias, no AN/SNI há documentação sobre o monitoramento das cartas trocadas entre ela e seus entrevistados no presídio, bem como a informação de que ela freqüentava o círculo dos exilados brasileiros em Maputo (924775/76).

Maputo, diversos grupos moçambicanos, a quem considero igualmente *cosmopolitas*, pertencentes a Frelimo ou em colaboração com ela (uma colaboração que poderia se dar inclusive a contragosto, dada a hegemonização do poder pela organização) ocupavam as estruturas estatais, por meio das quais tomaram a responsabilidade de elaborar os termos em que o novo Estado Nacional seria discutido e gerido, continuando a fomentar a idéia “Moçambique”, que persistia sendo nova para a população.

Por conseguinte, a estrutura estatal, notavelmente concentrada na cidade sede do poder político, constituía relevantes *contextos cosmopolitas*, nos quais se inseriram os brasileiros e demais cooperantes. Entre eles e os moçambicanos, membros ou colaboradores da Frelimo, formou-se o corpo de funcionários das estruturas estatais (ministérios, universidade, empresas estatais, institutos e partido) e cooperantes com funções públicas junto a elas, que desenvolviam ações, iniciativas e objetivos mais ou menos comuns. Seus esforços se direcionavam para a construção do aparato de Estado moçambicano, sua melhor localização no jogo das nações, o fim de sua situação de “subdesenvolvimento” e a construção do “socialismo”. Perspectivas que conquistariam vasto apoio no cenário internacional, especialmente junto aos setores influenciados pelo paradigma de esquerda, com destaque para os militantes políticos e a intelectualidade<sup>194</sup>.

Todos estes agentes sociais ocupavam posições semelhantes na sociedade, constituindo entre si variados tipos de laços sociais, profissionais e/ou de amizade, estabelecendo conexões diretas ou potenciais, que os conformavam como uma rede social ampla. Em seu interior, estabeleciam-se grupos cujas conexões se davam tanto em função de uma interação frequente e permanente, quanto da realização de determinados eventos ou ações ou ainda da estrutura de posições hierárquicas do aparelho de estado. Estes agentes, em contrapartida, mantinham conexões mais escassas e efêmeras com agentes sociais não posicionados nesse aparelho. Neste sentido, dois entrevistados chegaram a utilizar o termo “elite” para definir a rede social na qual se inseriam, embora o termo seja minoritário e provavelmente polêmico. Todavia, acredito que, em contraste com as

---

<sup>194</sup> Muitos intelectuais, sobretudo ocidentais, estiveram em Moçambique durante os anos de socialismo como cooperantes, de passagem como, por exemplo, Régis Debray ou como pesquisadores associados ao Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (chamo atenção nesse caso também para os exilados sul-africanos como Ruth First e Albie Sachs). Entre suas produções literárias estão trabalhos acadêmicos na área de antropologia, história e economia, por exemplo, além das memórias e da literatura de caráter panfletário. Para apenas ficar apenas com os trabalhos elencados nas referências bibliográficas desta dissertação cito: Abrahamsson e Nilsson, 1994; Isaacman, 1979; Geffray, 1991; Cahen, 2004; Bellucci, 2007; Nunes, 2000; Azevedo, 1980; Egerö, 1992. Alguns dos intelectuais que partiram para pesquisar no país viriam a se tornar posteriormente críticos do projeto da Frelimo, principalmente no que diz respeito aos conflitos estabelecidos com a população e suas conseqüências humanas, notadamente Geffray e Cahen. Críticas que inicialmente não foram bem recebidas em um cenário intelectual internacional, que apoiava predominantemente a organização e suas iniciativas.

sociedades europeias, em relação as quais os entrevistados se posicionavam como *outsiders*, em Moçambique, apesar de estrangeiros, se encontram *estabelecidos* (ELIAS, 2000).

Com a chegada de cooperantes vindos de toda parte (da América ao sudeste asiático), a capital foi se constituindo em uma babel de línguas e povos, conectada a circuitos internacionais, por onde circulavam pessoas, coisas, símbolos e idéias, o que poderia caracterizá-la como uma *translocalidade*. Por outro, era justamente a partir dela e dos sujeitos inseridos nestes circuitos internacionais que se pretendia irradiar uma idéia específica de *moçambicanidade* para o conjunto da população no território nacional. Levar, principalmente para as áreas rurais, onde vigoravam múltiplas *localidades*, para permanecer na terminologia de Appadurai (1997), pressupostos socioeconômicos e culturais que estariam subjacentes aos modelos ocidentais (mesmo que socialistas) de Estado-nação e de *civilização*<sup>195</sup>, introduzidos pelo Estado colonial e levados adiante pela Frelimo, como: a língua portuguesa, a monogamia, a industrialização, o trabalho assalariado, as idéias de “pensamento científico”, “cultura universal”, etc.

Boa parte da bibliografia sobre a experiência socialista em Moçambique, principalmente a partir meados da década de 1980, passou a relativizar este ponto de vista da Frelimo, tendendo a apontar criticamente a pouca suscetibilidade do Estado frente às multiplicidades regionais, lingüísticas e culturais existentes no país. Ela acusa, de modo geral, a existência de fissuras entre, de um lado, um Estado divulgador, a partir do ambiente urbano, de uma perspectiva de modernidade e, do outro, uma população rural, imbuída de perspectivas tradicionais<sup>196</sup>. Sem querer enveredar por este debate, devo mencionar apenas que me parece correta a análise de que, neste processo, “*a proposta de superação, característica do período revolucionário, implicou assumir determinados pressupostos da assimilação ou mesmo sua radicalização*” (THOMAZ, 2001:151). A superação do que era considerada a condição legada pelo colonialismo, deveria passar também pelo abandono de alguns pressupostos sociais, culturais e simbólicos comuns às populações locais, aos quais os grupos cosmopolitas estavam mais fragilmente conectados ou desvincilhados.

Para a Frelimo, a revolução dependia da “*criação do homem novo com uma mentalidade nova*” (MACHEL, 1983:17) através de um processo em que as escolas, importantes para nós devidos ao alto número de entrevistados vinculados ao ministério da educação, teriam a função de:

“(…) frentes do nosso combate energético e consciente contra o analfabetismo, contra a ignorância e o obscurantismo. Devem ser centros para a eliminação da mentalidade

---

<sup>195</sup> No sentido que Elias (1994) emprega ao termo.

<sup>196</sup> Por exemplo: Bellucci, 1997; Casal, 1991; Geffray, 1991; Nunes, 2000, Serra, 1991.

colonial-capitalista e dos aspectos negativos da mentalidade tradicional; nelas deve ser combatida a superstição, o individualismo, o egoísmo, o elitismo e a ambição” (MACHEL, Op. Cit.: 17)

Portanto, para além do alargamento da educação formal, a escola do período socialista seria um centro de: formação ideológica (termo que estava longe de ter o caráter pejorativo de hoje); combate à “mentalidade tradicional”, termo que compreendia práticas, sistemas de organização social e simbólicos, considerados “tribalistas”, e religiosos, tratados por “obscurantistas” (estes sim termos pejorativos); disseminação da língua portuguesa, apostada como língua que simbolizaria a nacionalidade moçambicana marcada por relações sociais e alianças de novo tipo (socialista). Qualquer possibilidade de multiculturalismo era descartada em prol da conformação da assim desejada unidade moçambicana e socialista.

No discurso da Frelimo (e de alguns entrevistados) muitas vezes a unidade moçambicana, uma idéia em processo de sedimentação na época, era aplicada à análise do passado recente, atribuindo ao colonialismo um papel de estimulador da diversidade cultural da população, que se tomava como moçambicana. Desenvolvia-se daí a noção de que este estímulo teria a responsabilidade de manter o moçambicano desconhecedor do português, portanto, falante de inúmeras línguas, que evitariam a comunicação geral, pensando-se como povos divididos para que não pudessem enfrentar o colonizador. Uma perspectiva que parece refletir mais as expectativas e projetos da Frelimo do que descrever as relações sociais existente no seio e entre as populações.

Com planos grandiosos, a Frelimo desejava transformar a população rural em assalariada nas empresas e cooperativas estatais. Para tanto, elas deveriam se reunir, passando a produzir em “machambas coletivas”, se “organizando” em estruturas políticas elaboradas pelo partido, abandonando suas formas de vida anteriores, seus sistemas políticos e religiosos e as alianças sociais, que os relacionavam às “suas terras ancestrais”. Assim se pretendia atingir melhores condições econômicas, sociais e humanitárias, promovendo acesso aos sistemas de saúde e educação, que “libertaria” o povo das antigas lideranças consideradas colaboradoras do colonialismo. Igualmente encontrariam termo as formas de “opressão” sobre as mulheres e pessoas mais jovens exercida por homens, pelos mais velhos e pelos controladores da vida religiosa, que deteriam o poder.

Entretanto, problemas começavam a se passar, quando a população demonstrava desinteresse em ser “libertada” ou em ser “organizada”, sugerindo que pudessem ver de outra forma a mesma situação. Alicerçados tanto em suas convicções políticas, quanto em seus referenciais culturais, em relação aos quais, ainda quando desejado, é complexo se

distanciar (o testemunhem os antropólogos), os cooperantes brasileiros compreendiam a existência de obstáculos no processo empreendido, mas encontravam dificuldade em questioná-lo. Conforme Selma relata, a negação de práticas como a poligamia, o lobolo e o “curandeirismo” fazia sentido, principalmente para quem desenvolvia e aplicava políticas públicas para uma população tão desprovida de assistência estatal:

*“Você chega lá é uma realidade totalmente diferente, que você tem que compreender e olhar aquilo com outros olhos, não é? Quer dizer, a Organização da Mulher Moçambicana tava começando, tava no começo, mas quem queria se ver livre, se a vida inteira elas foram compradas? Se a vida inteira elas eram dos maridos? Então como é que...? Eu tinha uma grande amiga lá, a Ivete, ela tinha 47 irmãos! É! Porque a poligamia faz isso, né? Então, amor... mas como amor? Você é comprada com 5, 6 anos. Não tinha nem idéia, né!? Quer dizer, então... e esse processo que se vivia lá de tentativa, que se tinha, de renovar os valores, sem renegar a cultura e que não era prioridade naquela época. Quer dizer... o Samora tentava, as orientações do partido eram... as grandes mobilizações, as grandes campanhas era pra mexer em algumas coisas assim que tinham a ver com a vida, com a sobrevivência das pessoas, entendeu? Levar as pessoas pro hospital, tomar remédio era uma prioridade. E não só ficar nos curandeiros, nas aldeias e não sei o que. É um troço muito difícil de ser feito. Mesmo a poligamia que é a exploração total das mulheres, num país em que o poder se traduz pelo número de mulheres que você tem. Portanto por quantas você conseguiu comprar por uma galinhas, dois porcos, um cavalo, seja lá o que for. Isso não muda imediatamente, acho que não mudou até hoje e é muito difícil você mudar estes valores. Então, esse momento explosivo e revolucionário, que a gente viveu lá, entre não ter o que comer e não ter caderno, não ter uma borracha, não ter transporte e tudo isso junto acontecendo e formando as pessoas, tentando formar as pessoas, mas muito difícil, né?”<sup>197</sup>*

A tentativa de “olhar com outros olhos” determinadas práticas não impede a entrevistada de considerar necessárias políticas que vão de encontro a elas. Os militantes “engajados” consideravam a ação política do estado como o desencadeamento de uma “luta” pelo socialismo, sistema que consideravam mais justo e capaz de melhorar a vida das pessoas no país. Assim, o termo “luta” e congêneres empregues em discursos e textos do partido queriam expressar de forma consciente a necessidade de estabelecimento de um processo de “sacrifícios”, que poderia ser doloroso e certamente permeado por conflitos, através do qual deveria haver o convencimento das pessoas em primeira medida, e a exclusão daqueles que mantivessem posição contrária, considerados, então, inimigos.

Conformar-se-ia assim um processo de produção do povo moçambicano, conforme a acepção de Balibar (1988), emoldurado pelo contexto da Guerra Fria, sendo, nesse sentido, similar àquele ocorrido no Brasil. Os entrevistados consideram que sua inserção naquele processo passava por ladear a Frelimo nesta “luta”, na qual, acredito estar autorizada a dizer, tinham uma profunda convicção política, conforme coloca Sérgio:

*“Eu tinha muito contato com a população de Quelimane, que aí o pessoal falava português, mas no interior o contato era menor. Com o pessoal rural, né? E como eu não tinha assim uma sensibilidade muito desenvolvida para estas coisas, né? Então, eu pouco estudei essa realidade do*

---

<sup>197</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

*interior, né? Porque eu tava mais ligado naquela coisa do marxismo, né? Então ia ver as fazendas coletivas, ia ver essa questão de horta das escolas, né? Mas não via muito mais... essa coisa das populações do interior, que hoje eu teria muito mais preocupação de ver isso... de religiosidade... como é que era a religião do interior, que ficou mais distante dos portugueses, né? Como é que era que eles vivam tempos antes da independência, né? Tempos depois da independência. Então, era uma coisa assim meio doída, né? Que chegava naquelas assembleias do interior, né? E aí, o pessoal, que não entendia muito... que não entendia nada de português, né? Mas aí... e, às vezes, com alguma liderança lá do partido, que se achava bonito, fazia aquelas assembleias e no final das assembleias ficava gritando: “Viva Marx e Engels!” E todo mundo: “Viva!” E até, eu pensava assim: “O que que esse pessoal tá entendendo disso?”... “Viva a revolução internacional!” “Viva!” “Viva o comunismo internacional” “Viva!” **O que que esse pessoal tá entendendo, se nem entende português direito, né?** Hoje eu teria mais preocupação de conhecer isso melhor, na época eu não tinha não, porque **tava muito na pilha de que estamos caminhando para o socialismo, né?** Então o que interessava ver é que tá indo nessa direção, né? Não fazia um estudo mais assim mais sociológico, antropológico, né? Do que esse pessoal pensava, hoje **eu teria uma preocupação maior nesse sentido.**”<sup>198</sup>*

Se o entrevistado revela uma insensibilidade em relação a tudo que extrapolava o espaço do socialismo em Moçambique, suas palavras, ao contrário, parecem bastante sensíveis à forma como a convicção no marxismo operava sobre os militantes naquele contexto. A meu ver, os termos em que se refere à questão são esclarecedores do “espírito da época”, pois revelam como a ausência de espaços para incertezas colocava em primeiro plano a transmissão e aplicação das premissas da transformação, consideradas libertadoras. Todavia, a ausência de incertezas no interior destes *grupos cosmopolitas* da sociedade moçambicana em relação à “*crença no desenvolvimentismo*”, conforme outro entrevistado denominou as mencionadas opções socioeconômicas industrializantes, não significava uma ausência de desacordos e disputas entre eles.

Veremos a seguir como os entrevistados também revelaram suas percepções sobre uma estrutura estatal repleta de disputas políticas, onde “as Frelimos”, os moçambicanos e os variados cooperantes ocupavam posições, ainda que a hegemonização e concentração de poder pela cúpula partidária representassem um limite final para todo embate.

### III. “Tinha o muro de Berlim, tinha a Guerra Fria, certo?”

Lutamos com firmeza contra as idéias velhas,  
Ignorância, obscurantismo, poligamia ou lobolo;  
Levando no olhar a certeza da vitória,  
Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício(...)  
Do Rovuma ao Maputo unamos nossas forças  
Cimentemos a unidade ideológica do povo  
A Frelimo já traçou a política do povo  
Que deve ser vivida e difundida noite e dia  
Avante moçambicanos  
Avante homens e mulheres  
Na unidade, no trabalho e vigilância

---

<sup>198</sup> Entrevista com S.A.R realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

*“A opção da Frelimo pelo marxismo-leninismo não foi livresca – diz sempre o presidente Samora Machel”* (AZEVEDO, 1980: 45). E como as posições da Frelimo aparecem nas entrevistas sempre muito identificadas com os ditos do “camarada presidente”, eu diria que a idéia da opção pelo socialismo como consequência natural (e a saída ideal) da condição colonial, fazia parte do conjunto de narrativas promovidas pela organização.

A experiência em Nashingwea, o principal “campo de treinamento” na Tanzânia, foi descrita por Cabaço (2007) como o exemplo paradigmático da cultura e ideologia popular revolucionária, que se queria construir na Frelimo e posteriormente no país. Seriam os “campos” e em seguida as “zonas libertadas”, os espaços sociais especiais onde a “superação” do colonialismo e do “tribalismo” fora elaborada através da vivência de novas formas de organização política e relações sociais. Segundo Thomaz (2007), Nashingwea *“tratava-se de um campo de treinamento militar, mas muito mais do que isso: constituía a materialização de um ideal igualitário, expresso em rituais de passagem e no dia a dia do trabalho na machamba, nos trabalhos de manutenção do campo e no treinamento militar”* (Thomaz, Op. Cit.: 387). Sua experiência erigiria a um dos principais valores da organização: o ideal de que a “tomada de consciência” política viria por meio da “prática”.

Conforme dizia a canção de Nashingwea, nesses espaços sociais da guerra, no combate, no trabalho, no igualitarismo entre guerrilheiros e produtores, a Frelimo havia *“traçado a política do povo”*. Vivê-la e difundi-la *“noite e dia”* passaria a ser papel das estruturas do estado e, conseqüentemente, dos cooperantes, parte de seu trabalho no país.

Conforme mencionei, a maioria dos entrevistados foi estabelecida no ministério da educação. Os demais estiveram espalhados: na DETA, no Instituto de Crédito de Moçambique (ICM), no ministério da informação (equivalente ao da comunicação no Brasil), no ministério do planejamento, na empresa de abastecimento de água, no ministério dos transportes, na empresa de transportes públicos e no ministério da saúde. As dificuldades impressas pela constante necessidade de criar o novo no âmbito do trabalho nestas estruturas estatais aparecem nas narrativas como uma referência metonímica ao próprio processo de criação da nação e do socialismo. Na visão de Selma, empregada no ministério da educação, sua atividade profissional exigia características como disposição “militante”, versatilidade e capacidade de improvisação, para que fossem realizadas as múltiplas funções necessárias. Trabalhava no:

---

<sup>199</sup> Canções revolucionárias Frelimo - Nashingwea. In: Revista Tempo. Especial 25 de junho de 1975. Disponível em: <<http://www.xiconhoca.net>> Acesso em 10/03/10.

*(...) Gabinete de Estudos, ligado à ministra da educação que era a Graça Machel. E quem coordenava esse gabinete de estudos era a Pamela Rebelo, que era uma inglesa, esposa do Rebelo, que era o Ministro das Comunicações. (...) A gente chega lá e tem tempo... sei lá, talvez pequeno, de adaptação, tal... de compreensão. Mas muito rapidamente (...) a gente vai... tem experiência com essas coisas... Com **vontade, acreditando** naquele **processo fantástico**, então **contribuindo em tudo que é área**. Então, fiquei um tempo nesse gabinete, que era um pouco pra... qual que era a idéia? Era fazer um pouco o ponto da situação. Então, a idéia era (...) **saber a situação das escolas**. Um pouco você conseguir fazer um levantamento: que escola tem, onde não, como tem, não sei que, não sei que lá... Muito difícil! Não se conseguiu fazer, não tinha como fazer isso. (...) Depois eu passei pra área de material escolar. Quatro anos que eu fiquei trabalhando nisso, que foi **a experiência mais fantástica na minha vida**, que era abastecer... tentar abastecer as 1.700 escolas, a maioria, 99% sem edificação, tudo funcionando de baixo de árvore. Pra coisa... pra funcionar o primeiro grau, então daí eu fiquei nessa área o tempo inteiro, depois até o fim nessa área de **distribuição e garantir o material escolar nas escolas**.”<sup>200</sup>*

O caráter fantástico da experiência, segundo a entrevistada, estava, entre outras coisas, no fato de que Moçambique havia dispensado os livros portugueses e procurava, enfrentando todas as dificuldades para tanto, fazer seus próprios materiais. Além disso, o estado deveria garantir para todos os alunos os demais materiais escolares necessários ao processo de aprendizado, como cadernos, lápis, etc., estes sim muitas vezes adquiridos do exterior, atividade na qual se envolvia a entrevistada. Nos primeiros anos, as escolas iam sendo criadas por iniciativa da própria população “*em baixo de árvores*” por todo o país, sendo necessário o acompanhamento do processo e inclusão na estrutura educacional em montagem. Segundo Sérgio a espontaneidade foi diminuindo à medida que os planejamentos eram estabelecidos, visando à criação e controle do sistema educacional. As dificuldades observadas na educação passavam também, conforme salienta Sakamoto, pela configuração de redes de ligação e comunicação internas ao próprio território nacional:

*“Eu participei de tudo isso, da **elaboração do livro didático**, da elaboração de **programas**, de **dotar o ministério de uma estrutura pedagógica** e, principalmente, de **formação de professores** (...) Primeiro era poder ter **um controle nacional**, né? Imagina, por exemplo, você aplicar exame, por exemplo, pro país inteiro e, teoricamente, existia uma estrutura. O ministério manda para as direções provinciais as diretrizes pra ser executado e tal, mas, por exemplo, aplicar um exame nacional pelo ministério da educação é uma coisa complicadíssima, porque como é que a gente ia mandar? Tinha que imprimir em Maputo, pra mandar... distribuir pro país inteiro, pra atingir todas as escolas, que tinham que aplicar, como é que ia fazer isso? A gente ia **fazendo do jeito que dava**.”<sup>201</sup>*

A improvisação e a superação deste “*fazendo do jeito que dava*”- que em outros depoimentos aparece também como “*aprender fazendo*” - se impunham nesse quadro em que as múltiplas deficiências infra-estruturais do país iam se sobrepondo, afetando-se umas às outras, categóricas frente aos planejamentos. Esse processo de construção de estruturas, ampliação do oferecimento de serviços era, na linguagem do conflito, um

---

<sup>200</sup> Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>201</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

enfrentamento aos legados do colonialismo. Entre estes legados, segundo Felipe, se afirmava como objetivo primeiro de seu trabalho no ministério da informação, a formação de quadros técnicos moçambicanos com capacitação para gerir as estruturas do Estado Nação:

*“Qual era o objetivo do meu trabalho? O fundamental **era formar o pessoal...** que tinha moçambicanos, que eles colocavam a minha disposição na minha área. O que que eu trabalhava? Era uma **imensidão de áreas: planejamento econômico, planejamento financeiro, planejamento de mão de obra, auditoria, né?** Tinha muito problema de **desvio de dinheiro...** Então a gente tinha que fazer chamado pra fazer levantamento em empresas. Porque essa área de informação **pegava toda a indústria gráfica** de Moçambique. Então eram, sei lá... 50 empresas, que tinham no país. Então, era **formar pessoas junto**, que trabalhavam junto. **Formar pessoas nos locais**, que soubessem fazer ou começar a aprender a fazer um planejamento... um planejamento econômico, de mão de obra, de atividades, era isso. Porque as empresas, os locais não tinham o menor... **não havia pessoal nem qualificado e dificilmente qualificável, né**”<sup>202</sup>*

A formação é uma prerrogativa do entendimento que os entrevistados, não apenas os profissionais da educação, têm de suas atividades. A soma dos desejos ambiciosos com as enormes precariedades tornava o “*aprender fazendo*” a metodologia pedagógica predominante como aponta Jacques, que transitou por instituições bastante distintas:

*“Trabalhei praticamente... o meu percurso nesses nove anos foi de trabalhar um ou dois anos numa instituição, passar numa outra, passar numa outra, **formar alguém ou alguns...** Em qualquer parte **estava este problema de formação de gente**, deixar a pessoa lá e passar para outra instituição. (...) Fiquei no **Instituto de Crédito de Moçambique** até o Terceiro Congresso, em fevereiro de 77. Lá, tinha feito uns trabalhos para ajudar na **análise da situação financeira**, etc., etc. Particpei de um grupo de estudos para a **reestruturação do setor bancário** moçambicano (...) *Aí fui chamado pelo... pelo... pelo Veloso, que tinha sido nomeado no 3º Congresso como... além de nome do Comitê Central, etc., Ministro da Segurança. Seguido ao 3º Congresso, começou a ter problema de abastecimento, então o governo decidiu formar (...) uma **comissão nacional de abastecimento**. Formado por vários Ministros, dirigido pelo vice-presidente, quem era o vice presidente? Acho que é o Marcelino dos Santos. E com o executivo permanente, que era dirigido pelo Veloso. **Eu fui integrado a este executivo permanente** com outros moçambicanos e começamos a trabalhar sobre esse problema de abastecimento. Essa comissão tinha um ano de prazo de trabalho. Depois de lá, quando acabou a comissão eu fiquei, eu passei para... eu fui **chamado para a companhia de aviação**, por que o diretor executivo da companhia de aviação era o Maurício Seidl.”<sup>203</sup>**

O trecho me parece revelador de duas questões. Em primeiro lugar de como os cooperantes brasileiros consideram terem sido ocupantes de posições estratégicas na administração estatal. A relevância de seu papel se encontra na capacidade técnica, mas também na dedicação e clareza dos objetivos de caráter socializante, que deveriam ser postos em andamento. Nesse sentido, apegavam-se não a um cargo ou atividade, mas às necessidades manifestadas pela Frelimo, as quais assumiam em razão de possuírem disposição e disponibilidade, conferidas pela convicção política. A segunda questão patente no depoimento é a proximidade (profissional e, em menor medida, de amizade) com os

<sup>202</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>203</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

dirigentes moçambicanos em posição de destaque, sobretudo, nos primeiros anos, como a maioria dos entrevistados ponderou. Com o acúmulo de trabalhos voluntários, isto é, de atividades não remuneradas externas aos deveres profissionais, mas que se confundiam com as remuneradas em difícil disjunção, os brasileiros tinham razão para atribuir caráter de “militância” a seu trabalho no país:

*“A Marluza recebeu a missão de montar uma **rede provincial de centro de formação de professor primário**. Então ela viajava geralmente, tinha sido tomada a decisão de não instalar estes centros nas capitais das províncias, mas no interior. (...) Depois também, em Maputo também, como ela tinha... tinha uma boa reputação do executivo. Que era capaz de em uma semana botar em pé qualquer... montar qualquer evento, recuperar qualquer espaço. Então, isso era o quê? 79. Ela foi encarregada de montar, em última da hora, **um seminário de um mês... um mês e meio, de formação de diretor de escola primária**. De diretor provisório e de diretor administrativo de escola primária. Aí montou o negócio. Aí saía de casa todo dia 6 horas da manhã e voltava meia noite e meia. E depois de um mês e meio **todo mundo foi para férias** descansar, etc., etc. e ela foi chamada **para socorrer um curso de... não um congresso de dança tradicional**, que estava se montando lá em Maputo que ia começar a se apresentar nacionalmente.”<sup>204</sup>*

Como no caso citado por Jacques sobre sua companheira, as atividades acabam por transbordar as funções a princípio relacionadas ao cargo, em uma zona de interseção entre o trabalho formal e o voluntário. Formava-se assim uma esfera de consentida - e prazerosa, conforme se comentou unanimemente - inaplicação de qualquer lei trabalhista, que ao se unirem a outras características em jogo como a versatilidade e o empenho compõe a caracterização típica das ações políticas, tomadas pelos agentes como indissociáveis das demais atividades cotidianas exercidas e mesmo da própria existência.

A “militância” mostra-se coerente com outra idéia propalada pelos entrevistados e também pela Frelimo: a de que Moçambique constituía-se em uma arena do conflito internacional entre direita e esquerda, difundido no interior do país em embates, nos quais se opunham diferentes agentes sociais. Por conseguinte, os entrevistados entendem que, no papel de “estruturas”, estariam, em primeiro lugar, combatendo no contexto profissional aqueles que faziam uma “*atuação sistemática*” contra o socialismo. Assim relatou Igor seus embates com os “portugueses” remanescentes na aviação:

*“Muitos problemas, muitos problemas. Eles faziam atuação sistemática... se eles pudessem parar um avião eles paravam. **Uma posição sistemática contra Moçambique**. (...) Me ligaram: “olha, tá tendo um problema que o comandante fulano de tal...” O avião era um avião pequeno... “não está indo pra Tete” Que era um lugar lá, que ficava bem na fronteira com a Rodésia, que depois virou o Zimbábue. Tivemos muitos problemas lá... “que tá uma ameaça”... **Era só uma ameaça! “E ele não quer seguir viagem, porque ele não é pago pra isso”**. Realmente, se tem uma ameaça, ele não é pago... No fim, eu fui lá, **eu fui e ele ficou** (...). Tem que controlar tudo isso, o outro não saiu... me lembro até de um... **não fez o vôo porque não tinha lanche** (...). **Qualquer coisinha eles não faziam o vôo**”<sup>205</sup>*

<sup>204</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>205</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

Os “portugueses”, que continuaram a deixar o país à medida que avançava o processo socialista, ocuparam a posição reservada ao inimigo no conflito. Eram os “xiconhocas” do imaginário do socialismo/nacionalismo moçambicano, sobretudo nestes primeiros anos em que a ameaça externa a partir da Rodésia estava bastante identificada à atividade de ex-colonos. Igor era piloto e diretor de operações da DETA, empresa que teve durante um período o cooperante/exilado Maurício Seidl como diretor, algo que feria o princípio geral de ter somente moçambicanos nas posições de direção mais altas.

O entrevistado descreve a DETA como espaço de permanente embate com os setores considerados colonialistas, contrários aos caminhos trilhados por Moçambique, que fariam uma atuação consciente contra o país: atrasando ou impedindo vôos, criando intrigas internas, questionando a Frelimo e os brasileiros que ali a representavam. O trecho citado reflete novamente a questão do trabalho como engajamento e militância, realizado não em função de um pagamento, mas de uma convicção. Para estes cooperantes garantir o funcionamento das infra-estruturas era condição primordial do avanço do processo socialista. Daí que estas atividades deveriam ser realizadas a qualquer custo, tornando “qualquer coisinha” os possíveis empecilhos, da falta de lanches para os passageiros à ameaça de bombardeamento do avião. Estas dificuldades alimentariam a “oposição sistemática” dos inimigos de Moçambique. No mesmo sentido aponta Wagner:

*“Me mandaram para uma empresa que se chamava TPU, Transportes Públicos Urbanos. Eu fui pra lá pra ajudar a organizar economicamente a empresa. E lá tinha um problema assim dos veículos quebrarem muito, ficarem parados. Ai eu fiz lá uma amostragem de todos os acidentes, e os acidentes importantes eram 23 acidentes. E desses 23, tinha meia dúzia, que ocorria com maior freqüência. Então, eu organizei uma oficina pras equipes para atender aquela meia dúzia pros ônibus não ficar na rua. Ai nós conseguimos os ônibus... maximizar. Mas aí, nós descobrimos também uma coisa trágica nesse processo. É que **os acidentes eram produzidos, a maioria, pelos funcionários dos próprios ônibus, que eles quebravam os ônibus para não trabalhar.**”<sup>206</sup>*

O entrevistado contou também ter sido ameaçado por um grupo contra o qual abriu um processo pelo roubo de postes de telecomunicações. Novamente o problema do inimigo interno surge. A revista *Tempo*, de razoável circulação entre os grupos letrados e cosmopolitas, trazia uma charge intitulada “Xiconhoca: o inimigo”<sup>207</sup>, em que o xiconhoca constituía um tipo moçambicano, caracterizado por exercer comportamentos considerados incompatíveis com a postura esperada do conjunto da população. Atitudes que poderiam ser variadas (figuras 17 a 19): comportamentos ilegais como a participação no mercado

---

<sup>206</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>207</sup> Massena, 2005.

negro ou a destruição do patrimônio (como no caso dos ônibus); a reivindicação do que noutra parte seria entendido como leis trabalhistas ou razoáveis medidas de segurança, (como no caso dos pilotos); ou a indolência e morosidade no trabalho. “Xiconhoca” poderia ser até mesmo um crítico do governo ou da Frelimo. Tanto as estruturas do estado quanto o próprio povo moçambicano não estariam imunes à influência e ação dos inimigos da revolução, que poderiam ser tanto os “antigos colonialistas”, quanto moçambicanos descontentes, tratados como apegados a valores “colonialistas” ou “tribalistas”.

A educação obtinha relevância nesse contexto, já que grandes expectativas eram depositadas sobre as possibilidades de a “nova mentalidade” ser construída sob seu amparo. Para tanto, a própria educação deveria ser afastada da função colonial de destacar elites, considerando-se necessária a aproximação do trabalho intelectual ao produtivo. Não coincidentemente, uma perspectiva trazida de Nashingwea, onde a palavra de ordem “estudar, produzir e combater”, assumida pelos combatentes, fazia da Frelimo organização imbuída de múltiplas funções- ideológica, política, organizativa, produtiva- tal como seriam pensadas posteriormente as estruturas socialistas. A escola, da mesma maneira, deveria ser uma estrutura ideológica, produtiva, diretamente relacionada com a população, tomada como fonte do poder popular e propulsora do socialismo.

Impressionou-me bastante no correr das entrevistas o domínio dos entrevistados das leituras difundidas pela Frelimo a respeito de seu processo de ascensão ao poder e constituição do socialismo. Em uma das imagens mais repetidas durante as narrativas, a vivência nos espaços sociais da guerra colonial teria oferecido um substrato para a construção de uma nova mentalidade revolucionária entre os militantes da organização e a população envolvida naquele conflito. O término repentino da guerra teria trazido o fim prematuro destes espaços, considerados a “universidade da Frelimo”, impedindo que a população ao sul do país tivesse a mesma experiência “prática” do combate, do estudo do marxismo e da produção coletivizada, que trariam os pressupostos revolucionários. Concluía-se daí a necessidade de haver um processo de formação ideológica da população, que primasse igualmente pela vivência e pela “prática”. Nesse sentido, não apenas as mencionadas estruturas de poder popular seriam metaforicamente novas escolas do socialismo, mas a própria escola, para desempenhar mesmo papel, deveria inspirar-se-ia no tripé “estudar, produzir, combater”.

Contrastava com esta relevância adquirida pela educação, a considerável presença de estrangeiros trabalhando neste ministério. Somados aos moçambicanos, havia uma razoável presença de cooperantes cubanos e alemães, além de portugueses e vários

brasileiros, entre os quais nove entrevistados. Dentre eles, apenas dois assumiram exclusivamente a função de professor, Jairo e Diogo, respectivamente nos departamentos de química e história da UEM. Houve brasileiros designados como professores em escolas secundárias, porém, entre os sete restantes, embora alguns tenham passado por estas escolas, todos acabaram por receber funções executivas no ministério.

Segundo suas narrativas, o ministério procurava enfrentar, simultaneamente, deficiências a curto e longo prazo, acelerando a formação de professores em diferentes níveis. A universidade, tomada por professores e pesquisadores estrangeiros, assumindo o dever de formar os quadros urgentemente necessários ao país, teve que se envolver também no enfrentamento à inicial escassez de alunos habilitados a nela ingressar. Seus professores integraram um esforço mais amplo de formação, lecionando tanto para turmas universitárias, quanto para as chamadas propedêuticas, conforme nos explicou Diogo:

*“As turmas eram muito pequenininhas, né? Tinham 8 ou 9 alunos, porque **havia muito pouca gente em condições de entrar na universidade**. Logo no ano seguinte que a gente chegou, o governo moçambicano criou turmas que eles chamavam **propedêuticas**, que eram... eles pegavam os melhores alunos do ensino médio e botavam na universidade, sob a nossa orientação, com um curso intensivo para que eles pudessem então, no ano seguinte, entrar na universidade. (...) A gente formou logo uns poucos, filhos de colonos que tinham se recusado a ir para Portugal e tinham assumido a nacionalidade moçambicana, né? Foram os nossos primeiros formandos e criamos... o governo criou dois cursos, esse chamado propedêutico (...) e o outro curso, era **um curso de formação de professores**, que era pra formar jovens também para que eles pudessem reforçar ensino primário e o ensino médio no interior do país.”<sup>208</sup>*

Os cursos de formação de professores agregavam um número maior de alunos, que deveriam ser preparados para dar aulas no equivalente ao ensino médio e fundamental, por meio de uma formação em parte teórica, na universidade, em parte prática, no exercício da profissão nas escolas. Segundo Rodrigo, os brasileiros envolveram-se ainda em outros projetos de longo prazo como a formulação de livros, mapas, atlas e demais materiais didáticos, integrando os esforços pela construção do sistema educacional, controlado pedagógica e estruturalmente pelo ministério:

*“Eles criaram uma **comissão de elaboração de textos**, a CET, que era pra elaborar textos **pra professores e alunos**. (...) a comissão de elaboração de texto passou a ser o **Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação**. (...) Trabalhei com o N., com o E., com a C. C.. O N. era da área de português, o E. e a C. de história, eu e a A. de geografia (...) As dificuldades eram imensas. A gente **produzia textos**. A gente conseguia livros, livros de referência, pra poder produzir e elaborar os materiais. Então, nós começamos a elaborar o material de geografia pra quinta e sexta série do ensino fundamental. Mas são 9 anos, né? Então tinha que **abastecer o país inteiro de livros**. (...) Então você **tinha que produzir**. Eram equipes. Equipe de geografia com 5 ou 6 pessoas. E você tinha que produzir livros e textos para o ano todo. Ai... **preparação de aula**, por que os professores tinham uma formação muito ruim. Tinha que dar tudo mastigadinho. Mal, **mal os professores falavam português no interior**. Mesmo professores de quinta e*

---

<sup>208</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

*sexta série. Havia um esforço de formação de professores muito grande no país. A universidade tinha um curso acelerado de formação de professores, um ano, dois anos. Então as dificuldades eram muitas. A gente trabalhava numa casa, numa salinha como essa aqui, tinham 5, 6 professores trabalhando ali dentro, com os livros ali, pra elaborar, tudo escrito à máquina. Ai depois mandava pra gráfica pra eles editarem, mas uma impressão bem, bem fraquinha. (...) Já em 79, eu fui pra **universidade, trabalhar na formação de professores** na universidade. Fui dar aula de didática da geografia, mas continuando trabalhando na elaboração de textos e também dava aulas nas escolas da cidade pra poder testar os materiais. Era um trabalho interessante, **ligava a teoria e a prática.**" <sup>209</sup>*

De forma simultânea, foram realizadas medidas emergenciais para estruturar as escolas existentes, acompanhar e formar os professores e funcionários administrativos em atividade na própria "prática", vencer a resistência das famílias à escola e auxiliar em sua condução política. Para dar suporte e melhorar a qualidade das aulas, os funcionários do ministério produziam também materiais para uso mais imediatos, preparavam aulas e davam formação nas escolas. Este era o trabalho inicial da Comissão de Apoio Pedagógico, onde trabalharam Raquel e Sérgio, que assim puderam ter um contato privilegiado com as escolas do país. A comissão:

*"Tinha um professor de português, um professor de matemática, de história... de cada disciplina. Essas pessoas, elas preparavam material e orientações para os professores para a sua disciplina. Alguns professores coordenavam o trabalho, era o meu caso, pra que ele tivesse uma coerência, tivesse uma linha de trabalho. Depois que a gente tinha esse material pronto, a gente precisa **levar isso pras escolas**, então nós... não tinha internet, não tinha nada, então a gente ia pessoalmente até essas escolas. Não adiantava ir só na capital, a gente **tinha que ir nestas escolas todas**, o máximo que a gente pudesse, porque a **realidade da escola** era muito diferente. **A pessoa que tava lá na capital não tinha essa informação**, muitas vezes falava coisa que não era verdade, então a gente tinha que ir até lá e a gente... Fizemos visitas regulares a esses lugares, fazíamos **seminários com estes professores**, mas também íamos às escolas pra ver como é que estava a **situação concreta das escolas. Conversar com as famílias**, ver como era a situação, porque se não nós não saberíamos o que escrever pra eles também." <sup>210</sup>*

A relevância dada a esse contato, principalmente no interior, e o conhecimento de sua "realidade", não faz alusão apenas às diferenças existentes entre o meio rural e a capital, mas refere-se também à idéia que a distância e o desconhecimento dessas diferenças impediriam o pleno desenvolvimento do projeto. Sua marca deveria ser a superação das diferenças entre campo e cidade, entre intelectualidade e trabalhadores manuais. O conhecimento da realidade do interior é visto como forma de garantir mecanismos reais de inserção das políticas educacionais nos distintos contextos escolares, forma de superação das condições de vida daquelas populações, bem como de impulsionar a unidade nacional com base nas relações de novo tipo. Para Sérgio, esta era parte fundamental do trabalho da comissão:

---

<sup>209</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>210</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia

*“Ia numa escola, passava três quatro dias na escola. Reunia os professores, com os alunos... e tentando... porque precisava organizar muita coisa nas escolas, né?, Tanto do ponto de vista pedagógico, quanto orientar as escolas nas questões de um **novo tipo de relação da escola com a comunidade**, né? Quanto um novo tipo de relação entre **o conhecimento, a produção do conhecimento e a produção material**. Então, boa parte das escolas, a gente orientava pra **criar horta**, algum tipo de **olaria** pra fazer tijolo, né? Mas havia esse tipo de concepção pedagógica de criar relação entre a escola e a comunidade. A comunidade começar a **participar** mais, a comunidade começar de certa forma a **fiscalizar** os professores, né? Ter uma **influência política**, né? Dentro da escola, né? E também uma relação entre **trabalho produtivo e trabalho intelectual**. Então, também os professores tinham que participar destes trabalhos, né? De carpintaria, olaria, trabalho agrícola, né? Então essa orientação toda a gente dava nas escolas também, né? **A gente gostava muito de ir para campo**, né?”<sup>211</sup>*

“Ir para campo” não me parece aqui um termo aleatório. Não foram poucos os entrevistados que trabalharam na área da educação, que acusaram, direta ou indiretamente, a existência de grupos de funcionários, que, estabelecidos na capital, revestiriam sua atividade de um perfil burocrático, munidos de apreensões, principalmente sobre o campo, “*que não era verdade*”, constituindo assim grupos citadinos desconhecedores da “*situação concreta das escolas*”. A idéia de ir a campo parece assim querer refletir tanto o caráter etnográfico, sob a perspectiva do encontro com a alteridade, de que a experiência se revestia a seus olhos, quanto o papel de mediação, que Raquel e Sérgio descrevem ter exercido, entre o ministério, de um lado, e os alunos, professores, funcionários e famílias, de outro. Segundo Raquel:

*“Os professores eram **muito precários**. Os alunos iam até a nona série, quando acabava a nona série, eles saiam da escola faziam... e iam ser professores até a sexta série. Quem acabava a sexta, ia ser até a quarta. E aí eles precisavam de um **acompanhamento**, aí a gente fazia... eles eram colocados nas escolas, as escolas eram (...) muitas vezes **muito isoladas**, então eram **internatos** que atendiam a várias localidades e ficavam isoladas, né? Numa cidadezinha maior, mas longe da capital, então tínhamos... tinha uma quantidade de escolas lá e a gente tinha que dar assistência a todos os professores que eram... tinham **professores improvisados** que tinham só a nona série e estavam lá **assumindo as escolas, a direção, as aulas**. (...) E eles tinham que cuidar de tudo, cuidar da parte das aulas, mas também de organização de um internato, que era muito complicado. Às vezes, por que tinha as... **os pais não gostavam que as meninas fossem estudar**. Tinha os problemas quando chegava a adolescência, não podia... tinha uma série de questões relacionadas com as alunas e os diretores, em geral, eram homens e essas professoras... eles tinham que saber lidar com isso e eles não sabiam (...) eles estavam tão **envolvidos culturalmente**, que pra eles eram **muito difícil decidir** que não... **a menina pode andar de short**, se na cultura deles **não poderia**. Então eram umas coisas assim, que eles tinham que **enfrentar as famílias tradicionais africanas**. Era muito **importante que as meninas fossem pra escola**, que as mulheres comessem a participar mais. (...) eles não estavam acostumados com isso, elas nunca tinha estudado (...) eles tinham muito medo, porque as mulheres, **elas eram a riqueza das famílias**, as mulheres **eram vendidas** de alguma maneira, pra ganhar um dinheiro, em geral ganhava vacas, ganhava algumas coisas e isso era a velhice deles. Então, ele tinha muito medo que as meninas ficassem numa escola que depois os pretendentes não quissem mais elas, porque elas tinham **rompido com as tradições, os ritos de iniciação**, etc.”<sup>212</sup>*

<sup>211</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>212</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

Chama atenção novamente o aparecimento do lobolo e da questão do papel das mulheres como exemplos marcantes da alteridade confrontada na implementação das políticas públicas. Nas palavras da entrevistada, impunha-se como premente a necessidade do ministério apoiar estes professores e diretores, que assumiam cotidianamente e na “prática” as tarefas designadas para a educação, e intervir nos conflitos gerados por elas. Com disposição para assumir este papel, julgavam ter condições de auxiliar sua melhor sustentação, para que fosse efetivamente transformadora. Nesse sentido, Sérgio aponta os brasileiros como integrantes de um grupo no interior do ministério mais engajado e comprometido com o trabalho. Um grupo mais disposto e “de esquerda”, características que naquele contexto eram entendidas como intrinsecamente relacionadas:

*“Ah! **Trabalhava bastante**, até no sábado, porque sábado ainda tinha trabalho lá, né? Não tinha quarenta horas por semana, né? E, quando a gente viajava, trabalhava sábado, domingo, de noite... mas era uma coisa **muito entusiasmante!** A gente não media muito isso de hora de trabalho não. E até essa Comissão de Apoio Pedagógico, ela adotou assim **um grupo muito disposto, né?** E tinha **opções bastante de esquerda**, mesmo **dentro do quadro de Moçambique**. Então, teve uma vez lá, que o diretor geral lá do Ministério... que ia ter várias viagens no início do ano, ele disse assim: “o pessoal da Comissão de Apoio Pedagógico tem que estar de volta aqui até dia 31 de janeiro e os outros funcionários do Ministério que vão viajar não podem voltar antes do dia 25”. Porque o resto **não gostava muito de viajar** de ir para o interior, ou mesmo viajar para outras Províncias, queriam **ficar só em Maputo, né?**”<sup>213</sup>*

A percepção de que compunham um grupo com opções “*de esquerda mesmo dentro do quadro de Moçambique*” não é excepcional. Ela perpassa muitas narrativas que compreendem a estrutura estatal como tendo sido permeada por grupos mais e menos identificados com discurso oficialmente difundido pela Frelimo, que estabeleciam disputas. Se havia uma interseção entre os agentes sociais que compunham o Estado e a Frelimo, pode-se dizer que, embora aquele fosse mais amplo que a Frelimo, a inserção no partido também era vista como forma de acesso às estruturas estatais e a um melhor padrão de vida. Sendo assim, fissuras e multiplicidades existiam em ambos os contextos, levando-os a se tornarem espaços de disputas, observadas pelos entrevistados como ora surdas, ora escancaradas, mas que os pressionava invariavelmente a nelas tomar parte.

Os entrevistados, apontando a existência dessas disputas, se localizam ao lado da Frelimo e contra os “colonialistas”, os “tribalistas” ou os “elitistas”, termos que se referem a setores da sociedade externos à Frelimo. Vejamos:

*“Eu, que trabalhei no ministério da Educação e de certa forma **participei desta disputa dentro do Ministério da Educação**, eu senti um pouco isso, né? De que a gente ia perdendo... o grupo que eu participava **ia perdendo espaço político**, né? E que muitas das nossas propostas não eram aceitas e que eram aceitas as propostas contrárias, mas até a época em que eu saí isso ainda*

---

<sup>213</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

era **um pouco dúbio**, a gente sentia essa tendência crescer, mas não era tão claro. Porque algumas das nossas propostas eram aceitas, porque a gente **tinha um prestígio** em termos de **dedicação**, de se **esforçar mais**, de **não querer ficar no gabinete**, né? E de tá sempre viajando pra **ir para o campo**, para ir para **o interior**, para ir **visitar as escolas**, né? Enquanto que **o outro grupo**, coincidentemente, **gostava de ficar no gabinete** com ar condicionado, não queria muito meter o pé no barro, né? E eles queriam garantir mais medidas que permitissem a **consolidação e a reprodução desta elite dirigente**, porque eles tavam dentro dela. Eu te falei até uma vez, né? Que a gente começou a criticar a Universidade e o pessoal: “Mas agora vocês querem acabar com a universidade, agora que a gente chegou aqui? Deixa eu fazer meu curso!” E naquela universidade antiga. Depois de muito custo, a pessoa com quarenta, cinquenta anos, que sempre foram discriminadas, né? Então: “Agora que a gente consegue chegar aqui que vocês vem com estas propostas de mudança”<sup>214</sup>

Novamente os “burocratas” aparecem como setor do estado, por vezes pertencentes à Frelimo, mas que também fariam parte de um setor mais amplo no interior da sociedade moçambicana, menos convertido à perspectiva socialista. A visão é corroborada por Diogo, que ao comentar as preferências de curso dos alunos ingressantes na universidade, o faz em termos muito semelhantes, identificando a existência de múltiplas tendências políticas como uma característica da sociedade de maneira geral, que se dividiria entre agentes “mais militantes” interessados nas transformações sociais e aqueles “elitistas”, interessados em consolidar privilégios:

*“Havia uma **luta inclusive absurda entre as elites**, porque os dois cursos tinham **um estatuto político equivalente**, mas evidentemente que os juvenzinhos preferiam... **menos militantes**, entrar na universidade... porque o curso de formação de professores tinha uma base inspirada em **referências maoísta**. Então, era: um ano formação na universidade, um ano formação no interior, voltava depois de um ano, um ano no interior, aí voltava no terceiro ano pra universidade, e aí se formava. Enquanto que o outro era um curso de um ou dois anos e já entrava na universidade para ter uma **carreira universitária**.”<sup>215</sup>*

É possível que parte dos dirigentes da Frelimo fruisse esta mesma compreensão sobre a sociedade moçambicana, o que conferiria aos brasileiros um prestígio em função de sua dedicação “revolucionária”, conforme descreve Sérgio, inclusive por assumirem o papel de levar adiante as políticas oficiais defendidas inicialmente com muito afinco pela cúpula dirigente, tomando lugar e responsabilidades a seu lado no processo. Este prestígio por vezes lhes rendia cargos que deveriam ser apenas de moçambicanos:

*“Eu fui pra direção provincial de educação. Fui ser o chefe do departamento de português. E lá, a minha chefe... a minha chefe, que era moçambicana, ficou grávida. E depois que ficou grávida, não quis voltar, porque o trabalho era **muito politicamente litigioso**. Porque educação sabe como é, né? A educação... **todas as contradições explodiam na educação**. Alguém deve ter te falado*

<sup>214</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro

<sup>215</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro. Este episódio é comentado pela cientista social moçambicana, Isabel Casimiro, em entrevista concedida ao CPDOC. Ela fala sobre a existência de resistências ao curso, do qual também era professora, atribuindo-as ao fato dos alunos terem sido obrigados a cursá-los, ante a necessidade de professores, mesmo quando desejavam seguir outras profissões. Ver: CASIMIRO, Isabel. Isabel Casimiro (depoimento, 2008). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IAM, 2010. 17 p.

isso. Então, a gente vivia... **o cotidiano de trabalho era muito litigioso**, inclusive com os moçambicanos. (...) Então, eu fiquei como chefe. Me tornei uma coisa insólita, porque não podia. Eu me tornei o primeiro estrangeiro a ser chefe do departamento lá de ... era uma coisa! Toda a coordenação, o controle do ministério na província de Maputo, a província da capital. Era importante! Da cidade de Maputo e região metropolitana.”<sup>216</sup>

Contudo, essa confiança recebida da direção não significava que os brasileiros não enfrentassem desconfianças e não tivessem desgastes com os diferentes grupos com os quais se relacionavam no âmbito profissional, e não apenas com aqueles considerados “burocráticos”. Este ambiente “*politicamente muito litigioso*”, que, devo dizer, não se restringia a educação, proporcionava confrontos entre brasileiros e outros grupos moçambicanos integrados ou não à Frelimo, não somente no ministério, mas também nas localidades em que iam representá-lo, como conta Sérgio:

“Você, às vezes, chegava numa escola, né? Que o diretor... aquele tipo de coisa, né? A pessoa **vira autoridade e começa a ser autoritária**, né? Então, muitas vezes você encontrava esse tipo de situação, né? Então você tinha diretores ou professores responsáveis por grupos de professores, né? Que se acomodavam e passavam a não ter... a **relaxar com o trabalho, a faltar** ao trabalho, né? Mas se mantinham por que eram autoritários, por que as pessoa tinha **medo**, né? Tinha caso de professores, não é? Que **namorava alunas**, né? Então você tinha que **intervir neste tipo de situação** toda, né? Tinha gente que tinha o **comportamento equivocado** assim, né? Então, vamos dizer, tinha uma igreja, que fazia a missa as dez horas. Ai, havia um responsável político numa escola, que dizia: “então, vou **fazer a reunião as dez horas pra ninguém ir à missa**”. Ai eu fui lá e discuti com ele: “Olha, não é assim que você vai convencer as pessoas, né? Do marxismo, do comunismo”, né? Impedindo as pessoas de ir à missa com medo. Tavam na reunião com **medo de sofrer alguma represália**, por não ir lá à reunião do responsável político. Algumas pessoas também começavam a **beber** muito. Então, eu enfrentava vários tipos de problema. Agora, **tinha autoridade para intervir** nestes problemas. Agora, alguns reclamavam, né? Alguns iam reclamar depois, mandavam relatório para o Ministério: “**tem um branco aqui, estrangeiro, vem dando ordens**”. Ai, quando a gente chegava em Maputo, a gente dava o nosso relatório. E **nunca** houve um **problema** do Ministério **não dar razão a gente**, né?”<sup>217</sup>

O trabalho na comissão levava o entrevistado a se imiscuir em conflitos com figuras locais, que muitas vezes podiam ser membros do partido ou responsáveis pela coordenação das estruturas de poder local. O apoio, que considera ter recebido do ministério está relacionado ao papel de formação que era lhe atribuído como militante e responsável pela formação na área da educação. Somava-se a isso a idéia nutrida pelos quadros citadinos da Frelimo de que os militantes que ingressavam localmente após a independência na organização, deveriam ser englobados pelo projeto de ampliação da formação ideológica. A correção de comportamentos considerados “*equivocados*”, “*desvios*”, tais como os encontrados pelo entrevistado nas escolas visitadas, enquadrava-se pelo discurso oficial em um esforço mais geral pela formação “na prática” do “homem novo”.

---

<sup>216</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>217</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

Por outro lado, a percepção de que diferentes “tendências da esquerda” perpassavam os quadros mais destacados da direção do partido, que se associavam àquelas representadas pelas diferentes nacionalidades de socialistas em cooperação, tais como Cuba, China, RDA ou URSS, por exemplo, trazem narrativas sobre a inserção dos brasileiros em conflitos mais complexos. Diogo, que foi convidado a fazer pesquisas e dar cursos para o Comitê Central sobre as revoluções e experiências socialistas do século XX, relatou uma situação cômica proporcionada por estas diferenças:

*“Eu me lembro quando eu fui... havia **tendências contraditórias na Frelimo** e isso segurava um certo equilíbrio. Eu me lembro, por exemplo, quando **eu dei um curso lá sobre a questão da Tchecoslováquia**, reunido lá com o **Comitê Central**. Eu fiz a minha exposição, eu falei da invasão. O Marcelino dos Santos, que era um cara mais ligado à **tradição comunista** disse: “camarada, **invasão, não!** Ali houve... **entraram!**.” *Aí todo mundo riu, né?”* <sup>218</sup>*

Este “certo equilíbrio” foi descrito por outros entrevistados como capaz de mediar os desacordos estabelecidos no cotidiano, permitindo que os agentes buscassem apoio de outros cooperantes ou de “estruturas” mais identificados com suas posições. Apesar dessa avaliação, Diogo relata como a universidade se tornou um dos contextos em que uma determinada “linha” da Frelimo, a qual muitos entrevistados criticam denominando-a “soviética”, acabou por se impor, a despeito de suas ponderações:

*“Quando a Frelimo se tornou marxista-leninista, eles criaram  **cursos de marxismo-leninismo na universidade, obrigatórios**. Eu tentei... o reitor... convencê-lo que isso era uma enormidade, que o marxismo-leninismo era uma filosofia, que a gente **não podia obrigar as pessoas a terem uma filosofia**. Ele me cortou disse que ali era uma **ditadura do proletariado** e que na ditadura burguesa obrigavam as pessoas a aprender a filosofia da burguesia, então o proletariado tinha o direito de obrigar as pessoas a... sobretudo pessoas que estavam adquirindo bens a custa do povo... Então a gente começou a fazer lá **um programa de marxismo-leninismo**, mas não funcionou, porque o nosso programa era tão crítico, que não foi aceito. *Aí eles contrataram um alemão oriental*, que aliás era um cara muito do diálogo, mas que não deu pra fazer nada com ele. Ele acabou fazendo um curso naqueles **parâmetros soviéticos, né?** Eu **não aceitei participar** e saí fora... fiquei na minha aula de história só... *ai eu tinha liberdade pra conduzir os cursos. Eles me respeitavam muito, gostavam muito de mim. A gente tinha sido pioneiro, né?”* <sup>219</sup>*

Interessante notar que a maior parte dos entrevistados que esboçam críticas à Frelimo provém de organizações da esquerda brasileira que romperam com o PCB. Suas críticas tendem muitas vezes a acusá-la justamente de tomar medidas de caráter “soviético”. Por outro lado, os entrevistados provenientes do PCB, menos críticos que aqueles e declaradamente “soviéticos”, não concordam com esta caracterização sobre o partido moçambicano. Igor, por exemplo, nas oportunidades em que pilotou o avião presidencial pôde travar discussões com Samora Machel, que indicavam-lhe a adesão do

---

<sup>218</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>219</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

ex-presidente à “linha chinesa”. As contradições entre tendências da esquerda podiam desencadear experiências mais tensas, como as vividas por Nelson na chefia de português do departamento provincial de educação. Segundo seu entendimento, seus problemas foram provocados pela proeminência da influência alemã e cubana na área:

*“O pessoal começava assim: “não devia, não podia, mas não tem outro, você pode assumir?” [a chefia] Eu falei posso. O risco era esse (...) **por causa de ser estrangeiro**. Porque, você tinha um caso... havia esses filhos de portugueses brancos ou até mestiços, que tinha feito a opção ideológica de permanecer lá e ser moçambicanos (...). Mas não tinham número suficiente para todos os postos que necessitavam, aí acabou acontecendo isso. Eu, **estrangeiro, era chefe do departamento de português, que era um posto chave para o sistema**. Mas eles **me controlavam de perto!** Não saía uma linha, que não fosse controlada pelos chefes lá. Pelos **chefes moçambicanos e pelos cubanos**. Os cubanos, na realidade, também iam lá, dá palpite, dizer que eu era **perigoso**, que eu **não era confiável**. Quem ia lá dizer que eu não era confiável, eram **os RDAs**. Os filhos da puta dos alemães! Que sempre tinham mais militares do que todo mundo, que controlavam o que eu fazia. (...) Com estes **tinha guerra mesmo**. Com os cubanos, a gente tinha diferença, mas nos entendíamos. Com os alemães era impossível. O pior assim... a pior relação de trabalho, que eu jamais tive na vida, foi lá com estes alemães! Os donos da verdade, essa coisa **monolítica, religiosa, terrível!** (...). Inclusive porque os moçambicanos, os poucos **moçambicanos que tinham habilitação** estavam **na universidade e de lá não queriam sair**. O máximo, que eles fizeram foi dar o apoio, depois que estava em andamento o sistema. Os moçambicanos iam lá pra trabalhar fazer 2, 3, meia dúzia de horas por semana, mas ninguém queria.[assumir seu cargo] Porque o cargo era impossível!”<sup>220</sup>*

A condição de estrangeiro ainda foi apontada por outros entrevistados como um limite profundo tanto à autonomia no trabalho, quanto às condições em que se inseriam nas disputas estabelecidas. Ao contrário dos cubanos ou alemães, por exemplo, representantes de países socialistas em cooperação, os brasileiros consideravam mais frágeis seus vínculos com a Frelimo, porque relacionados por redes de indivíduos, com exceção daqueles que tinham vínculos pelo PCB (embora estes também não se vejam de forma diferente). Por esta razão, muitos entrevistados consideram ter tido uma posição de “tarefeiros”, que no vocabulário da esquerda são aqueles excluídos da esfera de decisão:

*“A gente trabalhava que era um horror, mas **o reconhecimento e a integração eram muito relativos**. No primeiro ano, eu trabalhei na direção nacional de educação e **eu era a única pedagoga** da direção nacional de educação. Trabalhava e fazia de tudo, orientava **elaboração de livros, fazia formação de professores**, orientava escola, fazia tudo que você pudesse imaginar. Saía às 7 da manhã, chegava às 7 da noite e eu era... eu era **“a pedagoga”** da direção nacional de educação. **Não tinha outra**. (...) Aí, quando tinha reunião com a Graça Machel, que era a ministra, **eu não podia participar, porque era estrangeira**. Aí depois de um ano eu enchi o saco e falei: “olha, se eu não posso participar da reunião com a ministra, então eu não posso ser da direção nacional de educação” e pedi demissão. Aí fiquei só na universidade, porque eu dava aula na universidade também (...) trabalhava feito uma louca e ainda dava aula na universidade.”<sup>221</sup>*

*“Chegou um momento lá que a direção da Frelimo... e é chato, que você trabalha e todo mês tem que **dar um relatório por escrito**, então eu dava o meu relatório honestamente, nunca fui chamado para discutir nenhum daqueles relatórios, nunca alguém me chamou a disse: “porque que você*

<sup>220</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>221</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

escreveu isso aqui?”. Nem sei que destino tinha os relatórios, mas como eu tinha que dar, eu dava o relatório (...). Então houve um momento que a **direção da Frelimo** foi lá na TPU, fez uma reunião e **derrubou a diretoria**. Nós tavamos presentes. (...) Você tem que tá lá **batendo palma** e tal. Ninguém me perguntou se eu tava de acordo. Então, só tinha uma mão, o canal da gente. A gente só passava a informação, mas **ninguém dizia**: “Olha, nós vamos derrubar a direção, **vocês tão de acordo?**” Mesmo que a gente fosse voto vencido, você teria dado uma opinião, mas eu nunca dei opinião em nada, nunca ninguém me chamou pra dizer: “você acha que deve fazer isso?”. Eu tinha personalidade política zero, cortado ao meio. Você era **respeitado** como pessoa **de esquerda**, mas **não** como **um militante** político **ativo**. Eu não era militante político ativo. Ninguém perguntava a minha opinião, então eu não era um militante político ativo. Agora **eu era usado como militante** político, quer dizer, era com meu critério político que eu ia lá via e dava o meu relatório etc., etc. Então você agüenta isso durante algum tempo, mas muito tempo você não... não tem interesse nisso, então em Moçambique, eu **nunca deixei de me sentir estrangeiro**.”<sup>222</sup>

No contrapeso às opiniões de Carla e Wagner, o então militante do PCB, Marcos, que trabalhava no ministério do planejamento, opinou sobre em que medida os próprios militantes também se colocavam em posição de evitar o confronto com a Frelimo, sujeitando-se a apenas aplicar decisões tomadas pelas esferas dirigentes:

“Eles criaram a Comissão Nacional do Plano, a CNP, que era abaixo do conselho de ministros e acima dos ministérios, então era **um gargalo importante no sistema**. Nenhum ministério conseguia aprovar nada e nem executar nada sem **a aprovação do ministério do plano**, se não tivesse no plano... entende? (...) Nós fazíamos muito o papel de **pombo correio**, quer dizer, vinha uma proposta do ministério da agricultura, a proposta vinha assinada pelo ministro para seu colega. Então, quando o ministro mandava pros escalões inferiores analisar, ela vinha como uma **demanda técnica** (...). Agora, o que que acontece? Durante um tempo, nós partimos do pressuposto que o ministro... porque o próprio ministro da agricultura já dizia: “**não, isso já tá tudo acertado** (...)” Enfim, era só... quer dizer, o parecer técnico era mais pra dizer: concordamos. **Aprove-se** (...). E nós vimos que isso não era correto, porque nós távamos... o nosso pressuposto era o seguinte, havia **uma decisão política**. Já foi tomada em determinada instância e não era nosso papel ser pombo-correio.”<sup>223</sup>

A opção de ignorar as possíveis contrariedades que suas atitudes e decisões no trabalho poderiam gerar entre os altos escalões moçambicanos foi tomada por alguns entrevistados, trazendo indisposições mais ou menos sérias com estes dirigentes. É o caso do entrevistado que conquistou a inimizade do ministro da agricultura que, em um dado momento do conflito, chegou a pedir a seus subordinados que lhe negassem informações, visando impedir o andamento de seu trabalho:

“E até por plena concordância com o chefe desse departamento das construções, nós conversamos muito sobre essas questões, e dissemos: “**não, a gente tem que ter um papel mais ativo**. Se não, qual é a nossa função aqui?” **E começamos a fazer análise técnica**, essa que eu te disse. Eu, por exemplo, tive muitas dificuldades (...) por exemplo, quando começamos a fazer pareceres, fazer análises recomendando a não aprovação da proposta do ministério da agricultura e o ministro referendava, **o ministro da agricultura ficava zangado**. Adivinha onde ia cair, né? Ele ia procurar o diretor nacional de planificação e dizia: “tem um menino aí, que tá criando caso, ele não tá entendendo nada.” (...) O diretor (...) vinha numa linha de contemporalização. **Eu nunca discuti com o diretor**. Eu ia anotando o que ele ia dizendo (...) então eu fazia uma nova análise, entre

<sup>222</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>223</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

*aspas, com a nova recomendação, mas já não assinava, dava pra ele assinar (...) eu mudei a tática nesse sentido, se a análise não era minha, eu não assinava.”<sup>224</sup>*

Contudo, a opção de evitar o embate foi feita pela maioria dos entrevistados envolvidos em situações semelhantes, que me relataram inúmeras formas de evitá-lo. Essa opção se justifica em parte pela fragilidade, que acreditavam, estava posta em sua condição de estrangeiro, em parte por acreditarem que, como tais, realmente não deveriam ter autonomia decisória no país:

*“Porque, por exemplo, tinha umas coisas que eram muito loucas que a ministra inventava ou que o próprio presidente inventava que queriam que a gente fizesse. A gente não queria fazer. Isso criava uma crise e muito grande. Aí gente ficava sem fazer ou fingia que fazia e não fazia até passar. Porque também não era... eles não eram constates. Eles não tinham tempo pra cuidar da educação. Mas tinha dia... o presidente levantava com a cabeça não sei o que... aí resolvia que ia pras escolas, pra dar orientação como que os professores tinham que trabalhar, como é que eles ensinavam, como tinha que fazer, como é que os alunos tinham que ir pra escola. Aí aquilo lá demorava não sei quantos dias e depois ele ia pensar em outra coisa e esquecia. A ministra era a mesma coisa, porque ela era a esposa do presidente, tava ocupada o tempo inteiro. Ainda era presidente da organização das mulheres, ela fazia esses auês e depois ela sumia, entendeu? Se a gente... a gente teve uma resistência assim no sentido de dizer eles vão fazer esse auê aí, chatear a gente durante um tempo, mas depois a gente vai fazer o nosso trabalho. Isso acontecia várias vezes, então... isso aconteceu muitas vezes não só na educação, mas acho que aconteceu isso em muitos setores até... as pessoas continuavam... tentavam continuar apesar de tudo. A gente não podia ter autonomia, nós éramos estrangeiros, né?”<sup>225</sup>*

Daí que muitos vissem os cargos de chefia com receio, procurando evitá-los ou apressar o fim de sua permanência neles, uma vez que poderia resultar em seu envolvimento em embates com agentes melhor colocados nas estruturas de poder moçambicanas. Aqueles que procuravam investir em posições sabidamente contrárias às da Frelimo encontraram ausência de espaço para divergência. É o caso dos episódios vividos por Rodrigo e Nelson que, com uma compreensão alternativa a respeito da alfabetização e do espaço social que deveria ser conferido às línguas maternas, procuraram defender suas opiniões:

*“Nós éramos favoráveis a língua materna pra iniciar a aprendizagem. Os moçambicanos diziam: não! A Frelimo, aliás... cabeças-duras! Erro da Frelimo, que eles demoraram a reconhecer. Diziam que por causa do problema político da unidade nacional, se fizesse as línguas maternas no ensino, ia provocar o tribalismo e desmembrar o país. (...) Ficou uma briga um certo momento em cima disso, no início. Depois, a Graça Machel, que era mulher do presidente, acabou: Não se discute mais! Não se fala mais nisso, quem não tiver de acordo vai embora! A UNESCO pressionou, não chegou a ameaçar o ministério, porque aí já era interferência indevida, não podia. Mas fizeram o que puderam, pra dizer: “não... nuança! Faz uma experiência, faz em paralelo, pode escolher uma escola para fazer um laboratório com aprendizagem inicial em língua materna”... Não quiseram nem saber! Só mais tarde, quando começou a dar merda mesmo, o sistema não funcionava... porque, imagina, só 10, 20% da população falava português no cotidiano! Como é que ia funcionar? O professor que ia usar o material, Desirée, não sabia, não dominava direito o português, como é que ia usar? Eu vi isso, porque eu saí pelo país, pra ver como é que era. O pessoal tinha a maior dificuldade de entender a orientação, de como é que ele ia dar aula. Que nós fizemos aquela coisa chata, chatíssima, de*

<sup>224</sup> Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.

<sup>225</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

detalhar, né? **Os materiais de apoio aos professores** era uma coisa absurda! A gente calculava 50 minutos de aula e dava **por escrito o que tinha que ser feito** em 50 minutos de aula! Imagina! Uma loucura!" (...) Você tem lá uma coisa notável, isso foi pra mim foi uma coisa chocante! Gente, que é **analfabeta**, não sabe ler nem escrever, **mas é trilingue**, e se vira bem em 3 línguas! Que aqui a gente acha que quem é bilíngüe ou trilingue foi pro exterior. Tem que estudar pra chegar a ser bilíngüe. E lá não, o pessoal é analfabeto ou semi-analfabeto e é trilingue fluente. Porque a realidade é essa, o cotidiano (...) O que eu conheci lá de gente que dominava 3, 4 línguas... que as línguas são próximas, são diferentes, mas são próximas."

A idéia de que moçambicanos com diferentes línguas maternas conseguiam se comunicar através delas, tanto por serem próximas, quanto por dominarem mais de uma delas, não é comum entre os entrevistados. Mais presente está a idéia da diversidade como empecilho à comunicação e promotora de sentimentos incompatíveis com a unidade nacional. Daí que tenha sido muito comentado, com espanto e admiração, o conhecimento de Samora Machel por várias línguas, que mobilizava em comícios ao se comunicar com a população. Apesar disso, a postura da organização em relação à língua da escolarização foi severa e não negociável, tendo sido imposta sobre as opiniões divergentes:

"Final de 78, foi feito um trabalho muito bom sobre o ensino da língua portuguesa em Moçambique. Um seminário, uns 10 dias de seminário, veio gente do mundo todo (...) especialistas, lingüistas, pra discutir o assunto. Foi muito bom, muito bom! E dentro do seminário, foi constituído **grupos de estudo** pra debater o **ensino da língua portuguesa em Moçambique**. Por acaso eu e o N. ficamos no mesmo grupo. Tinha vários moçambicanos professores da universidade, moçambicanos e estudantes de fora, que vieram pra participar. O seminário foi diretamente **dirigido pela camarada Graça Machel** (...). E no final do seminário, os grupos de trabalho tinham que apresentar os seus trabalhos e acho que o N. é que foi apresentar o trabalho do nosso grupo. E que nós **tínhamos adotado essa posição**, de que o ensino do português como língua principal era... era... **ia ser um fiasco**. Tinha outros países, a experiência de outros países, que adotaram o multilinguismo, entende? Foi um debate terrível no seminário sobre isso. A Graça Machel... coitada! Ela falou: "mas não podemos, não podemos, porque a Frelimo, **o nosso partido, decidiu** que o português é a **língua da unidade nacional**". Pronto! Perdemos a batalha do multilinguismo em Moçambique, que depois, evidentemente, foi adotado. E isso aí teve uma repercussão muito engraçada (...) em 81 eu fui pra esse **grupo de avaliação**... nada a ver mais com o seminário. O seminário foi em 78, nesse grupo que ia fazer **a avaliação** do ensino da língua portuguesa **nas campanhas de alfabetização** e educação de adultos, que tinham começado logo em 75, né? Tinham vários anos de campanha. Pra ver o resultado(...). Fizemos um estudo muito interessante no país inteiro. O que foi muito interessante é que eu passei a viver em aldeia comunal, entende? Passava o mês inteiro no meio do mato, pra fazer... aplicando teste, fazendo avaliação tal. E **o resultado era pífio**, ninguém que tinha passado conseguia falar português, até porque o português não era uma língua funcional, além de que foi muito mal ensinado, porque as pessoas que ensinaram não sabiam falar português. E aí quando... **escrevemos o relatório** e era um grupo... tinham vários moçambicanos. A **ministra foi ouvir o relatório**... Vixe, nossa senhora! **Vírou bicho!** Me mandou embora, foi aí que **eu saí da educação**. Ela me mandou embora da educação (...) "Eu te conheço desde daquela época do seminário, no seminário de português você defendeu isso..."

O quadro que se configura neste ponto, me parece, elucida uma idéia apontada por Carla no início do capítulo: a presunção inicial com que chegaram a Moçambique, de que seriam "revolucionários entre revolucionários", foi dando lugar a novas percepções conforme os brasileiros puderam se inserir naquele universo político e social. À medida que as narrativas foram se abrindo a estas considerações, puderam dar lugar a temas delicados

referentes à tensão percebida por vários entrevistados entre: de um lado, a convicção no socialismo, que trazia invariavelmente o apoio às organizações e processos de esquerda. Conforme o “espírito” do alerta feito por uma entrevistada: “*tinha o muro de Berlim, tinha a Guerra Fria, certo?*”. De outro, os percalços postos pela execução real do socialismo, pelas articulações e embates estabelecidos entre os agentes deste processo.

#### IV. Crítica, (auto)censura, aparato repressivo e “contexto”

*“Eu não sei se eu tô tendo uma visão **muito romântica da coisa**, mas foi isso que eu vi. (...) E eu me lembro uma vez que **houve uma traição...** porque Moçambique **ajudava o Zimbábue** a se libertar. Então era a sede de formação dos soldados do Zimbábue, então... é óbvio que tudo era feito... não era uma coisa assim espalhada pela mídia. Era **uma coisa secreta!** E eu me lembro que essa sede foi bombardeada por inimigos... óbvio, da revolução do Zimbábue! Mas **quem** foi que deu o endereço dessa sede? Foi **um moçambicano!** Que se trocou... que trocou a **informação por uma televisão**, quer dizer... eles chamavam de **xiconhoca**. O xiconhoca, aquele que... o inimigo do povo, o xiconhoca. Então eles... no dia seguinte... eu sei que no dia seguinte... foi uma coisa horrível aquilo dali! E esse cara foi preso. (...) Correu tudo... [a notícia] **correu Moçambique** inteiro, entendeu? E no dia seguinte, no mar de Moçambique, estava um navio russo. Tava ali só pra ajudar Moçambique em qualquer eventualidade que Moçambique precisasse. Olha só! Eu fiquei **tão feliz!** Sabe? Você vê... ali eu **sentí** o que é **pátria** em Moçambique. (...) Eu fiquei muito feliz de ver **a fidelidade** existente entre os países comunistas, a Rússia estava lá e ninguém mexe com Moçambique! (...) E aí teve **um comício do Samora Machel com o homem que traiu a pátria**. Ali em praça pública. Ele foi execrado! Claro que foi preso! Óbvio! Não sei o que aconteceu com ele.”<sup>226</sup>*

Os comícios de Samora Machel (figura 15) compõem o imaginário dos brasileiros sobre a vida social moçambicana, reforçando sua unânime imagem de grande líder, habilitado a falar diretamente às “massas”. O comício de denúncia do “xiconhoca”, capaz de encorajar alguns e ser exemplar a outros, envolveu e mobilizou os sentimentos de patriotismo de Cristina cooperante não exilada, que sequer tinha sido militante antes de chegar ao país, para onde havia ido do Brasil junto a seu companheiro em 1979. A linguagem de seus comícios era a do enfrentamento, prenhe de sentidos para os “militantes internacionalistas”, pois falava à lógica opositiva do conflito que orientava sua ação e pensamentos.

Quando, em 1980, eleições levaram a ZANU à presidência do Zimbábue, levando a comunidade internacional a reconhecer sua independência, imaginou-se que teriam fim as investidas contra Moçambique. “*O presidente Samora Machel considerou que não podia jogar mais a responsabilidade dos problemas nos inimigos externos e que era preciso voltar as armas em direção ao interior*” (NUNES, 2000: 272). Com este “espírito” foi realizado em 18 de março daquele ano um comício na Praça da Independência, em Maputo<sup>227</sup>. A praça onde antes

<sup>226</sup> Entrevista com Cristina realizada em 27 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>227</sup> Transcrição do discurso “*Declaramos guerra ao inimigo interno*”, AEL – CPDS 967.905 M687.

havia centralmente a estátua de Mouzinho de Albuquerque<sup>228</sup>, que antes lhe dera nome, e reunia dois edifícios símbolos do poder português, a catedral e a câmara municipal, agora ostentava um enorme painel de Samora Machel. Durante sua fala, Samora centrara ataque nos “inimigos internos”, a quem se referiu como representantes dos “grandes inimigos”, que se encontravam fora do país. Alertaria sua audiência: “*os pequenos tomam nossa bondade por fraqueza!*” (MACHEL, 1980). Após 5 anos de experiência socialista, a Frelimo concluía que o endurecimento era condição fundamental da vitória do socialismo, este sim, e somente ele, capaz de trazer a bondade e a felicidade em um futuro promissor.

O presidente iniciara seu discurso avisando que a conversa não seria fácil. A ocasião revestia-se de solenidade por se tratar de mais uma campanha desencadeada pela Frelimo. A “ofensiva política e organizacional” pretendia iniciar um processo através do qual seriam removidos das estruturas do estado os funcionários considerados improdutivos e sabotadores e que levaria à produção nas “machambas coletivas” os moçambicanos desempregados e sem papel produtivo na cidade. Ambas as categorias eram tomadas por inimigas da revolução, que demandava da população uma moral trabalhadora e uma disciplina engajada para superar suas dificuldades.

Nos dias que precederam o comício, presidente e comitiva circularam por empresas estatais, portos, aeroportos, armazéns e lojas do povo - onde afirmaram constatar: ausência de direção, desorganização, indisciplina, burocratismo, preguiça, sabotagem, roubo, corrupção, desleixo, etc. Atitudes já consideravelmente comuns naqueles anos como falta de matéria-prima na indústria, e de produtos no comércio, altos salários, atrasos, privilégios em decorrência da posição ocupada, existência de cargos públicos sem função, corrupção, estocagem de produtos em falta no mercado, etc. foram identificadas e classificadas por Samora como contrárias ao povo e à revolução. Os comportamentos foram atribuídos à “reação” de minorias de “inimigos infiltrados”. O presidente, então, garantiu: contra os implicados seria usada a “violência revolucionária”:

Vamos ser implacáveis para com eles. Vamos instalar no nosso seio uma disciplina de ferro. Imediatamente, sem vacilações(...) Hoje, aqui, 18 de março de 1980, declaramos guerra ao inimigo interno e vamos limpá-lo até o fim deste ano. (...) Aqui não haverá complacência, não haverá condescendência, sentimentalismo. Aqueles que toleram, protegem e condescendem são cúmplices do inimigo, são nossos inimigos. A revolução é irreversível, ela é o rolo compressor que esmaga tudo a sua passagem para abrir e consolidar a larga estrada do socialismo. (...) Nós queremos o socialismo, queremos a felicidade, a prosperidade, o bem-estar. Vamos tomar medidas.” (MACHEL, 1980: 53-4)

---

<sup>228</sup> Oficial celebrado nas narrativas do Império português pela campanha de “pacificação” de Moçambique.

Com uma estrutura de discurso que lhe era própria, o presidente relembrava a exploração e a discriminação do período colonial ainda próximo. Exaltava as conquistas da revolução. Contrapondo os dois períodos, provocava, ameaçando sua audiência: vocês gostariam de voltar àqueles tempos? Ante a resposta negativa, conclamava o povo a se engajar no processo, participando, denunciando, fiscalizando. As campanhas, que visavam à mobilização da população, eram uma prática constante do governo. Em 1978, por exemplo, ante a iminente e inesperada necessidade da colheita manual de uma safra de arroz que poderia ser perdida, como se a mobilização popular demorasse, Samora foi discursar no sentido de animar seu trabalho voluntário. Célia Nunes (2000) descreveu o impacto de sua oratória na audiência e nela mesma:

Na época eu não pude entender o efeito dessa “campanha” sobre a população. Na prática, o resultado foi uma adesão maciça da população e a colheita pode ser feita a tempo. Aos meus olhos o efeito tinha sido muito positivo. Na minha interpretação o camarada-presidente havia feito um discurso extremamente didático. Eu achava então que se tratava de uma motivação prática no sentido da politização dos trabalhadores. (NUNES, Op. Cit.: 49)

Politizar, fazer com que os demais “tomem consciência” do processo político é um dos propósitos do militante, seja ele brasileiro ou moçambicano. Nesse sentido, a construção do “homem novo”, que, na educação, voltava seus olhos para as gerações futuras, os continuadores da revolução, deveria se voltar também para a transformação mais imediata da sociedade que implantaria o socialismo. Como lembrou Thomaz (2007), foi com esta intenção que a Frelimo identificou, desde os primeiros anos do socialismo, a “reeducação” como parte essencial do processo de superação pretendido. “*Trabalho disciplinado, despojamento material, superação de antigas lealdades (étnicas, religiosas, de classe, de raça, regionais) e comportamento moral inatacável passam a fazer parte deste ideal de Homem Novo, no qual todo moçambicano deveria se transformar*” (THOMAZ, Op. Cit., 384).

A inspiração para a mudança deveria vir dos “campos” e “zonas libertadas”, onde havia vigorado o “exemplo de Nashi”<sup>229</sup>. Foi a aliança entre trabalho coletivo, combate pelo socialismo e estudo do marxismo, tomado como peça mais acabada da ciência e progresso ali conformada, que construiu os modelos de comportamento, práticas sociais e relações interpessoais, considerados capazes de produzir a “*tomada de consciência dos objetivos da luta, do projeto do futuro*” (CABAÇO, Op. Cit.: 412). Nestes espaços, certos ritos de passagem tomaram forma e vulto, constituindo espécies de catarses coletivas, através

---

<sup>229</sup> Campo de treinamento de Nashingwea. CABAÇO, 2007: 413

das quais, concomitantemente, se expressava o abandono dos antigos valores locais e coloniais e eram produzidos os novos vinculados à nação e ao socialismo<sup>230</sup>.

Estes modelos foram tomados após a independência como parte dos processos de estruturação do partido Frelimo e da construção das estruturas de poder popular, como a assembleia e os GDs, conforme seria observado pelos cooperantes brasileiros. É o caso do relato de Sérgio sobre os rituais de denúncias, que ocorriam no processo de eleição dos candidatos à assembleia. Nessa formação deviam vir à tona denúncias sobre moçambicanos que atuavam ao lado dos colonialistas de forma a purgar estes espaços da influência de “valores antigos”. A vida dos candidatos devia ser passada em revista, todos podiam se manifestar sobre ela e sobre as humilhações sofridas no período colonial.

Aqueles considerados, em função da história de vida levantada, “comprometidos” deviam passar pela experiência da “reeducação”. Os escolhidos pela população iriam compor as estruturas de poder. Na visão de um cooperante brasileiro à época, este processo “*garantiu que escolhessemos os melhores trabalhadores, os mais conscientes e dedicados à causa do socialismo. Aqueles que estão profundamente preocupados com a vida do povo*” (AZEVEDO, 1979: 48). Os cooperantes podiam compreendê-los como uma garantia da participação, independência e liberdade em relação aos “inimigos” remanescentes. Soma-se a isso a idéia cultivada pelos cooperantes, como vimos, de que permanecia o combate ao burocratismo e desejos de privilégios, que nasciam entre os moçambicanos.

Parece fundamental para o pensamento e ação dos “militantes de esquerda” a centralidade ocupada pela categoria “inimigo” e, relacionada a ela, pela percepção de que determinadas “necessidades” eram colocadas pelo processo revolucionário. Durante o “tempo Samora”, a idéia de “reeducação” foi entendida como uma necessidade pela Frelimo que, segundo Thomaz (2007), a relacionou intrinsecamente ao ideal de composição de espaços sociais excepcionais, para onde fosse possível importar o “exemplo de Nashi”. As “machambas” comunais instituídas ao longo do período, de empresas estatais ou das cooperativas de produção, formadas na zona rural ou nas imediações das cidades, se tornariam espaços privilegiados pelo estado para a formação do ideal de superação. Junto a elas os “campos” disseminar-se-iam assumindo novas perspectivas e amplitudes. Entretanto, “*se a lógica do trabalho e a ruptura com lealdades anteriores instituem uma sorte de continuidade entre as machambas comunais e os campos, estes últimos se caracterizam fundamentalmente pelo caráter punitivo*” (THOMAZ, Op. Cit.: 390).

---

<sup>230</sup> Thomaz, 2007.

As medidas de combate ao “xiconhoca”, as quais Samora aludiu em seu discurso, estavam relacionadas à disseminação de “campos de reeducação” e “campos de trabalho”, localizados principalmente nas despovoadas províncias do norte do país, para onde foram sendo enviados, desde os primeiros momentos de independência. Inicialmente iam aqueles acusados de crimes políticos: dissidentes da Frelimo e os chamados “comprometidos”. Posteriormente, ao longo de campanhas nas quais se pretendia “*purificar nossas fileiras (...) limpar o aparelho de estado*” (MACHEL, 1980: 55) iriam os considerados sabotadores da revolução, subempregados e improdutivos. Seguiriam ainda os criminosos comuns, as prostitutas e os desempregados. Após o IV Congresso, em 1983, houve nova investida, a denominada “Operação Produção”. Porém é correto dizer que ao longo de todo o período socialista os “campos” e “campanhas” foram uma marca <sup>231</sup>.

Para além dos “campos”, as “machambas” coletivas, igualmente disseminadas, procuravam tanto aumentar a eficácia produtiva, quanto proporcionar, por meio da construção das “aldeias comunais”, a expansão da presença do estado no meio rural. As aldeias formariam aglomerações populacionais no campo, em tese, permitindo ao Estado levar à população: assistência social – saúde e educação principalmente, benesses da modernidade como água encanada e luz, tornando possível também que estas populações fossem incluídas nas redes de produção e comércio e nas estruturas de poder, que intencionavam ter amplitude nacional<sup>232</sup>. A Frelimo acreditava nas aldeias como bases para o desenvolvimento do socialismo, onde novamente o trabalho coletivo e as práticas políticas no âmbito dos GDs e outros mecanismos responsáveis pelo poder e vigilância revolucionária permitiriam a estruturação da “nova mentalidade” e criariam oportunidades de correção dos “desvios”.

---

<sup>231</sup> As campanhas e os campos atingiram uma gama muito variada de pessoas. No contexto da “ofensiva” de 1980 três ministros caíram. Sabe-se que expurgos foram ocorrendo aos longos dos anos nas estruturas estatais. Porém elas também atingiram a população de forma mais geral, principalmente aquela que era acusada de superpovoar as cidades ou desenvolver atividades consideradas improdutivas ou anti-revolucionárias. Nestes casos, a polícia moçambicana fazia investidas nas cidades exigindo dos transeuntes carteiras de trabalho e, quando mulheres, estas ou certidões de casamento. No caso de não tê-las, o sujeito era imediatamente preso e logo enviado de avião para o norte do país, muitas vezes sem que pudesse avisar qualquer parente. Nos campos, iria trabalhar e ter aulas de marxismo. Os GDs nos bairros e fábricas, assim como os membros da justiça popular, também assumiam papel de denunciar “desvios” da população, que incluiria ainda condutas individuais: as religiosas poderiam gerar a acusação de “feitiçaria”, a poligamia, de prostituição, etc. Eram instituídas assim as lógicas da acusação e do rumor, conforme aponta Thomaz (2007). Ao que corrobora o depoimento de Cristina, quando se refere à notícia que “*correu Moçambique*”. O autor destaca ainda a importância da cooperação de países socialistas, destacadamente a RDA nas áreas de segurança e militar, em estrita relação com os “campos”.

<sup>232</sup> As experiências de aldeamento da população tanto nas zonas libertadas como nas aldeias comunais tiveram precedente do próprio estado colonial, que havia lançado o mesmo expediente durante a guerra colonial para evitar o contato da população com a Frelimo e ao mesmo tempo tentar proporcionar melhorias em sua condição de vida. Ver: Adam, 1991; Thomaz, 2007; Geffray, 1991; Newitt, 1997.

Julgo não haver espaço para dúvida de que os cooperantes brasileiros tinham conhecimento e opinião a respeito do encaminhamento destes processos em Moçambique, ainda que, provavelmente, não conhecessem a fundo seus mecanismos e métodos. Embora sejam hoje para nós insondáveis suas opiniões precisas na época, vários depoimentos versaram sobre questões como disciplina, autoritarismo, perseguição política e violência no país. Por um lado, podemos identificar genericamente duas posições distintas sobre estas questões: aqueles que as tratam nestes termos e formulam críticas ao processo e aqueles que não o fazem. Contudo, é possível perceber que mesmo os entrevistados críticos não perdem de vista suas *narrativas de esquerda*, como veremos.

Segundo os entrevistados, a “necessidade” de enfrentamento ao “inimigo” estava presente no cotidiano do trabalho, o que levava à aprovação de muitas das medidas tomadas para combater as ações inimigas, quanto mais se levarmos em conta o “clima” do conflito, como narrou Renata:

*“Aí derrubam um avião... foi aquele alvoroço! Saiu todo mundo correndo, apavorado. Aí ele foi lá pra pegar as crianças na escola... quer dizer, tinha essa **tensão**. (...) Quando [a guerra] veio pra cidade, já ficou mais perigoso, né? Aí você já começava a achar que tinha **gente infiltrado** querendo... qualquer coisa você já ficava **desconfiado**, começava a ficar aquele clima que você já não sentia tanta segurança como a gente sentia quando chegou lá em 75. (...) Todo mundo **empolgado**... os discursos que o Samora Machel fazia na praça, gente! Era uma empolgação só! (...) Muita gente e você via que era o povo mesmo, o povão. E ele falava... uma parte ele falava em changani [sic], em dialeto e a população adorava. E eram **vários comícios** e eram festas. E era aquele negócio de **dele chegar de surpresa nas empresas** pra visitar, pra ver **como é que o pessoal tava trabalhando**, se tinha alguém fazendo **sabotagem** ou então pegar aqueles médicos, ainda que tinham ficado de antes da revolução, só pra fazer sabotagem ou falava que não tinha vacina... que não tinha alguma coisa... e **o presidente chegava lá de repente**. Era **muito bom isso!** (...) Era **um líder** muito estimado mesmo! E ele veio ali do povo mesmo, você lê a história da vida dele é... então eu acho que quando a pessoa sai dali, passou por todas aquelas dificuldades, sabe o que a população tá fazendo, tá sentindo, as dificuldades que tá tendo, é muito mais fácil de você **conversar** com as pessoas, **fazer a cabeça** delas e fazer elas **entenderem** todo o processo que tá se passando ali e **ele fazia isso** com muita facilidade.. (...) **Até a morte dele foi uma coisa**, depois que ele morreu...”<sup>233</sup>*

O recrudescimento das ações armadas levaria o país à situação de guerra civil, com alastramento por boa parte da zona rural<sup>234</sup>. Embora a capital fosse relativamente

<sup>233</sup> Entrevista com Renata realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>234</sup> Geffray (1991), inicialmente entusiasta das aldeias comunais, a partir de pesquisa de campo realizada na província de Nampula em 1983, passou a defender que estas e outras formas de coletivização da produção provocaram inúmeras formas de resistência, não necessariamente dirigidas por notáveis locais, tentando salvaguardar seu poder, como a Frelimo acusava. Os aldeamentos teriam gerado novas relações hierárquicas e, por isso, inúmeras oposições no seio das populações, colocando umas contra as outras. A presença da Renamo não teria sido necessária para que se manifestassem os primeiros sintomas de descontentamento, que em geral não ocorreram através da violência. A prática de aldeamentos forçados, que muitas vezes se dava pela prisão e arrastamento de um notável para o local da aldeia, tornou os conflitos ainda mais acentuados, trazendo elementos de violência para um processo já tenso, preparando o terreno social fértil para a ação da RENAMO. Esta teria passado a receber o apoio de alguns grupos, a despeito de seus métodos não menos bárbaros desferidos também contra a população. A posição do autor é uma referência e também uma polêmica nos debates sobre o assunto.

poupada, investidas foram feitas, inclusive por parte do serviço secreto da África do Sul em busca de militantes do ANC, assustando os cooperantes. Neste contexto bélico, que toma os anos 1980, a Renamo procurava atacar as estruturas econômicas e sociais do país. Os cooperantes viam cotidianamente seu trabalho ser atingido: empresas destruídas, escolas incendiadas, trabalhadores, professores e alunos mortos ou fugindo. Algo que assegurou a unidade dos cooperantes em torno a Frelimo, bem como a apreciação de uma ação mais efetiva de combate aos “inimigos”. Como revela Renata as ofensivas presidenciais nos locais de trabalho eram vistas com bons olhos e ajudavam a reforçar as representações sobre a autoridade e vigor presidencial, bem como a atribuição das mazelas do país à guerra e, posteriormente, à sua morte, como igualmente opina Sakamoto:

*“Eu acho que... por exemplo, a morte de Samora Machel foi um acontecimento extremamente grave no sentido de que perdeu uma liderança que... ele, por características pessoais e políticas dele, tinha condições de **liderar o processo**. Mas o partido como um todo, eu acho que sofreu muito no momento em que Samora Machel morreu. (...) Fundamental. Um **carisma** mesmo. Tinha um problema e ele ia lá, **chegava e ganhava na conversa** ali e tal. Era uma coisa extraordinária. Ele **convocava comício**, ia lá **discutia** e nesse processo ia **resolvendo os problemas**.”<sup>235</sup>*

Sendo assim, me parece haver entre os entrevistados de maneira geral uma compreensão e apoio à repressão aos que agiam contra o processo socialista, o que é considerado agir contra a estruturação do estado moçambicano. Seu entendimento sobre o processo caminhava no sentido de considerar Moçambique vítima de ataques externos de grupos “racistas e de direita”, o que tornava defensiva qualquer medida repressiva às ações “contra” em seu território. Passe a dificuldade em determinar o que cada um entendia sobre o significado preciso dessa repressão. Ao mesmo tempo, parte dos entrevistados diferencia esta postura dura contra os “inimigos” de outra, que a organização teria com a população, em relação a qual vigeria, em suas visões, uma abordagem persuasiva. Algo que aparece nos depoimentos de Sakamoto e Renata acima e Wagner abaixo:

*“Mas o governo da Frelimo era um **governo legal!** Eles eram bem intencionados. **Não eram violentos** com a **população**, o negócio deles era a **persuasão**, discutir, falar, falar... Então, às vezes até você... quando você batia com um problema, você ficava esperando uma solução e não vinha aquela solução, porque eles **não davam** uma **solução drástica**.”<sup>236</sup>*

Em seu depoimento, uma “solução drástica” para os problemas e ações que dificultavam o processo se apresenta aos olhos dos entrevistados como uma necessidade do “contexto”, no caso a que o entrevistado se refere, a punição dos trabalhadores que provocavam os já mencionados acidentes de ônibus na TCU. Acredito que a união destas

---

<sup>235</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>236</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

duas percepções: que era “necessário” reprimir a ação de “inimigos” e que só os inimigos eram os punidos, esteja na base da avaliação de alguns entrevistados sobre as ações da Frelimo. Entendimento que me parece estar presente, por exemplo, na afirmação de Igor, feita somente após minha iniciativa de provocar sobre o assunto abuso de poder:

*“E não acho que houvesse, pelo menos na época que eu estava lá. Mas nessa época **não acho que houvesse** qualquer situação de **abuso de poder** por parte da Frelimo ou por parte da direção da Frelimo ou por parte de algum dirigente que eu conhecesse da Frelimo.”*<sup>237</sup>

Outro elemento que deve ser considerado aqui é o compartilhamento de determinados valores considerados “militantes”, principalmente no que diz respeito à disciplina e ao engajamento, a partir dos quais a Frelimo e muitos brasileiros julgavam comportamentos e projetavam-lhes expectativas. Há que se considerar, portanto, a possibilidade da percepção deste “enquadramento” disciplinar como uma virtude:

*“A Frelimo é organizadíssima (...). Disciplinada, **enquadrada**. Você sabe qual é a diferença entre organizada e enquadrada, não sabe? **Enquadrado** é um **termo militar**, enquadrado, você tá dentro do seu quadrado e a Frelimo... **ela enquadrava mesmo**. Ela botava um lugar pra você, era aquele lugar que você tinha que ficar até a sua tarefa acabar, aí você era mandado para outra coisa. E eu **não sou nada contra isso**. Eu não sou nada contra o **enquadramento** e todos os anos que eu vivi lá eu fui **enquadrado** e **nunca reclamei** do **enquadramento**.”*<sup>238</sup>

*“Eu acho assim... politicamente é uma influência totalmente **ocidental, Marxismo-leninismo**. É uma organização marxista-leninista. Agora culturalmente, eu acho que o aspecto mais importante dessa **ocidentalização** era a questão da **língua** e a questão de alguns **costumes**, né? Alguns **costumes rígidos** no tratamento... a igualdade entre homem e mulher, né? (...) [a Frelimo] **obrigava!** Obrigava! Era uma batalha, as pessoas vêm da onde vem. Então, eu acho que isso era uma coisa importante. E a questão da **língua** e a questão do **casamento**, né? Da pessoa **não ser polígama**. Então, isso são coisas que aparentemente **pra nós seriam elementares**, mas que lá eram muito fortes, muito fortes... o contrário era muito forte! E tinha gente do **alto escalão da Frelimo**, que realmente faziam coisas dentro dessa... **não cumpriam essa linha**. É o pessoal **expulsava, reprimia**, era muito disciplinado, era uma **disciplina muito rígida**.”*<sup>239</sup>

Felipe considera, entretanto, que esta postura rígida em relação aos costumes dirigia-se mais ao interior do partido, havendo, em relação à sociedade, uma maior flexibilidade. Todavia, fica claro que à “ocidentalização”, que entendo como referência ao *cosmopolitismo* dos dirigentes da Frelimo, o entrevistado atribui um caráter positivo de superação de “antigas” lealdades, valores e práticas, que igualmente rejeita.

Em contraponto, outros entrevistados apontam como a rigidez deste “enquadramento” mostrou-se, em algumas oportunidades, incompatível com a moralidade partilhada pelos brasileiros, principalmente no que diz respeito ao comportamento e à sociabilidade, mais liberal do que os mais rígidos discursos tolerariam. Este aspecto da

---

<sup>237</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>238</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>239</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

situação dos brasileiros no país passou ao largo nas narrativas, mas mostrou-se o suficiente para deixar claro, por exemplo, que as separações e rearranjos conjugais no interior da comunidade brasileira, algo então relativamente comum, causavam estranhamentos aos dirigentes moçambicanos. Um entrevistado revelou ainda existência de um temor entre os brasileiros de que possíveis “mal entendidos” pudessem surgir de seus relacionamentos com moçambicanos, pois de forma geral, as relações íntimas com estrangeiros despertavam atenção da Frelimo em razão do forte combate à prostituição feito então. Uma atividade considerada característica da antiga Lourenço Marques, identificada com a presença de estrangeiros. Embora nenhum incidente envolvendo brasileiros tenha sido narrado, ouvi rumores de um caso, ocorrido nos anos 1980, envolvendo cooperantes italianos e adolescentes moçambicanas, que resultou na expulsão desses estrangeiros e uma página inteira de desculpas da embaixada italiana nos jornais.

Foi justamente a rigidez do formalismo político e moral da Frelimo, que deu ensejo a que alguns entrevistados, tão logo se sentissem a vontade na entrevista, lançassem suas primeiras críticas:

*“A gente gostava daquele governo, embora achasse que **nem sempre faziam coisas certas**. Nós tínhamos uma espécie de **lealdade** com o governo de Moçambique, que tinha **nos acolhido**, né? A gente tinha... tava ganhando **uma profissão** ali, nós tínhamos total liberdade, a gente pedia... a gente pedia livros... depois foi havendo um **enquadramento**, né?”<sup>240</sup>*

*“Olha, eu me incomodava muito com a **disciplina exigida**... a disciplina própria do partido, da Frelimo. Porque era **rígida**, porque tinha aqueles **valores**, que não me agradavam. Eu **saía um pouco da cartilha** deles e isso às vezes **me criava problema**. E isso... às vezes eu não me sentia à vontade e não via diferenças. Por exemplo, nesse período, que eu vivi, eu só via diferença pra pior: o país regredindo, os problemas crescendo mais, a sabotagem internacional, por ser um país novo socialista na África... isso dava pra sentir, que a sabotagem era enorme! E a gente cada vez mais fechado... a gente que eu digo é o país... Moçambique, né? A miséria aumentando, a dificuldade de acesso aos bens, a coisa era forte nesse sentido. às vezes você pensava: “que merda de socialismo é esse que a gente tá propondo... tá vivendo?” Às vezes eu achava que não tinha nada a ver mesmo. Primeiro, por um lado, **a liberdade era restrita** pra alguns **de criticar** a Frelimo, que eles caíam em cima mesmo. **Quem fosse contra era da Renamo**, era da **reação**, isso dava pra sentir. Mas os problema eram tão grandes que a gente via mesmo **o socialismo sendo questionado** por todo mundo.”<sup>241</sup>*

As críticas parecem-me algo relevante a ser considerado. Primeiro porque julgo incorreto presumir que os fortes laços de solidariedade e apoio mútuo encerrados pelo paradigma eximissem a rede social formada pela esquerda de diferenças internas. Também não acredito ser correto supor que devemos tomar as críticas formuladas durante as narrativas registradas como uma reflexão realizada apenas posteriormente à saída dos entrevistados do país, ou do fim da experiência socialista, nos marcos de uma revisão mais

---

<sup>240</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>241</sup> Entrevista com Ricardo realizada em 02 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

geral de suas visões de mundo, que passasse pela relativização ou mesmo abandono do paradigma. Embora muitas críticas possam ter sido formuladas somente após a saída do país, outras podem também ter sido esquecidas, sendo assim, acredito que levar em conta as críticas feitas seja parte fundamental da compreensão da experiência brasileira em Moçambique. Datá-las, isto é, saber se foram formuladas no momento do relato ou outrora, me parece menos importante que, diante de sua manifestação, avaliar como são colocadas em relação ao conjunto de suas narrativas. Devo mencionar ainda que, nos casos em que o entrevistado não elaborou espontaneamente qualquer crítica ao processo, partiu de mim esta provocação. Declarações interessantes puderam surgir então, como a de Felipe:

*“Críticas ao processo? Tinha. Claro que tem! Lógico que tinha! Não tem processo perfeito em lugar nenhum, mas não era... porque assim, **tinha gente que negava tudo assim...** aquele processo de construção, que tava sendo feito lá pela Frelimo. Gente que tava lá... brasileiros, que achavam que aquilo era zero! **Não concordavam com nada!** Aquilo lá **era um absurdo!** Não era a minha opinião. Eu **tinha uma série de críticas**, mas a situação... eu tinha uma boa visão de conjunto e era uma **situação muito difícil**. Que você tinha como vizinha a África do Sul, que não tava quieta, tava organizando e financiando a Renamo. E a Renamo ganhando força, força, força... até criar uma situação... isso já depois, completamente... ficou um país ingovernável! (...) Claro, tinha uma série de críticas, mas era muito difícil! Como é que você administra um processo político, onde você **tá enfrentando uma guerra?** Você não pode ter muitas aberturas, senão você **dá abertura pro inimigo!**”<sup>242</sup>*

Apesar de suas ponderações se dirigirem às críticas que ouviu de outros brasileiros na época, ao falar sobre as razões pela qual condenava- e ainda condena- a manifestação gratuita destas críticas, Felipe formula aquilo que considero ser a leitura dominante entre os entrevistados: o apoio à Frelimo dava-se em razão da difícil situação provocada pelos “inimigos” e pela “direita”, que justificavam as ações mais rígidas, tornando-as compreensíveis naquele “contexto”. É provável que esta leitura seja a mesma feita hoje por aqueles que Felipe vê como os críticos do passado, a quem não atribuiu nomes. Explicou-me, entretanto, o conteúdo das críticas então existentes:

*“Todos os pontos de vista: político, que devia fazer isso e não aquilo, e assim por diante. Desde gente que achava que ali nunca... **“imagina! socialismo aqui? Nunca!”** Por causa disso: da **história, do povo, da cultura, da formação**. É um país de **analfabetos**, a **miséria** é uma miséria... não é uma miséria... é uma miséria terrível! O pessoal passa **fome**, muitas **doenças**, **não tem meios...** não tinha na época (...). Falar: ó, não queremos isso aqui! Vamos largar isso, porque não conseguimos? **Não existe isso!** Era um desafio gigante, os **recursos eram mínimos**, mínimos, mínimos! E cada dia mais o país entrando numa **guerra interna...** que eles conseguiram através destas questões como casamento, a questão da língua, questões que **pra gente parece detalhe**, mas **pra população era muito importante**. Então, [a Renamo] foram conquistando mesmo populações, que eram antes favoráveis à Frelimo no interior do país, né? (...) Havia **críticas de todo tipo**, desde de gente que achava que ali **nunca ia ser possível o socialismo** (...) e outras que criticavam a Frelimo, principalmente pela **dureza, pela disciplina**,*

---

<sup>242</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

*pela rigidez, eles eram muito rígidos também politicamente. Não tinha muito jogo de cintura, né? Pedra é pedra, pau é pau e não tem conversa! E eram muito obstinados nisso, então quem saía muito fora da linha assim já era contra-revolucionário ou já era inimigo da Frelimo. Acho que perderam muita gente assim, dos poucos que tinham, mas enfim, eles ganharam a guerra assim, né?”*<sup>243</sup>

Mesmo procurando evitar as censuras à Frelimo, o entrevistado acabou formulando o que me parece serem duas reservas à postura do partido: a intransigência e uma parcela da responsabilidade na amplitude tomada pela guerra, numa posição próxima a apontamentos feitos por Geffray (1991). Estas críticas foram repetidas em outras entrevistas. Além disso, não deixa de ser surpreendente tanto a ênfase dada pelo entrevistado à profundidade das críticas de brasileiros “que negavam tudo”, quanto sua menção àqueles que acreditavam que o socialismo não seria possível devido às características do próprio país. Apreciações que chamam atenção pelo fato de não terem sido mencionadas entre as críticas de qualquer outro entrevistado. O que nos faz aventar a hipótese de que determinadas críticas feitas à época entre brasileiros possam ter sido esquecidas ou silenciadas no processo de conformação das *narrativas de esquerda*.

Por outro lado, a postura defendida por Felipe como mais apropriada àquele “contexto”, a saber, a prudência nas análises e declarações e a lealdade com a Frelimo, foram mencionadas por diversos entrevistados como tendo sido uma opção comum entre grupos de brasileiros. Este é o caso do PCB, que, segundo Sakamoto, evitava discutir os problemas de Moçambique em suas reuniões, ou ainda do grupo, que se reunia na casa de Diogo, preocupado com as repercussões que estes encontros pudessem ter:

*“A gente por um certo consenso assim... não tinha muito o que discutir de Moçambique. É claro a gente podia falar e opinar, mesmo porque a gente tava lá, mas havia um distanciamento consensual no sentido de que... bem, aqui é um problema muito mais da Frelimo do que da gente, mas a gente existia como... politicamente lá como grupo político.”*<sup>244</sup>

*“Inclusive é... eu ia falar dessa reunião onde tinha... não sei propriamente se pode falar com ele disso, se ele se lembra... onde tinha o D. A. R.. Onde, no início, agente se reunia uma vez por semana o grupo de brasileiros e trocava informação sobre o que cada um tava fazendo. O que tava acontecendo. Até o momento em que agente se tocou que... eu me lembro da posição do D., a qual aderimos. Ele dizia assim: mas isso vai acabar provocando problemas, porque estamos juntando informações de vários setores do governo Moçambicano e claro que vamos ter um perfil dos acontecimentos, mas... vai se saber, né? Que estamos fazendo isso e, provavelmente, não vai ser muito bem visto, que estamos formando, de uma maneira informal, uma central de informação sobre o que está acontecendo no governo de Moçambique.”*<sup>245</sup>

Foram mobilizadas múltiplas explicações para essas opções de autocensura e afastamento da esfera de decisão (que no caso do PCB poderia até não se manifestar entre

---

<sup>243</sup> Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>244</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>245</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro

os dirigentes mais destacados, mas certamente era adotada pelos militantes de maneira geral) ou ainda para a observação de determinados cuidados para reunir informações ou criticar a Frelimo. Porém, elas estão, em geral, relacionadas a dois sentimentos bastante distintos: a lealdade e o medo, que podiam se apresentar, ou não, em conjunto.

*“Tinha sim, **entre nós** e entre alguns.... entre a **população também criticavam**, mas de uma forma mais **branda. Sem confrontar**. E a gente dizia o que queria também **entre nós** e localizava esse problema também. (...) **Para eles não...** eles tão lá nos recebendo e tem **muitas dificuldades**. Assim que eu pensava, tem muitas dificuldades e só poderia **atrapalhar** se a gente **começasse a criticar**.”<sup>246</sup>*

*“A gente evitava. **Em grupo não** se fazia isso, **discutir Moçambique...** que não era mais o que a gente queria, que tava **degringolando** e começa a **corrupção**. Isso era **à boca pequena, petit comité**. Então, um casal convidava outro casal pra jantar, aí conversava. Você tinha **medo de falar** e ser **convidado a ir embora**. Então as críticas a Moçambique eram feitas a boca pequena e entre **gente da mesma nacionalidade** ou, se tinha algum moçambicano no meio, era, por exemplo, o caso da I., que era casada com um brasileiro e já tava junto, né? Senão... **fora de casa não** se fazia isso (...) **Auto-censura**, é! Você vê é tudo isso que **vai desgastando**. Você pensa: o que que eu tô fazendo aqui? (...) Muita expectativa, que segurou 78, 79, 80, quando chegou 80 a coisa começou a degringolar e a gente viu que a coisa não era bem assim, né? Entre a teoria e a prática tinha um abismo e como o **abismo tomava forma diferente a cada mês** eram muitos monstrinhos... já tavam produzindo muitos monstros mesmo.”<sup>247</sup>*

As razões ideológicas pelas quais sentiam dever tratar com certa deferência a organização parecem-me já terem sido explicitadas. Outras razões que os entrevistados destacam são: o lugar ocupado pelo cooperante na estrutura de posições, bem como as interações e laços de amizade, que proporcionava, criando um espaço, mesmo que pequeno e interno a este círculo, para expor suas ponderações. Por certo elas não encontrariam espaço social mais amplo para suas críticas e, tampouco, podiam ser divididas com a população de forma mais geral. Como me disse Rodrigo: em Moçambique podia discordar, o que não podia era expor a crítica, o que, a bem da verdade, parece ser a mesma coisa:

*“Eu vivia num grupo muito limitado, eu **vivia nas elites**, né, Desirée? Eu tinha um contato com o povo falando em cursos, mas **aparecia ali como um cara da Frelimo**. Ninguém ia se permitir fazer críticas! Agora **nessas elites havia críticas** à Frelimo. O Aquino de Bragança era um cara muito crítico à transformação da Frelimo em marxista-leninista, às aldeias comunais... a gente conversava, mas ele **levava estas críticas ao Samora**. Ele **não podia escrever** um artigo crítico, **não havia liberdade de expressão**, era muito controlado!”<sup>248</sup>*

*“É claro que **não havia**. Primeiro porque **eu não era militante da Frelimo**, não tinha canais de participação, no máximo a gente participava lá dos **grupos dinamizadores**, onde se discutia... mas **era um arremedo de democracia** (...). Na verdade as suas opiniões... como é uma estrutura piramidal, que você começa aqui e junta com mais dois aqui e... quando chega lá em cima, **a sua opinião não tem o menor sentido**. Então **não havia influência** nas decisões da Frelimo, mas também não era... a gente que tava nos órgãos centrais, não sentia muito autoritarismo como o pessoal que tava mais a nível da cidade... Eu trabalhava a nível do governo*

<sup>246</sup> Entrevista com Ricardo realizada em 02 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>247</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>248</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

central, então tinha uma **relação** quase que **direta com a Graça**, ou com a secretária dela, a secretária executiva do ministério ou com o diretor nacional. Então, aí inclusive era uma **relação de igual**, aí você debatia, você quebrava pau, você... então a gente não sentia muito esse problema, a maior parte da nossa **relação de amizade não era com a população, era da direção da Frelimo**. E a gente procurava também **entender as pressões** que a Frelimo vivia pra adotar determinadas medidas, que você não concordava. **Tinha que ser autoritária** em determinadas situações pra poder **sobreviver** e aí a gente **faz concessões**. O que **não é bom!**" <sup>249</sup>

Ademais, houve experiências suficientes para justificar, entre os cooperantes, um receio em dar consequência a sentimentos críticos, mesmo quando estavam direcionadas a aspectos da própria atividade profissional:

*"Eu lhe conto uma história só. Quando nós estávamos discutindo o sistema, em geral as reuniões se faziam lá no próprio prédio nosso, no Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação, era lá. Quando acontecia uma bronca maior, alguma coisa assim (...) um impasse, éramos chamados ao ministério. E então havia uma reunião formal ou com o diretor nacional de educação ou, menos, com a ministra, que era a Graça Machel, a senhora ministra mulher do presidente. E numa reunião, quando estávamos nessa discussão de língua e não sei que... não! Já não podia! A discussão nem era isso... Desirée! Era uma questão... um detalhe! Uma questão mesmo de... nem me lembro qual era, qual foi a espoleta da coisa... mas ficou a frase, a situação. E a partir daí, que **eu resolvi ir embora mesmo**. Nós távamos lá, uma reunião no ministério, ela presidia e eu estava com o diretor do INDE do lado, que era indiano, então fala pouco e sabe? Vaselina mesmo. E mais gente. E eu como chefe de departamento de português. Aí houve uma discussão lá de um tema e eu **ousei falar** que nós tínhamos discutido no departamento de português. Nós tínhamos discutido no INDE e a **maioria absoluta** chegou a essa conclusão. Aí a Graça Machel falou assim: "aqui, a **maioria absoluta sou eu!**" **E bateu na mesa**. Sabe essa coisa do macho? Macho autoritário? Ela fez isso: "Aqui a maioria absoluta sou eu!" E deu uma porrada na mesa!" <sup>250</sup>*

*"Um dia um cara lá me deixou de **saia justa** porque eu comeci a **fazer críticas**... tava lá na reunião de departamento e comeci a **fazer críticas** ao departamento, à universidade. E um moçambicano... a reunião foi muito crítica, outros estrangeiros falaram... e ele disse: Olha, aqui tem o seguinte, tô vendo que há muitas críticas, muitas... as pessoas que não são moçambicanas e que não estão gostando muito daqui sempre tem... **sempre pode-se ir embora**." <sup>251</sup>*

As ameaças- e o receio frente a elas- não deixavam de ter fundamento. Se os moçambicanos não "enquadrados" corriam o risco de conhecer de perto os "campos de reeducação", os estrangeiros podiam sempre "tomar um 24/20" (e há quem realmente o tenha tomado), expediente criado ainda no governo de transição que dava aos "colonialistas" 24 horas e 20 quilos de bagagem para sair do país:

*"Porque naquele tempo tinha a **história de 24/20**. Se você fizesse alguma coisa, não precisava ser ladrão... esse aqui tomou... não tomou um 24/20, mas **mandaram sair por causa da maconha**, por causa da suruma, de fumar. E **fazer confusão** e de **dançar bêbado** lá no meio dos professores, mas era a coisa do 24/20 que eles falavam. Diziam que era pros portugueses, que **sabotavam a revolução** dizia, você tinha **24 horas e 20 kilos pra sair do país**. Então nessa altura: "ó cuidado! Que o próximo passo, você vai receber o 24/20!" Eu, pra não receber o 24/20, enfiei o rabo entre as pernas e fiquei moderado até o fim. Aí fiz meu trabalho e fiquei na minha." <sup>252</sup>*

<sup>249</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>250</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>251</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>252</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

O sujeito em questão convidado a se retirar era um brasileiro que trabalhava como professor em Pemba, cidade ao norte do país. Após um ano, viu ser rescindindo seu contrato pela alegação de que andava em “*companhias inadequadas a um professor e politizava as aulas*”. As “companhias inadequadas”, segundo o mesmo, eram populares locais, que, em sua opinião, a Frelimo queria apartados dos cooperantes, podemos imaginar, a partir do trecho, que por razões relacionadas a padrões de comportamento. Já “fazer política”, surpreendentemente (ou não) era uma atividade vetada pelo contrato de trabalho, conforme pude conferir. Outros brasileiros (possivelmente mais dois) foram convidados a sair do país, aparentemente devido à reprovação de seus comportamentos, sem ter, entretanto, havido qualquer expulsão, já que outros brasileiros, com acesso e boas relações com dirigentes da Frelimo, intervieram, conseguindo mediar, mas não alterar a decisão<sup>253</sup>:

*“A relação era muito boa, né? Até de vez em quando a gente teve alguns problemas, alguns brasileiros lá que eram **alcoólatras**, começaram a **dar escândalos**, a polícia pegou **queria expulsar**. Então a gente **ia lá negociar** no ministério, porque a gente **tinha acesso**, né? “Tá bem, a gente se responsabiliza por ele, ele vai embora, mas não precisa a expulsar, se chegar lá expulso vai dar problema.” Então tinha umas coisas assim que a gente conseguia resolver porque a relação era muito boa. Teve, então, **um ou outro problema com brasileiro**, que eu me lembre agora teve **uns dois**, que tavam lá pra ser expulso e a gente conseguiu contornar.”*<sup>254</sup>

*“Tive um amigo, por exemplo, sul-africano, um sujeito excepcional que morava em Moçambique havia muitos anos. Branco e era ecólogo (...) trabalhava em Moçambique, ele adorava aquilo ali por causa das reservas e tal, falava vários idiomas locais, além do português (...). E uma vez ele foi preso, passou... **ficou 6 meses preso numa situação horrível**, porque ele foi uma vez acompanhar uma delegação americana numa parque, numa reserva natural e nas conversar ele falou que tinha **falta de material**. Então estes americanos, que tavam lá, depois mandaram pra ele **máquina fotográfica**, não sei o que, não sei o que... papapá... papapá. Acusaram ele de **agente da CIA!** Ficou preso por 6 meses, **passou mal**. (...) O T. não foi expulso porque eu intervi na última hora. Fui falar com o delegado de polícia. É tinha uma **moralidade muito rígida aparente** (...) mas o T. fazia muito escândalo, isso aí aparente, né? Ele foi pego **11 horas da noite de um domingo de shortinho**... de sunga fazendo **discurso na frente do palácio do presidente, bêbado!** 11 horas da noite de shortinho e bêbado fazendo discurso! E como ele já tava visado por uma **série de comportamentos**...”*<sup>255</sup>

Sendo assim, o controle social estabelecido no país possuía elásticas margens para quem poderia ser enquadrado como o “inimigo”. Categoria que poderia atingir também estrangeiros cooperantes se fosse o caso de fugirem demais à “linha” da Frelimo, seja por intenção ou azar, como no caso do sul-africano, tomando atitudes suspeitas a seus olhos. Desse modo, o controle rigoroso englobava também os funcionários das estruturas

---

<sup>253</sup> Não deram a mesma sorte dois médicos brasileiros, que foram presos e expulsos de Angola, acusados, ao que parece por engano, de participar da Revolta Ativa de Nito Alves. Sua prisão mobilizou a comunidade brasileira em Moçambique, Angola e Europa, que acabou conseguindo liberá-los, sem evitar sua expulsão.

<sup>254</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>255</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

estatais, moçambicanos ou estrangeiros, fossem boas ou ruins suas relações com os dirigentes moçambicanos. Sobre o assunto falaram duas entrevistadas, Carla e Raquel:

*“Uma vez, uma vez eu tava falando ao telefone com uma das brasileiras e estava escandalizada com alguma coisa. Não me lembro mais agora, alguma coisa que estava acontecendo na direção nacional de educação, que eu discordava radicalmente e que estava sendo feito por moçambicanos. Eu digo: “que absurdo! Como é que fazem isso?” E tal... discordando. Ai entra uma voz no telefone, que **era a censura do telefone**. E diz: “**você tem que contar isso pro ministro!**” A conversa estava sendo escutada e a pessoa que estava escutando se empolgou e entrou na conversa: “você tem que contar isso pro ministro!” **Então a gente era controlado.**”<sup>256</sup>*

*“Quando **as coisas mudavam**, mudavam ministro... alguém... teve **várias fases** que era... teve uma fase em que as pessoas começaram a ser **muito perseguidas e presas**. As pessoas... os moçambicanos mesmo, eram **os nossos amigos**, nossos colegas de trabalho. Então a gente ficava muito preocupado e se reunia pra discutir o que fazer (...). As brigas internas, eram **brigas internas**, então **o SNI de lá**... não sei como é que chamava, resolvia que fulano e fulano não estão bem lá nessa... na função deles e que eles estão **privilegiando tal país** ou então que **tão passando informação**. Eram coisas assim que acontecia e que **a gente não sabia direito** o que que era, mas que as pessoas foram muito perseguidas em determinado momento. Quando um grupo subia... quando um grupo chegava ao poder com muita força e que, por exemplo, tinha essa idéia, entendeu? **Precisa vigiar os brancos** todos que tão no poder, porque eles tão entregando o país pra não sei quem, tão passando informação pra não sei onde. Então, assim **uma vez vários foram presos** uma época, estes que eram chefes, que tinham postos de secretários nos ministérios, os grandes chefes, que eram quem tinham as grandes decisões na mão mesmo, muitos foram perseguidos e foram presos e muitos foram pessoas dessas nossas amigas, então agente ficava perdido também, né? Porque a gente **não entendia bem o porque**, não sabia. **As informações não chegavam** e a gente não sabia como fazer. Como se situar nessas questões.”<sup>257</sup>*

O “SNI de lá” era a SNASP, responsável ao lado da PPM pelo combate à contra-revolução. A eles estavam submetidos os grupos de vigilância popular, que controlavam a vida das populações nos bairros e locais de trabalho. Este sistema de controle policial possuía certa autonomia e podia efetuar prisões e decidir sobre o envio de pessoas aos “campos”. Para além desse controle político das ações sociais, havia também um caráter moralizador e de controle dos comportamentos pessoais pelo combate à prostituição, às drogas e outros comportamentos excessivamente liberais aos olhos da Frelimo.

Se por um lado havia aqueles entrevistados que compartilhavam estes padrões, os demais as incorporavam pelo disciplinamento, algo que em geral fazia parte do conjunto de práticas dos militantes de esquerda. Daí que Rodrigo e Sérgio apontem as responsabilidades dos expulsos por sua fuga a um padrão de comportamento. Por outro lado havia, como argumenta Raquel, uma esfera de confusão gerada pelo fato de entenderem que as perseguições eram motivadas muitas vezes por razões distintas das declaradas, construindo um ambiente de tensão que exigia a vigilância permanente do próprio comportamento. A amplitude desta perseguição foi assunto menos abordado nas entrevistas, entretanto, me parece ter sido fundamental para compor o quadro das

---

<sup>256</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>257</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

insatisfações em relação à Frelimo. Na carta abaixo, trocada entre dois brasileiros (reproduzida em livro de memórias), o remetente procurava alertar o amigo, residente em outra província, quanto ao quadro repressivo de Maputo, pois temia, pelas notícias recebidas sobre seu comportamento lá, que o mesmo pudesse se passar com ele:

Grilo-aviso para todos: Manuel está preso desde semana passada. Onda escrota da polícia de Maputo, aquele problema dos quadros que sobreviveram ao período colonial. Da pra entender, há coisas prioritárias por fazer, mas enquanto isso as pessoas dançam sem ter nada a ver com o peixe podre que circula por aí; batida de sábado a noite na Costa do Sol, agarraram a Isa por estar sem documento, intercederam o Jorge e o Manuel, acabaram todos dentro com outros amigos e pelo caminho, sem ter realmente nada a ver com o angu, são envolvidos pela brigada anti-narcóticos... dia seguinte, batida nas casas, tudo limpeza, porém no quarto do Manuel encontraram uma latinha com resíduos de maconha, segundo a polícia os outros foram soltos, mas o Manuel continua lá, parece que a coisa se esclarece essa semana, tomara que sem maiores grilos. (RABELO, 2009:140)

Se diante deste quadro as críticas eram omitidas ou reservadas aos inseridos no grupo dos brasileiros, as entrevistas se tornaram uma oportunidade para expor as visões fugidias àquelas de exclusiva exaltação ao processo, trazendo percepções outras sobre o processo político e seus métodos. Algumas puderam revelar, em graus variados, a compreensão de que o processo estava imbuído de contornos violentos. Nesse sentido opina Diogo, sobre as assembleias e o processo de identificação dos “comprometidos”:

*“Uma vez teve uma grande **assembleia** lá, **maoísta**, né? Maoizante. De discussão **crítica e auto-crítica**. Fiquei muito **incomodado** com aquilo... chato! **Críticas públicas**... é uma coisa maoísta (...) eu **repudiava desde aquela época**. Eu assisti e fiquei muito **constrangido** com aquele massacre, muitas vezes **ajustes de contas pessoais** assumindo uma **veste política**.”<sup>258</sup>*

Também o faz a “companheira” do exilado/cooperante Ricardo, que foi pela primeira vez ao país em 1986, acompanhando um rápido retorno do companheiro. Nesta ocasião tiveram a oportunidade única de visitar um “campo” destinado aos “bandidos armados”, membros da Renamo capturados durante a guerra. Ela deu sua opinião em vários momentos da entrevista e não deixou de mencionar o horror do que lhe foi dado a ver, bem como o impacto dos “campos” entre a população:

*“Eu cheguei a visitar alguns e presenciar cenas de assassinato até. (...) Pessoas **suspeitas** de serem bandidos armados e serem **mortas a pancadas**. Coisas muito **crúéis** assim e dentro destes **campos de reeducação**, que **a população odiava** isso. E na própria cidade, em Maputo, tinha uma coisa, que a população odiava também, era... eu não me lembro o nome, mas eram **pessoas da Frelimo**, que meio que agiam... meio que como fiscais... **vigias de comportamento**, em relação aos jovens e esses caras **denunciavam** isso: aqui tá acontecendo isso. E esses jovens eram mandados pros campos de reeducação, era uma coisa que a população...”<sup>259</sup>*

---

<sup>258</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>259</sup> Entrevista com Ricardo realizada em 02 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

Surgiu ainda o entendimento de que na tentativa de ler o país pela ótica marxista a Frelimo “operou uma negação da realidade” (GEFFRAY, 1991:16), que igualmente levava a relações autoritárias com a população:

*“Eu acho que foi um erro da revolução, proibiu várias coisas da cultura tradicional, a poligamia, o lobolo, que era a venda da mulher, não é venda propriamente, era o dote que era dado pela mulher. Quer dizer, eles entraram assim proibindo a cultura tradicional e impondo o marxismo, uma coisa que não comportava. Então eu acho que foi um erro! Havia uma certa negação da cultura local, certa apologia do científico e do marxismo como a solução científica em um país que não havia uma cultura pra absorver isso. Inclusive o D. tem uma foto belíssima, se você lembrar pede pra ele, ele deve ter ainda, que tem uma menininha na frente de um muro e no muro tem escrito “viva a ciência científica!” Porque tudo tem que ser científico, eles queriam superar a visão mística, acontece que o país, a cultura era profundamente mística. Então ficava um negócio muito engraçado sabe? (...) O Samora era um grande líder, né? A população por um lado o idolatrava, por outro subterraneamente continuava vivendo no que achava que tinha... por exemplo, eu tinha uma empregada (...) ela separou do marido e ela me dizia assim: “ele tem obrigação comigo por que eu sou lobolada!” O fato de ser lobolada era um status e isso era negado pela revolução, o direito ao lobolo. Então eles radicalizavam, mas a população ficava fazendo um pouco do que o partido mandava e um pouco o que a tradição inspirava.”<sup>260</sup>*

*“Tem umas coisas que... a Frelimo tentou fazer como que assim... por decreto, mudar uma cultura por decreto. Então proibia rito de iniciação, proibia... eles tem uma coisa lá... as cerimônias dos mortos, um monte de coisas assim. E aí o que acontecia? A população continuava fazendo, não deixavam de fazer e era mais forte ainda, porque aí era clandestino. Então, eles se reuniam pra fazer as coisas clandestinamente. Eles tentaram também proibir a poligamia, as próprias mulheres não quiseram “ou vocês dão homens pra gente, ou a gente quer ser mulher de polígamo, mas ficar sem homem nós não queremos”. Então tinha uma resistência da cultura, que Frelimo tentou fazer mudanças e não pegou mesmo. Outras eram muito importantes como obrigar as meninas a ir para a escola, por exemplo, era importante pra elas se formarem, estudarem, ter profissão, irem pra universidade, tudo isso foi uma revolução importante. As mulheres não tinham lugar na sociedade, tanto que elas nem sabiam falar português, quem sabia falar era o homem, então os homens que dominavam tudo. Isso aí foi uma mudança da Frelimo. Agora quando quis fazer na marra mudança cultural, aí não deu certo, nunca conseguiu, prendeu gente, não sei que, não sei que, mas nunca conseguiu.”<sup>261</sup>*

Por outro lado, a idéia de que a população, mesmo admirando Samora e a Frelimo, ignorasse as decisões que transgrediam seu ordenamento de idéias e práticas parece interessante por duas razões: surgir com relativa regularidade e ser uma interpretação também aplicada por cooperantes que nutriam insatisfações à suas próprias ações. Um dos entrevistados denominou “jogo de cintura próprio de quem foi colonizado” a capacidade dos moçambicanos de evitar sem confrontar, encontrando variadas formas de acomodar suas aspirações às da Frelimo. Muitos relatos sobre o “tempo Samora”, em narrativas de memórias ou acadêmicas, aludem à existência desta postura entre a população, que passava a adotar determinados comportamentos, que manifestassem a adesão ao projeto socialista, o que não significaria necessariamente o rompimento com suas antigas

---

<sup>260</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>261</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

fidelidades<sup>262</sup>. Ignorar determinadas exigências, consideradas excessivas, ou simular cumpri-las apenas enquanto a atenção da Frelimo recaísse sobre elas surgiram em algumas narrativas como a resistência possível àqueles que apoiavam o processo, mas desenvolviam reservas em relação a medidas e decisões tomadas pelo partido.

Segundo essas narrativas se, por um lado, alguns brasileiros aceitariam em absoluto os desígnios da Frelimo, haveria aqueles que criariam suas próprias estratégias para amenizar estas pressões. Algumas delas, que seriam realizadas no âmbito do trabalho e do “grupo”, já foram citadas, vale ressaltar que a formulação destas críticas podia, por vezes, passar por releituras sarcásticas do processo:

*“A Frelimo tinha uma visão... muito distante do povo. Tinha um hino lá que eu achava horroroso, era **Kanimambo Frelimo!** Quer dizer: muito obrigado, Frelimo! (...) Eles eram muito elitista, eles tinham **uma visão muito elitista...** revolucionários, mas elitistas. As vanguardas revolucionárias são assim. (...) A população tinha uma grande **admiração pela Frelimo** e as **críticas eram muito omitidas**, porque era uma ditadura. **Vivíamos uma ditadura!** Eu me lembro... o Zé Celso Martinez Correa teve lá em Moçambique e logo bateu de frente com censura governamental (...). Eu me lembro que a gente fez **uma reunião lá em casa**, havia muita gente e o Zé Celso fez o relato dele das... das sacanagens que ele tava sofrendo e o T., que tinha acabado de chegar, levantou-se indignado e disse: **“vamos à imprensa!”** Aí houve aquela **gargalhada...** “ô T. senta aí, nós tamos numa ditadura!” Aí brincava... **do proletariado!** O proletariado era coisa alguma, né? (...) **A ditadura era do partido**, era da Frelimo, impropriamente chamada do proletariado, mas era do partido, nós vivíamos uma ditadura política! Eu me lembro que de vez em quando **o Samora fazia um discurso** e o pessoal se reunia... eu nunca participei desse tipo de reunião... terrível, né? **Vamos nos reunir para estudar e assimilar o discurso do camarada Samora Machel.** Não era debater, era assimilar, não tem... você não vai criticar, você não vai discutir criticamente o discurso, você vai assimilar o discurso. (...) Até na própria estruturação, o vanguardismo era tremendo... eles inventavam **palavras de ordem que eram impossíveis**, por exemplo, tinha uma palavra de ordem lá que era: **“A desencadear a ofensiva generalizada em todas as frentes!”** E o T. ficava **de sacanagem, imitando um comício** em que o Samora diria: **“A desencadear a ofensiva generalizada em todas as frentes!”** E **a massa responderia: “A desencadear!”** Era uma coisa completamente pirada!”<sup>263</sup>*

É possível que estas menções jocosas tenham sido relativamente difundidas no “grupo”, contadas e recontadas tanto na época, quanto posteriormente à volta ao Brasil. É o que parece sugerir o depoimento de Manuela, filha de exilados, portanto, uma criança no “tempo de Moçambique”, ao revelar ter ouvido contar (sem precisão temporal) sobre o episódio em que um brasileiro, durante reunião na estrutura de trabalho, referiu-se a outro como “camarada fofinho”. A alusão à alcunha carinhosa pela qual a esposa lhe chamava nos círculos de intimidade e amizade de brasileiros, pretendia ironizar a formalidade presente na constante introdução do termo “camarada” antes dos nomes.

---

<sup>262</sup> Geffray (1991) está entre esses autores, interpretando desta maneira situações como: a repetição das palavras de ordem (narrada por Sérgio, por exemplo), na montagem de palhotas em aldeias comunais com o objetivo de manifestar a adesão à Frelimo e não necessariamente destinada à moradia, mantida em outras áreas, na prática de votar em lideranças “tradicionais” para as assembleias do povo.

<sup>263</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

A exposição das críticas, sobretudo as que apontam para as práticas violentas da Frelimo, traz consigo uma questão: em que medida a lógica do conflito e a adesão ao *paradigma de esquerda* tornou essa violência tolerável aos brasileiros? As entrevistas sugerem que, embora possuísse força a perspectiva do agir conforme “as necessidades da revolução”, alimentada tanto por outras experiências socialistas, que compunham o arcabouço simbólico do paradigma, quanto pelo “contexto” local, o projeto da Frelimo, principalmente no que diz respeito à relação com a população, não lhes pareceria “*portador de violência em si próprio*” (GEFFRAY, 1991: 17). Ao menos não em relação à população, o que seria reprovável a seus olhos. Segundo Geffray (Op. Cit.), ele mesmo um intelectual inicialmente seduzido pelo socialismo em Moçambique, o projeto estaria “*marcado por uma certa forma de ingenuidade que caracterizava a intelectualidade urbana e cosmopolita da capital. Os princípios morais e políticos que animavam o projeto (...) tinham um grande impacto: progresso, igualdade, solidariedade, democracia, comunidade, fraternidade, autonomia, dignidade, educação, bem-estar e saúde.*” (GEFFRAY, Op. Cit.: 17)

As narrativas são recorrentes em apontar como a partir dessas imensas expectativas em relação ao socialismo moçambicano, estas críticas vão se desenhando aos poucos, ao longo de um processo em que os sentimentos de solidariedade e lealdade “de esquerda” são tensionados pelo surgimento da interpretação de que havia excessos de poder ou autoridade. Gradualmente eles vão sendo efetivamente percebidos como geradores de relações de violência não aceitáveis, ou seja, aquelas que extravasam a ação sobre o “inimigo”. A guerra e o recrudescimento da “vigilância e violência revolucionárias”, que se seguiu, teria sido uma das principais responsáveis por destacar essa condição a seus olhos, colocando por terra as expectativas iniciais:

*“É complicado viu, é complicado. No geral até então... porque depois, você sabe muito bem que depois teve a guerra (...) a própria Frelimo usou o mecanismo do **recrutamento compulsório**, ou vai ou morre! A própria Frelimo fez isso, **não era convencimento**. Então... e a Renamo e outros grupos (...) usaram muito o recrutamento compulsório (...) Até então havia muita expectativa e **muita esperança** em relação à Frelimo, de que realmente ia melhorar as condições de vida e papapá... papapá. E esse foi outro erro da Frelimo, que eu não tinha falado, que é a questão da constituição das **aldeias comunais** de forma **compulsória**, foi um pouco **forçado**. (...) Então normalmente esse processo não deu certo, agora, quando eu trabalhei, ainda havia a expectativa de que a vida deles ia melhorar, o que teoricamente era correto, entende? Porque a população dispersa no meio do mato, então quando você junta tem condições de tratar melhor, só que... quer dizer de dar melhores atenções e melhores cuidados, só que estas melhores atenção e melhores cuidados **nunca vinha!** Então o que ficou é que as pessoas ficaram longe das suas áreas de produção, ficaram longe das suas áreas tradicionais e não tiveram uma recompensa. Então começou a gerar um processo de desmantelamento dessas aldeias comunais e de revolta contra a Frelimo, que fez isso um pouco forçado. E aí vem o problema lá da **falta de democracia**, que é complexo, a estrutura de **partido único**, de estado com partido único a estrutura de poder ela é **muito centralizada**. E*

quando vem uma ordem todo mundo aplica. Até porque, se não aplicar, o outro **denuncia**, denuncia pro camarada de cima e o camarada de cima vai punir o de baixo.”<sup>264</sup>

“Para mim, o ponto zero é este, a guerra civil foi.. a independência do Zimbábue foi em 1980. Aquele movimento, que era apoiado pela Rodésia do Sul... de moçambicanos, foi reciclado na África do Sul e reinjetado para começar esta guerra civil depois de agosto de 80. Sobre isso tem outro livro que você deve conhecer a... Antropologia de uma guerra civil do... Geffray. Você deve conhecer essa história, depois teve em oitenta e... acho que no final de 82, **os Acordos de Nkomati**, que foi uma situação muito difícil, politicamente cada vez mais insustentável. Porque a Frelimo se fechou num ciclo de **guerrilha, contra-guerrilha, oposição, repressão, reintrodução de castigos corporais, chicoteava, etc.**, que era meio... quer dizer, **não estávamos lá para isso!** Teve uma vez que pegaram **um indiano**, que tinha sido preso fazendo e... contrabando de... de... contrabando com a Suazilândia. O cara tinha sido preso, tinha sido julgado, aí foi tirado da cadeia, tinha sido **rejulgado para ser fuzilado**. A situação politicamente... estava completamente **fugindo do controle!**”<sup>265</sup>

Contudo errará quem inferir que desta postura crítica advêm necessariamente o rompimento com a Frelimo e a saída do país. Apesar de alguns entrevistados terem apontados suas censuras ao processo como responsáveis por sua decisão de volta ao Brasil logo a Anistia o permitiu, a grande maioria demonstra ter mantido sentimentos de compromisso, pressionados a não abandonar a Frelimo naquela “situação” tanto ideologicamente, pelo paradigma, quanto cotidianamente, pelo quente “contexto” local, que colocava o país na condição de vanguarda anti-Apartheid. Foi a conclusão a que chegou Jacques, ao procurar determinar o momento em que esta tensão levou-o decidir pelo rompimento com a Frelimo, em meio à profunda transformação vivida então pelo país em acontecimentos cotidianos, que alcançavam, nos anos 1980, ritmo acelerado:

“E conforme estava nesse vai e vem, nessa situação você não tem sensação do tempo. O tempo passa muito rápido porque você tem novidades todos os dias. Depois teve ataque da África do Sul, dois ou três ataques da África do Sul sobre Maputo. (...) Um **bombardeio**, um ataque com avião... com helicóptero bombardearam. Outra vez eles lançaram um **avião teleguiado** pilotado por um avião atrás a tirar fotografia da zona da presidência e tal. E o **avião foi interceptado** por um foguete soviético, mas atirado pelo exército moçambicano. Foi espetacular! **Em pleno meio da tarde... explosões!** Teve gente ferido, porque... de pânico. Gente que se atirou das escadarias da administração... dos prédios administrativos de medo do barulho da explosão. E outra vez pior foi quando comandos sul-africanos entraram de noite e foram **assassinar gente da ANC** na periferia de Matola. (...) E por outro lado, quer dizer, tinha começado... **começou a praticar suas barbaridades**, inclusive chicoteadas e não sei que. Uma vez eu vi um... tava na SOSIMO... e vi uma cara, funcionário da SOSIMO. Era motorista... era segunda-feira, contar que, no domingo, ele tinha saído com a família de ônibus para um bairro de periferia, onde estava outro pessoal da família. Tinha uma blitz e... aí eles mandaram todo mundo descer do ônibus, para revistar o ônibus e revistar o pessoal que estava no ônibus, ver se tinha gente armada e tal. Ver se tinha arma e não sei que. Mandar subir de novo. E o cabo lá manda o ônibus avançar. E o motorista do ônibus não entendeu... bem, em vez de avançar para a direita, avançou para a esquerda... (...)o cabo mandou parar de novo, mandou o motorista descer e mandou **dar dez chicotadas no cara**. Aí o desgraçado saiu completamente [incompreensível]. Chicotada pra todo lado, todo cortado, todo rasgado, incapacitado de tomar a direção do ônibus.”<sup>266</sup>

<sup>264</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>265</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>266</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro

Segundo o entrevistado, a questão que se colocava então (a mesma colocada por Felipe e outros entrevistados) era condenar a Frelimo e largá-la “naquela situação”, o que, em sua visão, poderia contribuir para piorá-la, ou manter a lealdade mesmo diante dos desacordos e insatisfações. Para ele, a questão veio a termo quando em 1984, com a assinatura dos Acordos de Nkomati com a África do Sul, em que os dois países se comprometiam a impedir ações contrárias ao vizinho em seu território, o que para Moçambique significaria retirar sua proteção aos militantes do ANC. A declinação dessa condição de vanguarda anti-Apartheid e da lealdade aos exilados do ANC romperia a lógica dos laços de fidelidade “de esquerda” abrindo, em suas visões, a possibilidade de saída do país. Como “*última coisa engagée*” feita em Moçambique, onze anos após sua chegada no país, o entrevistado aponta terem escondido em casa, por serem “*acima de qualquer suspeita*”, armas e outros materiais do ANC, que então teve as casas de militantes e “aparelhos” revistados pela Frelimo, em uma postura lamentada pelos brasileiros.

A maioria dos entrevistados deixou o país no contexto da Anistia, ainda nos anos de forte “espírito revolucionário”, mobilizados pelas ligações afetivas e políticas, saudades do Brasil, que nunca os abandonou. Em menor número estão aqueles que não se afetaram por este sentimento, permanecendo no país e participando do “contexto” muito mais tenso, que se deu ao longo dos anos 1980. No caso destes, será invariavelmente a degradação da situação política e social moçambicana a que atribuirão seus desejos de volta ao Brasil. Sobre este período, outro entrevistado, que deixou o país somente em 1986, declarou ter podido assistir em Moçambique a queda antecipada do “*nosso muro de Berlim*”. Porém, esta diferença temporal não parece ser determinante para a definição de suas leituras sobre o país, pois em ambos os casos, o que se apresentam são *narrativas de esquerda*.

Criticando ou não determinados pontos da experiência ou passagens de sua própria trajetória, relendo ou mantendo valores políticos, abandonando ou não o paradigma como referência, os entrevistados, através de suas narrativas, põem em presença as premissas e os “contextos”, trazendo o conflito como universo de sua ação social, a tomada de “posição” como condição de sua agência. A reconstrução de suas trajetórias passa por tomar o “contexto” como fonte de uma coerência condutora de seus atos e ideias.

Avaliando suas trajetórias dessa maneira alguns entrevistados disseram não ter arrependimentos por nada do que fizeram, demonstrando considerar não ter infringido preceitos políticos e morais pessoais ou de seu grupo de pertencimento. No entanto, me parece que o sentido de “contexto”, aludido pelos entrevistados, quer expressar algo ainda

além, traduzido da seguinte maneira pelas palavras de um entrevistado: “*eu tenho uma visão crítica, o que não significa que eu não fizesse de novo tudo igual*”. Para estes sujeitos havia que se tomar uma “posição”, que, no caso específico, era ao lado da Frelimo e da experiência de socialismo em Moçambique:

*“Agora, que a opção pelo socialismo e eles se declararem marxista foi um erro histórico foi uma convicção que eu tive depois que se degingolou. Na época, eu achava uma maravilha, entende? E não via como ser diferente, o governo não ser forte, face o boicote e a resistência que eles sofriam... eram extremamente boicotados. (...) Então eu acho difícil fazer essa crítica do governo forte fora do contexto. Naquele contexto, eles não tinham alternativa. Podia ter sido diferente? Não sei se podia ter sido diferente!”*<sup>267</sup>

Diante disso, talvez seja prudente imaginar não apenas a dificuldade encontrada para criticar o processo durante a participação nele, mas também em fazê-lo após a partida de Moçambique ou da derrocada do socialismo moçambicano:

*“Quando eu voltei de Moçambique, o pessoal na Suécia só falava mal de Moçambique, só falava mal de Angola, então os caras ficavam me sondando.... aqueles caras lá da Universidade e tal: “Você não quer fazer uma palestra sobre Moçambique?” Eu digo não. “Mas porque que você não quer falar de Moçambique?” “Porque vocês querem que eu fale mal de Moçambique. Eu não vou falar mal de Moçambique!”*<sup>268</sup>

*“E tinha o lado também que eu me sentia de certo modo dando continuidade a minha militância revolucionária, porque eu tava vivendo em um país que estava vivendo uma revolução. E embora eu tivesse críticas ao partido e à Frelimo e algumas de suas políticas, globalmente eu me considerava identificado com a... com aquela aventura, enquanto eu estive lá... Se bem que depois eu fui convidado a escrever sobre a minha aventura moçambicana ou sobre Moçambique. Mas eu sempre me recusei, porque eu inevitavelmente ia colocar minhas críticas e não me sentiria bem, porque eles foram tão generosos comigo... eu não me sentiria bem.”*<sup>269</sup>

A “identificação global” com o socialismo dava sentido à presença, à permanência e à cumplicidade. O fim desta utopia foi também o fim da “aventura moçambicana” para a maioria dos entrevistados, ainda que nem todos brasileiros tenham apercebido:

*“Alguns ficaram lá. Eu sei de alguns brasileiros... me parece que o P. ficou. Nunca mais voltou (...). Mas, Moçambique hoje em dia... eu acho que é capitalista, né? Então acho que ele já podia voltar!”*<sup>270</sup>

Por sua vez, a identificação com o Brasil e como brasileiro, bem como o desejo de voltar a “fazer política” no país serão as razões mais mencionadas para a volta tão próxima à Anistia de muitos entrevistados. Vários deles atribuíram naturalidade à volta, tratando-a em suas narrativas como algo que nunca havia sido posto em questão. Durante todo o exílio, era presente a idéia de que tão logo a Anistia saísse, voltariam. A urgência da volta era o que afinal os caracterizava como exilados e exaltava sua identidade de brasileiros, que nunca se perdeu.

---

<sup>267</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

<sup>268</sup> Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.

<sup>269</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>270</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

## IMAGENS



Figura 10: quatro moçambicanas. Foto: Daniel de Andrade Simões.



Figura 11: Casal de brasileiros com tropa da Frelimo. Foto: Paulo N'igive.

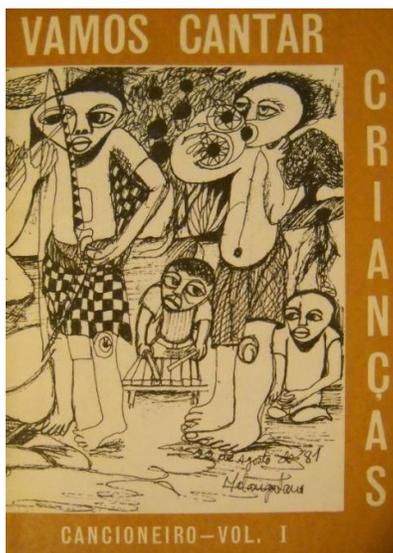


Figura 12: Livro de músicas infantis. Ministério da Saúde, Moçambique. Ilustração: Malangatana. O livro é composto por músicas recolhidas junto a grupos locais, as quais foram adicionadas letras “revolucionárias”. Há canções como “Os pioneiros de Angola”, de caráter “internacionalista” e “Nas compras”, contra a prática da “candonga”. Há também a brasileira Asa Branca, de Luiz Gonzaga. O livro se destinava à Educação Infantil.



Figura 13: Lema do exército da Frelimo.  
Disponível em:  
<<http://africanactivist.msu.edu>.> Acesso  
em 14/01/11.

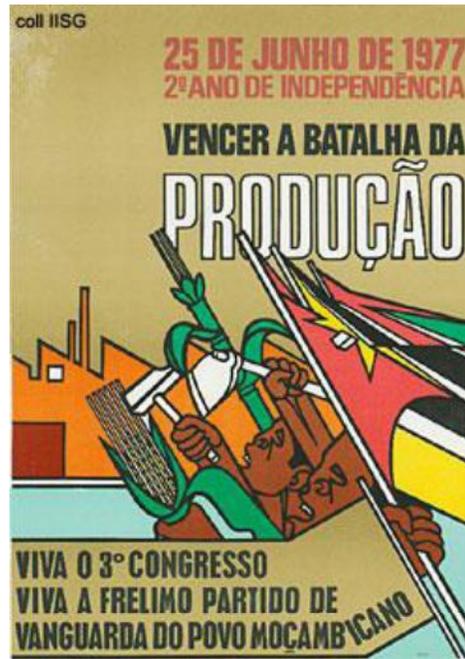


Figura 14: Cartaz 3º Congresso de 1977.  
Disponível em: <<http://www.iisg.nl/>>.  
Acesso em 14/01/11.



Figura 15: Samora Machel em Comício.  
Acima dele, o grande painel com sua  
foto. Foto: Daniel de Andrade Simões.



Figura 16: Exército da Frelimo em formação. Na  
bandeira suas referências políticas: Marx, Engels  
e Lênin. Foto: Daniel de Andrade Simões.

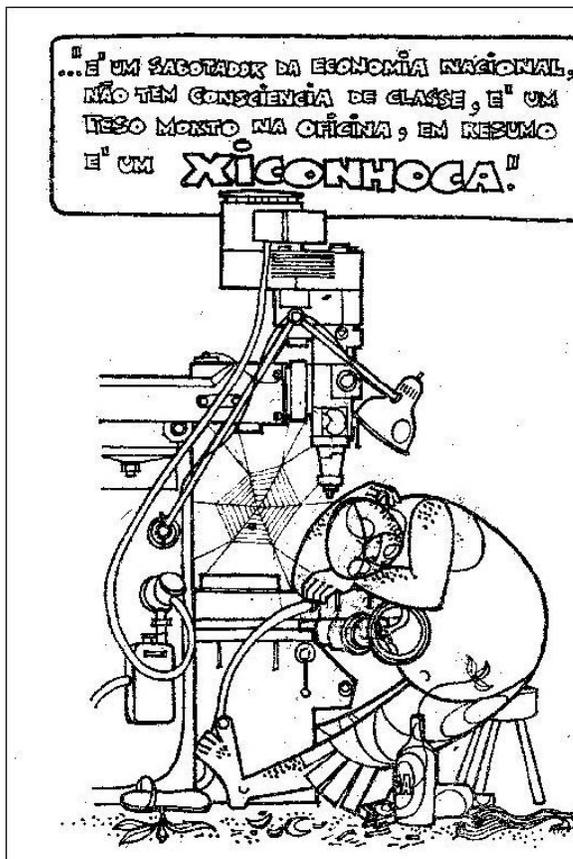
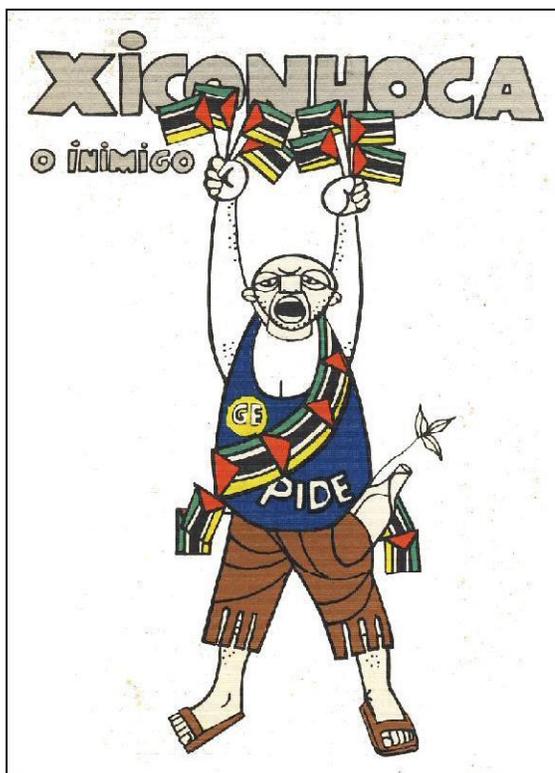


Figura 17(ao lado): Xiconhoca, o inimigo. Revista tempo.  
Disponível em:  
<<http://www.mozambiquehistory.net>.> Acesso em 14/01/11.



Figuras 18 e 19: Xiconhoca, o inimigo. Revista Tempo.  
Disponíveis em:  
<<http://palavrascruzadas112.com>.> Acesso em: 14/01/11.  
PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado): tinha funções de polícia política no Império colonial português.

Figura 20: Foto de Daniel de Andrade Simões, citada no depoimento de Carla

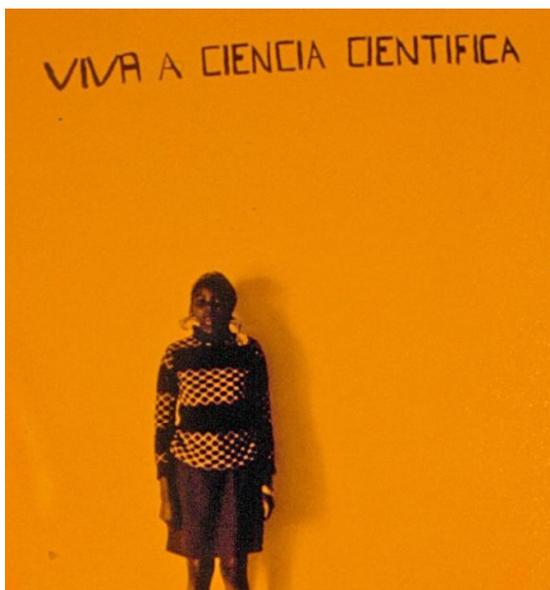


Figura 21: Efeitos da guerra.  
Foto: Daniel de Andrade Simões.

Figura 22: Zona de Guerra.  
Tratamento dado a homem  
acusado de “bandido armado”.  
Foto: Daniel de Andrade  
Simões.



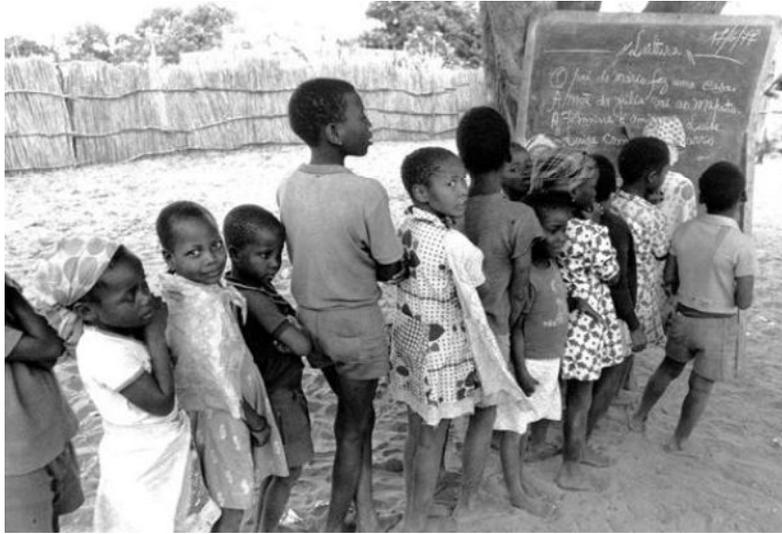


Figura 23: Escola “em baixo de árvore”. Foto: Daniel de Andrade Simões.



Figura 24: Alfabetização de adultos no português. Foto: Daniel de Andrade Simões.



Figura 25: Estátuas símbolos do poder português retiradas das praças moçambicanas. Ao fundo o que parece ser a estátua eqüestre do herói português Mouzinho de Albuquerque. Foto: Daniel de Andrade Simões.

## Capítulo 5

### Brasileirada em Maputo

*“O Ítalo Zappa desembarcou em Moçambique no dia onde os brasileiros entregaram **uma vaquinha que tinham feito...** simbólica é claro, **de apoio ao armamento de Moçambique para resistir às ofensivas** (...). O Samora Machel tava recebendo, infelizmente perdi... essa fotografia desapareceu fisicamente, **o grupo dos brasileiros**, do qual eu não estava, **estava entregando esse dinheirinho nessa cerimônia simbólica no palácio ao Samora Machel e o D. tinha tirado uma fotografia onde tinha o Samora Machel, Maurício Seidl, que era como.. como PCB chefe, à dianteira do grupo dos brasileiros apertando a mão do Samora e atrás tinha a Marluza, no meio, sorrindo, como se fosse unir os dois. (...) Aí o Samora fez um discurso dizendo que o povo moçambicano sempre se lembraria que os brasileiros tinham ajudado... apoiado o povo moçambicano a se defender de seus inimigos, etc., etc. e tal. E o Ítalo Zappa, por conta disso, já que não dava no dia seguinte para receber o Ítalo Zappa, então o Ítalo Zappa ficou esperando para apresentar as suas cartas dois, três meses (...). Então havia um certo, isso significa que havia um certo **reconhecimento político do grupo brasileiro**, desses grupos exilados como representantes dos seus países de certa maneira”***<sup>271</sup>

Durante toda sua narrativa, Jacques referiu-se constantemente ao “grupo dos brasileiros”. Dono de excelente memória, o entrevistado cultivava sobre ele um verdadeiro anedotário, como chamou seus muitos episódios conhecidos, incluindo aqueles em que esteve ausente, como a cerimônia da “vaquinha”. Mesmo hoje perdida, a fotografia participou na consolidação de uma memória coletiva sobre o evento, na qual o entrevistado tomou lugar, compartilhando ouvir dizer as narrativas dos presentes e, certamente, outros tantos rumores daqueles que então “corriam Maputo” (de que outro modo saberia da situação de Ítalo Zappa?). Sua “anedota” parece testemunhar não apenas uma inserção pessoal no “grupo dos brasileiros”, mas a própria relevância desses laços.

#### I. “Os brasileiros iam em grupo”

Nas atividades profissionais ou nas poucas opções de lazer disponíveis, ora na vizinhança, ora por meio das relações entre seus filhos<sup>272</sup>, os brasileiros estavam sempre se encontrando em Maputo, uma capital pequena, apesar de cosmopolita.

Estabelecidos nas estruturas estatais, suas atividades podiam colocá-los em relação cotidiana mais ou menos freqüente. Os nove entrevistados do ministério da educação, por exemplo, transitavam pelas mesmas estruturas, departamentos e comissões. Dois outros entrevistados estiveram juntos no ICM e, quando um deles se deslocou para a DETA, encontrou outro trabalhando naquela empresa, junto a mais alguns brasileiros. Dois outros trabalharam juntos no ministério do planejamento e o mesmo se passou com outra dupla no ministério da informação. Em cada estrutura dessas houve outros brasileiros

---

<sup>271</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>272</sup> Apenas dois dos entrevistados não tinham filhos no período moçambicano de seu exílio, um deles permanece sem tê-los.

alocados, de modo que poucos foram os entrevistados que não trabalharam próximos a nenhum outro brasileiro. A mesma razão trazia moçambicanos, em geral, aqueles inseridos nos *grupos cosmopolitas* - funcionários estatais, militantes da Frelimo, estudantes na universidade, etc. - para o círculo de sociabilidade dos entrevistados. Outros estrangeiros por integrarem a mesma *rede cosmopolita*, estabeleciam laços sociais com brasileiros, porém segundo os entrevistados, de forma menos freqüentes ou íntimas.

Talvez caiba questionar a relevância alcançada pela relação entre brasileiros frente à existência de uma rede social conectando múltiplas nacionalidades. Inicialmente está no estreitamento desses contatos, entre agentes que se conheciam efetivamente e cultivavam entre si laços de amizade e camaradagem, mobilizando-os em oportunidades de convívio social, constantemente criadas. Várias destas conexões entre brasileiros eram prévias à ida para aquele país, com origem em outros tempos e terras, em trajetórias comuns por entre os circuitos da militância na esquerda no Brasil e, principalmente, no exílio. Entre os brasileiros reunidos em Moçambique, partindo dos diversos lugares do exílio por meio das múltiplas redes conectadas, alguns eram amigos de longa data, outros eram apenas conhecidos, por contato ou reputação, mas, em geral, todos eram conhecedores da posição ocupada pelos demais na esquerda brasileira ou internacional<sup>273</sup>.

Uma vez no país, passaram a se definir coletivamente em relação a sociedade moçambicana e sua *rede cosmopolita* como “grupo”. De certa forma, as próprias conexões estabelecidas para chegar ao país estimularam essa configuração, já que, com alguma freqüência, elas acabavam levando à mobilização de um brasileiro já estabelecido. Desse modo, muitos entrevistados foram recebidos no aeroporto por brasileiros, que os mostravam o país e os inseriam no que Jacques considerou ser um círculo fluido de relações:

*“Tinha... a circulação entre todo mundo era totalmente fluida. Não tinha briga aberta e também todo mundo estava ansioso por notícias sobre o Brasil, o que que ia acontecer. (...) Mas, de qualquer modo temos que confessar ou reconhecer que estávamos num estatuto privilegiado, mesmo com todas as dificuldades de abastecimento etc., etc. e por ser um grupo... a partir do fato que tinha a colônia.. A colônia, entre aspas, tinha se formado aos poucos. Tinham os veteranos que conheciam os macetes, etc.. Já estavam inscritos nas cooperativas de bairro para o abastecimento. Então, automaticamente os novos chegados se integravam e se relacionavam, etc... conheciam os... dentro do que virou rapidamente uma... uma cintura burocrático, etc., etc. para*

---

<sup>273</sup> Apesar de não ser correto dizer que todos conheciam todos antes de chegar a Moçambique, boa parte efetivamente conhecia uns aos outros do Brasil ou, em maior número, de algum momento do exílio. Todavia, mesmo os que não se conheciam podiam facilmente localizar os demais “militantes” por referência à sua trajetória, pois, mesmo que o sujeito em questão não fosse mais de uma organização política, o fato de ter sido o localizava no interior das posições existentes na esquerda brasileira. Nesse sentido, podiam ser empregadas frases do tipo: “é do PCB”, “foi da VPR”, “sequestrou o embaixador”, “foi trocado”, “participou de tal ação”, etc. A importância dos rumores no exílio para a manutenção destas informações em circulação e do controle social entre os exilados é mencionada em várias entrevistas.

*se virar lá no meio disso. E depois também veio rapidamente **muitas atividades cultural** onde o Moçambique... o Brasil apareceu.”*<sup>274</sup>

Nesse contexto, embora o hotel tenha sido uma opção comum para aqueles que chegavam, diversos entrevistados ficaram hospedados nos primeiros meses, antes de conseguirem uma moradia, na casa de outros brasileiros já conhecidos ou que se ofereciam para receber mais um brasileiro que chegava. A única exceção foi Nelson, estabelecido temporariamente na casa de uma amiga francesa que, entretanto, viu também transformar-se em porto para outros brasileiros. Diversas outras formas de apoio entre brasileiros se desenharam, aproximando os recém-chegados do “grupo”. Manuela, por exemplo, chegou ao país em 1977, ainda criança com seus pais, vindos do Canadá. A família ficou hospedada no hotel em frente à casa da família de Maria Eduarda, a quem haviam conhecido quando ambas tinham cerca de três anos de idade, no Chile, primeiro ponto de exílio de seus pais. Manuela contou que apesar das refeições cotidianas à base de sopa de carapau do hotel, ou justamente por causa delas, fizeram algumas bem-vindas refeições na casa da amiga. Após algum tempo estabeleceram-se em sua própria casa, muito bem localizada, pois se encontrava de frente para um campo, que logo se tornou de futebol. Nela seus pais tiveram vez de receber os amigos, cujas visitas foram comendo diante de seus olhos o círculo social de sua família, que ela assim me explicou:

*“ah não... eu falei que não convivia com latino, desculpa, esqueci dos cubanos! Tinha muito cubano lá em Maputo e a gente convivia sim. Meu pai tinha pelo menos uns dois companheiros assim de trabalho, colegas de trabalho, que iam em casa. Mas aí é um só, **os brasileiros iam em grupo**”*<sup>275</sup>

A retificação se refere a um momento anterior da entrevista, quando afirmou que sua convivência era apenas com brasileiros, o que a própria entrevistada lembrou posteriormente não ser de fato o ocorrido, mas apenas a lembrança mais profundamente marcada em sua memória. Daí que explique a razão do engano: na sua casa “*os brasileiros iam em grupo*”. Esta referência aos “brasileiros” no plural e sua classificação como “grupo” é uma constante entre os entrevistados, que empregam o termo mesmo quando consideram ter sido- ou ter desejado ser- marginal sua própria participação nele. Casos de Sérgio e Nelson, apesar de ambos serem considerados pelos demais entrevistados como parte do grupo e dos próprios assim se considerarem:

*“Eu era um que recusava convite para festa de brasileiro, eu não queria ficar no **gueto**. Eu dizia **o gueto uma vez por mês**. Eu dizia mesmo, senão eu vou ficar pirado igual a vocês! Que o pessoal ficava muito pirado, fazendo **fofoca**. O que tinha de **fofoca!** (...). Uma das motivações principais era **controlar uns aos outros**. Eu digo: não vou viver dentro dessa lógica, não tô*

---

<sup>274</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>275</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo

*preso! Tem um país novo em volta, uma cultura diferente, pra mim era uma questão de honra, em Moçambique eu era criticado porque era esnobe.”*<sup>276</sup>

*“Aí no final do ano, eu falei lá no Ministério que eu gostaria de ir para uma Província, que queria fugir um pouco daquilo de.. de **colônia de brasileiros**, né? Então ali eu comecei a ter amigos, né? A me relacionar com as pessoas lá da Zambézia mesmo... (...) O que eu falo um pouco dessa colônia é que... talvez na Europa tenha se fortalecido este espírito de **juntar os brasileiros**. (...) que em Moçambique continuou um pouco entre os brasileiros se juntando, mas de uma forma... é... **por ser brasileiro**, pra ficar **fazendo piada**, fazer uma coisa assim... mais de **lazer** e não muito produtiva, né? De **se isolar**, vamos dizer assim, dos moçambicanos. Eu sei que eu não gostava muito de participar, **mas tinha muitos amigos brasileiros e se via muito no fim de semana, jantar junto...**”*<sup>277</sup>

Procurando dar uma abordagem analítica, considero *grupo* uma categoria apropriada à configuração tomada pelas conexões e relações sociais então existentes entre brasileiros. Partindo das definições de *grupo* proposta por Mayer (2010) e *agrupamento* por Barnes (2010), julgo ter existido em Moçambique tal coisa como um grupo de brasileiros formado por agentes conectados uns aos outros, mantendo entre si interação permanente e difusa, isto é, independente da existência de uma liderança ou de um foco organizador. Vale destacar, contudo, que nem todos se colocavam igualmente, alguns agentes possuíam maior número de contatos diretos, posicionados, portanto, como seus membros centrais, muito embora as conexões de conjunto, que conformavam o grupo não dependessem, tampouco passasse exclusivamente por eles. Em contrapartida, havia membros que possuíam ou mobilizavam menos contatos diretos, posicionando-se de forma mais periférica. Porém, a maior parte estabelecia conexões diretas uns com os outros, mantendo-se abertas e ilimitadas as possibilidades de novas conexões.

O grupo não é visto pelos entrevistados com olhar equivalente ao lançado às “colônias” européias, das quais muitos fizeram parte, onde a inexistência de trabalho qualificado ou de atuação política efetiva que consumissem seu tempo e interesse, tornava a convivência o centro de suas vidas sociais. Ademais, consideram unanimemente que em Moçambique as inter-relações eram estruturadas sobre laços de amizade e sociabilidade em detrimento dos de tipo político ou das mobilizações para a realização de ação, conforme aponta Carla, eram dominantes no contexto anterior:

*“A gente **convivia muito entre os brasileiros**, havia uma **solidariedade** bastante grande, só que a gente **não tinha muito tempo**, né? Que todo mundo trabalhava muito. Então, às vezes a gente ia junto a um **bar**, ou ia **na casa um do outro** e tal, mas não era uma coisa assim cotidiana porque trabalho era muito grande. Todo mundo trabalhava muito, mas a gente... havia uma solidariedade, uma **ajuda mútua** e tal. Conheci pessoas muito simpáticas, era bem agradável a convivência entre os brasileiros, independente das posições e das organizações de onde se vinha, havia uma convivência solidária, simpática, né? (...) Todo mundo que foi pra lá na minha época*

<sup>276</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>277</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

*que não era cooperante tinha uma situação um pouco precária, não havia muita estrutura, então as pessoas se ajudavam umas as outras e tal, havia uma solidariedade assim entre brasileiros, eu acho que havia um **estreitamento de laços maior** em Moçambique do que em Paris, mas era do ponto de vista **humano** assim de solidariedade, **amizade, tal do que político.**" <sup>278</sup>*

A diferença em relação aos lugares de exílio anteriores, onde, na opinião dos entrevistados, as conexões eram mobilizadas com intuito de realizar atividades políticas focando o Brasil, seria que, em Moçambique, elas dariam ensejo a atividades identificadas como de outros tipos, além daquelas com caráter marcadamente político. Qual seja: as culturais, ajuda-mútua e solidariedade e a saudade do Brasil, sentimentos e práticas, que tinham lugar em encontros periódicos associados aos momentos de lazer:

*"Olha, eu **me relacionava especialmente com brasileiros** e também com... o meu trabalho... o relacionamento com meus **colegas de trabalho**. Era muito bom! E tinha muitos **chilenos** no trabalho também e eu me relacionava muito bem com eles, mas **a parte social** mesmo era feita com **brasileiros**. E os brasileiros iam na minha casa. **Minha casa era um chamariz dos brasileiros**. (...)às vezes **jantavam**, às vezes iam em casa pra **ouvir música**, às vezes iam em casa **pra jogar**, sabe? (...) Eu me lembro que na minha casa **falava-se o tempo todo do Brasil**, das coisas do Brasil, da **ditadura** (...) (...) Falava-se do Brasil, os exilados que sofreram tortura contavam a tortura que sofreram, a dor, né? Eles precisavam contar essas coisas e são coisas que nunca vão sair deles. **Eu conheci o Brasil lá, né? Eu conheci o Brasil lá através do relato destas pessoas.**" <sup>279</sup>*

*"Eu sempre gostei de **jogar bola**, lazer pra mim era futebol, nadar, cinema, nada de mais e trabalho. Claro, **as festas dos grupos** (...) tinha **festas de brasileiros** que participavam todos, chilenos e tal e vice-versa (...) o J. e R. é que organizavam estas **festas grandes** assim de 200 pessoas, 100, sei lá... **grandes festas, encontros, carnaval**. Sempre se inventava uma razão pra encontros, era uma forma também de **viver o Brasil**, se sentir amparados. Existia muito **companheirismo em Moçambique**, a gente se preocupava com todo mundo, tinha uma ligação grande, a maioria **tinha filhos** convivia através deles... **festinhas de aniversário** (...) **a música** era um elo de ligação, a **comida**, apesar das limitações, você não encontrava os ingredientes, mas se inventava dentro do possível." <sup>280</sup>*

Possivelmente após o trabalho e certamente nos fins de semana, os brasileiros construía atividades de diferentes tipos, de um almoço às partidas de futebol, onde, como colocou Ricardo, podiam se encontrar para "*viver o Brasil*". Nos depoimentos acima, essa procura aparece como algo que se relacionava em alguma medida à condição de exilados, a procura de amparo pela ausência forçada do país. O compartilhamento das experiências de prisão e exílio fizeram parte da reconstrução de suas trajetórias como processos coletivos, parte das memórias daquele Brasil que os expulsou, as afirmando tanto perante seus olhos, quanto aos olhos da sociedade brasileira, que durante o processo de Abertura se colocaria contra a Ditadura. Um processo simbolizado pela experiência narrada por Cristina, uma cooperante mais nova e sem trajetória de militância, que entre

---

<sup>278</sup> Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre

<sup>279</sup> Entrevista com Cristina realizada em 27 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>280</sup> Entrevista com Ricardo realizada em 02 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.

os exilados no grupo dos brasileiros em Moçambique conheceu um Brasil diferente daquele que lhe tinha sido permitido conhecer. Em contraponto a sua associação com o exílio, Diogo lançou como opinião que esta tendência à atração poderia ser também atribuída a uma conduta do brasileiro de forma geral no exterior, parte de sua postura de ser nacional:

*“[a vida de colônia na França era] Muito, muito, **muito mais que Moçambique!** Porque em Moçambique estava todo mundo **inserido em suas profissões**, isso tomava muito tempo e você acabava **ficando amigo**, como acontece em toda parte, **dos seus colegas de profissão**. Então quando ia ver a **brasileirada** era mais porque... sabe aquele negócio... você já foi pro exterior? (...) Tem vezes... tem aquele negócio, a pessoa te aborda: **você é brasileiro? Eu também sou brasileiro!** Que horror!”*<sup>281</sup>

Se a busca pelo convívio entre nacionais estava relacionada à experiência de exílio, perpassada pelo impedimento efetivo da volta, pelas frustrações da utopia política e pelo não-lugar na sociedade brasileira, ela igualmente passava pelo reavivar de determinados símbolos e memórias associadas às narrativas sobre o Brasil, o brasileiro e a cultura nacional, com as quais os entrevistados se identificavam. Daí que símbolos associados a essas narrativas dominantes sobre o Brasil, bem como a experiências vividas antes do exílio, tais como o futebol, a feijoada, o samba e a MPB despontem em seus relatos, como vias para o acesso às memórias sobre o Brasil, como contou Jairo:

*“Desirée, eu to falando pra você que eu tocava samba em Moscou, em Moçambique, **organizava o samba, carnaval, futebol** e tudo isso. Se você perguntar o que que eu tocava antes de ir para Moscou, eu tocava violão, mais nada. **Nunca tinha pego um tambor, um pandeiro**, nada disso, no entanto você ao você estar longe afastado, te dá uma coisa que você **sente necessidade de se envolver com aquilo.**”*<sup>282</sup>

Segundo Feldman-Bianco (1993) “a reinvenção destas memórias no contexto de experiências específicas de migração, vida e trabalho na intersecção de culturas, molda a construção da identidade no nível do “eu”” (FELDMAN-BIANCO, Op. Cit.:194). A associação destas memórias históricas e narrativas coletivas sobre nação e cultura nacional às suas memórias individuais e coletivas sobre o Brasil e ao processo em presença podem ter sedimentado algo similar ao que a autora chama de *múltiplas camadas de tempo e espaço*. Durante o processo de exílio, suas identidades brasileiras e as próprias narrativas sobre o Brasil puderam ser reinventadas em um espaço transnacional entre o Brasil e Moçambique:

*“A gente ouvia muita música, nessa época a **música brasileira, a MPB** tava assim no auge do auge, o **Chico Buarque**, aquelas músicas... **Apesar de você...** aquela... nossa senhora! **Ivan Lins, Elis Regina**. Nossa senhora! **Elis Regina**, quando eu ganhei aquele álbum... como é que chama*

---

<sup>281</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>282</sup> Entrevista com Jairo realizada em 02 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

aquele álbum? (...) então... **Saudades do Brasil**, quando chegou esse LP lá eu não parava de ouvir aquilo, era o dia inteiro (...) **Mandavam**. Às vezes o L. **vinha ao Brasil e levava lá** e a gente **levou muita coisa também**. Ouvia-se muito... e por causa disso... em 1980 o Vinicius de Moraes morreu e a gente fez esse **show em homenagem ao Vinicius de Moraes**. Eu tocava violão, foi um showzão, fantástico, maravilhoso! Toda a comunidade... não toda, mas **grande parte da comunidade brasileira** participou. Foi maravilhoso o show, muito bonito! No teatro, é. Em Maputo, muito legal! (...) Fizemos com **batucada**, só brasileiros, a comunidade brasileira. Nós **fizemos para os moçambicanos**, eles assistiram. (...) O J. M. foi um, o J. M. tocava tambor, eu tocava violão, (...) o L. tocava piano, tinha muita gente cantando. Tinha poesia, você acha que o *Soneto da Fidelidade* não foi... Eu sei que vou te amar não foi... tinha... tinha vários percussionistas. Eu não lembro mais, alguém tocava contra-baixo... mas eu sei que foi tudo na raça, profissional mesmo só tinha o L., foi tudo na raça, na intuição e saiu um baita show com músicas, com um roteiro fantástico! **E a música popular brasileira lá era...**"<sup>283</sup>

"Primeiro através da **música**, né? Então tinha N fitas, era fita cassete, né? Aquelas prateleiras enormes **cheias de fitas cassetes**. Saiu um disco aqui, eu queria ter lá, **meus amigos mandavam** e tal. (...) Mantinha relação [com as pessoas no Brasil] e isso é o que deixa você um pouco vivo, essa... **tinha o telefone**, que você podia telefonar, sobretudo pra família, não podia ligar muito que era caro nessa época telefonar, mas a cada dois meses, pelo menos, eu fazia um telefonema pra minha família, não dava pra ser mais apertado que isso não, mais próximo. Mas as músicas, a coisa mais deliciosa era receber as músicas. E **as revistas, você receber os jornais que circulavam na época**. Aqueles tablôides, um Movimento, Opinião, ou mesmo a *Veja* que você recebia lá era uma delícia. Depois a partir de um certo momento a **embaixada recebia um clipping**, que as embaixadas recebiam dos principais jornais, que eles mandavam pras embaixadas, então a gente ia na embaixada e lia lá o clipping. Era muito bom! (...) Ali o estudo em relação ao que estava acontecendo no **Brasil** e o **acompanhar da discussão política e econômica direto, direto**. Isso aí nunca foi deixado." <sup>284</sup>

Seguindo ainda os apontamentos de Feldman-Bianco (1993), considero que a reinvenção da identidade nacional e das memórias do Brasil pela "brasileirada" em Maputo, além ajudar a tornar mais tolerável o desejo latente de volta para o Brasil, diminuindo a sempre presente sensação de desenraizamento<sup>285</sup>, "transformava-se também em tecido da política" (FELDMAN-BIANCO, Op. Cit.: 220) de cooperação e de inserção destes brasileiros na sociedade moçambicana. Ser cooperante brasileiro era a condição a partir da qual os entrevistados e demais brasileiros se inseriram, ocupando uma posição destacada no universo social moçambicano, que passava também por estas recriações do Brasil, compartilhadas entre os *grupos cosmopolitas*:

"Me integrei à vida moçambicana, mas sem perder de vista, acompanhava todo dia aficionado **revistas e jornais** e tal. (...) A gente vivia muito a **cultura, música, comida**. **Todo fim de semana tinha feijoada**. A C., por exemplo, era uma exímia cozinheira de feijoada! Nô! fazia uma feijoada fantástica! A casa do P. **tinha festas brasileiras todo fim de semana** aí o pessoal, **os moçambicano, é que se agregavam**, entende? Ao **samba**, ao **chorinho** e tal, às **músicas brasileiras**. Então a gente **vivia o Brasil o tempo todo**, mesmo lá em Moçambique, **não vivia em gueto** ou em colônia separada, mas vivia com muita intensidade [O Brasil]." <sup>286</sup>

<sup>283</sup> Entrevista com Cristina realizada em 27 de abril de 2010 em São Paulo.

<sup>284</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

<sup>285</sup> A própria participação no processo revolucionário moçambicano tinha a mesma função segundo inúmeros entrevistados, que declararam terem sentido tentação de ficar no país após a Anistia, o que uma parte efetivamente fez, embora a maioria tenha voltado até a primeira metade da década de 1980, muitos dos quais declararam ter sentido a Anistia como um imperativo para sua volta.

<sup>286</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

Talvez por esta razão predomine a opinião de que o grupo não permanecia fechado em si mesmo, apesar da vivência “*com muita intensidade*”, marcada frente à sociedade moçambicana como “brasileira”, algo afirmado tanto na construção social do grupo, quanto na promoção desses símbolos considerados da cultura brasileira. Tanto estrangeiros, destacadamente os latino-americanos, mas também europeus ocidentais<sup>287</sup> quanto os moçambicanos, freqüentavam as “atividades do grupo”, o que leva alguns a rejeitar a classificação de “colônia”, termo geralmente empregado para os agrupamentos na Europa e por vezes tomado de uma conotação pejorativa pelos entrevistados:

*“Nós tínhamos também o nosso círculo de amigos que era mais no final de semana que se reuniam, muita gente tinha crianças da idade deles, então tinha... não sei se o J. falou, tinha as peças de teatro que foram encenadas. Eles participavam, o J. ia pra lá encenar, então, levava todo mundo, eles assistiam tudo isso. Era um grupo de teatro, então tinha ensaio. Tinha uma música, ela até é de São Paulo, a C. I., canta ópera, é solista, de vez ela aparece, canta no municipal, não sei que... ela também tava lá. Trabalhou lá durante dois anos e ela fez um coral com crianças para cantarem músicas brasileiras e eles participavam desse coral (...) eu acho que tinham crianças moçambicanas e brasileiras, mas as músicas eram brasileiras, Asa Branca... e ela ensaiava com as crianças, então tinha essa parte cultural que eles participavam muito. Vários espetáculos que faziam lá de apoio para angariar fundos para ajudar o governo e tal, então tinha essas atividades e eles participavam. (...) Tinha música, fazia churrasco, às vezes faziam comidas e às vezes nem tinha muito... não eram só brasileiros, às vezes a gente chamava moçambicanos, cubanos, outras nacionalidades. (...) Acho que não tinha muito não [sentimento de colônia] porque era muito misturado, sabe?, a partir dali você fazia tantas amizades com tanta gente de outras nacionalidades que...”*<sup>288</sup>

A presença de muitos estrangeiros, bem como a essencialidade do papel que desempenhavam, apontava-lhes um espaço social de prestígio entre os setores cosmopolitas da sociedade moçambicana. Prestígio que se referia ora de maneira geral ao papel do cooperante, frequentemente enaltecido, ora de forma específica, apontando, segundo categorias referentes à nacionalidade, para as relações políticas mais ou menos próximas que a Frelimo demonstrava ter com os diferentes países ou grupos de cooperantes. Nesse sentido, os entrevistados são unânimes em afirmar o prestígio alcançado pelos cooperantes brasileiros seja por sua fama de “improvisar e trabalhar em qualquer condição”, cara ao contexto em questão, seja pela já mencionada importância dos referenciais culturais brasileiros. A delimitação de grupos de cooperantes segundo a nacionalidade, parece, nesse sentido, ser emprestada à própria dinâmica moçambicana, que reforçava essa condição em constantes e ritualizadas manifestações políticas:

---

<sup>287</sup> É recorrente a idéia que a relação com os cooperantes de países socialistas, exceção para os cubanos, eram estritamente profissionais, pois aqueles não se dariam à convivência fora de suas colônias e também pairariam desconfianças entre eles e os brasileiros em razão da experiência guerrilheira de muitos.

<sup>288</sup> Entrevista com Renata realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

*“A gente juntava os brasileiros (...) quando tinha primeiro de maio, então o governo moçambicano organizava com se fosse um desfile do primeiro de maio, então você imagina depois da independência e tal, havia toda uma euforia do povo pra aquilo, então os brasileiros iam como um bloco, vamos dizer assim. Então ia lá um grupo grande de brasileiros, tinha as faixas, eu até que fazia essas faixas. A gente pintava, organizava e a gente desfilava com os filhos, com criança, com a bandeira do Brasil tal e, às vezes, com um samba. Então havia essa congregação, essa união dos brasileiros. Principalmente nestes atos primeiro de maio, independência moçambicana, a própria estrutura moçambicana convidava e a gente ia, tocava samba, essas coisas e tal a parte cultural, aí tava todo mundo, todos os brasileiros”.*<sup>289</sup>

Apesar da falta de opções de lazer, principalmente o noturno, é possível perceber que nas memórias dos entrevistados Maputo não deixava de ser uma festa. As festas, sejam as oficiais realizadas pelas embaixadas em datas cívicas, sejam as promovidas pelos grupos, tinham um papel importante na afirmação destas múltiplas identidades nacionais como ao mesmo tempo externas e internas àquela sociedade moçambicana. Através das “festas brasileiras” eram criadas oportunidades de convívio importante ao estreitamento das relações do “grupo” e sua afirmação frente à sociedade, como lembrou Raquel:

*“Socialmente a gente se encontrava muito toda semana a gente fazia festa. Dançava muito! Mas aí misturava com os moçambicanos, né? Quase que semanalmente tínhamos uma festa, festa de dançar (...). E essas festas entre nós e os amigos moçambicanos, tinha muitas, muitas atividades, passeios, essas coisas também. E tinha as festas oficiais, que era engraçado. Muitas vezes a gente ia também, tinha muitos discursos, ia lá um grupo de chilenos, grupo de portugueses, grupo de brasileiros também ia, levava bandeira, desfilava, tinha todas essas coisas. Tinha muitas atividades comuns entre brasileiros e moçambicanos. (...) É, aparecia como grupo de brasileiros, em geral fazia aqueles grandes desfiles, né? Então ficava lá cubano, alemão, não sei o que... e os brasileiros iam lá, os brasileiros sempre arrumavam um jeito de fazer uma batucada, levava a bandeira e desfilava lá, todo mundo junto, a gente combinava, era organizado, uma outra organização que a gente fazia era ir pra estes desfiles aí.”*<sup>290</sup>

Contribuíam assim para reforçar seu posicionamento destacado na rede social cosmopolita, gerando alianças, relações e ciclos de dádivas com outros grupos. Para os moçambicanos que se associavam, freqüentando as festas e outras atividades promovidas, cuja fama “circulava” entre os rumores<sup>291</sup> que costumavam “correr Maputo”, essas ocasiões reafirmavam sua condição destacada de elite dirigente ou intelectual no interior daquela sociedade, compartilhando o status social do estrangeiro e também aquele atribuído ao brasileiro. Rodrigo e Nelson comentam abaixo sobre essas relações:

*“Se encontrava sempre! Se encontrava no futebol, se encontrava na praia, se encontrava nas festas, se encontrava pra almoçar, se encontrava pra jantar, se encontrava pra namorar, de*

<sup>289</sup> Entrevista com Jairo realizada em 02 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>290</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

<sup>291</sup> Thomas (2007) comenta a presença e importância dos rumores na tessitura social moçambicana, principalmente no contexto de instabilidade e insegurança do período socialista. Os rumores tinham importância tanto para a ação repressiva, quanto como ferramenta dos grupos vulneráveis e também nas ações de agressão externa. De fato estava presente também no interior do grupo brasileiro, como forma de controle e manutenção de um padrão de comportamento coletivo, mas também como elemento fundamental de seu posicionamento em relação aos demais grupos cosmopolitas.

*todo jeito, tinha muita relação. E tinha o grupo de brasileiros com o grupo de moçambicanos que participavam disso, havia uma certa integração. Poucos negros moçambicanos por incrível... por incrível que pareça não, era natural que fossem poucos negros! Normalmente negros já ocidentalizados, que tinham morado em Portugal, tinham morado na Europa, ou então eram mulatos, indianos, mestiços (...)[com a população] Você tinha aquela relação normal de... as pessoas que prestavam serviços, entende? No trabalho não, no trabalho tinha uma relação boa, mas aí era uma relação profissional (...) Com mais formação, mesmo os que não eram os mais ocidentalizados, que se integravam em relações afetivas e emocionais conosco era o pessoal de maior nível intelectual, tinha estudado e tal.”<sup>292</sup>*

*“As festas dos cooperantes todo mundo queria ir, porque tinha álcool, que era raridade, só em divisa, e comida. Então a gente improvisava, cada um levava uma coisa de comer e de beber. As festas dos brasileiros eram famosas! Festas de cooperantes, qualquer uma é boa, era o que circulava. E a nossa mais ainda porque além dos brasileiros, que eram boa gente, simpáticos, tinha música brasileira e comida brasileira, que eles também gostavam. Então seja pros próprios cooperantes ou pros moçambicanos a válvula de escape era quase sempre sábado a noite (...) Era na casa das pessoas e quem tinha terreno, por exemplo, tinha casa do S. e do P. C., o S. morava numa casa grande tinha terreno (...) quando o P. C. anunciava festa parava tudo, quem tava montando a festa desmontava que a festa do P. C. era prioritária, tinha terreno e tinha espaço.”<sup>293</sup>*

Shows, peças de teatro, as festas e atividades de caráter mais informais, jantares ou reuniões e até mesmo um baile de carnaval, realizado no clube Estrela Vermelha (Figura 32), constituíram oportunidades coletivamente compartilhadas de reinvenções da identidade e da cultura brasileira. Elas estavam estreitamente relacionadas ao contexto específico de Moçambique, tomando parte na construção de posições sociais internas àquela sociedade, influenciando as construções de alianças e embates políticos, bem como a relação dos brasileiros e até mesmo do Brasil com o governo moçambicano. Interessante nesse sentido é o estreitamento das relações com a embaixada brasileira, narrado abaixo por Raquel, situação que pôde ter lugar em Moçambique, ao contrário dos demais países de exílio, onde a embaixada era um local evitado:

*“Os embaixadores que eu conheci lá, eu acho que foram dois, eles eram pessoas abertas que sabiam que ia ter uma mudança no Brasil e eles queriam ter penetração em Moçambique, eles estavam procurando uma relação comercial, política e comercial... queriam uma brecha e sabia que se não tivesse... se aquele grupo de brasileiros resistisse muito, eles não tinham muita condição de entrar, porque muitos de nós tinham cargos importantes, chaves, né? Em vários ministérios, então eles tinham que ganhar os brasileiros. Então eles tratavam a gente muito bem, facilitaram a documentação das crianças, os registros. Várias vezes fizeram atividades, levaram pessoas daqui, cantores e não sei que pra fazer alguns espetáculos pra juntar as pessoas. Eu vi Martinho da Vila, Alcione... tudo pessoas que eles levaram pra tentar juntar os brasileiros e através destes brasileiros chegar nos postos que eles queriam. (...) Tive dois filhos lá, todos registrados, né? Registro, passaporte, tudo que precisava eles resolviam. (...) O Zappa, é. Ele era muito legal. Ele era uma pessoa legal, se dava muito bem com todos nós, tinha uma abertura muito grande, tinha uma filha, que era muito próxima de nós.”<sup>294</sup>*

<sup>292</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>293</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

<sup>294</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia. Outros entrevistados comentam sobre a postura da embaixada em Moçambique mais simpática aos exilados do que em outros países de exílio, as quais confirmaram considerar um foco de controle e espionagem. Em Moçambique, ela concedeu documentos para exilados e até mesmo para filhos de banidos. Por outro lado, os documentos do AN a que tive acesso sugerem que envio de informações sobre a conjuntura moçambicana e a presença dos exilados no

## II. “Há de vir”

*“Tinha um grupo de brasileiros que morava mais da ponta... não, você não conhece Maputo! Mais na Ponta Vermelha. Tinham sido mais por uma questão de arrançamento. E lá, o pessoal batia uma bola. Aqui você tem Maputo. Aqui, então, bairro residencial. Aqui, tinha uma grande avenida. Eu me lembro, era marginal, avenida Friedrich Engels. Então mais para cá, essa avenida desce aqui, essa lingüeta vermelha... verde. Tá aqui! Nesse final, os apartamentos eram ocupados por brasileiros de várias etnias políticas. E, em frente, era um descampado. Aqui! O descampado tinha uma casa abandonada, depois aqui tinha uma espécie de meio fortificação, uma fortificação... tipo uma residência presidencial e esse bairro uma espécie de bairro fechado da Frelimo... do pessoal militar. Uma espécie de vila militar. Então, esse turma de brasileiros aos sábados batiam uma bola aqui. Tinha montado um campo de futebol aqui e batia uma bola lá, entendeu? Mas, eu morava mais para lá, mais para cima, para cá, então, tinha que andar a pé para se encontrar. (...) O pessoal tava mais agrupado... então, aqui ou aqui! Que eram os melhores bairros de Maputo. Não, em questão de situação material, estávamos muito bem!”<sup>295</sup>*

Novamente é Jacques quem me instruí. Com um mapa de Maputo, ia mostrando a região residencial da cidade ocupada por uma boa quantidade de brasileiros. Explicando que essa proximidade se devia também a situação socioeconômica em comum, pois a região concentrava os melhores bairros da cidade de cimento, próximo à praia e também a residência das autoridades da Frelimo, no bairro de segurança fortalecida. A maioria dos brasileiros vivia em casas e apartamentos amplos, algumas permitiam até mesmo que toda a família fizesse “*cooper na sala*”, conforme contou um entrevistado. Alguns iam morar apenas com suas famílias, casal e filhos, outros preferiam ocupá-las conjuntamente, geralmente os solteiros, morando em grupos. Contratavam empregados para cozinhar e cuidar da casa, serviços dos homens em Moçambique, pois as mulheres cuidavam da “*machamba*”, às vezes mulheres também eram contratadas para cuidar dos filhos.

Os imóveis eram justamente aqueles outrora deixados pelos portugueses e nacionalizados pelo estado e que então sujeitos em funções estatais, estrangeiros ou moçambicanos e membros da Frelimo passaram a ocupar, além dos demais moçambicanos que conseguissem passar pelos tortuosos caminhos da APIE, órgão que administrava o parque imobiliário do estado, acusado de corrupto até mesmo pelo presidente (MACHEL, 1980). De custo baixo, o aluguel pago ao estado era proporcional ao salário. As residências, entretanto, eram antigas e sofriam com a falta de manutenção, tarefa do Estado, mas que nem mesmo inquilinos conseguiam realizar, pois encontravam dificuldade para comprar no mercado de Maputo coisas simples como tinta ou vidros para eventuais janelas quebradas. Havia, portanto, uma situação contraditória, como comentou uma entrevistada, em que era possível residir em um luxuoso apartamento no décimo

---

país, a partir daquele território, se iniciou justamente com a instalação da embaixada.

<sup>295</sup> Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

andar, porém mal conservado e cujo acesso devia ser feito pelas escadas em função da falta de energia ou do não funcionamento do elevador.

O problema do desabastecimento atingia a todos que nela residiam, de certa maneira nivelando o padrão de consumo dos estratos socioeconômicos que apesar de existentes possuíam limite de diferenciação, colocado também pela restrição do que se podia efetivamente consumir, bem como pela igualdade do acesso e qualidade da educação<sup>296</sup> e da saúde. No mercado, farmácias, padarias, açougues e lojas em geral, a frase mais ouvida pelos consumidores era que o produto desejado “há de vir”. Quando? Ninguém saberia responder. As prateleiras vazias dos estabelecimentos tiravam qualquer dúvida ou expectativa sobre a demora. O controle estatal sobre a produção, distribuição e consumo determinava os preços dos produtos no mercado e destinava o papel de comercializá-los às cooperativas, onde produtores rurais vendiam seus produtos, às lojas e estabelecimentos de comércio estatais, às lojas do povo, e às lojas privadas, geralmente pertencentes aos comerciantes indianos. “*Os cidadãos recebiam carnês e se abasteciam nas cooperativas de consumo. Uma cesta composta de produtos como arroz, açúcar, sal, farinha, entre outros era garantida a toda a população urbana, considerando-se o número de membros da família. Nesse caso, os preços eram acessíveis.*” (NUNES, 2000: 269). O problema é que em geral estes produtos não supriam as necessidades dos brasileiros, tampouco dos moçambicanos, apesar de possuírem distintos padrões de família e de consumo:

*“é claro que as quantidades... **umas coisas pra gente eram exagerado e outras coisas faltavam.** Por exemplo, fubá, que a nossa família nós éramos 6 pessoas e era um saco... acho que eram uns 20 quilos de fubá, a gente não comia aquilo tudo, era muita coisa (...)o angu nosso, né? A gente comia lá. Comia muito. E arroz também, eles comem muito, mas pra gente era muita coisa, a gente não dava conta. Então **dava tudo pros empregados**, uma boa parte, a gente dividia e eles levavam. Eles recebiam, **mas também famílias enormes e comida não era suficiente**, então a gente dava. Mas praticamente era isso, arroz, fubá, o óleo, sabão, às vezes tinha ovos, açúcar, aquele açúcar mascavo, não era açúcar branco, amendoim, que eles também usam muito amendoim na comida”.*<sup>297</sup>

*“Porque **tinham coisas que não tavam no cartão de abastecimento**, tomar uma cerveja, por exemplo. Eram pouquíssimo restaurantes abertos e os abertos tinham pouquíssimo a oferecer. Tanto é que eles adotaram na época (...) eram as bazucas, as cervejas de um litro, então era muito interessante você chegava no restaurante e o cara atrelava o seguinte, você tinha direito a duas garrafas, duas bazucas se pedisse um prato de comida, então era uma cena hilária, que você via em alguns restaurantes do centro da cidade. Às vezes um grupo, que **queria tomar uma cerveja**, eles pediam vários pratos de comida, eles pediam pra trazer logo porque depois podia não ter, já pediam e aí você via uma mesa cheia de garrafa de cerveja de um litro. Mas a população se vira mesmo na adversidade, evidentemente que nunca é confortável, né?”*

---

<sup>296</sup> Surgiram escolas para filhos de cooperantes, mas não soube de nenhum filho de brasileiro que tivesse estudado nelas.

<sup>297</sup> Entrevista com Renata realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

Marcos continua o trecho acima alertando que ninguém passava fome na cidade, mas por vezes a refeição de um moçambicano mais humilde poderia ser um enorme prato de arroz, como observou na residência do chefe do grupo dinamizador de seu bairro, onde foi certa ocasião, justamente na hora do jantar, pedir-lhe uma declaração. Outros produtos necessários, que não tivessem na cooperativa, como a carne, por exemplo, deviam ser adquiridos nas lojas, o que devido a insuficiência gerava as comentadas filas. Da mesma maneira que seus padrões de necessidades, as soluções dos setores cosmopolitas e, entre eles, dos estrangeiros para os problemas costumavam a ser distintas do restante da população. Por parte dos brasileiros, os entrevistados foram unânimes em declarar que encararam com tranquilidade a escassez. O enfrentamento às dificuldades seria para eles um processo coletivo, vivido no interior do grupo. A idéia de “partilha” conduz a interpretação mais comumente atribuída às festas, almoços, jantares, etc. realizados entre brasileiros na companhia de seus amigos moçambicanos e de outras nacionalidades:

*“Por exemplo, quando eu ia fazer um vôo... (...) quando eu ia pro norte, tinha um lugar lá que, quando eu passava lá, quem trabalhava lá no aeroporto lá: “comandante o senhor quer um (...) cabrito?” Cabrito é carne boa, então eu quero. Então eu comprava. Às vezes eles me davam até ele já limpo. Eles me davam ele prontinho, embalado. E eu quando eu ia pra o tal lugar, eu já avisava (...) porque? Porque lá em Moçambique nós tínhamos uma outra... **uma outra alternativa de vida, diferente do que se tem aqui agora, aqui é uma sociedade de consumo, Moçambique naquela época lá não era, então não se tinha as coisas, mas **nisso de não ter as coisas, quando elas apareciam você se aproximava muito mais**, as pessoas eram mais próximas, então quando eu ia **ao norte e trazia um cabrito**, ou quando alguém **ia ao Brasil e trazia o feijão**, que era o que a gente mais tinha saudades, o feijão preto. Isso tudo aproximava as pessoas, a gente já ia fazer a feijoada ou comer o cabrito, em vez de eu ficar sozinho com a minha mulher ou com a minha família, a gente já ia... as vezes eu não levava um, levava dois, três cabritos e **ia comer todos juntos**, junto com os amigos. Então isso aproxima, **as pessoas eram muito mais próximas lá.**”<sup>298</sup>***

O “grupo” fundava-se também no cultivo de sentimentos de ajuda-mútua, segundo o qual procuravam apoiarem-se uns nos outros e fazer chegar o que faltava, sejam roupas, sapatos, comidas ou remédios. A solidariedade certamente não resolvia todos os problemas, algumas vezes um problema grave de saúde exigia que saíssem do país para tratamento, outras que levassem uma criança para costurar uma ferida sem anestesia, ou ainda tratassem em casa de outra que necessitou de condições de internamento inexistentes no hospital de Maputo. Mas, se a condição do hospital era a mesma para todos, por outro lado, os médicos brasileiros do grupo podiam conceder assistência às crianças em suas casas. Em suas *narrativas de esquerda*, esses laços, tomados como de solidariedade e partilha, seriam a “prática” cotidiana de sua escolha ideológica e da vivência da utopia socialista. O grupo atraía prioritariamente manifestações de solidariedade, reforçando seus laços e, ao mesmo tempo, construindo uma leitura coletiva

---

<sup>298</sup> Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

dessas relações de comensalidade, uso coletivo de bens, cuidado coletivo e crescimento conjunto das crianças a partir da mobilização símbolos “de esquerda”:

*“Mas havia um **espírito muito especial entre as pessoas**, tinha uma... acho que nós, as pessoas muito diferentes que estavam lá, a gente estava sonhando em realizar a nossa **utopia socialista**, a gente acreditava muito nisso. Então nós vivemos muito esse sonho da construção de uma sociedade diferente. Então as pessoas trabalhava muito, se dedicavam muito e se preocupavam muito pouco com o material, que não existia, não tinha muita coisa, mas era uma coisa diferente. Tinha umas coisas que... eu lembro que, por exemplo, sempre alguém tinha um pouquinho de remédio, uma caixinha de antibiótico, tinha remédio pra criança, mas se eu tivesse o meu e você ficasse doente, **ninguém se preocupava em dá pro outro e guardar**, era umas coisas assim, sabe? De **dividir mesmo** de fazer isso numa boa, achando que era muito legal e **nunca ninguém ficou sem uma coisa que precisava**. Eu tenho dois filhos nasceram em Moçambique e nunca precisei comprar nenhuma coisa pra estes meninos, tudo o que eles usaram foi alguém que já tinha um pouquinho maior que deu. Depois que eles cresceram eu passei pra outro, **as roupas eram as mesmas**. De vez em quando, quando a gente vê as fotografias dos filhos, eram vários não só os meus, você vê todos com as mesmas roupas, ia passando de um pro outro, aí você vê as fotografias: “ah, é a mesma roupa desse!” Reconhece as épocas, né? Das crianças que nasciam porque eram sempre as mesmas roupas e **isso acontecia com tudo, né? Com a comida** que a gente não tinha que era pouco era difícil, mas a gente também repartia, e assim foi, a gente era... era... era **movido muito por idealismo**.(...) Várias pessoas tiveram **filhos na mesma época**, então cada domingo de manhã **um ficava com todos os filhos**. Os outros podiam dormir, o castigo era só de um, a gente fazia muito isso, né?”<sup>299</sup>*

Por outro lado, no esforço de entender a narrativa dos entrevistados é preciso entrar no mérito da posição social ocupada pelo cooperante na sociedade moçambicana, inclusive para esclarecer as razões pelas quais determinados símbolos associados à cooperação lhes parecem incompatíveis com suas trajetórias militantes.

A escassez material somada à existência de pessoas capazes de pagar melhores preços, entre as quais se destacavam os cooperantes, gerava, pra usar a expressão de um entrevistado, “*caminhos outros que não o da população*” para obter os produtos em falta, que podiam ser ilegais, como a “candongá”, ou legais, como as lojas francas ou viagens à África do Sul. Bruno explicou como a possibilidade de acesso ao dólar atuava nesse contexto:

*“As coisas eram muito baratas. Dinheiro todo mundo tinha. **Metical? Todo mundo tinha**. Qualquer pessoa tinha dinheiro pra comprar, mas não tinha o que comprar. Quando aparece coisa pra comprar aparece em dólar, aí o **que tinha dólar tinha vantagem**”<sup>300</sup>*

A situação acabava criando melhores condições de enfrentar a escassez, algo reconhecido pelos moçambicanos, que, em função disso, podiam assediá-los ou serem assediados de inúmeras maneiras, tornando “cooperante” uma categoria referente à estratificação social:

*“Tinha um pouco mais, porque tinha acesso àquela **loja de estrangeiro, loja franca**, mais aquilo custava caro e aí dependia do salário de cada um, que não era tudo igual, dependendo de onde você trabalhava, você podia ter um salário melhor ou pior. E dependendo também da tua vontade de ter acesso a estes bens, que também não era a mesma, né? **Tinha alguns brasileiros** que valorizavam,*

<sup>299</sup> Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

<sup>300</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

*né? Um estilo de vida... a possibilidade de ter **um estilo de vida mais confortável** e tinham outros que não, então aqueles que valorizam ter um estilo de vida mais confortável iam mais à zona franca... à loja franca, iam mais ao **mercado negro**, pra comprar lá um leitão e não sei que, né? (...) Então tinha isso e havia também... isso é interessante, **uma camada de malandragem**, de moçambicanos malandros **circulando em volta dos cooperantes estrangeiros**, justamente porque estes cooperantes estrangeiros tinham **acesso à bebida**, tinham **acesso à comida**, tinham **acesso à música**, na época não tinham CD, né? Mas... então tinha um grupinho de malandragem moçambicana. Não, integrados inclusive na comunidade, vamos dizer assim, militante e trabalhadora moçambicana, que viviam um pouco das migalhas destes cooperantes estrangeiros. Claro, como todo malandro, gente muito simpática, muito sorridente, que gostava muito de música brasileira, que gostava muito de futebol, mas que eles eram atraídos pela possibilidade de ter acesso também a alguns destes bens dos brasileiros.”<sup>301</sup>*

Os estrangeiros também eram visados pela “candonga”. Os pequenos produtores passavam a procurá-los para vender a preços mais caros que os estipulados, conforme entrevistados contaram, por exemplo, a respeito de pescadores, que batiam às portas das casas de cooperantes à noite com camarões e lagostas para oferecê-los. Considerando algo desconcertante, sobretudo se tomadas as premissas de suas *narrativas de esquerda*, alguns entrevistados falaram sobre as múltiplas situações cotidianas em que lhes era dado um tratamento privilegiado ou de deferência:

*“Você entrava na fila pra comprar e já aconteceu comigo. Comigo e com outros, às vezes era produto simples ovo, uma farinha, óleo, tava acabando, ia acabar... isso com os **comerciantes indianos**. Aí ia acabar e tal... todo mundo na fila, democrático. Aí fazem sinal pra mim pra esperar, então: “acabou! Acabou!” Aí o indiano, lá **por baixo dos panos** enrolava lá o óleo, o produto cobiçado e me dava: “não, pro senhor tem!” **Porque eu era branco e estrangeiro**, uma coisa que chegava a ser desagradável. (...) Esse tratamento privilegiado chegava a ser exacerbado, era **desconcertante**. (...) tem uma coisa mesmo da organização social, o racismo que perpassava toda a formação, mas também uma coisa que eu era um **comprador em potencial, sempre tem dinheiro**, tem mais dinheiro que o pobre preto que tá ali desesperado. Era a lógica de garantir a clientela.”<sup>302</sup>*

Chama atenção no trecho as sobreposições entre categorias referentes à “raça”, nacionalidade e status, presente em outras narrativas sobre as diferenciações no tratamento concedido ao cooperante. Sobreposições semelhantes às que, segundo Thomaz (2006), fazem parte da tessitura social e narrativa da nação moçambicana, em que “o *pertencimento a um determinado grupo definido em função da raça interpela o jogo social mais amplo – posição social, cultura, língua, estatuto, ocupação profissional, local de residência, origem – e converge rumo à afirmação da autoctonia*” (THOMAZ, Op. Cit.: 267). O contexto de guerra e precariedade seria o articulador deste jogo de categorias e posições, estabelecendo clivagens no interior da sociedade, forjadas em desconfianças e acusações sobre a autenticidade da nacionalidade dos sujeitos sociais, com base, entre outras coisas, em sua “raça” e na forma como foi atingido pela guerra. “Moçambicanos brancos” e “indianos” seriam os primeiros personagens dos rumores e acusações, que constrói o

---

<sup>301</sup> Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.

<sup>302</sup> Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.

universo de questionamento sobre o pertencimento nacional de que nos fala o autor, em que a construção de *narrativas da precariedade* (THOMAZ, Op. Cit.) pelos questionados constituiriam tentativas de afirmá-la.

Parece surgir assim a possibilidade de que as narrativas dos entrevistados sobre a precariedade tenham sido influenciadas pelas representações do tecido social moçambicano, em relação aos quais não pretendiam ser admitidos como nacionais, mas, segundo a simbologia do *paradigma de esquerda*, como iguais. Em contrapartida, e talvez refletindo as representações relativas ao que poderíamos chamar “relações raciais” no Brasil, a alusão a “racismo” foi minoritária nas narrativas, em geral aplicadas apenas a situações em que se sentiram tratados rudemente. Segundo os que permaneceram no país, elas aumentaram à medida que a situação de guerra se acirrou e a posição social do cooperante ia se tornando mais privilegiada<sup>303</sup>.

### III. Descobrindo o Brasil

Ao chegar à casa de Manuela, por ocasião de nossa entrevista, conversávamos inicialmente comentando a entrevista de sua amiga de infância, Maria Eduarda, feita no dia anterior. Não sei ao certo que comentário feito a fez lembrar a apresentação da peça *Os Saltimbancos*, o que a levou a disparar, burlescamente, algo como: “Mas, eu fui a galinha! E ela?” A comicidade inicial, no entanto, deu lugar a revelações sobre a importância do evento para o “grupo” e suas “crianças”:

*“Teve a peça os Saltimbancos, que era só com brasileiros. Eu acho que a gente ensaiou, sei lá, uns 2 meses, uns 3 meses ali, muito ensaio. Eu lembro de ir em casa na hora do almoço e falar todas as falas, meus pais não agüentavam mais: “Lá vem ela de novo!”... “Agora o burro...” e mandava bala! Tinha decorado tudo, porque todos os dias. E essa peça eu me lembro que foi importante pros brasileiros em geral (...). Foi num teatro enorme, não lembro pra quem. Eu lembro que a gente apresentou mais de uma vez. E era assim um espetáculo, eu tenho essa memória de um baita espetáculo, talvez fosse menor, porque eu era pequena, muito pequena. Eu era a galinha, mas o cachorro, a gato e o burro eram adolescentes. (...) Eram grandes. Eles eram... talvez as meninas tinham 13, 14 anos, mas tinham peito! Já indicava que era grande. Eu lembro que... mas eu não lembro quem era. Eu não convivia, convivi na peça. Mas como eu consegui esse papel? Também não sei, porque imagina, um dos 4 personagens principais! Eu queria saber mais essas coisas, mas a minha memória é de criança, eu lembro muito fragmentado.”*<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> No Informe 1.113 do Ministério do Exército, produzido pelo CIE em 1983, cujo objetivo é dar informes sobre Moçambique, uma das informações é sobre a situação dos cooperantes. Ele diz: “na área social há insatisfações com as regalias de que desfrutam os estrangeiros contratados pelo governo (há cerca de 500 brasileiros em Moçambique). Esses elementos residem em casas confortáveis e dispõem de armazéns especiais com artigos importados, principalmente de gêneros alimentícios. Um reflexo dessa insatisfação foi a falta de entusiasmo do povo por ocasião das manifestações do 1º de Maio.” (AN/SNI 33695/83)

<sup>304</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

A apresentação narrada por Manuela foi realmente um “*espetáculo*”, mesmo considerando a perspectiva infantil e “*fragmentada*” de que reveste a memória da entrevistada. A organização do evento esteve com Martinho Lutero, maestro brasileiro, cooperante por alguns anos no país, onde dirigiu um grupo de teatro formado por brasileiros e moçambicanos, do qual participou também Jairo. O grupo apresentou peças no teatro de Maputo, possivelmente o “*teatro enorme*” da lembrança da entrevistada, houve, por exemplo, a apresentação de *Gota d’Água*, também de Chico Buarque<sup>305</sup>. Vale lembrar que a adaptação do autor para *Os Saltimbancos* teve sua estréia no Rio de Janeiro poucos anos antes, em 1977, em um espetáculo envolvendo músicos e atores de destaque na época. Embora não saiba precisamente a data da apresentação moçambicana, posso inferir a proximidade entre elas, uma vez que a entrevistada retornou ao Brasil em 1980. Assim, as “crianças brasileiras” puderam, mesmo em Moçambique, conhecer “de cor” a história, as músicas e os personagens, cuja participação nas memórias afetivas criou uma relação de identificação entre as infâncias de gerações de brasileiros.

É relativamente comum entre os entrevistados a idéia que, durante o exílio, procuraram incentivar uma inserção social local de seus filhos, algo válido, sobretudo para Moçambique, onde foi muito comentada a matrícula “na mesma escola pública dos moçambicanos”. Por outro lado, declaram ter procurado fazê-los “saber que eram brasileiros”. Brasilidade, que como se pode imaginar não pareceu a essas “crianças” tanto uma condição inerente quanto um processo, que foi definido por três entrevistadas como tendo sido confuso. São elas: Manuela e Maria Eduarda, que saíram do Brasil ainda na primeira infância e Adriana, nascida na URSS. As consideráveis diferenças entre suas trajetórias e compreensões, não autoriza fazer do epíteto “filha de exilado” uma generalização. Contudo, a intenção é sinalizar questões similares sugeridas por seus depoimentos em relação à construção de suas identidades nacionais, bem como de suas visões de mundo, consideradas por elas distintas das de seus pais.

Em suas narrativas, o que caracteriza a nacionalidade como uma construção confusa é a dificuldade em apontar o momento em que passaram a se sentir brasileiras, a naturalidade desse sentimento é algo excluído de início. Há muitas semelhanças no que diz respeito à construção de suas referências de nacionalidade. Em Moçambique, apontam a convivência com as crianças tanto na escola, onde tinham a oportunidade de se relacionar com outras classes sociais, quanto nos espaços do bairro ou da rua, que podiam

---

<sup>305</sup> Segundo Massena (2005), o grupo apresentou a peça com o final adaptado à realidade revolucionária moçambicana.

ser vivenciados com alguma liberdade. Dessa época, lembram-se de brincadeiras, músicas infantis e histórias aprendidas com crianças moçambicanas. Adriana identifica esta integração social como capaz de promover sentimentos de nacionalidade:

*"Eu ia pra escola, o meu cabelo, por exemplo, a gente fazia muito na escola, **sentava uma atrás da outra e vai trançando os cabelos**, então minha mãe ficava apavorada que eu chegava em casa com o cabelo desse tamanho, (...) cheio de trança, enfim. Acho que era uma relação normal, de criança normal. Eu **não me sentia** assim, pensando hoje, uma **estrangeira em Moçambique**." <sup>306</sup>*

Havia também a convivência com as pessoas que trabalhavam em suas casas, cozinheiro ou babá, com que puderam ter relação de alguma intimidade, aprendendo suas danças, músicas e línguas. No caso de Adriana, que chegou bebê em Moçambique, a relação de proximidade passou pela intimidade da capulana de sua babá:

*"Ela começou a trabalhar com a gente assim que meus pais chegaram em Moçambique e ela tinha essa coisa de... minha mãe saía pra trabalhar, **ela me botava na capulana**, amarrava a capulana e fazia tudo dentro de casa comigo aqui, né? (...) a gente tinha **uma relação muito próxima**" <sup>307</sup>*

Contudo, estes não eram os únicos referenciais a que estiveram expostas. O circuito de fluxos estabelecido em relação ao Brasil dava acesso a objetos e símbolos especificamente infantis, como, tomando seus próprios exemplos, o disco dos Saltimbancos ou os chicletes Ping Pong. Ora enviados pela família, ora trazido das férias no Brasil, no caso das crianças que possuíam documentos de viagem. Eles foram capazes de oferecer referenciais comuns às crianças do "grupo", que as diferenciava naquele contexto:

*"A minha mãe não podia vir para o Brasil, mas **eu vinha todos os anos para passar as férias**, ficava com meus avós e tios. Então eu voltava, principalmente quando era pra Moçambique, e levava **caixas de chiclete Ping Pong**, porque lá era... sabe aquelas caixas que a gente vê em buteco? Levava caixas, porque lá... nossa! Isso **era ouro! Ouro no meio da molecada!** Chocolate... e distribuía... era uma festa! Era aquela coisa de criança... alguém tem... "Ai, alguém tem chinga", não era... [chiclete] "Ai, minha mãe guarda. Eu descobri onde ela guarda. Lá no armário!" Ai, a gente ia lá, pegava dividia em 4 pedaço pros 4... era um ouro! Era uma coisa, assim!" <sup>308</sup>*

A intensa convivência no grupo, da qual as entrevistadas têm viva lembrança, vinha a reforçá-las, tanto aumentando o acesso a diferentes símbolos de nacionalidade brasileira, quanto construindo a idéia de uma sociabilidade típica associada a ela, em relação a qual também se sentiam parte, não apenas pelo convívio com os adultos, mas principalmente entre crianças. Além disso, a própria disposição do grupo frente à sociedade moçambicana operava essa marcação:

---

<sup>306</sup> Entrevista com Adriana realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>307</sup> Entrevista com Adriana realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

<sup>308</sup> Entrevista com Maria Eduarda realizada em 25 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

*“Era muito **fácil a convivência com as crianças brasileiras**, era muito direto, sabe? Tinha uma identidade ali que não sei... passava um pouco pelas musiquinhas, pelas historinhas, né? Pelo jeito de falar, era isso”* <sup>309</sup>

*“A gente morava em um **prédinho** assim no terceiro andar e na frente tinha o campo de futebol. E os brasileiros **jogavam futebol todo final de semana**, então sempre tinha aqueles **homens brasileiros jogando futebol**, que depois sempre **iam beber água lá em casa**. E festas... eu me lembro que **dançaram quadrilha**, o povo dançou quadrilha e eu falei: “**mãe, mas vocês nem ensaiaram**, como é que todo mundo sabe? **Que bacana! Nem precisa ensaiar, todo mundo sabe!**” Era engraçado, porque eu tava ensaiando a peça (...)Então, como é que o povo **fazia uma dança toda igual e não precisa ensaiar?**(...) **Brasileiro é festeiro, é festeiro mesmo... sempre tinha e a minha casa era um lugar que tinha festa, congregava.** (...) E tinha uma outra coisa, **lá a gente era brasileiro**, lá em Moçambique, não importava se o governo... se a gente era exilado, se o governo não tava nem aí pra gente. **Aí eu me lembro que teve uma abertura de jogos... ou alguma coisa, uma expo feira... uma feira grande assim de exposições, eu acho que era isso. E na abertura as crianças brasileiras carregaram a bandeira do Brasil com um lençinho verde e amarelo no pescoço!** Eu carreguei, **não é engraçado?** É muito engraçado, achava... era uma experiência maluca, porque você carrega a bandeira do país, mas de um país que não quer saber de você, que vai te matar se você voltar...”* <sup>310</sup>

Não é correto dizer que elas identificavam na época, conforme “os adultos” afirmaram fazer, a existência de duas estruturas culturais distintas e separadas, em relação às quais era esperado que conduzissem algo como uma escolha. Todavia a recepção de determinados símbolos permitiu que, com a volta ao Brasil, elas viessem não a conhecer, mas antes a reconhecer um contexto cultural em relação ao qual podiam se identificar como pessoas:

*“Eu tinha uma amiga, a Q, filha da L. e do S. T., ela era flamenguista. Ela fez com que minha irmã e eu virássemos flamenguista. Eu comecei a **torcer pelo Flamengo**, não sabia nem o que era, “eu sou flamenguista! eu sou flamenguista!” Se alguém me perguntasse o que que era isso, eu não saberia, porque eu nem sabia que era um clube de futebol. (...) Eu comecei a **juntar um monte de símbolos do Brasil, a bandeira, a cor verde e amarela, ser flamenguista, tudo isso entreva no pacote ser brasileira** e que eu gostei... Gostei de assumir assim... achei interessante. As pessoas eram parecidas... **parecidas com meus pais** (...) Eu gostei! Tô te dizendo, quando eu fiquei no Rio de Janeiro, eu fiquei maravilhada, era isso... eu adorei! Eu fiquei: “**eu sou isso, eu sou!**” Tipo o patinho feio, quando ele descobre que era cisne?”* <sup>311</sup>

*“Eu **me reconheci**, eu realmente **sou daqui, quando eu voltei**. Isso é **bem confuso** pra mim, pra quem mora... pra quem viveu assim, mas quando eu comecei a **vim** (...) é aqui, eu sou realmente daqui. Eu me encontrava **na música, no jeito de ser, na cultura em geral, tudo.**”* <sup>312</sup>

A perspectiva de uma descoberta do Brasil no exterior foi manifestada inclusive por outros entrevistados, que acreditam ter descoberto fora do Brasil, no contato com outras culturas, quanto se sentiam brasileiros. Este reconhecimento em geral não afastou a permanência de uma abertura para a identificação com símbolos culturais associados por elas a Moçambique, construída sobre a memória afetiva dos laços sociais que puderam construir com pessoas e com o lugar. A exceção fica para Manuela, cuja percepção de

<sup>309</sup> Entrevista com Maria Eduarda realizada em 25 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>310</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>311</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>312</sup> Entrevista com Maria Eduarda realizada em 25 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

exterioridade em relação à sociedade moçambicana, diferentes das outras duas entrevistadas, é considerável e se expressa através da figura do xiconhoca, marcada por categorias políticas e de nacionalidade:

*“Era, o tempo todo... o tempo todo eu era a estrangeira. Eu lembro de uma situação que... quando teve essa feira... essa grande feira que a gente carregou a bandeira lá. Vários países estavam representados. Na feira tinha uma televisão, não tinha televisão em Moçambique, tinha uma televisão com uma antena que pegava o **Sítio do Pica-Pau Amarelo**. E aí, eu lembro de uma professora... isso enraiveceu os moçambicanos, por causa da **tia Nastácia**, a empregada, né? Que era negra. Eu me lembro da minha professora passar uma semana **tirando sarro da minha cara**. Eu não entendia direito, mas entendia que não era uma coisa legal (...) “você conhece o Sítio do Pica-Pau? Então me explique, quem é a Nastácia?” Aí eu falava: “Eu não conheço”. Eu conhecia dos livros, né? Mas eu não entendia, **não conseguia entender aquilo!** (...) Essas coisas iam me irritando assim, me indispondo com a escola. (...) aquilo me magoou assim, me fez sentir mal, **me fez sentir xiconhoca**. Sabe o que que é isso, xiconhoca? É o **patrão**, o **colonizador**, o **preguiçoso**, **mentiroso** (...) pra tudo servia, era uma **pessoa ruim** assim. Ele tinha **múltiplas facetas**. Eu me senti assim xiconhoca, imperialista, salazarista, sabe?”<sup>313</sup>*

A memória do ambiente rigidamente ideológico de formação dos “continuadores da revolução” esteve igualmente presente em seus depoimentos:

*“Se **exaltava muito a Frelimo na escola**, então a gente chegava na escola e tinha um pátio, a gente **formava e cantava o hino de Moçambique**, que fala muito da Frelimo, né? “**Viva, viva Moçambique! Nosso povo vencerá!**”... E aí a gente... no final do hino gritava “**Viva a Frelimo!**” E a gente... pequenininho, né? “**Viva!**””<sup>314</sup>*

*“Fazia a formação. Cantava o **hino da Frelimo**, cantava o **hino de Moçambique**, gritava **três vivas à Revolução**, três vivas ao **camarada Samora Machel**. Era tão... e você ficava duro lá assim, cantando os hinos e dando os vivas e era tão sério, tão sério... não sei se era tão sério, mas **pra mim era tão sério**, que um dia eu fui pra formação morrendo de vontade de fazer xixi, tava lá e **não tinha coragem de sair da formação**. Aí cantei todos os hinos, dei todos os vivas e quando acabou, xiii..... fiz xixi nas causas! Era muito sério! Eu **não podia desrespeitar a Frelimo, a Revolução, o camarada Samora Machel!**”<sup>315</sup>*

Acredito que as semelhanças mais interessantes entre seus depoimentos estejam nas conclusões tiradas por elas sobre o impacto da experiência vivida sobre suas visões de mundo. Suas opiniões sobre Moçambique, nesse sentido, são enfáticas:

*“É um outro tipo de ditadura, uma ditadura do outro lado (...) Isso foi eu que cheguei nessa conclusão. Eu **queria muito que minha mãe tivesse viva pra eu saber isso dela**. Não cheguei a conversar disso com ela maior. (...) A maioria que eu conheço, que eu tenho contato até hoje não tem... não consegue. É mais forte que eles assim... **criticar uma coisa que na época era o que fazia eles viverem**. O que fazia eles acordarem. O que fazia eles... era o norte, era a vida assim... e assumir que não era isso tudo é muito difícil! (...) Por que que os moçambicanos não podiam fazer compra com o Metical no supermercado? Por que não podia entrar coisa americana no país? Por que um monte de coisa... tem um monte de por quês. Não tô falando só de material não. Tem... você falar certas coisas era mal visto, cantar... você tinha que saber certos hinos, se você não soubesse você era um... Hoje eu tenho essa... mas os adultos... os adultos é ótimo! Não tem, a maioria, não assume, continua. Eu conheço gente que continua comunista. Você não tem noção. O negócio é forte. (...) Os **moçambicanos reclamavam muito**, muito, muito! Na rua, em qualquer lugar, mas não*

<sup>313</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>314</sup> Entrevista com Adriana realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro

<sup>315</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

*era bem visto reclamar (...) os que reclamavam, reclamavam de tudo, desde... até (...) a maioria de baixa renda...”*<sup>316</sup>

*“Pra mim quem era preso era quem pensava diferente do governo, nem sabia que prisão era pra ladrão. Só lá em Moçambique é que eu descobri, que eu descobri o... as pessoas não falavam muito, né? Sobre os campos de reeducação, mas os meus pais me explicavam que era pra gente que fazia coisas erradas (...) até então não, eu achava que prisão era pra quem discordava do governo, né? Que queria mudar o mundo, que queria um mundo mais justo, com menos pobre, que todo mundo pudesse comer, se vestir bem. Eles me explicavam dessa maneira, que como eles pensavam diferente, eles tinham sido presos. (...) Sabia que o empregado nosso morria de medo dos campos de reeducação! Mas não sabia porque. Eu falava pra ele: “mas Zé, você não fez nada de errado!” Mas qualquer um podia ir para estes campos, bastava ser delatado por alguém, era um negócio horroroso. Depois que eu fiquei sabendo, mas lá na época, eu não sabia.(...)”*<sup>317</sup>

Talvez as situações traumáticas vividas em decorrência do exílio dos pais, talvez devido aos olhares infantis lançados aos termos implicitamente violentos em que as situações e discussões eram postas devido à dinâmica do conflito. Compuseram uma visão crítica de tipo diferente da crítica feita pelos demais entrevistados, porque sustentada na rejeição ao conflito e, portanto, à própria concepção do *paradigma* em seus termos, associando, com isso, significados distintos à política. Ao mesmo tempo, todas acreditam que a experiência foi capaz de lhes fornecer uma abertura para a diversidade cultural, para a convivência com o diferente e a vivência de novas situações. É notável que a estas características todas atribuem as razões de sua escolha e satisfação no campo profissional, seja ele a história, a antropologia ou a produção cultural.

#### IV. “Abrassando” Moçambique

*“A gente tinha... era muito engraçado, né? Porque a gente tinha um círculo de estudos lá... de camaradas lá, que a gente se reunia. Minha mãe mandava toda semana um pacote com revistas e jornais brasileiros, era o JB... era gozado até porque a gente começava a ler de trás pra frente, se você lesse o último você matava, né? A gente começava a ler de trás pra frente, mas depois a gente não tinha mais tempo de ler o jornal. E era gozado porque a gente reunia o grupo pra discutir o Brasil, aí... A gente até conseguiu na revista Tempo... Moçambique tinha a revista Tempo, e essa revista, era uma revista... era mensal e a gente conseguiu de escrever um artigo por mês sobre o Brasil ou sobre a América Latina. Mas a gente tinha esse grupo e grupo se reunia começava a discutir o Brasil, dava meia hora você tava discutindo Moçambique. Todo mundo trabalhava, então você tinha assuntos ligados a nossa dinâmica profissional que eram muito mais fortes e discutir o Brasil era abstrato. O Brasil tava tão longe! (...) Tinha gente do partidão, tinha gente da esquerda revolucionária (...) tinha eu, tinha o J., que era um cara do VAR-Palmares, tinha o R., que também era da VAR-Palmares e... misturado, mas a gente não conseguia mais discutir o Brasil... tinha o meu irmão, o S., que era do MR-8 comigo também, que veio um pouco depois.”*<sup>318</sup>

Abstrair o Brasil, tanto no sentido de não considerá-lo mais uma arena concreta para sua militância, quanto no de renunciar momentaneamente os pensamentos políticos

---

<sup>316</sup> Entrevista com Maria Eduarda realizada em 25 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>317</sup> Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo

<sup>318</sup> Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.

sobre ele, tornou-se a postura dominante no contexto moçambicano. A predominância do local em parte se deve à explicação de Diogo: o envolvimento cotidiano naquela realidade, já classificada como extremamente dinâmica, onde novidades surgiam a cada dia, contrastando com um Brasil, cujas notícias vinham com semanas de atraso e cujo acompanhamento de sua dinâmica exigia que seus jornais fossem lidos *“de trás pra frente”*. Assim, os que outrora haviam sido militantes profissionais, em Moçambique faziam da profissão sua militância, mesmo com todos os percalços advindos do fato de não poderem “fazer política”, isto é, encontrarem obstáculos à autonomia na esfera de suas atuações.

Não apenas a distância física, mas o afastamento político das organizações brasileiras contribuía para o entendimento de que o Brasil encontrava-se deslocado em relação a suas “práticas”. Em 1975, quando tem início a migração para Moçambique, a maioria dos exilados brasileiros já se encontrava desvinculada de qualquer organização política, pois, com exceção do PCB, a maioria delas havia sido nesse momento desarticulada pela repressão, deixando seus militantes no exterior sem condições de ação nos moldes realizados até então. Essa desarticulação trouxe consigo um processo de reflexão sobre a luta política travada no Brasil, levando alguns a tomar a iniciativa de se afastar das poucas organizações ainda existentes. Dessa maneira, com exceção novamente para os militantes do PCB, os entrevistados chegaram ao país na condição de militantes não organizados, os chamados “independentes”.

A predominância dos “independentes” em Maputo pode ter influenciado essa abertura que caracterizou ali as relações entre os brasileiros. Os entrevistados acreditam que a influência exercida pelas afinidades e disputas políticas, nas quais os militantes estiveram inseridos no Brasil, sobre o grupo era pequena. Segundo eles, o pertencimento anterior a essas organizações podia até gerar “fófocas” ou “piadas” entre agrupamentos menores formados na convivência cotidiana, mas não impedia que o relacionamento fosse amplo, tal como o descrevi. Fica como exemplo o “círculo de estudos”, que reunia militantes egressos de organizações políticas distintas, do PCB à luta armada, mesmo sem ter objetivo de realizar as ações concretas contra a ditadura brasileira.

Apesar das tentativas de manterem-se informados sobre a conjuntura política brasileira (foram várias menções ao recebimento de revistas e jornais brasileiros pelo correio ou via portadores), esse acompanhamento não se refletia em atividades políticas mais articuladas e mesmo a discussão sobre os problemas brasileiros perdia lugar para a dinâmica de suas “práticas”. Em comparação com outros lugares do exílio, a militância anti-ditadura e pró-anistia foi muito insipiente, não tendo existido comitês de anistia ou

periódicos feitos pelos exilados. As poucas iniciativas políticas relacionadas ao Brasil se davam de forma associada à “luta política” moçambicana e anti-Apartheid, assumindo o caráter “internacionalista”, que as fazia parte de uma mesma “luta”.

Porém, a centralização do poder pela Frelimo fazia as atividades políticas passarem em grande medida por sua direção, mobilizando o grupo dos brasileiros de conjunto para atividades de apoio político, como as inúmeras manifestações públicas, comícios, desfiles e congêneres. Procurava também mover para a realização dos trabalhos voluntários, nesse caso encorajando os agentes individualmente ou os conjuntos menores, que se iam desenhando no grupo. O contexto favorecia mais as atividades culturais, que encontravam interesse e espaço para manifestação na sociedade, tornando-se meio para a emergência das temáticas relacionadas à política brasileira e internacional. Estas iniciativas, existentes desde os primeiros anos da presença brasileira, foram fruto de manifestações difusas, reflexo de sua própria forma de agrupamento. Resulta dessa configuração, radicalmente distinta das etapas anteriores do exílio, a opinião manifestada por Bruno abaixo, a qual outras fizeram coro. Mesmo considerando o envolvimento das três únicas organizações políticas de brasileiros existentes durante o período focado (o PCB, o “núcleo” do PT e o da ABRASSO) fortalecendo a promoção dessas atividades, o entrevistado opina que:

*“Nessa época, **nem o PC, nem o PT** chegou a ter **qualquer tipo de influência**, qualquer tipo de **importância**. (...) Nem em relação à Frelimo, nem em relação ao estado e **nem mesmo** em relação **à divulgação da luta do brasileiro pela sua democracia** lá em Moçambique. (...) Não tinha projeção política, de vez em quando a gente conseguia colocar um anúncio no jornal... um **artigo no jornal**, mas que não tinha grande influência (...). Na França, por exemplo, a ação dos exilados na França foi muito mais forte, muito mais contundente, sem falar no Chile (...). Em Moçambique não, já **era um engajamento com a luta dos moçambicanos**, que era uma luta muito forte, porque você estava sendo invadido pela Rodésia e depois pela RENAMO, né? Era uma luta muito feia, muito premente, nossa defesa era uma **defesa do Estado moçambicano** mesmo, **daquela causa moçambicana**...”<sup>319</sup>*

Em contraposição a esta idéia, proponho que consideremos a relevância da ação dessas três organizações somadas às atividades difusas construídas no grupo, para a edificação do circuito, material e simbólico, Brasil-Moçambique como um espaço de transnacionalidade da esquerda brasileira.

O PCB, com militantes no país desde 1975, foi a única estrutura política de brasileiros organizada formalmente no país até 1980. O Partido manteve lá seu funcionamento, com reuniões, chefe político e centralização da ação, conforme orientava a estrutura de “partido leninista”, da qual desfrutava. Apesar disso, não possuía uma liderança sobre o grupo, o que indicam as acusações dos entrevistados de que o partido

---

<sup>319</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

tentara, sem sucesso, representar o grupo junto à Frelimo. Conforme mencionado anteriormente, sua postura de solidariedade os fazia seguir as decisões da Frelimo, mobilizando o partido para tanto. Foi muito comentado, por exemplo, os trabalhos voluntários junto à aldeia comunal Luis Carlos Prestes. Contudo, ao que parece, o PCB não desenvolvia uma ação mais efetiva de divulgação da luta política no Brasil através de sua estrutura, prova disso é que não tenham produzido materiais escritos, como faziam em outros países. Faziam-no, contudo, no contexto geral junto às iniciativas do grupo, cujo exemplo é que tenham sido militantes do PCB a conseguir o espaço na revista *Tempo* para a publicação dos membros do círculo de estudos.

Puderam fazê-lo porque nenhuma outra organização brasileira teve uma relação tão formalizada e estruturada com a Frelimo. Sakamoto, apontado pelos demais entrevistados como militante de posição destacada, embora ele mesmo não tenha reivindicado para si esta condição, contou que:

*“Na parte do relacionamento de Moçambique com o Brasil... com o PCB, aí fazia reuniões e tinha várias atividades(...). Preparamos... por exemplo, houve visita de **alto nível da direção do PCB a Moçambique**. Isso é uma coisa interessante, tá citado no livro do Sylvio Frota (...) ele protesta violentamente como o Brasil tem relações com um país que fica recebendo o Partido Comunista?”*<sup>320</sup>

A visita de alto nível da direção do PCB ocorreu mais de uma vez. Em 1977, Prestes esteve no país para firmar como “*direção*” relações oficiais entre a Frelimo e o PCB. Relações que tornaram o partido, durante anos, uma das principais vias de recrutamento de cooperantes. Inicialmente eles eram buscados entre a esquerda no exterior e entre militantes do PCB no Brasil, onde, posteriormente, passou a ser recrutados também mais amplamente entre a esquerda. No início da década de 1980, após o racha de Prestes com o PCB, que causou divisões também entre o “núcleo” do partido em Moçambique, uma nova comitiva do PCB esteve no país, garantindo a permanência de suas relações. O fato foi noticiado pelo jornal *Notícias*, em 13 de maio de 1981 (Figura 34). Por ocasião do IV Congresso da Frelimo, suas conexões continuavam firmes, sendo o partido a única organização brasileira a ter uma delegação presente no evento.

A menção a Sylvio Frota, ministro do exército durante o governo Geisel, no final do trecho acima é interessante. O lamento do general se devia ao fato de que, além do recrutamento de cooperantes, a Frelimo apoiava-se no PCB para realizar a tarefa de representação de seus interesses em relações comerciais com o Brasil, abertas por linhas de crédito concedidas a Moçambique para importação de produtos brasileiros<sup>321</sup>. Toda a

---

<sup>320</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>321</sup> A entrevistada Iracema mencionou que um dos filhos de Arraes também esteve a frente de empresas que

atividade comercial, a exemplo dos contatos políticos do PCB com a Frelimo, foi acompanhada pelo sistema de informação brasileiro, que produziu vários dossiês sobre o assunto, demonstrando preocupação de que estas negociações pudessem render dividendos para o PCB, temendo que o governo estivesse financiando ações subversivas contra si mesmo<sup>322</sup>. Sakamoto explica como se dava a representação:

*“Existiu uma estrutura própria comercial que foi criada e existiu. Foi possível porque o Brasil abriu uma linha de crédito de 400 milhões de dólares ao total. Então houve um intercâmbio comercial importante nesse período baseado nisso aí. Eu depois fui durante um certo período dirigente dentro dessa estrutura por cima da linha de crédito aqui, foi criada uma empresa que chamava Tropic. (...) Ele era um dos... um dos... ele trabalhou lá em Moçambique também na SOCIMO, que era a correspondente e tal. E isso durou até 1995, 1996.(...) Brasil Leste era uma empresa do Nelson, esqueci o nome dele, mas a gente trata ele como Nelson, começou aí, por ele... não lembro o nome dele, mas talvez você tenha aí. Nelson? (...) O Brasil-Leste foi o primeiro a estabelecer relações com a SOCIMO, então vamos dizer que começou com a Brasil-Leste, tá? Depois com a Tropic. (...) Foi fechada porque acabou a linha de crédito, acabou a moleza. (...) Não rolava grana não, rolava pra sustentar a Tropic, por exemplo (...)”*<sup>323</sup>

Nelson Alves, desde 1975 à frente do recrutamento de cooperantes, criou a empresa Brasil-Leste corretores, que em parceria com a SOCIMO (Sociedade Comercial e industrial de Moçambique), a representante comercial de importação em Moçambique, agenciavam parte deste eixo comercial com base nas linhas de crédito brasileiras. Posteriormente esta empresa foi substituída pela Tropic, que, por designação da Frelimo, ficou sob direção de Sakamoto e onde trabalharam militantes e ex-cooperantes embora em maioria não somente aqueles vinculados ao PCB. Outras formas de agenciamento dessas importações eram utilizadas, por exemplo, em uma compra de livros em 1980, a Frelimo contratou diretamente o editor da Civilização Brasileira para representá-la. O que ainda assim reforçava as desconfianças da espionagem brasileira em relação ao PCB, devido a proximidade do editor com o partido (Figura 31). Sakamoto negou que existissem as tais comissões para o partido, contudo, acredito que, havendo ou não, todo esse envolvimento é exemplo contundente da confiança de parte a parte e da firmeza de sua aliança política.

Após 1979 e o início do retorno, as atividades, sobretudo as culturais, de divulgação da luta brasileira pela democracia ganharam alguma estruturação com o surgimento da ABRASSO, que reforçou o circuito transnacional. Sobre ela, Rodrigo contou:

---

faziam conexões de importação-exportação na Argélia.

<sup>322</sup> Segundo o dossiê A.N./SNI A0075681, um militante do PCB preso nos processos de 1975 contra o partido, teria revelado que as relações comerciais com países socialistas intermediadas por empresas ligadas ao PCB renderiam comissões para o partido. Em relação a isso, o informante manifesta uma preocupação: “o comércio brasileiro com países sob regime comunista, ainda que necessário e pragmatismo à parte, precisa ser conduzido com redobrados cuidadosa fim de que organizações subversivas não sejam financiadas através das comissões que são exigidas, sob forma encoberta, para que os contratos se tornem efetivos.”

<sup>323</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

*“Nós tínhamos criado a **ABRASSO**, a Associação brasileira de solidariedade a Moçambique, que era **a atividade política lá** em Moçambique em 78, se não me engano em 78 (...) A gente apoiava o governo moçambicano **de forma mais ordenada, mais organizada e denúncia da ditadura aqui no Brasil (...)** **panfleto** fazia... o J. D., por exemplo, era diretor de teatro, ele montou uma **peça** maravilhosa **sobre a América latina**, sobre a dominação imperialista na América Latina que foi apresentado no **teatro municipal** lá de Maputo, fazíamos uma série de **atividades, discussões, fazíamos reuniões, entende?**”<sup>324</sup>*

A ABRASSO foi criada em 1980 em São Paulo por ex-cooperantes e em maio de 1981 teve um “núcleo” também fundado em Maputo. Da mesma maneira que o círculo de estudos, foi constituída tanto por militantes “independentes” quanto por aqueles vinculados ao PCB e ao PT, cujo um “núcleo” tinha sido fundado em Maputo. Ambos constituíram os únicos partidos de brasileiros organizados ali no período. Bruno, fundador deste “núcleo” do PT, junto a Rodrigo e outros brasileiros, também comentou a forma como era dado às organizações brasileiras fazer política em Moçambique:

*“Havia um partido político, né? **O PC era organizado**, o Partido Comunista Brasileiro é organizado lá. **Mais tarde** é organizado.... **quando surge o PT, nós criamos...** eu tava no Brasil quando o PT é fundado. Eu ajudei a fundar o PT lá em Recife. **Aí nós fundamos um núcleo do PT lá em Moçambique**, que é registrado... **Aí, a polícia brasileira ia lá e fichava a gente tudinho: fulano de tal é secretário do Partido dos Trabalhadores lá em Moçambique... tava lá na minha ficha do SNI. É impressionante, eles davam toda a ... e isso já em 1980, 81, eles faziam toda a ficha da gente... (...)** E aí tinha **a ABRASSO**, que era a Associação brasileira de Solidariedade ao povo moçambicano, que **tinha uma vertente aqui no Brasil**, um núcleo aqui o Brasil, que **ela foi criada aqui no Brasil**. Eu participei da criação dela aqui também e **depois em Moçambique**, ela também tinha a sua célula em Moçambique, que fazia sua atividade **de divulgação do Brasil**, contato. **Aí já na era mais a partir de 80, era uma luta pela democracia, mas de uma maneira mais jornalística, cultural** do que a **militância política** como era no período anterior, né?”<sup>325</sup>*

A organização realizava atividades culturais e jornalísticas de divulgação da “luta” pela democracia no Brasil associadas ao contexto da “luta moçambicana” contra o Apartheid. Ao mesmo tempo, a divulgação delas no Brasil se tornava prioridade da ABRASSO paulista, contribuindo para inseri-la, munida de seu discurso internacionalista, em um contexto, onde a proliferação de organizações e ações políticas participava do caminhar rumo a Abertura. Em São Paulo, muitas atividades entre atos públicos e debates foram realizados, bem como foi confeccionado um boletim da ABRASSO (Figuras 29 e 30). Sakamoto conta:

*“A **ABRASSO** é a Associação Brasileira de Solidariedade a Moçambique e foi formada por gente que tinha sido cooperante em Moçambique, trabalhado em Moçambique. E que procurava levar um **trabalho de solidariedade aqui no Brasil**. E que fez um trabalho considerável de mobilização nesse sentido, mas também acabou... acabou... (...). Fundamentalmente, a meta principal é **divulgar a necessidade de solidariedade com Moçambique**. Quer dizer, falar aqui que tem um país*

<sup>324</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília. Apesar de ter apontado 1978, uma matéria pública na revista tempo sobre o surgimento da Abrasso aponta o ano de 1980 em São Paulo e 1981 em Maputo (A. N./SNI 15406/81 – Figura 33).

<sup>325</sup> Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.

*chamado Moçambique que tem tais e tais dificuldades e que através... politicamente ou mesmo através do trabalho pode colaborar pra minorar esses problemas.”*<sup>326</sup>

Essa divulgação passava também pelo recrutamento em meio ao movimento de esquerda de trabalhadores interessados na cooperação. O eixo São Paulo-Maputo movido pela ABRASSO pôde enviar diversos cooperantes para o país, do que foi testemunha o sistema de informação brasileiro, mobilizado para acompanhar as atividades<sup>327</sup>.

Por fim, houve a experiência da construção do PT em Maputo, mais efêmera, mas não menos importante. Rodrigo e Bruno estiveram no Brasil logo após a Anistia, quando novas formas de organização política estavam em ascensão: mobilizações “de massas”, militância vinculada à institucionalidade dos partidos legalizados, dos sindicatos e das eleições, cujo PT era então o símbolo maior. De volta a Moçambique pouco tempo depois, ambos encontraram novos cooperantes, muitos vindos diretamente do Brasil e já marcados por essa nova fase da experiência política brasileira, juntos procuraram se organizar, segundo essas novas referências de estrutura e simbologia políticas oferecidas pelo PT. Não parece ter sido tão fácil, entretanto, para aqueles que permaneceram no exterior adaptarem-se a essas transformações, principalmente aqueles que estiveram em Moçambique, onde a força do premente embate local, ainda lido segundo a lógica da guerra fria, mantinha o vigor de suas premissas. Como exemplo dessas dificuldades, podemos citar a difícil relação entre o núcleo do PT em Maputo e a Direção Nacional no Brasil, que Rodrigo analisa a seguir. Perguntado sobre suas conexões, ele explica:

*“Tinha. Pouca, mas tinha. Até porque o PT nunca deu importância pra essa questão, mas tinha relação, tinha. Mandava carta, às vezes contribuía financeiramente com o PT daqui e tal. Tínhamos relações com o Zé Dirceu, na época ele era o secretário de relações internacionais do PT. Isso 83, 84. Era mais pra dizer que tava ligado, mas não tinha militância forte.”*<sup>328</sup>

Pelo menos duas das mencionadas cartas trocadas foram interceptadas pelo sistema de informações brasileiro<sup>329</sup>. Sua leitura é uma oportunidade de entender a menção do entrevistado a pouca importância dada pela Direção Nacional ao núcleo, bem como às questões relativas aos vivos embates da África Austral. Ao longo das cartas, o “núcleo” de Moçambique procura sensibilizar a Direção nacional do PT quanto a necessidade de obter autorização para atuar como “núcleo do PT”, participando em comitês de solidariedade e assinando manifestos relativos às questões locais e

---

<sup>326</sup> Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.

<sup>327</sup> São vários os dossiês encontrados no A. N. e no APESP sobre o eixo transnacional Brasil-Moçambique promovido pela ABRASSO e pelo PCB entre meados dos anos 1970 e 1980. Suas atividades foram acompanhadas tanto a partir do Brasil, quanto de Moçambique.

<sup>328</sup> Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

<sup>329</sup> A. N./SNI 7701/82. Em anexo neste dossiê estão duas cartas, de 25 de abril e 20 de setembro de 1982, trocadas entre o núcleo de Maputo e a direção nacional do PT.

internacionais que o grupo brasileiros e a Frelimo promoviam no país. Inseridos na ABRASSO ao lado de militantes do PCB preocupavam-se também, na lógica de estabelecer a disputa política no interior da associação, com a influência que o partido comunista poderia alcançar entre os demais militantes ante as limitações em que se manifestassem como PT.

Da mesma maneira procuravam sensibilizar o partido a estabelecer conversações e relações oficiais com a Frelimo a partir do Brasil. Do ponto de vista dos militantes era delicada a situação de não poderem se manifestar em nome da organização política que consideravam pertencer nos eventos promovidos no país. Igualmente constrangedor era o fato de sua organização desde o Brasil parecer ignorar os problema da conjuntura local e solidariedade que lhe devia segundo a premissa internacionalista. Vale salientar que a luta contra o Apartheid assumiu na década de 1980 uma grande importância para a esquerda internacional e era um dos principais conflitos sob o foco do interesse mundial, o que, do ponto de vista internacionalista, torna bastante razoável a insistência do “núcleo” moçambicano. A preocupação que a Direção Nacional do PT parece ter tido em admitir a autonomia desejada se identifica com a “nova esquerda” brasileira. Em relação a ela se queixaram outros entrevistados. Selma, por exemplo, que também entrou no PT quando de volta ao Brasil, me falou sobre a frustração de uma campanha, que gostaria de ter realizado em meio à “*companheirada*” no Brasil para enviar material escolar a Moçambique, mas que malogrou por questionamentos em relação ao caráter político da revolução moçambicana, eram as divergências tencionando a idéia de “solidariedade”.

Ao longo da década de 1980 se fortaleceu o processo em que as críticas à experiência soviética e congêneres já existentes entre a esquerda, cresciam em importância por sobre o enfraquecimento do conflito bipolar. Elas levariam à relativização gradual da presunção de solidariedade “de esquerda”, categoria em relação a qual a idéia de pluralidade e disputa interna ganhava força. As diferenças provocavam desencontros entre premissas dos militantes “petistas” dos dois lados do atlântico, que através dessas conexões transpunham para um espaço transnacional os embates em construção na (e da) nova esquerda brasileira, sinalizando as mudanças que apontavam em distintos movimentos e arenas políticas no horizonte da esquerda internacional. No final desta década “o muro” iria cair e junto com ele a centralidade do conflito. Emergiria entre a esquerda um espaço para a pluralidade de tendências, posições e novas questões que passariam a ser mobilizadas na *política* e disputadas nos debates públicos.

\*\*\*\*\*

## IMAGENS



Figuras 26, 27 e 28:  
exilados/cooperantes brasileiros em  
“grupo”. Fotos: Daniel de Andrade  
Simões.





Figuras 29 e 30: Boletim ABRASSO Nº 1, maio de 1981 e Nº 2, maio de 1982, distribuídas em São Paulo. Fonte: APESP/ 20c4427598 e 20c4419385, respectivamente.

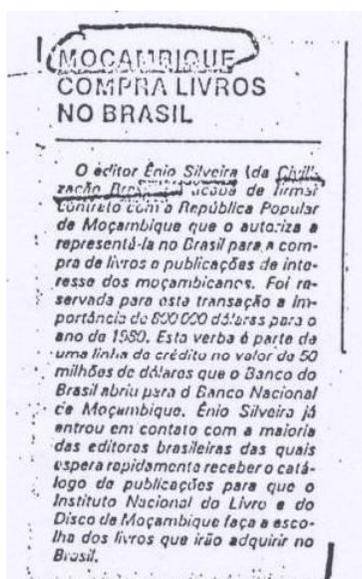


Figura 31: Notícia no Jornal Leia Livros, Nº 20, 1980. Compra de livro por Moçambique intermediada pela Editora Civilização Brasileira. Anexada a dossiê do CIE sobre relações entre PCB e Frelimo. Fonte: A. N./SNI A0075681.



Figura 32: Convite para Baile de Carnaval dos cooperantes brasileiros, 1983. Fonte: Arquivo pessoal de Jairo e Renata.

# Solidariedade Moçambique-Brasil

## • CRIADA A ABRASSO

A Associação Moçambicana de Amizade e Solidariedade para com os Povos — AMASP — fez recentemente a apresentação aos órgãos de informação de uma nova associação de amizade. Trata-se da ABRASSO — Associação Brasileira da Amizade ao Povo moçambicano.

Na conferência de Imprensa, a direcção do núcleo em Moçambique expôs como havia nascido a Associação e quais iriam ser os seus passos imediatos.

A ABRASSO foi criada em Novembro de 1980 na cidade de São Paulo no Brasil. A iniciativa partiu de cidadãos brasileiros que haviam estado a cooperar em Moçambique. De regresso ao seu país — só possível para muitos deles devido à amnistia saída em fins de 1979 — estes brasileiros, identificados com a luta do Povo moçambicano, sentiram a necessidade de continuar a solidariedade já iniciada. Assim nasceu a ABRASSO que muito logicamente teve a sua primeira delegação em Moçambique.

O núcleo aqui criado em Maio deste ano, integra já 48 associados.

Trabalha em estreita relação com a AMASP e embora conte somente dois meses tem já algumas realizações em vista. Vão por exemplo, em conjunto com diversas outras organizações, propor a realização duma semana de solidariedade com o Povo de El Salvador. Esperam igualmente levar a cabo na 2.ª quinzena de Agosto uma semana de amizade entre os Povos brasileiro e moçambicano. Tem ainda outros trabalhos em vista, entre os quais a recolha de material junto do INLD para enviar para o Brasil, a recolha de fundos, a organização de palestras sobre a situação no Brasil, e apoio à AMASP na criação dum serviço de documentação.

Os princípios da ABRASSO vêm referidos numa Carta de Princípios editada em São Paulo pela sua sede. Nela pode ler-se que a ABRASSO se fundamenta na Solidariedade com o Povo moçambicano na sua luta pela construção du-

Moçambique, quer seja pela vinda de novos cooperantes, quer seja no apoio que lhes possam dar quando cá chegarem para enfrentarem uma nova realidade. Neste campo o núcleo de Moçambique vai fazer algumas propostas à Sede no Brasil, no sentido de se estabelecerem vínculos e mesmo convénios com associações profissionais brasileiras. Por exemplo, com as Organizações de Jornalistas de alguns estados, com sindicatos dos médicos, dos engenheiros, arquitectos e outros. Esperam para breve a chegada duma delegação de juristas brasileiros que aqui virão desenvolver várias actividades com a AMASP.

A ABRASSO é a primeira organização de solidariedade com Moçambique que se cria na América do Sul. Várias são as razões que ocasionaram o significativo peso dos cooperantes brasileiros que estiveram e ainda estão entre nós.

E sabida a influência africana na cultura brasileira. Isso duplica a responsabilidade da ABRASSO particularmente na colaboração a dar à AMASP, ela própria ainda muito nova.

A. Marmelo

Revista "Tempo" (Moçambique)

n.º 561, 12 Jul 81

Figura 33: Matéria na revista Tempo (Nº 561, 1981) sobre a criação da ABRASSO em Maputo. Anexada em dossiê do CISA sobre as atividades da associação em São Paulo e Moçambique. Fonte: A. N. / SNI 15406/81

## FRELIMO E P.C. BRASILEIRO INICIAM CONVERSACÕES

Começaram ontem em Maputo, as conversações entre o Partido FRELIMO e o Partido Comunista Brasileiro através de delegações chefiadas respectivamente por Joaquim Chissano, Secretário do Comité Central para as Relações Exteriores da FRELIMO e por Teodoro Melo, membro do «Bureau» Político do PCB.

Ao usar da palavra no início das conversações, Joaquim Chissano referiu que a visita daquela delegação partidária do Brasil irá contribuir para o reforço não só das relações entre ambos os Partidos, mas também dos movimentos das forças revolucionárias do mundo, o que é muito importante neste momento em que o imperialismo se mostra mais manhoso, mais perspicaz e mais agressivo.

O Secretário do CC para as Relações Exteriores do Partido referiu-se igualmente às relações de amizade existentes entre ambos os Partidos, afirmando que militantes do PCB acompanharam-nos durante a Luta Armada de Libertação Nacional e têm-nos apoiado desde os tempos da reconstrução nacional.

Este não é o primeiro encontro que temos com os nossos camaradas do PCB e nós pensamos que é necessário haver uma troca de opiniões entre os dois Partidos, uma troca de informações sobre problemas de interesse comum e problemas inerentes a ambos os partidos e sobre a situação internacional — disse aquele dirigente do Partido e do Governo do nosso País acrescentando que o Brasil situa-se numa zona do mundo que nos é muito pouco conhecida e por isso é sempre útil ouvir a opinião dos nossos irmãos naquela zona.

Por seu turno, o chefe da delegação do PCB que integra igualmente Almir Neves, membro do Secretariado, do PCB, afirmou que para o seu Partido é importante conhecer as transformações que se operam na África Austral particularmente em Moçambique onde está a principal base do movimento revolucionário, o que lhes possibilitará exercer uma certa influência junto das forças democráticas do seu país no sentido de conseguir apoio a Moçambique.

Participam nas conversações por parte do nosso País, o membro do

CC do Partido FRELIMO, José Correia Ganção e o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Valeriano Ferrão.

Entretanto, na manhã de ontem, o chefe da delegação do Partido Comunista Brasileiro depôs uma coroa de flores no Monumento aos Heróis Moçambicanos.

JORNAL "NOTÍCIAS"  
MAPUTO/MOÇAMBIQUE  
EDIÇÃO: 13 MAI 81

### BRASIL

#### MILITARES TERRORISTAS COLOCAM GOVERNO EM SITUAÇÃO CRÍTICA

RIO DE JANEIRO 12 — As bombas de dia 30 colocam o Governo diante da última oportunidade de provar a sinceridade de seu projecto de abertura e de conquistar o apoio de muitos que não tiveram até hoje razões para crer e se manter céticos ou semi-esperanças. Este comentário foi divulgado pela revista brasileira «isto É», na sua última edição, ao fornecer pormenores sobre um atentado envolvendo um capitão e um sargento do Exército.

No final do mês de Abril decaiu um espectáculo de música popular brasileira, organizado pelo cantor Cláudio Durova de Holanda no Rio Centro, um pavilhão pertencente à administração da cidade. Enquanto no seu interior cerca de 1500 pessoas acompanhavam a apresentação, que iria recolher fundos para o 1.º de Maio na parte exterior ocorria uma violenta explosão numa valitura.

O sargento Guilherme Pereira Rosário que transportava uma bomba, teve morte instantânea, enquanto que o capitão Wilson Lelis Chaves, que dirigia o veículo, sofreu ferimentos de grande gravidade.

O trabalho imediatamente desenvolvido pela imprensa permitiu identificar os militares como membros da CODI DCI, um dos braços armados dos órgãos dos serviços de segurança. Testemunhas oculares informaram aos repórteres que outras bombas foram encontradas dentro do subterrâneo.

IMP. CNP

Figura 34: Matéria no Jornal Notícias (13 de maio de 1981) sobre a viagem de membros do Comitê Central do PCB para encontro com os dirigentes da Frelimo. Ao lado, uma matéria sobre o evento da bomba do Rio Centro, ocorrida no mês anterior e seus impactos na abertura política no Brasil. Anexada ao dossiê do SNI sobre as relações entre PCB e Frelimo. Fonte: A. N. /SNI 15874/81.

## Considerações Finais

*“Era um mundo onde existia o capitalismo e o socialismo, mas isso aí também acabou...”*

No decorrer destas páginas tratei das trajetórias e deslocamentos de brasileiros exilados que se tornaram “cooperantes da revolução” em Moçambique. Hoje no Brasil, e passados mais de trinta anos da Anistia, data que marca o início de seu movimento de volta, os entrevistados conformam um grupo extremamente heterogêneo. Apesar disso, durante o processo de reconstrução de suas trajetórias por meio de suas histórias orais, pude observar entre eles uma *leitura comum do passado*, que tomei como base dessa análise.

Nessas leituras, a predominância de temáticas *políticas* deposita centralidade sobre a agência, tomada nos marcos de agrupamentos sociais, algo traduzido pela categoria “militância”, segundo a qual cada entrevistado vê a si mesmo como um ator político dos eventos narrados, um “militante” em meio a arenas de disputas políticas. Refletindo sobre a incidência dessas, que chamei *trajetórias militantes*, foi possível perceber a ênfase na reconstrução de premissas e contextos atribuídos a processos sociais, nos quais estavam em disputa símbolos ligados à nação e ao poder, como uma das principais marcas de seus testemunhos, tomados como capazes de dar sentido às ações, decisões e eventos. Considerei, assim, que os entrevistados manifestavam *narrativas de esquerda*, partindo da identificação das ações narradas a um conjunto de símbolos orientadores e marcadores de seu pertencimento social à “esquerda internacional”, que tomei analiticamente como um *paradigma* e um *campo transnacional*.

Lendo o conflito mundial instaurado na Guerra Fria a partir do conceito de *drama social*, abordei a repressão política no Brasil nos anos 1960 e 1970 como fruto de uma *ruptura simbólica*, em um momento em que a *política* se tornara um campo transnacional, onde se opunham categoricamente dois *paradigmas*. Transbordando o território brasileiro, as perseguições políticas foram acompanhadas de deslocamentos internacionais dos agentes sociais por elas envolvidos, que se apoiavam em sua filiação e sentimento de pertencimento, coletivamente reconhecido, à “esquerda”. Um campo capaz de sustentar redes sociais de conexões e relações, que moviam sujeitos e toda sorte de objetos em nome da percepção de que nas diversas arenas nacionais, os agentes sociais estariam a travar uma “mesma luta internacional”, a luta pelo socialismo.

A percepção de que suas trajetórias estão relacionadas aos embates e disputas estabelecidos no Brasil, mas também àqueles encerrados nos marcos do conflito transnacional entre direita e esquerda, os levam a mobilizar categorias referentes ao modo

de pertencimento nacionais e transnacionais ao longo de suas narrativas, apontando para a sobreposição entre estas esferas, que marcava o contexto político da Guerra Fria.

A centralidade dada ao conflito, à conformação de opostos políticos e à identidade política a partir do compartilhamento de símbolos e regras para a ação são, portanto, prerrogativas de suas narrativas. Surgem nelas como os sustentáculos de seus deslocamentos internacionais e o substrato de suas relações com a Frelimo e de sua aposta no socialismo moçambicano. Sendo assim, ainda que apresentando críticas a Frelimo, observando o socialismo moçambicano como um campo de embates políticos e clivagens sociais ou identificando dissonâncias entre o socialismo moçambicano e a utopia igualitária então defendida, os entrevistados assumem a idéia de que o conflito impunha dois lados e duas posições mais gerais em relação aos quais os agentes sociais deveriam se posicionar. Algo que comporia o imaginário social daqueles anos, a partir do qual os sujeitos sociais e grupos *cosmopolitas*, envolvidos naqueles embates transnacionais, liam os processos políticos e interpretavam o tecido social das diferentes arenas nacionais.

Aquele “*era um mundo onde existia o capitalismo e o socialismo*”, disse-me Sakamoto, completando: “*mas isso aí também acabou*”. Sua frase parece capaz de sintetizar algo que foi surgindo como distintivo em suas narrativas, quando elas pareciam levar consigo a certeza de que a perda do conflito e, com ele, da força dos paradigmas políticos, trouxesse também o fim da inteligibilidade das premissas e categorias mobilizadas por suas narrativas. Se antes eram parte do imaginário político e social daqueles tempos, essas categorias foram se distanciando deste espaço, perdendo lugar entre as leituras dominantes sobre os conflitos políticos (trans)nacionais, o que em suas visões provocaria nos ouvintes de hoje reações de estranhamentos frente às razões e ações política daquele contexto. É a passagem do tempo a trazer a perda de sentido, o estranhamento e a diferença.

A alusão unânime e constante ao contexto partiria, então, do pressuposto de que eu, como interlocutora, não participava completamente das premissas de seu relato, o que geralmente era mencionado em meio às declarações, passando quase despercebido em suas falas. Algo sintetizado, por exemplo, nas palavras de Igor (na primeira citação do capítulo 1): “*eu acho que você não é desse período, mas havia....*”. Daí que através de suas memórias procurassem recompor a força deste imaginário, sem o qual sua *trajetória militante* e suas *narrativas de esquerda* perdem em sentido. Se a forma narrativa atualiza suas memórias, convidando-as a participar dos embates do presente, devemos considerar a relevância de afastar o estranhamento, recuperando o sentido e a legitimidade dos grupos sociais e

posições políticas forjados no passado e, conseqüentemente, das suas atualizações nos embates do presente. O ano de 2010 foi extremamente simbólico para estas disputas no Brasil, quando eventos como a eleição presidencial, a tentativa frustrada de reinterpretação da lei da Anistia, os recentes conflitos sobre os direitos humanos e a revelação de mais um cemitério clandestino de desaparecidos políticos, por exemplo, mantiveram presentes os conflitos de outrora.

Esta experiência etnográfica por certo foi perpassada por estas sobreposições temporais de embates e sujeitos sociais, agenciados pela memória. Se a memória pode conferir o acesso ao tempo da Guerra fria, talvez eu possa encontrar referências nos acirrados debates entre Brizolistas (ou Janguistas) e Lacerdistas, que cresci assistindo na cozinha da casa da minha avó, atualizados pela ascensão de Brizola na política do Rio de Janeiro. Em meio a elas ouvi muitas críticas ao Regime Militar e aos políticos “de direita” e me lembro de, ainda nova, querer desejar políticas igualitárias e no interesse “das maiorias”. Quando o muro caiu, eu tinha apenas sete anos, não me lembro do evento muito bem. Lembro-me mais dos filmes de ação, com seus vilões e heróis, e das competições esportivas, em que, ao longo das décadas de 1980 e mesmo 1990, eu podia torcer contra os americanos e, logicamente, pelos russos. Essas referências possivelmente transformaram-se em substrato para a posterior construção de minha própria trajetória militante. Não a mencionei aos entrevistados, tratando-a como algo que ficou no passado, mas lembro-me da convicção de Igor sobre as prerrogativas de nosso diálogo, dizendo algo como: *“mas acho que você é de esquerda, senão não estaria aqui!”*.

Se eu pude participar da reconstrução das narrativas, trajetória e trajetos de exilados brasileiros que se tornaram “cooperantes da revolução” em Moçambique, cujos anos militantes são tomados por muitos como os melhores de suas vidas, acredito que esta experiência de pesquisa etnográfica e o processo narrativo em presença encontraram mediação junto aos melhores anos da minha própria trajetória militante.

\*\*\*\*\*



## REFERÊNCIAS

### Fundos Documentais

- Arquivo Nacional (Coordenação Regional em Brasília) – Fundos: SNI e CIEX.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo – Fundo: DEOPS.
- Arquivo Edgar Leuenroth – Fundos: Militância Política e Luta Armada no Brasil; Luiz Carlos Prestes; Centro de Pesquisa e Documentação Social.
- Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ) – Fundo: ASMOB.
- Acervo fotográfico pessoal de Daniel de Andrade Simões.
- Correspondências de Miguel Arraes pertencentes ao acervo pessoal de Madalena Arraes.
- Fonte: Diário de Pernambuco (publicadas em reportagem). Disponível em: <<http://www.diariodepernambuco.com.br/politica/arquivos/cartas.pdf>> Acesso em 24/02/10.

### Histórias Orais

- Entrevista com Bruno realizada em 05 de julho de 2007 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Wagner realizada em 04 de outubro de 2007 em São Paulo.
- Entrevista com José Luís Cabaço realizada em 03 de outubro de 2007 em São Paulo.
- Entrevista com Jacques realizada em 01 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Jairo realizada em 02 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Renata realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Adriana realizada em 04 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Diogo realizada em 07 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Sérgio realizada em 09 de julho de 2009 e 14 de janeiro de 2010 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Igor realizada em 15 de julho de 2009 no Rio de Janeiro.
- Entrevista com Carla realizada em 01 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.
- Entrevista com Ricardo realizada em 02 de fevereiro de 2010 em Porto Alegre.
- Entrevista com Sakamoto realizada em 23 de fevereiro de 2010 em São Paulo.
- Entrevista com Maria Eduarda realizada em 25 de fevereiro de 2010 em São Paulo.
- Entrevista com Manuela realizada em 26 de fevereiro de 2010 em São Paulo.
- Entrevista com Marcos realizada em 27 de fevereiro de 2010 em Campinas.
- Entrevista com Nelson realizada em 12 de março de 2010 em São Paulo.
- Entrevista com Felipe realizada em 09 de abril de 2010 em São Paulo.
- Entrevista com Cristina realizada em 27 de abril de 2010 em São Paulo.

Entrevista com Selma realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

Entrevista com Rodrigo realizada em 31 de maio de 2010 em Brasília.

Entrevista com Iracema realizada em 01 de junho de 2010 em Brasília.

Entrevista com Raquel realizada em 02 de junho de 2010 em Goiânia.

**Fundo: Militância política e Luta Armada no Brasil, Col. Denise Rollemberg - AEL.**

Entrevista com D.A.R.F. concedida a Denise Rollemberg, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1996.

Entrevista com J.F.M. concedida a Denise Rollemberg. Paris, 27 de novembro de 1995.

### **Referências Bibliográficas**

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. *Moçambique em transição*. Um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1992. Maputo: Padrigu-CEEI-ISRI, 1994.

ADAM, Yussuf. Guerra, fome, seca e desenvolvimento: Lições de Changara, Moçambique. *Arquivo*. Maputo: arquivo histórico, 1991

AGAMBEN, Giorgio (tradução Dante Bernardi). Política del exílio. In: *Cuardenos de Crítica de la cultura*. Barcelona, N° 26-27, 1996, p. 41-52.

\_\_\_\_\_ (tradução Iraci Poleti). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_ (tradução Henrique Burigo). *Homo sacer. O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ANDERSON, Benedict (tradução Denise Bottman). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem a difusão do nacionalismo..* São Paulo, companhia das letras, 2008.

ANDRADE, Mario Pinto de. *Origens do nacionalismo africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa (1911-1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

APPADURAI, Arjun. (tradução Heloísa Buarque de Almeida) Soberania sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional IN: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n° 47, novembro, 1997.

ARENDT, Hannah (tradução Roberto Raposo). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: vozes, 1985.

AZEVEDO, Licínio. *Moçambique com os mirage sul-africanos a 4 minutos*. São Paulo: Global, 1980.

- BARNES, J. A. Redes sociais e processos políticos In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- BALIBAR, Étienne. La forma nación: historia y ideología. In: BALIBAR, E. e WALLERSTEIN, I. *Raza, nación y clase*. Madri: IEPALA, 1988.
- \_\_\_\_\_. *We, the people of Europe? Reflections on transnacional citizenship*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.
- BELLUCCI, Beluce. *Economia contemporânea em Moçambique: sociedade linhageira, colonialismo, socialismo, liberalismo*. Rio de Janeiro: Educam, 2007.
- BORGES, Edson. *Estado e cultura: a práxis cultural da Frente de Libertação de Moçambique (1962-1982)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1997.
- BOURDIEU, Pierre A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação*. Tese de doutorado. São Paulo: USP/ Programa de Antropologia Social, 2007.
- CACCIA-BAVA, Emiliano de Castro e THOMAZ, Omar Ribeiro. Moçambique em movimento: dados quantitativos. In: FRY, Peter (org.). *Moçambique*. Ensaio. Rio de Janeiro: ed.UFRJ, 2001.
- CAHEN, Michel. *Os Outros. Um historiador em Moçambique, 1994*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à lua armada. São Paulo, globo, 1998
- CASAL, Adolfo Yanes. Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação política ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Lisboa: IICT, 1991 n° 14-5, p35-75.
- CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa e RAMOS, Jovelino (dir.). *Memórias do exílio: Brasil 1964-19??*. São Paulo: Livramento, 1978.
- CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas*. Literatura e nacionalidade. Lisboa: Vega, 1994.
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: a guerra nas sociedades primitivas In: CLASTRES, Pierre (trad. Paulo Neves). *Arqueologia da violência*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- COSTA, Albertina de Oliveira (et all.). *Memória das mulheres do exílio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- DOUGLAS, Mary. Tradução Sônia Pereira da Silva. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.

- EGERÖ, Bertil. *Os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: Arquivo histórico de Moçambique, 1992.
- ELIAS, Norbert. Tradução Ruy Jungmann. *O processo Civilizador*. 2 Vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Múltiplas camadas de tempo e espaço. (Re)construção da classe, da etnicidade e do nacionalismo entre imigrantes portugueses. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N° 38, de. 1993.
- \_\_\_\_\_ (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- FELDMAN-BIANCO, Bela e LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. São Paulo: Papirus, 1998.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. O autoritarismo, a guerrilha urbana e a violência In: *Tempo*, Rio de Janeiro, vol 1, 1996, p. 126-141.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a frente de Mobilização Popular In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V 24, N° 47, p. 181-212, 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar. Espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FRELIMO. *Diretivas econômicas e sociais*. 3° Congresso. Maputo: Frelimo, 1977a.
- \_\_\_\_\_ *Documentos base da Frelimo1*. 3° Congresso. Maputo: Tempo gráfica, 1977b. (AEL- Coleção LCP 320.9679 D659)
- FRY, Peter (org.). *Moçambique*. Ensaios. Rio de Janeiro: ed.UFRJ, 2001.
- GEFFRAY, Christian. *A causa das armas*. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Porto: Afrontamento. 1991.
- GLICK-SCHILLER, N., BASCH, L. e BLANC-SZANTON, C. *Nations Unbound: transnational projects, post-colonial predicaments and deterritorialized nations-state*. Luxembourg: Gordon and Breach Science Publishers, 1995.
- GLICK-SCHILLER, Nina. Transnationality. In: VNCENT, Joan e NUGENT, David. (Ed.). *A companion to the anthropology of politics*. Oxford: Blacwell Publishing, 2007.

- GONÇALVES, Williams da Silva e MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 6, n° 12, p. 211-246, 1993.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo, Ática, 1999.
- GOUVÊA, Yara, BRICK, Danielle. *Dois vozes no exílio contra a ditadura*. São Paulo: editora de cultura, 2007.
- INGOLD, Tim (ed.). 1992 debate: The Past is a foreign country In: INGOLD, Tim (ed.). *Key debates in anthropology*. New York and London: Routledge, 2001.
- ISAACMAN, Allen e Barbara. *A tradição de resistência em Moçambique: O vale do Zambeze, 1850-1921*. Porto: Afrontamento, 1979.
- MACHEL, Samora Moises. *A luta contra o subdesenvolvimento*. Coleção "Textos e documentos N° 4". Maputo: Edição do Partido Frelimo, 1983.
- \_\_\_\_\_ *O processo da revolução democrática e popular em Moçambique*. Maputo: Frelimo, 1976.
- \_\_\_\_\_ *Declaramos Guerra ao inimigo interno*. Texto integral do discurso pronunciado no dia 18 de março de 1980. São Paulo: Quilombo, 1980. (AEL – CPDS 967.905 M687)
- MALKKI, Liisa H. *Purity and Exile: Violence, memory and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: Chicago University Press, 1995.
- MASSENA, Andréia Prestes. *Exílio em Moçambique. As experiências vividas em terras estrangeiras durante a ditadura militar no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- MAYER, Adrian C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas. Métodos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- MORAES FILHO, Ivan. *Kanimambo. Um ano em Moçambique*. Pernambuco: CEPE, 2007
- NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa; Publicações Europa-América, 1997.
- NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de memoire*. Paris: Gallimard, 1997.
- NUNES, Célia. *A armadilha. Incorporação e exclusão na sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro: Educam/Clasco, 2000

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p 3-15.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade Social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.5, n. 10, 1992, p 200-215.
- PORTELLI, Alessandro (1996) A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.2, pp. 59-72.
- QUADRAT, Samantha. Muito além das fronteiras In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- RABELO, José Benedito Nobre. *Terror e êxtase. Anos 70*. São Luís: edição do autor, 2009.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro. 1968: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC, à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil Volume V. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas, Ed. Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. *História do Marxismo no Brasil Volume 6. Partidos e movimentos após os anos 60*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
- ROCHA, Edmundo. A casa dos Estudantes do Império nos anos de Fogo. Depoimento sobre a ação política da juventude africana da CEI no quadro da luta pela libertação nacional das colônias portuguesas. IN *Mensagem*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.
- ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SAID, Edward. *Reflexões sobre o Exílio e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHWARZSTEIN, Dora (2001a) Historia Oral, Memória e Historias Traumáticas. In *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 4, Junho, São Paulo, pp. 73-83.

- SERRA, A. M. de Almeida. *Política Agrária e desenvolvimento social na República Popular de Moçambique, 1975-1985*. Tese de doutoramento em Economia. Lisboa: ISEG - Universidade Técnica de Lisboa, 1991.
- SOARES, Astréia. *Para sueco ver: uma reflexão sobre a cooperação sueca em Moçambique (1975 a 2004)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia, 2006.
- TAUSSIG, Michael (tradução Carlos Eugênio Marcondes de Moura). *Xamanismo, Colonialismo e o Homem selvagem. Um estudo sobre o terror e a cura*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. Contextos Cosmopolitas: missões católicas, burocracia colonial e a formação de Moçambique (notas de uma pesquisa em andamento). In: FRY, Peter (org.). *Moçambique*. Ensaios. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.
- \_\_\_\_\_. Entre inimigos e traidores: suspeitas e acusações no processo de formação nacional no Sul de Moçambique. *Travessias - Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, Lisboa, v. 4/5, p. 269-288, 2004.
- \_\_\_\_\_. "Raça", nação e status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique. In: *Revista USP*, v. 68, p. 252-268, 2006.
- \_\_\_\_\_. Campos, aparato repressivo e construção social do inimigo: notas sobre a cooperação da RDA em Moçambique. In: SILVA, Kelly Cristiane da & SIMIÃO, Daniel Scroeter (orgs.). *Timor Leste por trás do palco*. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, v. 1, p. 383-416.
- TURNER, Victor. (tradução Paulo Gabriel Hilu) *Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói: Eduff, 2005
- \_\_\_\_\_. (tradução Fabiano Moraes) *Dramas, Campos e Metáforas. Ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: Eduff, 2008.
- VINCENT, Joan e NUGENT, David. (Ed.). *A companion to the anthropology of politics*. Oxford: Blacwell Publishing, 2007.